

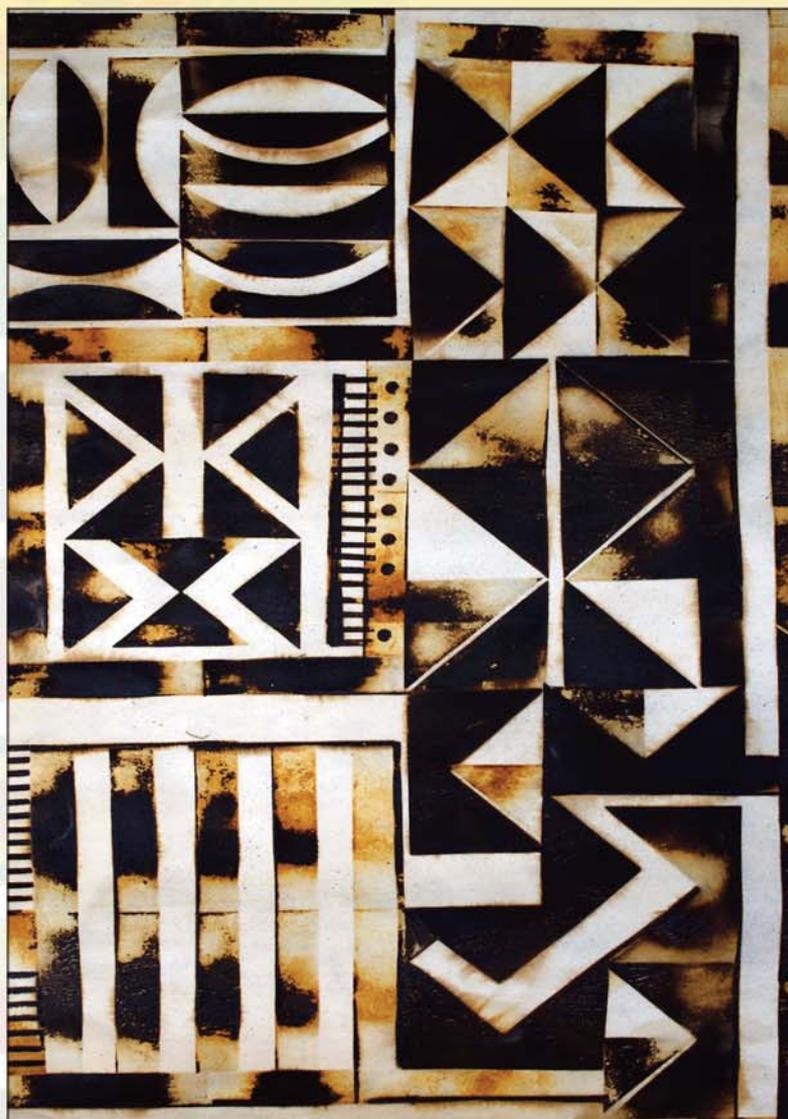
e-hum

Revista Científica das Áreas de Humanidades
do Centro Universitário de Belo Horizonte

ISSN 1984-767X

Belo Horizonte, vol. 8, n.º 2, Agosto/Dezembro de 2015 - [www.http://revistas.unibh.br/index.php/dchla/index](http://revistas.unibh.br/index.php/dchla/index)

Dossiê: “As fontes para a história da África”



Escultura: Jorge dos Anjos Fotografia: André Burian



Editor Responsável

Prof. Dr. Rangel Cerceau Netto

Conselho Editorial

Ana Rosa Vidigal Dolabella
Helivane de Azevedo Evangelista
Natália Dias Andrade
Rodrigo Barbosa Lopes

Conselho Consultivo

Alexandra do Nascimento Passos, Centro Universitário UNA,
Alexandre Bonafim Felizardo, Universidade Estadual de Goiás - UEG
Aline Magalhães Pinto, Pontifícia Universidade Católica - PUC-RJ
Daniel Barbo, Universidade Federal de Alagoas- UFAL
Eliane Garcindo de Sá, Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ
Jonis Freire, Universidade Federal Fluminense - UFF
Jorge Luiz Prata de Sousa, Universidade Salgado de Oliveira - UNIVERSO
Júlio César Meira, Universidade Estadual de Goiás - UEG
Lana Mara de Castro Siman, Universidade Estadual de Minas Gerais - UEMG e Universidade Federal de Minas Gerais- UFMG/FAE
Lucília Regina de Souza Machado, Centro Universitário UNA
Margareth Vetis Zaganelli, Universidade Federal do Espírito Santo - UFES
Maria Antonieta Albuquerque de Oliveira, Universidade Federal de Alagoas - UFA
Maria de Deus Manso, Universidade de Évora, Portugal
Rafael Sumozas Garcia-Pardo, Universidad de Castilla-La Mancha - UCLM, Espanha
Renato Silva Dias, Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES
Sérgio Henriques Zandona Freitas, Universidade FUMEC
Vaniléia Silva Santos, Universidade Federal de Minas Gerais- UFMG
Wânia Maria de Araújo, Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG
Wellington de Oliveira, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM

Centro Universitário de Belo Horizonte

Vice-reitora: Vânia Café

IED- Instituto de Educação

Diretora: Helivane de Azevedo Evangelista

Departamento de História

Coordenador: Rodrigo Barbosa Lopes

Pós-Graduação

Coordenadora: Bárbara Madureira Wanderley

Diagramação

Rangel Cerceau Netto

Contato:

ehum

Revista da Pós-Graduação UNIBH

Av. Prof. Mário Werneck, 1685 – Campus Estoril

e-mail: ehum.revista@gmail.com / ehum@unibh.br

home page:

<http://revistas.unibh.br/index.php/dchla/index>



Agradecimento aos pareceristas:

eu agradeço aos pareceristas que colocaram seus conhecimentos a serviço da avaliação dos artigos acadêmicos submetidos ao nosso Conselho Editorial. A participação voluntária de autores, conselho consultivo e avaliadores foi essencial para a reavaliação de nossos procedimentos de editoração. Agradecemos a todos os colaboradores que foram determinantes para a qualidade dos artigos veiculados em nossa Revista.

Aziz Tuffi Saliba (UFMG)
Alexandra Nascimento (UNA)
Carlos Engemann (UNIVERSO)
Cássio Miranda dos Santos (UEMG)
Claúdio Monteiro Duarte (UFMG)
Cleber Araújo Cabral (FAE/UFMG)
Douglas Áttila Marcelino (UFMG)
Esmeralda Simões Martinez (Universidade de Lisboa UL-PT)
Fabricio Vinhas Manini Angelo (FAE/UFMG)
Francesco Napoli (UNIBH)
Gerhard Seibert (UNILAB)
Heliane de Azevedo Evangelista (UNA/UNIBH)
João Bernardo Silva Filho (UNIBH)
Lincoln Ignácio Pereira (APM/UEMG)
Loque Arcanjo Júnior (UEMG/UNIBH)
Luena Nascimento Pereira (UFRRJ)
Luis Filipe Arreguy Soares (UNIBH)
Luísa Teixeira Andrade (UEMG)
Maria Nazareth Soares Fonseca (PUC-MINAS)
Nali Rosa da Silva Ferreira (UNIBH)
Renato da Silva Dias (UNIMONTES)
Rodrigo Barbosa Lopes (UFU)
Ronaldo Campos (UNIBH)
Rodrigo Castro Rezende (UFF)
Solange Maria Moreira Campos (UNIBH)
Susan A. de Oliveira (UFSCAR)
Thiago Henrique Mota (UFMG)
Vanicléia Silva Santos (UFMG)
Wilson José Antonio da Cruz (UNIBH)



Sumário

EXPEDIENTE E AGRADECOIMENTO AOS PARECERISTAS	02-03
EDITORIAL	05-09
ARTIGOS LIVRES	
A REAL EXTRAÇÃO E O ABASTECIMENTO DO DISTRITO DIAMANTINO	10-17
A SOCIEDADE DIGITAL DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO: UMA HISTÓRIA DE MUDANÇAS E PERSPECTIVAS	18-26
RESILIÊNCIA E FRACASSO ESCOLAR: UMA ANÁLISE DOS FATORES DE RISCO E DE-PROTEÇÃO PRESENTES NAS FAMÍLIAS E NAS ESCOLAS, CAPAZES DE INTERFERIR NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM	27-35
DOSSIÊ:	
“AS FONTES PARA HISTÓRIA DA ÁFRICA”	
MINDELO: O PROJETO DA CONSTRUÇÃO DE UMA CIVILIZAÇÃO (1832-1850)	37-51
“UM RIO CHAMADO ATLÂNTICO”: OS DIÁLOGOS DO DISCURSO DA MESTIÇAGEM EM CABO VERDE	52-61
CAMINHOS HISTÓRICOS DA OFICIALIZAÇÃO DA LÍNGUA CABO -VERDIANA.	62-76
DIÁSPORA BRANCA NA ÁFRICA AUSTRAL (1914)	77-88
ENTRE O DOMÍNIO E O COSTUME: AÇÕES DAS CHEFIAS AFRICANAS NO NORTE DE MOÇAMBIQUE (C.1920 - C.1940)	89-100
AS LUZES SE ACENDEM EM ÁFRICA: VIAGENS FILOSÓFICAS DE UM NATURALISTA USO-BRASILEIRO EM ANGOLA - 1783-1808	101-110
A ÁFRICA COMO OBJETO DE PESQUISA ACADÊMICA: UMA ANÁLISE DAS REVISTAS DOS TRÊS PRIMEIROS CENTROS DE ESTUDOS AFRICANOS NO BRASIL – 1965/1987	111-122
ACERVOS EM MARFIM EM MINAS GERAIS: DOCUMENTOS, TRÂNSITOS E MATERIALIDADE	123-131
RESENHAS DOSSIÊ:	
THE ART OF CONVERSION: CHRISTIAN VISUAL CULTURE IN THE KINGDOM OF KONGO	132-133
O CULTO DA SERPENTE NO REINO DE UIDÁ: UM ESTUDO DA LITERATURA DE VIAGEM EUROPEIA, SÉCULOS XVII E XVIII	134-137



Editorial

É com alegria que apresentamos a décima quinta edição do periódico E-Hum, referente ao segundo semestre de 2015. Abrimos esse editorial comemorando importantes conquistas que visam uma melhor visibilidade da E-Hum no plano nacional e internacional. Agora, a revista além de figurar no Portal Brasileiro de Publicações Científicas de Acesso Aberto – OASISbr passou a ser indexada no Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal – RCAAP e, também no LA REFERENCIA - plataforma que permite a visibilidade da produção científica de acesso aberto das instituições de ensino superior e pesquisa da América Latina. Atribuímos esse sucesso ao trabalho coletivo e compartilhamos os resultados obtidos com os membros de nossos conselhos executivo e científico e, também, com os organizadores de dossiê, autores, avaliadores e leitores.

Sem perder a tradição multidisciplinar da revista na área de humanidades, buscamos, nesse número, enfatizar o estudo da África, área de conhecimento com grande projeção nos últimos anos. Na seção de artigos livres apresentamos três contribuições com temáticas bem diferentes. O artigo de Régis Clemente Quintão aborda o comércio e o abastecimento no distrito diamantino no período da real extração de diamantes. A proposta de seu estudo é enfatizar a partir de testamentos, inventários e viajantes a economia interna durante a segunda metade do século XVIII. O ponto forte do trabalho de Quintão é demonstrar como a economia diversificou-se em razão da lógica desenvolvida a partir do controle do Estado Colonial, o que apontaria para a referida separação entre as atividades agropastoris e mineradoras.

No segundo artigo, Josimar de Mendonça demonstrar como as Tecnologias Digitais de Comunicação e Informação – TDIC influenciam a sociedade contemporânea. Assim, o autor busca analisar a trajetória da Internet, evidenciando o novo conceito de comunicação que se estabelece por intermédio dos recursos oferecidos pela rede, como também mostrar em que medida as inovações tecnológicas modificam a realidade social e afetam diretamente as relações pessoais e a noção de público e privado.

O terceiro artigo de Verônica Figueiredo e Paula Knychala do Carmo envereda pelos caminhos da psicopedagogia. A partir dos conceitos da Sociologia da Educação analisa-se a relação entre resiliência e fracasso escolar. As autoras buscam fazer uma síntese sobre a capacidade de superação do indivíduo frente a situações de adversidades no processo de ensino e aprendizagem.

Enfim, voltamos à África e aos africanos que constituem um inovador e complexo objeto de estudo e pesquisa a ser explorado e conhecido. Então, no intuito de conhecer as dimensões políticas, econômicas, sociais e culturais dos povos africanos em suas diversas temporalidades, apresentamos o Dossiê: “As fontes para a História da África”, organizado pela professora Vanicléia Silva Santos.

É notório que nos últimos anos, a historiografia sobre a História da África tem recebido mais atenção dos historiadores brasileiros, os quais tem buscando o diálogo com a historiografia internacional, publicada, principalmente na América do Norte, Europa e, em menor medida, com a África e a América Latina. Dezenas de livros, revistas, teses e dissertações produzidos nas duas últimas décadas no Brasil abrangem os mais variados temas e períodos relativos à História da África. Apenas para ressaltar a produção de artigos, nas duas últimas décadas, mais de 20 diferentes revistas brasileiras publicaram dossiês temáticos, relativos aos estudos africanos, produzidos por especialistas brasileiros e estrangeiros. Sendo que, mais de 80% dos referidos dossiês foram publicados nos últimos 4 anos. Além destes dossiês publicados em revistas da área de História e áreas afins, há ainda os artigos publicados nos periódicos brasileiros, voltados exclusivamente para esse tema, tais como: Afro-Ásia da Universidade Federal da Bahia, Estudos Afro-Ásiáticos, da Universidade Candido Mendes, África e Sankofa (ambas da Universidade de São Paulo) e África(s) da Universidade Estadual da Bahia. As duas



últimas revistas foram criadas recentemente, 2008 e 2014, respectivamente, como um resultado da ampliação do interesse dos profissionais pelos estudos africanos.¹

O objetivo deste dossiê é contribuir com a historiografia relativa aos estudos africanos. Este volume dedica-se ao tema das “fontes para a escrita da história da África”. A maior parte das pesquisas apresentadas neste dossiê foram realizadas em arquivos de países africanos, como África do Sul, Namíbia, Moçambique e Cabo Verde; e em outros países onde também estão localizadas fontes sobre as referidas nações, como Portugal, Alemanha e Brasil. Os autores recorreram a vários tipos fontes, como jornais, ações criminais, documentos jurídicos, depoimentos, memórias, relatórios, crônicas, correspondências oficiais, e vários outros tipos de documentos disponíveis nos arquivos de cidades africanas. As pesquisas nos arquivos africanos, bem como as novas tecnologias, favorecem o acesso aos documentos escritos não só pelos europeus, mas também pelos habitantes de cada região, como veremos na maioria dos artigos.

São sete artigos originais, produzidos por professores de diversas universidades brasileiras e estrangeiras, e estudantes de pós-graduação de universidades brasileiras. A maior parte dos ensaios é sobre Cabo Verde. O primeiro artigo é de Eduardo Pereira, cabo-verdiano, professor de História de Cabo Verde na Universidade de Cabo Verde, que teve sua formação realizada no Brasil, na Universidade de São Paulo. O autor pesquisou nos arquivos da Cidade da Praia, Cabo Verde e em Lisboa sobre um período pouco estudado da História de Cabo Verde – o projeto de transferência da sede administrativa do governo da ilha de Santiago para a de São Vicente, na primeira metade do século XIX. Os políticos moderados defendiam a transferência para Mindelo (São Vicente), sob a justificativa de que o lugar possuía clima sadio, era seguro e que as escolas, as práticas esportivas, o comércio e a indústria seriam centrais para a vida dos novos moradores. Ao contrário da propalada insalubridade e insegurança da ilha de Santiago. Contudo, o autor argumenta que a ampla defesa para a mudança de Santiago para São Vicente, cuja justificativa era o clima doentio desta, era um subterfúgio das autoridades políticas locais diante do medo das revoltas populares que ocorriam em Santiago.

Taciana Resende apresenta o resultado parcial da pesquisa de Mestrado, defendida no Programa de pós-graduação em História na Universidade Federal de Minas Gerais. A autora, a partir de uma perspectiva Atlântica e da leitura atenta à produção dos intelectuais claridosos mostra como, entre os anos 1950 a 1980, dois intelectuais da Revista Claridade de Cabo Verde, Baltasar Lopes e João Lopes, leram, interpretaram, discordaram e fizeram apropriações particulares sobre o discurso da mestiçagem de Gilberto Freyre. As ideias de mestiçagem de Freyre foram apropriadas para, particularmente, confirmar o projeto político e também identitário dos intelectuais do arquipélago. Em outras pala-

¹*História Social* (Unicamp), Dossiê “África do Sul”, n.3, 1996; *Revista Tempo* (UFF), Dossiê “Escravidão e África Negra”, n.6, 1998; *Revista de História* (USP), Dossiê “África e América”. Org. Maria Cristina C. Wissenbach, n.155, 2006; *Revista Tempo* (USP), Dossiê “África”. Orgs. Mariza de Carvalho Soares & Marcelo Bittencourt n.20, 2006; *Revista Estudos Históricos* (CPDOC-FGV), Dossiê “Brasil-África”, v. 1, n. 39, 2007; *Revista Anos 90 (UFRGS)*, Dossiê “África – Brasil”. Orgs. Regina Xavier & Regina Weber, n.27, 2008; *Revista Métis* (UFRGS), Dossiê “História da África”. Orgs. Silvío M. Correa & Marcelo Bittencourt, n.19, 2011; *Revista História Hoje (Anpuh)*, Dossiê “Ensino da História da África e da Cultura Afro-brasileira”. Orgs. Martha Campos Abreu & Silvío de Almeida Carvalho Filho n.1, 2012; *Revista Varia História* (UFMG), Dossiê “Nações, Comércio e Trabalho na África Atlântica”. Orgs. Vanicleia S. Santos & Alexandre Gebara, n.55, 2012; *Revista Temporalidades* (UFMG), Dossiê “História da África no Brasil: Ensino e Historiografia”. Org. Vanicleia Silva Santos, n.2, 2012; *Revista de História* (Biblioteca Nacional), Dossiê “África Brasil”. Org. Alberto da Costa e Silva, n. 78, 2012; *Projeto História* (PUC-SP), Dossiê “Diásporas”. Orgs. Amaílton Magno Azevedo & Maria Antonieta Martinez Antonacci, n.44, 2012; *Revista Eletrônica do Tempo Presente* (UFRJ), Dossiê “História e Historiografia Da África No Brasil”. Org. Silvío de Almeida Carvalho Filho, n.03, 2013; *Tempo de História* (UNB), Dossiê “África e Brasil: diásporas, escravidão e herança”. Org. Selma Pantoja, n.22, 2013; *Revista Ciências Humanas* (UFV), Dossiê “Novos estudos em História da África”. Org. Vanicleia S. Santos & Thiago Mota, n.2, 2014; *Espaço Plural* (UNIOESTE-PR), Dossiê “África e Diásporas”. Orgs. Danilo Ferreira da Fonseca & Vera Lúcia Vieira, n.28 2013; *Revista TEL* (UNICENTRO-PR), Dossiê “África: culturas, identidades, sociedades”. Orgs. Ana Paula Wagner & Eugénia Rodrigues n.3, 2014; *Revista Anos 90 (UFRGS)*, Dossiê “História das Sociedades Africanas: Temas, Questões e Perspectivas de Estudo”. Org. José Rivaír Macedo, n.40, 2014; *História, Ciência & Saúde*. Manguinhos, FIOCRUZ, Rio de Janeiro, Dossiê “Medicina no Contexto Luso-Afro-Brasileiro”. Org. Jaime L. Benchimol, n.2, 2014; *Conjuntura Internacional* (PUC-MINAS), Dossiê “África – A Invenção da África”. Org. Rodrigo Correa Teixeira, v. 11, n. 2, 2014; *Revista Outros Tempos* (UEMA), Dossiê “África: gênero, nação e poder”. Orgs. Tatiana Raquel Reis Silva & Teresa Cruz e Silva, n.19, 2015; *História: Questões & Debates* (APAH-UFPR), Dossiê “Estudos Africanos no Brasil: um diálogo entre História e Antropologia”. Org. Héctor Guerra Hernandez, n.1, 2015; *Sociedade e Estado* (UNB), Dossiê “Ciências Sociais e Construção de Conhecimento a partir da África”. Orgs. Eliane Veras Soares, Remo Mutzenberg & Marcelo C. Rosa, v.30, n.2, 2015. Nos próximos dias, mais três dossiês serão publicados: *Revista de Ciências Sociais* (UFC), Dossiê “O Trabalho em África”. Orgs. Carla Susana Alem Abrantes & Marina Annie Berthet, n.02, 2015; Augusto Nascimento organizará o dossiê “Dinâmicas políticas, sociais e culturais em África” na *Revista TEL* (UNICENTRO-PR); e Lúcia Helena Oliveira da Silva organizará o dossiê “História da África e afro-brasileira: perspectivas, experiências e diálogos” na *Revista Faces da História* (UNESP).



vras, Resende notou que a ideia de mestiçagem para os autores cabo-verdianos passava imediatamente pela elevação da cultura portuguesa e afirmação do papel do mestiço como símbolo maior cultura cabo-verdiana, elemento que os diferenciava da indesejada cultura dos “africanos” do continente.

O terceiro artigo sobre Cabo Verde foi escrito por Aracy Martins, professora da Faculdade de Educação da UFMG, o historiador Victor Semedo e a professora de Língua Portuguesa Amélia Gomes, ambos professores da Universidade de Cabo Verde. Os três autores participam de um projeto em parceria entre UFMG e UNI-CV, do Programa AULP-CAPES, que fomenta a pesquisa e a mobilidade de pesquisadores entre o Brasil e países de língua oficial portuguesa, exceto Portugal. Este artigo é um dos resultados do projeto deste grupo. Trata-se de análise na longa duração sobre os processos de sistematização, padronização e oficialização da língua crioulo cabo-verdiano. Foram analisadas obras e documentos oficiais acerca do debate e avanços para a padronização do crioulo no país e o uso efetivo como língua oficial, juntamente com a língua portuguesa. Este artigo dialoga com o artigo de Taciana Resende, na medida em que problematiza a eleição do crioulo (cultura e língua) como símbolo de uma identidade nacional cabo-verdiana.

Fernanda Thomaz é professora de História da África da Universidade Federal de Juiz de Fora, em Minas Gerais; o artigo apresentado é resultado das pesquisas realizadas em Moçambique para o Doutorado em História. A autora aborda tema ainda raro na historiografia sobre Moçambique – como as autoridades locais do Cabo Delgado continuaram a fazer uso do direito local, apesar de teoricamente submetidos ao poder e ao Código Penal dos colonizadores. Por meio de ações criminais, chamadas de “Auto-crime”, levantadas no Arquivo Histórico de Moçambique, a autora acessou o interior das cidades e aldeias do norte e notou que, na investigação e julgamento das ações criminais, a despeito dos chefes de aldeias sentirem a coerção colonial, estes faziam com que o direito consuetudinário prevalecesse, em muitos casos. Por outro lado, o domínio colonialista, apesar do interesse em aumentar o controle sobre os nativos, também via-se ameaçados pelos saberes dos indígenas relativos à forma de investigar e punir os delitos ocorridos na comunidade.

Silvio Correa é professor da Universidade Federal de Santa Catarina. Com ampla produção nacional e internacional, o autor é reconhecido pelas investigações nas regiões da África de colonização alemã. A partir da perspectiva dos estudos da diáspora contemporânea, o autor evidenciou no presente ensaio um tema pouco pesquisado pela historiografia em geral, a migração forçada dos alemães que viviam na atual Namíbia para a atual África do Sul, no contexto da Primeira Guerra Mundial. O autor também explorou o uso de fontes em arquivos da Namíbia e da África do Sul, bem como memórias publicada por mulheres alemãs, como o livro da alemã Herta Brodersen-Manns. Embora ela e outras mulheres tivessem feito livremente a opção de deixar a Alemanha e viver na Namíbia, no contexto do colonialismo, foram forçadas a migrar para o Sul da África, onde algumas viveram em campos de prisioneiros sob as mais ásperas condições; outras conseguiram mudar para as cidades sul-africanas, onde trabalharam como empregadas ou governantas de famílias alemães, ingleses e africanos, ou como professoras, contudo com menos privilégios sociais; ou casaram-se com africanos.

Os três últimos artigos tratam das relações Portugal-Angola e Brasil-África, que utilizaram como corpus documental fontes identificadas em arquivos brasileiros. Márcio Motta, doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG, investigou os diários e informes das pesquisas do naturalista Joaquim Jose da Silva, nascido no Brasil, e que morava em Portugal, em razão dos estudos. Após concluir os estudos, o naturalista foi pesquisar em Angola, onde viveu por duas décadas, envolveu-se em atividades administrativas e também em viagens de exploração das riquezas do território, entre o final do século XVIII e início do XIX. Além das investigações sobre a mineralogia, o



referido naturalista se interessou pelos hábitos da população e deixou importantes notas etnográficas sobre a costa angolana no referido período. Este artigo utilizou os relatos de viagens e outros documentos para tratar mais do aspecto relacionado à circulação da elite no império português e dos saberes apreendidos por estes estrangeiros. Nesse sentido, as fontes arroladas merecem ser revisitadas a partir de uma perspectiva mais africanista para desenvolvimento de estudos sobre a história ambiental, a história dos povos com quem o naturalista-explorador e funcionário da Coroa teve contato, bem como o ambiente político e econômico de Angola no referido período.

O artigo de Mariana Schilickman é resultado parcial do mestrado defendido na UFMG. A autora analisou a produção historiográfica publicadas nas três revistas que pertencem aos três primeiros centros estudos africanos fundados no Brasil na segunda metade do século XX. Os dados referem-se à cerca de duas décadas (1965-87) de artigos publicados por brasileiros e estrangeiros nas referidas revistas. A partir da identificação dos autores-pesquisadores dos centros e do material produzido, a autora fez um raio x dos temas, períodos e países alvos das pesquisas realizadas nos centros de estudos africanos, no contexto da ditadura militar brasileira e das lutas de independências em vários países africanos. Mais do que uma profunda análise, os números apresentados no artigo constituem o primeiro esforço para evidenciar o perfil dos estudos e dos pesquisadores que iniciaram os estudos africanos no Brasil.

Por último, mas não menos importante, temos o artigo de Vanicléia Silva Santos, Eduardo França Paiva e Yacy-Ara Froner, todos professores da UFMG. Trata-se de ensaio que busca apresentar os primeiros resultados do levantamento de fontes documentais sobre os marfins em Minas Gerais e também sobre o comércio de presas de marfim entre as duas costas atlânticas. O objetivo é mostrar a possibilidade de estudos dos marfins como fontes históricas para estudo das sociedades conectadas pelo mundo atlântico. O estudo da cultura material pode mostrar com os objetos em marfim circularam, conectaram pessoas e alteraram os gostos dos mundos misturados pela monarquia católica.

Este dossiê tem ainda uma sessão de resenhas. As obras resenhadas “O culto da serpente no reino de Uidá” e “The art of conversion” foram publicadas recentemente, uma no Brasil e a outra nos Estados Unidos, respectivamente. Ambos os livros tem como base empírica as fontes produzidas pelos europeus, de natureza literária ou iconográfica, que tiveram contato com os povos descritos ou que conheceram as regiões por meio dos relatos dos viajantes. As resenhas enfatizaram os aspectos gerais e metodológicos das obras para que o leitor conheça as novas produções e tenham interesse em ler as obras em tela.

Portanto, o material que compõe este dossiê responde diretamente à questão de quais fontes utilizar para escrever a história da África. Os novos olhares direcionados para as fontes arquivísticas trouxeram para a historiografia novos objetos de estudo. Longe das dualidades europeu versus africano, colono versus colonizador, mulher versus homem, negro versus branco, as fontes mostram que os processos históricos foram muito mais complexos do que a historiografia tradicional privilegia.

Para concluir, é mais que sabido que a criação da Lei Federal 10.639/2003, que obriga o ensino de História da África e da cultura afro-brasileira em todas as escolas brasileiras, deu impulso às investigações sobre a África no Brasil. O objetivo principal da referida Lei é que a escola mostre o africano para além do mundo do tráfico de escravizados e da escravidão; deve-se enfatizar o protagonismo dos africanos e seus descendentes no contexto cultural, social e político em que estes viveram. Essa perspectiva é, acima de tudo, uma estratégia para o combate ao racismo e para a superação de antigas representações sobre os africanos na sociedade brasileira, e em todas as sociedades construídas sob o lastro do tráfico de escravos e da escravidão.

Concluindo, esta nova publicação mostra que, embora as pesquisas acadêmicas voltadas para História da África ainda sejam recentes no Brasil, ou seja, há menos de 50 anos – considerando a fun-



dação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Bahia, em 1959, como marco inicial – os pesquisadores brasileiros tem cada vez mais buscado uma perspectiva africanista para escrever a história da África. Por outro lado, os artigos de pesquisadores africanos revelam a dimensão do diálogo historiográfico que tem se estabelecido entre os intelectuais brasileiros e os do outro lado do Atlântico.

Esperamos que este dossiê, além de fortalecer a historiografia, que tem vigorosamente investigado a História da África, atinja o público em geral.

 <http://orcid.org/0000-0001-8013-7645>

Rangel Cerceau Netto

Editor da Revista e-hum e Organizador do Dossiê

 <https://orcid.org/0000-0003-1390-9101>

Vanicléia Silva Santos

Organizadora do Dossiê

Professora de História da África da Universidade Federal de Minas Gerais



A Real Extração e o abastecimento do Distrito Diamantino



<http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v8i2.1613>

Régis Clemente Quintão

Mestrando em História Social da Cultura pela Universidade Federal de Minas Gerais -UFMG

email: regis.quintao@gmail.com



<https://orcid.org/0000-0001-8507-4671>

Recebido em: 23/07/2015 – Aceito em 22/10/2015

Resumo: Este artigo tem como objetivo corroborar as pesquisas relativas ao abastecimento de Minas Gerais no século XVIII a partir da análise da produção e comércio de víveres no Distrito Diamantino na segunda metade da dita centúria. A documentação utilizada, pertencente ao acervo do Arquivo Histórico do Tribunal de Contas de Portugal, possibilitou desvelar parte da dinâmica econômica do Distrito, que está relacionada às tentativas da Real Extração de controlar o abastecimento da região.

Palavras-chave: Abastecimento; Demarcação Diamantina; Real Extração.

Abstract: This article aims to corroborate the research concerning the supply of Minas Gerais in the eighteenth century from the analysis of production and food trade in the Diamond District in the second half of the century. The used documents belonging to the collection of the Historical Archive of the Court of Portugal, possible unveiling of the economic dynamics of the District, which is related to the attempts of the Real Extraction control the supply of the region.

Keywords: Supply; Diamantina Delimitation; Real Extração (Real Extraction).

Introdução

Hoje não se ignora que tenha havido produção de víveres nas Minas desde a chegada dos primeiros contingentes populacionais. A história é reescrita e a ideia de que as terras mineiras eram inférteis vão dando lugar às interpretações que provam justamente o contrário. Da ênfase à dependência externa, os estudos, aos poucos, passaram a considerar a dinâmica da economia interna. Os trabalhos, sobretudo a partir da década de 1990, desvelaram significativas informações sobre a produção interna, enfatizando a força econômica das Minas nos Setecentos, bem como demonstraram algumas das particularidades das regiões mineiras. É objetivo deste artigo descortinar alguns aspectos da produção e do comércio de alimentos no Distrito Diamantino no período da Real Extração dos Diamantes.

O recorte temporal é a segunda metade do século XVIII, mas é mister que observemos as visões da centúria posterior. As percepções de decadência econômica ou de terras inférteis têm bastante relação com os escritos de memorialistas e de viajantes que passaram pelo Brasil nas primeiras décadas do século XIX. A maioria dos viajantes insistia em reproduzir os mesmos discursos relativamente à geografia e ao abastecimento do Distrito Diamantino.

Quando se referiu ao Arraial do Tijuco, sede da administração dos diamantes, Mawe registrou que, “[...] por estar em distrito estéril, que nada produz para a alimentação de seus habitantes, em número de seis mil, o Tijuco se abastece em fazendas afastadas várias léguas.” (MAWE, 1978, p. 58). “Fazendas afastadas várias léguas” podem ser centros produtores dentro da própria Demarcação Diamantina ou

nos limites da Comarca do Serro do Frio, o que é uma inferência importante. Continuemos.

Saint-Hilaire, por sua vez, é mais enfático e até dá números para essas léguas de distância. Sobre o Tijuco, Saint-Hilaire escreveu que “[...] os víveres que aí são consumidos, tanto pelos habitantes da aldeia como pelos negros empregados na pesquisa dos diamantes, vêm de 10, 15, 20 e 24 léguas de distância; principalmente de Rio Vermelho, Penha, Arassuaí etc., e sobretudo Peçanha [...].” (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 30). D’Orbigny não traz novidade que seus colegas viajantes já não tenham dito. O solo continua sendo “[...] tão ingrato e tão árido, que se tem de mandar buscar víveres a quinze ou vinte léguas de distância [...].” (D’ORBIGNY, 1976, p. 135).

Era século XIX e os viajantes relatavam a aridez do solo do Distrito Diamantino, sobretudo do Arraial do Tijuco. Até mesmo contemporâneos do século XVIII como José Joaquim da Rocha e José Vieira Couto afirmavam que a “[...] terra é de pouca produção [...]” (ROCHA, 1995, p. 133) e que a Comarca do Serro do Frio tem o “[...] terreno mais agro, fragoso e estéril [...].” (COUTO, 1994, p. 53). Assim, é fácil perceber o motivo da perpetuação daquela visão de improdutividade nas terras diamantinas, posto que as memórias e os relatos dos viajantes eram e são consideradas importantes fontes, mas não bastam para a produção do conhecimento historiográfico. Para afastar de reducionismos, torna-se fundamental o cotejo com fontes manuscritas do período em foco.

Nesse sentido, a documentação do Tribunal de Contas de Portugal é de suma importância. Nela há referência de diversas roças na região, a partir das quais os produtores ou roceiros faziam comércio com a Real Extração. Por isso, é certo que o referido órgão se abastecesse no comércio local, como afirmou Furtado (2008)¹. A Administração dos Diamantes, tanto a sediada em Lisboa como no Arraial do Tijuco, era responsável por questões relativas ao abastecimento dos escravos, feitores, boticários e demais empregados nos serviços da extração diamantífera. Nesse sentido, as trocas de cartas entre a diretoria e a administração evidenciam um pouco de como a Real Extração se abastecia no Distrito.

Aos 16 de julho de 1776, os diretores gerais em Lisboa escreveram aos administradores dizendo que estavam

[...] de acordo na quantia que ficavam devendo diversos roceiros, provenientes das somas que VM.ces adiantaram para segurarem a comodidade dos preços dos mantimentos de que não havia abundância, e se faziam precisos a essa Administração, porém temos de dizer a VM.ces que devem ter particular cuidado em fazer que aqueles devedores encontrem as suas dívidas, como as entregas a que se obrigaram e que quando praticarem semelhantes adiantamentos, seja a roceiros seguros que no tempo competente cumpram as suas obrigações e, de nenhuma sorte, aos que forem remissos e suspeitos em satisfazê-las. (AHTCP, 1776c²).

Essa carta deixa claro que a Real Extração comprava mantimentos dos roceiros da região. Além disso, evidencia que a situação não era das melhores, uma vez que não havia mantimentos em abundância. Por isso, foi imprescindível se fazer adiantamento aos roceiros para garantir que os gêneros necessários para o abastecimento da Administração não faltassem.

Pouco mais de um ano depois, nos dias 2 e 7 de dezembro de 1777, os diretores voltam a escrever sobre o mesmo assunto:

[...] Pelo que pertence aos adiantamentos aos roceiros, por conta dos mantimentos para o sustento da escravatura; recomendamos a VM.ces que os façam

¹FURTADO. O livro da capa verde: o Regimento Diamantino de 1771 e a vida no Distrito Diamantino no período da real extração, p. 115.

²ARQUIVO HISTÓRICO DO TRIBUNAL DE CONTAS DE PORTUGAL. Erário Régio. Livro (1º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais na Colônia. Livro 4088, p. 179-181, 16-7-1776c.

³ARQUIVO HISTÓRICO DO TRIBUNAL DE CONTAS DE PORTUGAL. Erário Régio. Livro (1º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais na Colônia. Livro 4088, p. 216-217, 2-12-1777a.

com prudência àqueles que tiverem meios de satisfazerem as condições do ajuste que pactuarem e de nenhuma sorte aos de que se duvidar que possam cumprir o mesmo ajuste, se o ano não for abundante dos mesmos mantimentos [...]. (AHTCP, 1777a³).

[...] quanto as outras [dívidas] em que estão diversos roceiros, que somam 2:695\$575 réis procedidas de adiantamentos, que VM.ces lhes fizeram nos três anos próximos passados, por conta de mantimentos, nos persuadimos que estarão extintas com entregas de milho que VM.ces deles esperavam receber. (AHTCP, 1777b⁴).

Os adiantamentos dados aos roceiros se, por um lado, pareciam garantir o abastecimento da Real Extração, por outro, eram motivo de preocupação. O receio de não receber os mantimentos que já haviam sido pagos fazia com que os diretores gerais estabelecessem regras para tais adiantamentos. Assim, os administradores deviam prestar atenção nos tipos de roceiros com os quais faziam negócio, devendo sempre observar se aqueles eram realmente capazes de cumprir com o acordo, isto é, entregando os mantimentos quando estes fossem necessários.

Outro motivo de preocupação da Diretoria Geral era o preço dos mantimentos comprados na Demarcação Diamantina. Assim, em 12 de dezembro de 1777, os diretores respondem à carta dos administradores relatando que estimavam muito que

[...] as roças estivessem escapas (*sic*), do que precisamente se havia de seguir grande abundância de mantimentos neste ano e pelo baixo preço que deviam ter, nos persuadimos que estará recuperado o excesso daquele por que se compraram nos dois últimos anos para essa Administração. (AHTCP, 1777d⁵).

Como se pode notar, havia certa inconstância tanto na produção de mantimentos quanto nos preços. O medo de crises alimentares estava presente. Todavia, ao mesmo tempo, fala-se em abundância de víveres. Os preços dos alimentos ora estavam altos ora baixos, como atestam as cartas, embora se possa dizer que fosse mais comum os altos preços. D'Orbigny afirmou que, no Distrito, “[...] os artigos de primeira necessidade são muito mais caros que os de qualquer outra cidade do interior [...]” e que, ali, a mandioca, o milho e o arroz eram vendidos a “[...] preços exorbitantes.” (D'ORBIGNY, 1976, p.135). Assim, reforça-se a continuidade do caráter especulativo do comércio de gêneros alimentícios na Colônia, o qual, segundo Zemella (1990)⁶, foi bastante comum na primeira metade do século XVIII.

Em 4 de agosto de 1780, tais questões parecem não terem sido resolvidas. Quem escreveu foi o presidente do Erário Régio e a carta não é dirigida aos administradores, mas ao superior deles, o intendente João da Rocha Dantas e Mendonça:

[...] Pelo que pertence terem suspenso os roceiros a venda do milho pelo preço de 225 réis e haver-se ordenado aos paioleiros dessa Administração que o recebessem pelo de 300 réis, por não prometer abundante colheita a falta de cultura dos roçados: obrou-se o que se devia em comprar por este preço o milho necessário para o provimento dos paióis da mesma Administração, antes que a precisão a pusesse na necessidade de oferecer maior preço pelo dito gênero, o que se deverá sempre precaver, especialmente no tempo das colheitas dos frutos, em que é maior a abundância deles e a comodidade dos preços para se fazer

⁴ARQUIVO HISTÓRICO DO TRIBUNAL DE CONTAS DE PORTUGAL. Erário Régio. Livro (1º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais na Colônia. Livro 4088, p. 219-220, 7-12-1777b.

⁵ARQUIVO HISTÓRICO DO TRIBUNAL DE CONTAS DE PORTUGAL. Erário Régio. Livro (1º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais na Colônia. Livro 4088, p. 223-224, 12-12-1777d.

⁶ZEMELLA. O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII, p. 195.

⁷ARQUIVO HISTÓRICO DO TRIBUNAL DE CONTAS DE PORTUGAL. Erário Régio. Livro (2º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais, na Colônia. Livro 4089, p. 44-47, 4-8-1780b.

as provisões, como tenho ordenado a VM.ce. (AHTCP, 1780b⁷).

Em razão dos inconstantes preços, diziam as recomendações contidas na carta, deviam-se comprar os alimentos no período em que se encontravam em abundância visto que, assim, estariam com preços mais acessíveis. Além disso, os mantimentos deviam ser comprados antes da sua efetiva falta, devendo ser estocados para evitar maiores dificuldades, como parece ter ocorrido com o milho que, em 1780, aumentou em 75 réis em função de uma possível má colheita.

É certo que as questões relativas ao abastecimento do Distrito foram de grande interesse por parte das autoridades diamantinas. Entre as atribuições da Real Extração, além de garantir a subsistência dos empregados nos trabalhos de mineração, havia a necessidade de organizar a atividade comercial, sobretudo dos roceiros que vendiam seus frutos no Arraial do Tijuco. Em 19 de dezembro de 1780, o presidente do Erário Régio, em carta ao desembargador intendente José Antônio de Meireles Freire, relata:

[...] Pelo que pertence a casa nesse Arraial do Tijuco, para a qual transportam os roceiros os seus frutos para os venderem: suposta a informação de VM.ces de ser impossível aos mesmos roceiros ter cada um ou muitos uma casa para os exporem à venda, tanto pela falta delas, como por que ficariam mais caros os ditos frutos, se deve considerar de utilidade comum a referida casa, não obstante arrematar-se cada triênio o seu rendimento por maior quantia do que elas valem. E enquanto ao arrendatário da mesma casa comprar dos roceiros os mantimentos que não vendem logo, para revendê-los, como ele nestas compras não faz monopólio porque compra o que está exposto à venda e não acha comprador, deve Vm.ce averiguar se o mesmo arrendatário é dos mercadores que permite-se nesse arraial o §33 do Regimento [Diamantino] com assistência do des.or intendente, e fazer pôr logo em prática o que nela se assentar que é mais conveniente, dando-me conta do que assim se entendeu, para o aprovar se o merecer. (AHTCP, 1780c⁸).

Como se pode notar na carta, além de ficar evidente a existência de um comércio de frutos, o que aponta para a existência de roças no Arraial do Tijuco ou nas suas adjacências, é possível aferir que tal atividade fosse expressiva, pois, ao que parece, havia grande quantidade de roceiros que competiam na venda de mantimentos no referido arraial, tanto é que não havia casas de comércio para que todos pudessem realizar suas vendas. A esse respeito, a recomendação dada pelo presidente do Erário Régio é para que se observasse a idoneidade dos arrendatários das casas, de acordo com as disposições do Regimento Diamantino.

Outro fator que demonstra aspectos da produção de alimentos na Demarcação Diamantina é o estabelecimento de roças junto aos serviços de mineração. Talvez diante dos problemas relativos aos roceiros e ao preço dos mantimentos por eles vendidos, a Real Extração bem que tentou estabelecer lavouras para facilitar o seu abastecimento. Assim, em 1780, os administradores gerais decidiram cultivar alimentos nas proximidades do serviço da Serra de Santo Antônio do Itacambiruçu⁹, local que, segundo eles, apresentava comodidade para tal fim.

A justificativa para o estabelecimento da roça é em razão de a dita serra ficar muito longe¹⁰ do Arraial do Tijuco, de onde eram carregados os gêneros alimentícios para consumo dos empregados no serviço de extração, o que fazia com que a condução de mantimentos se tornasse mais cara e árdua. Ao serem avisados sobre a pretendida plan-

⁸ARQUIVO HISTÓRICO DO TRIBUNAL DE CONTAS DE PORTUGAL. Erário Régio. Livro (2^o) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais, na Colônia. Livro 4089, p. 66-69, 19-12-1780c.

⁹Grosso modo, pode-se dizer que a serra de Santo Antônio do Itacambiruçu integrava a Demarcação Diamantina, mas, para Ivana Parrela, a serra “[...] teve a condição de destacamento, pequenos distritos diamantinos distintos da Demarcação Diamantina, mas submetidos à Intendência e à Real Extração.” (PARRELA, 2009, p. 38).

¹⁰Ao norte da Demarcação, a serra de Santo Antônio do Itacambiruçu estava a 47 léguas do Arraial do Tijuco (PARRELA, 2009).

tação, os diretores gerais advertiram que se devesse ter muita cautela sobre o assunto, pois os escravos que se empregariam na cultura de alimentos podiam facilmente desviarem-se do trabalho principal de mineração. Cogitavam ainda que o plantio aumentasse as despesas da Real Extração, fazendo com que o gasto pudesse ser até maior do que se os mantimentos fossem comprados no Tijuco e conduzidos até a serra.

Por isso, os diretores reprovaram a ideia dos administradores, explicando que

Por estes e outros inconvenientes que entendemos são presentes a VM.ces, temos por mais útil e acertado que VM.ces, nas ocasiões que se precisarem de mantimentos no referido Itacambiruzú, os façam comprar nas roças que lhe forem mais próximas, e ajustar com os roceiros, com a condição de os entregarem nos paióis daquele serviço, como é costume, e se executam as compras para os serviços que, como o sobredito, estão em longa distância desse Arraial [do Tijuco]. (AHTCP, 1780a¹¹).

Mesmo tendo a ideia rebatida pelos diretores, os administradores insistiram no cultivo de alimentos. Tendo recorrido à Junta da Administração, eles conseguiram certidões que aprovaram a viabilidade para o estabelecimento da roça, ficando de comum acordo quanto à utilidade para a Real Extração. Assim, em 31 de janeiro de 1783, os diretores voltam a escrever dizendo que estavam conformados com a decisão, pois tudo indicava que não havia outro meio de abastecer o serviço da serra de Santo Antônio. Dessa forma, eles autorizavam a lavoura pretendida desde que

[...] nela não se introduza relaxação e tire a Real Extração o interesse que se lhe propõem, e que no amanho da mesma roça empreguem dos escravos próprios da Administração, os que pela maior idade e outros defeitos não servirem para os trabalhos da mineração, e para nos ser constante a utilidade que der este estabelecimento, ordenarão VM.ces que se faça conta distinta de toda despesa que nele se fizer, e de tudo o que for seu rendimento. (AHTCP, 1783a¹²).

As recomendações dos diretores parecem não terem surtido muito efeito. A roça foi estabelecida, mas os administradores pouco se preocuparam em darem satisfação sobre a situação da lavoura. Por isso, em 3 de setembro de 1784, os diretores reclamavam o descuido dos administradores dizendo que não bastava que eles fizessem conta do gastos e rendimentos com o cultivo, mas também era necessário que enviassem a conta “[...] na qual devem vir calculados todos os frutos, que constituíram aquele rendimento pelos preços médios por que ali correram no respectivo tempo da colheita, para sabermos a utilidade, que resultou à Real Fazenda desse estabelecimento.” (AHTCP, 1784¹³).

A partir do envio das contas de despesa com a roça, os problemas relativos à conveniência das plantações começaram a aparecer. Cerca de um ano depois, em 27 de setembro de 1785, os diretores gerais questionaram a serventia da produção, pois a despesa havia excedido o valor estabelecido. Além disso, não ficaram satisfeitos com a colheita, que só contou com dois gêneros, a saber, 700 alqueires de milho e 21 de feijão (AHTCP, 1785¹⁴). Não é difícil entender o motivo da insatisfação, pois a alimentação dos empregados da Real Extração, como mencionado, não contava apenas com

¹¹ARQUIVO HISTÓRICO DO TRIBUNAL DE CONTAS DE PORTUGAL. Erário Régio. Livro (2º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais, na Colônia. Livro 4089, p. 25-26, 12-7-1780a.

¹²ARQUIVO HISTÓRICO DO TRIBUNAL DE CONTAS DE PORTUGAL. Erário Régio. Livro (2º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais, na Colônia. Livro 4089, p. 198-200, 31-1-1783a.

¹³ARQUIVO HISTÓRICO DO TRIBUNAL DE CONTAS DE PORTUGAL. Erário Régio. Livro (2º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais, na Colônia. Livro 4089, p. 268-270, 3-9-1784.

¹⁴ARQUIVO HISTÓRICO DO TRIBUNAL DE CONTAS DE PORTUGAL. Erário Régio. Livro (2º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais, na Colônia. Livro 4089, p. 289-290, 27-9-1785.

¹⁵PARRELA. O teatro das desordens: garimpo, contrabando e violência no sertão diamantino: 1768-1800, p. 98.

milho e feijão. Dessa forma, não era vantajoso cultivá-los, já que os demais gêneros teriam que ser comprados e conduzidos até a serra.

Valendo-se do *Livro de Razão e Balanço Geral da Administração da Real Extração de Ouro, Diamantes: século XVIII/XIX*, existente no Museu do Ouro de Sabará, Parrela (2009)¹⁵ afirmou que a produção do ano de 1784, na Serra de Santo Antônio, foi maior do que a do ano anterior, totalizando 779 alqueires de milho e 134 de feijão. Além disso, a partir de 1786, as despesas com a plantação de roças passaram a ser custeadas pela própria lavra da serra, o que não impediu que os dirigentes da Real Extração preferissem interromper a cultura de gêneros naquela região em função da pouca diversidade de produção e das altas despesas.

Assim, a 1º de agosto de 1786, a Diretoria Geral da Real Extração decide encerrar a cultura de alimentos. Segundo os diretores, a plantação não tinha utilidade alguma à Real Fazenda, pois as despesas constantemente excediam o valor estabelecido. Além disso, o seu rendimento era bastante diminuto. Portanto, os diretores ordenaram que, levando em consideração a informação dada pelos próprios administradores de que nos arredores da Serra de Santo Antônio havia muitas outras roças, das quais se podiam comprar os mantimentos necessários para os empregados naquele serviço, “[...] não o contuem por mais tempo, e que empreguem os feitos, e os negros que ali ocupavam aonde possa ser útil o seu trabalho, no caso de se fazerem precisos.” (AHTCP, 1786¹⁶).

A produção de víveres na Serra de Santo Antônio do Itacambirucú durou cerca de três anos. Como ficou claro, as razões para o seu fim têm muito mais relação com as altas despesas e, em parte, pelo pouco rendimento. Em todo caso, a narrativa acerca do estabelecimento dessa roça traz importantes questões para o tema do abastecimento do Distrito Diamantino. O seu estabelecimento vai à contramão do que os viajantes e memorialistas disseram sobre a Demarcação. O solo da região realmente podia ser, em algumas partes, árido e infértil. Mas isso não pode ser aplicado a toda Demarcação, haja vista que o cultivo deu-se ao lado de um serviço de extração diamantífera.

Nesse sentido, cabe aqui citar Carlos Magno Guimarães e Liana Maria Reis (1987). Esses autores, ao estudarem a importância da agricultura na sociedade mineira do século XVIII, demonstraram que a agricultura, além de ter sido condição básica na estrutura colonial, foi concomitante à atividade mineradora. Ainda que seja outro o contexto em que foi estabelecida a roça da Serra da de Santo Antônio, o objetivo parecia o mesmo que o apontado por Guimarães e Reis (1987, p. 23): “[...] o sustento de senhores e escravos, para que estes pudessem ser utilizados na atividade nuclear: a mineração”.

A agricultura na Serra de Santo Antônio mostra que é possível o estabelecimento de lavoura ao lado de serviço diamantífero, região que poderia ser infértil por excelência. Nesse sentido, é interessante observar que as formulações de Guimarães e Reis são de grande valia. Para eles, “não há homogeneidade na formação do terreno da área das Minas” (GUIMARÃES E REIS, 1987, p. 15).

Outro ponto a considerar sobre a inter-relação entre a agricultura e a atividade mineradora diz respeito às formulações de Marcos Lobato Martins que, ao avaliar o peso que a agricultura adquiriu no nordeste mineiro, tanto na Comarca do Serro do Frio como dentro e fora do Distrito Diamantino, chegou à conclusão de que havia “[...] separação mais ou menos nítida entre unidades agropastoris e unidades mineradoras na área da Demarcação Diamantina, pelo menos no período que corresponde à fase de maior sucesso da Real Extração” (MARTINS, 1999, p. 55).

É preciso lembrar que entre as fontes analisadas por Martins estão os relatos de viajantes e inventários de moradores do Arraial do Tijuco e vizinhanças. Quanto aos viajantes, já se sabe das contradições. No que se refere aos inventários, a maioria são de

¹⁶ ARQUIVO HISTÓRICO DO TRIBUNAL DE CONTAS DE PORTUGAL. Erário Régio. Livro (2º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais, na Colônia. Livro 4089, p. 312-313, 1-8-1786.

proprietários rurais do Tijuco e neles observou-se que não havia referências à posse de instrumentos de mineração ou lavras de ouro, o que apontaria para a referida separação entre as atividades agropastoris e mineradoras. No entanto, o próprio autor reconhece que “[...] é preciso aprofundar as pesquisas para avançar no tratamento desta temática.” (MARTINS, 1999, p. 55). Seja como for, o historiador traz contribuições relevantes ao tema do abastecimento na região dos diamantes. Para ele, é forçoso reconhecer que boa parte do aprovisionamento da população da Comarca do Serro do Frio e, também, do Distrito Diamantino “[...] era garantida pela produção agropecuária da própria região.” (MARTINS, 1999, p. 56-57).

A Real Extração tentou controlar e regulamentar o comércio e a produção, mas nem sempre com sucesso, muito disso em função do descumprimento das ordens por parte das autoridades e dos órgãos sediados no Arraial do Tijuco. No entanto, a Administração Diamantina foi o motor para o desenvolvimento do Distrito, tendo em vista que se incumbia de muitas questões relativas ao abastecimento da região. Não se pode dizer que ela foi a única responsável por garantir a sobrevivência daquela população, mas pode-se afirmar que as suas ingerências foram essenciais para que não se prejudicassem o abastecimento da população, sobretudo aquela empregada nos serviços diamantíferos.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Ricos e pobres em Minas Colonial: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.
- CHAVES, Cláudia Maria das Graças. Perfeitos negociantes: mercadores das Minas setecentistas. São Paulo: Annablume, 1999.
- CHAVES, Cláudia Maria das Graças. As “produções nacionais”: o mercado luso-brasileiro através dos mapas de importação e exportação. In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro (Org.). Nomes e números: alternativas metodológicas para a história econômica e social. Juiz de Fora: UFJF, 2006. p. 135-151.
- CHAVES, Cláudia Maria das Graças. Os mapas estatísticos de Minas Gerais: importações, exportações, consumo, produção e reformas econômicas no início do séc. XIX. In: CEDEPLAR/UFMG (Org.). 10º Seminário sobre a Economia Mineira, 2002, Diamantina. Anais do 10º Seminário sobre a Economia Mineira, 2002. CD-ROM.
- ELLIS, Myriam. Contribuição ao Estudo do Abastecimento das Áreas Mineradoras do Brasil no Século XVIII. Revista de História, São Paulo, v. 4, n. 36, p. 429-467, out./dez., 1958.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro. Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- FURTADO, Júnia Ferreira. O livro da capa verde: o Regimento Diamantino de 1771 e a vida no Distrito Diamantino no período da real extração. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2008.
- FURTADO, Júnia Ferreira. Homens de negócios: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas. São Paulo: Hucitec, 1999.
- FURTADO, Júnia Ferreira. Chica da Silva e o contratador dos diamantes: o outro lado do mito. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- GUIMARÃES, Carlos Magno; REIS, Liana Maria. Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700/1750). Revista do Departamento de História, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 7-36, jun., 1986.
- GUIMARÃES, Carlos Magno; REIS, Flávia Maria da Mata. Agricultura e mineração no século XVIII. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). História de Minas Gerais: as Minas setecentistas. Belo Horizonte: Autêntica, v. 1, 2007. p. 321-335.
- LINHARES, Maria Yedda Leite. História do abastecimento: uma problemática em questão (1530-1918). Brasília: Binagri, 1979.
- LINHARES, Maria Yedda Leite. O Brasil no século XVIII e a idade do ouro: a propósito da problemática da decadência. In: Seminário sobre a cultura mineira no período colonial. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura, 1979. p. 147-171.

- MARTINS, Marcos Lobato. Agricultura e abastecimento na Comarca do Serro Frio da Capitania de Minas Gerais: 1717-1820. CRONOS: Revista de História, Pedro Leopoldo, v.1, n. 1, p. 45-58, set., 1999.
- MATA MACHADO FILHO, Aires. Arraial do Tijuco: cidade Diamantina. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1945.
- MENESES, José Newton Coelho. O continente rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas. Diamantina: Maria Fumaça, 2000.
- PARRELA, Ivana Denise. O teatro das desordens: garimpo, contrabando e violência no sertão diamantino: 1768-1800. São Paulo: Annablume, Belo Horizonte: FAPEMIG, 2009.
- SANTOS, Joaquim Felício dos. Memórias do Distrito Diamantino. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976.
- SILVA, Flávio Marcus da. Subsistência e poder: a política do abastecimento alimentar nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- SILVA, Flávio Marcus da. Práticas comerciais e o abastecimento alimentar em Vila Rica na primeira metade do século XVIII. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). História de Minas Gerais: as Minas setecentistas. Belo Horizonte: Autêntica, v.1, 2007. p. 359-375.
- ZEMELLA, Mafalda P. O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII. 2. ed. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1990.

Fontes

- ARQUIVO HISTÓRICO DO TRIBUNAL DE CONTAS DE PORTUGAL. Erário Régio. Livro (1º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais na Colônia. Livro 4088, p. 179-181, 16-7-1776c.
- ARQUIVO HISTÓRICO DO TRIBUNAL DE CONTAS DE PORTUGAL. Erário Régio. Livro (1º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais na Colônia. Livro 4088, p. 216-217, 2-12-1777a.
- ARQUIVO HISTÓRICO DO TRIBUNAL DE CONTAS DE PORTUGAL. Erário Régio. Livro (1º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais na Colônia. Livro 4088, p. 219-220, 7-12-1777b.
- ARQUIVO HISTÓRICO DO TRIBUNAL DE CONTAS DE PORTUGAL. Erário Régio. Livro (1º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais na Colônia. Livro 4088, p. 223-224, 12-12-1777d.
- ARQUIVO HISTÓRICO DO TRIBUNAL DE CONTAS DE PORTUGAL. Erário Régio. Livro (2º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais, na Colônia. Livro 4089, p. 44-47, 4-8-1780b.
- ARQUIVO HISTÓRICO DO TRIBUNAL DE CONTAS DE PORTUGAL. Erário Régio. Livro (2º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais, na Colônia. Livro 4089, p. 66-69, 19-12-1780c.
- ARQUIVO HISTÓRICO DO TRIBUNAL DE CONTAS DE PORTUGAL. Erário Régio. Livro (2º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais, na Colônia. Livro 4089, p. 25-26, 12-7-1780a.
- ARQUIVO HISTÓRICO DO TRIBUNAL DE CONTAS DE PORTUGAL. Erário Régio. Livro (2º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais, na Colônia. Livro 4089, p. 198-200, 31-1-1783a.
- ARQUIVO HISTÓRICO DO TRIBUNAL DE CONTAS DE PORTUGAL. Erário Régio. Livro (2º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais, na Colônia. Livro 4089, p. 268-270, 3-9-1784.
- ARQUIVO HISTÓRICO DO TRIBUNAL DE CONTAS DE PORTUGAL. Erário Régio. Livro (2º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais, na Colônia. Livro 4089, p. 312-313, 1-8-1786.
- COUTO, José Vieira. Memória sobre a Capitania de Minas Gerais: seu território, clima e produções metálicas. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994.
- D'ORBIGNY, Alcide. Viagem pitoresca através do Brasil. Tradução: David Jardim. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976.
- MAWE, John. Viagens ao Interior do Brasil. Tradução: Solena Benevides Viana. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1978.
- ROCHA, José Joaquim da. Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais. Coord. Maria Efigênia Lage de Resende. Belo Hori-

A Sociedade Digital de Informação e Comunicação: Uma História de Mudanças e Perspectivas.



<http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v8i2.1614>

Josimar de Mendonça

Mestrando em Educação pela FAE/UFMG

e-mail: josimend1@gmail.com



Recebido em: 24/07/2015 – Aceito em 03/11/2015

Resumo: O objetivo deste artigo é demonstrar como as Tecnologias Digitais de Comunicação e Informação – TDIC, a partir do advento da Rede Mundial de Computadores (Internet), influencia a sociedade contemporânea e seus atores e discutir como esse recrudescimento tecnológico culminou na transposição da modernidade, modificando o conceito de público e privado a ponto diluir a identidade de ambos. O artigo propõe contextualizar historicamente o advento e a trajetória da Internet, evidenciando o novo conceito de comunicação que se estabelece por intermédio dos recursos oferecidos por ela, como também mostrar como as inovações tecnológicas modificam a realidade social e afetam diretamente as relações pessoais.

Palavras chave: Tecnologia, História, Pós-modernidade.

Abstract: The purpose of this article is to demonstrate how the Digital Communications and Information Technology - TDIC, from the advent of the World Wide Web (Internet), influence contemporary society and its actors and discuss how this technological upsurge culminated in the transposition of modernity, modifying the concept of public and private as to dilute the identity of both. The article proposes historically contextualize the advent and the trajectory of the Internet, showing the new concept of communication established through the resources offered by it, but also show how technological innovations change the social reality and directly affect personal relationships.

Keywords: Technology, History, Postmodernism.

Introdução

A ascensão e a popularização da Internet se deram de forma muito rápida, se pararmos para pensar ela é um advento ainda recente, mas que se tornou parte do cotidiano das pessoas, isso dificulta nossa reflexão sobre as consequências das transformações nas relações sociais. Pensando assim, podemos dizer que ainda é um campo que demanda estudos e investigações.

Assim, o presente artigo pretende contextualizar o aparecimento da Rede Mundial de computadores, contemplar suas influências na sociedade e, conseqüentemente, nos sujeitos que por ela transitam; discutir, como o recrudescimento tecnológico levou à transposição da modernidade, modificando o conceito de público e privado a ponto diluir essas identidades e promover uma discussão historiográfica que abarque as mudanças provocadas pelo advento das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação - TDIC² na sociedade contemporânea.

¹Mestrando em Educação Tecnológica e Sociedade na Faculdade de Educação da UFMG. Especialista em Docência para o Ensino Superior: a Universidade no contexto atual, pela Faculdade ISEIB de Belo Horizonte - FIBH. Bacharel Licenciado em História pelo Centro Universitário de Belo Horizonte - Unibh.

²No restante do artigo será usada a sigla TDIC para se referir as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação.

Posto isso, o artigo foi dividido em duas partes que contemplarão respectivamente os seguintes conteúdos: na primeira parte objetivou-se suscitar os caminhos trilhados pela Rede Mundial de Computadores, partindo de sua idealização até sua apresentação à sociedade, fornecendo assim, o mapeamento da trajetória da Rede Mundial de Computadores, a fim de que possa provocar a percepção de como seu advento desestruturou os conceitos de tempo e espaço vigentes até a última década do século XX, também evidenciar as dificuldades ocorridas no transcurso de sua implementação e demonstrar a importância de se romper com os paradigmas de protocolos nacionais estabelecidos para o setor das TDIC. Dito de outra forma, é importante que se entenda que só através da superação dos protocolos nacionais criados individualmente por nações como: Estados Unidos, França, Inglaterra, que foi possível a interligação de vários países através de um único protocolo de comunicação o qual culminaria no que hoje se conhece como a Rede Mundial de Computadores.

Na segunda parte, pretende-se pensar nas mudanças provocadas nas últimas décadas pelas TDIC na sociedade. Partindo desse pressuposto, elencam-se pensadores como: Sevchenko (2004) e Berman (2006) para, a partir de seus relatos, tentar compreender o impacto do advento das TDIC na sociedade contemporânea. Na sequência, objetiva-se promover um diálogo com os relatos de Hall (2005) e Bauman (2001), com o intuito de suscitar reflexões sobre a influência das TDIC no processo de transição da modernidade para a pós-modernidade e, conseqüentemente, como sua presença contribui para modificar os conceitos de público e privado, levando ao que Berman (2006) chamou de “público moderno”.

Destarte, o presente artigo tem a intenção de contribuir para uma melhor compreensão das mudanças tecnológicas e sociais provocadas pelo advento das TDIC na história recente da humanidade, como também tem a pretensão de suscitar o interesse pelos diversos aspectos que envolvem a história das TDIC, pois somente através da pesquisa e investigação da história recente será possível suscitar uma nova interpretação sobre a influência e o recrudescimento das TDIC na sociedade contemporânea. E mais do que isso, trazer subsídios que auxiliem na construção de um entendimento que leve à compreensão de como a tecnologia sistematizou a informação no transcórrer da história ao ponto de influenciar uma mudança social.

1 - Efeitos tempos modernos

O ofício de historiador pressupõe mais que estabelecer relações entre a memória e a história, o passado e o presente. Ele exige daqueles que enveredam por seus caminhos um conhecimento sobre o tempo em suas diversas aplicações e conceitos no decorrer dos séculos. Conforme Le Goff (1990, p.52), *“A história é a ciência do tempo. Está estritamente ligada às diferentes concepções de tempo que existem numa sociedade e é um elemento essencial da aparelhagem mental dos seus historiadores”*. Para tanto, propõe-se utilizar o conceito de tempo com o intuito de aguçar a compreensão dos benefícios obtidos com o advento das TDIC.

Durante séculos, o tempo foi um adversário difícil de ser vencido e, por que não dizer, um implacável obstáculo na propagação da informação e na comunicação entre os povos. O tempo foi e continua sendo, em vários aspectos, algo a ser superado e adequado às necessidades e caprichos da humanidade, principalmente após a Revolução Industrial. Muito se fez na tentativa de sobrepujar os limites impostos à humanidade pelo tempo e, com certeza, muitas conquistas foram obtidas através de invenções que possibilitaram percorrer em um período de tempo determinado, distâncias cada vez maiores. No decorrer do século XIX e durante o século

³Como as ferrovias, os barcos movidos a vapor e os automóveis, surgem no século XIX e vão sendo aperfeiçoados ao longo ao século XX.

XX, os avanços tecnológicos culminaram em conquistas como a diminuição do tempo gasto para transpor distâncias há muito conhecidas, modificando os conceitos pelo qual percursos que demoravam meses para serem percorridos, podiam ser feitos em algumas horas³. As comunicações feitas por intermédio de mensageiros que demoravam dias ou até meses, na segunda metade do século XIX, passaram a ser feitas quase que instantaneamente por telégrafo.

Contudo, a partir do advento da *Internet* no final do século XX, todas as conquistas e superações até então obtidas em relação ao tempo ficaram ultrapassadas. A *Internet* abriu possibilidades de velocidade, comunicação e interatividade em tempo real que, até o seu aparecimento, eram desconhecidas. Pode-se dizer que a *Internet* conseguiu transformar o conceito de obstáculos que se tinha em relação ao tempo, para o de aliado, no que concerne à comunicação e à interatividade. Como consequência obteve-se “[...] a aceleração dos processos globais, de forma que se sente que o mundo é menor e as distâncias mais curtas, que os eventos em um determinado lugar têm um impacto imediato sobre pessoas e lugares situados a uma grande distância.” (HALL, 2005, p.69).

A *Internet* é uma rede mundial de computadores que congrega várias redes com tecnologias diferentes, porém, funcionando dentro de padrão de rede igual ao *TCP/IP*⁴, ou ainda;

Como seus pesquisadores mais assíduos gostam de explicar, ela é como uma estrada de redes de informação com várias atrações nas suas margens: parques de diversões eletrônicos, cidades digitais, *shopping centers* virtuais, universidades automatizadas, bibliotecas *on-line* e arquivos mecanizados. Trata-se das redes de todas as redes, congregando, em 1993, 2 milhões de computadores conectados em 15.000 redes em mais de 60 países, tendo entre 5 e 15 milhões de usuários. Através da internet é possível ter acesso a centenas de milhares de bases de dados. E calcula-se que cada ano dobra de tamanho. (FIGUEIREDO, 1997, p.434).

A citação de Figueiredo (1997) nos revela dados referentes ao ano de 1993 que, embora ultrapassados, contribuem para um melhor entendimento da importância que se passou a agregar à *Internet* e à velocidade de seu crescimento no pouco tempo de sua existência. É preciso lembrar que até 1991 a *Internet* ainda era de uso restrito ao meio acadêmico e a órgãos governamentais.

Através da Rede Mundial de Computadores é que circula a *web*, por muitos confundida com a própria *Internet*, chegando ao ponto de se acreditar que elas são a mesma coisa. Contudo, apesar de possuírem semelhanças, elas se diferem, ou seja, enquanto a *Internet* é a rede de computadores, a *web* é todo o conteúdo disponibilizado através da *Internet*: sites, blogs, programas, comunidades virtuais. É desnecessário dizer que uma é a razão da existência da outra e que se encontram intrinsecamente ligadas.

Entretanto, para a *internet* e a *web* atingirem o atual patamar de aceitação e popularidade perante a comunidade mundial, foram necessários anos de pesquisas e experimentos. Assim, em meio ao contexto da Guerra Fria e o início da corrida espacial em 1957, quando a então União Soviética lançou o *Sputnik*, o primeiro satélite não natural da terra, o Departamento de Defesa dos EUA criou, além da *National Aeronautics and Space Administration (NASA)*, a *Advanced Research Projects Agency (ARPA)*, uma agência com o objetivo de desenvolver tecnologias na área militar.

Destarte, em 1962 a *ARPA* divulgou um projeto inovador que consistia na construção de uma rede de comunicação. Idealizada por Joseph Carl Robnett Licklider, essa rede de comunicação permitiria a troca de dados por computadores, mesmo que distantes fisicamente. Nesse mesmo período, outra ideia de transmissão de dados, através de pacotes, estava

⁴Padrão de rede criado com a finalidade de unificar os diversos padrões existentes a fim de possibilitá-los acessar a Rede Mundial de Computadores.

em desenvolvimento. Esta nova técnica, segundo Guizzo (1999), conhecida como “comutação de pacotes” baseava-se em pegar os dados de uma informação e dividi-los em “pequenos pacotes de dados”, bem menores que o original, facilitando a sua transmissão. Os “pacotes”, uma vez chegando ao seu destino, ainda que fora de ordem, seriam reagrupados em sua forma original, podendo ser utilizados normalmente. Além do mais, enquanto a rede de Licklider permitia que apenas dois computadores compartilhassem os dados, na comutação de pacotes, vários computadores podiam compartilhar informações, o que agregava um grande ganho em relação ao tempo necessário para compartilharem informações entre diversos usuários.

Mas a ideia de uma rede de comunicação só se concretizaria com Lawrence G. Roberts, que sucedeu Licklider na *ARPA*. Durante uma conferência da *Association for Computing Machinery*, Lawrence revelou o projeto de construção de uma rede interligando computadores que teria o nome de *Arpanet*. Ainda nessa conferência, Lawrence saberia da existência de outras duas propostas de rede baseadas na comutação de pacotes. “Um deles era o trabalho do *National Physical Laboratory*, na Inglaterra, que vinha desenvolvendo uma rede própria. O outro era um projeto de um grupo de pesquisa da *Rand Corporation*, patrocinado pela Força Aérea dos Estados Unidos.” (GUIZZO, 1999, p.18). A *Rand* era, no ano de 1967, uma empresa que prestava serviços ao Departamento de Defesa Norte Americano, e realizava projetos de pesquisa de alta tecnologia.

Nesse contexto, três anos antes Paul Baran havia desenvolvido um estudo sobre Comunicação distribuída, no qual propunha um sistema de comunicação que resistiria a ataques nucleares, desde que acontecessem em locais específicos. Paul Baran foi o primeiro a estudar um sistema chamado de “redes distribuídas”, em que não havia um controle central, e todos os computadores se interligavam, formando uma grande rede de computadores. Ainda que o trabalho de Baran tenha sido arquivado posteriormente pela Força Aérea dos EUA, sua contribuição foi vital para o desenvolvimento da *Internet* tal qual a conhecemos.

Em 1969, a *Arpanet* escolheu quatro universidades norte americanas para fazerem parte integrante de seus estudos e, dois anos depois, outras onze universidades já teriam se juntado ao grupo. “Em 1972, durante a *International Computer Communication Conference*, em Washington, foi feita, com sucesso a primeira demonstração pública da *Arpanet*” (GUIZZO, 1999, p.19). No mesmo ano, Ray Tomlinson inventou o correio eletrônico e, em 1973, ocorreram as primeiras conexões internacionais.

Contudo, para que os computadores se comunicassem dentro de uma mesma rede, eles tinham que, necessariamente, usar a mesma linguagem, ou como é conhecido no meio, o mesmo protocolo. Fato que se tornou um entrave para que a conexão entre as redes se efetivassem, pois para que isso fosse possível, as redes tinham que utilizar o mesmo protocolo. Foi então que Vinton Cerf, a quem se atribui a paternidade da *Internet*, desenvolveu o *Transmission Control Protocol/Internet Protocol (TCP/IP)* aberto, que possibilitou interligar os “[...] diferentes tipos de redes, não importando que tecnologia essas redes empregassem em sua comunicação (ondas de rádio, satélite, *Arpanet*, etc.)” (GUIZZO, 1999, p.20).

Depois de anos de pesquisa e da implantação do protocolo, em 1986 cria-se a *NSFNET*⁵ que, utilizando o protocolo TCP/IP, interligou várias universidades, tornando-se um pólo acadêmico. Segundo Guizzo (1999) a *NSFNET* provocou um crescimento do número de academias conectando-se umas as outras.

O número de conexões passou de cinco mil para trinta mil, além disso, o número de instituições de outros países que passaram a conectar a *NSFNET* foi aumentando gradativamente. Em 1991, a *NSFNET* liberou seu uso para fins comerciais e provo-

⁵Recebe esse nome devido à junção das iniciais da empresa que a concebeu, National Science Foundation.

cou tanto uma grande corrida de investimentos quanto o aparecimento de empresas oferecendo acesso à rede.

A abertura do acesso à *Internet* para o mercado e, conseqüentemente, seu exponencial crescimento e a possibilidade de acesso dos usuários domésticos, criaram inúmeras possibilidades de comunicação, de interação entre as pessoas e as instituições, sejam elas públicas ou privadas, educacionais ou comerciais, nacionais ou estrangeiras, e alcançaram um ganho enorme de tempo. O advento da *Internet* aberta ao público mudou o conceito de realidade para grande parte da humanidade.

Há muito tempo um grupo restrito de homens e mulheres não se fascinava com o maravilhoso. Como os livros de narrativas de viagens por terras e mares do século XV, a visão diante de um micro para os modernos (desta vez sob a égide do pragmatismo) possibilita espantos e deslumbramentos. Para alguns quase o sobrenatural; mas sempre o virtual. (FIGUEIREDO, 1997, p.436).

Após a sua abertura para fins comerciais, começou-se a desenvolver a *web* ou a *World Wide Web*, popularmente conhecida como *WWW* que, como explicado anteriormente, é o conteúdo que circula pela *Internet*, começou tímida, sem imagens e com uma interface gráfica não muito agradável. Esta primeira fase ficaria conhecida, posteriormente, como *Web 1.0* e tinha como característica o seu conteúdo estático, sem muitos atrativos e a impossibilidade de interação do usuário com o *site*. No entanto, na *Web 1.0* já era possível para qualquer usuário a realização de transações, tais como comprar um objeto ou ainda fazer perguntas no Google e obter as respectivas respostas. Já na *Web 2.0*, designação que começa a ser utilizada a partir de 2004, o usuário passou a ter a possibilidade de interagir com os *sites*, criando *Blogs* ou postando vídeos, fotos, músicas. A *Web 3.0*, disponível na atualidade, permite ao usuário não só interagir com o conteúdo dos *sites* como também programar suas interfaces, como ocorre nos *sites* de relacionamentos, *Twitter*, *Facebook*, *Google*. Segundo o Professor Silvio Meira (s/d), da Faculdade Federal de Pernambuco, na *Web 3.0*, por exemplo, é possível programar o *Twitter* no *Facebook*, uma vez que o *Twitter* é um aplicativo de escrita que funciona sobre uma plataforma de programação aberta, ou seja, que pode ser modificada por qualquer usuário. Fato que tem se tornado cada vez mais comum na *Web 3.0*.

Desse modo, todos esses avanços tecnológicos melhoram e facilitaram as comunicações, diminuíram as distâncias existentes e trouxeram avanços para vários setores da sociedade. Mas, concomitantemente a tudo isso, as TDIC empreenderam um ritmo de vida acelerado aos atores dessas sociedades. Hoje, ao olhar a trajetória da TDIC, é inevitável que surjam algumas perguntas, como: Qual foi o impacto causados por essas mudanças na sociedade? Será que essas mudanças afetaram os conceitos de público e privado? É possível se manter alheio a essas mudanças provocadas pelo advento das TDIC?

Sendo assim, na segunda parte do presente texto pretende-se evidenciar, ainda que sucintamente, aspectos que possam contribuir para um melhor entendimento sobre o impacto do advento das TDIC na sociedade contemporânea.

2 - Um Salto para o Novo

Com o passar do tempo, a humanidade vem se desenvolvendo tecnologicamente na busca de transpor as barreiras que se lhe apresentam e, ao mesmo tempo, possibilitar um melhor modo de vida para todos. Partindo do pressuposto de que todas as tecnologias produzidas pelos seres humanos, no decorrer de sua existência sobre a face da terra, foram, a princípio, adquiridas por meio da manipulação de elementos rudimentares como a pedra, torna-se pertinente concluir que, com passar do tempo, vem se obtendo respostas concretas aos anseios da humanidade.

Assim, na tentativa de pensar nas mudanças provocadas pelas TDIC nas últimas décadas, buscou-se trabalhar com teorias de estudiosos que procuraram entender e interpretar o poder transformador da tecnologia na sociedade, e, dentre eles, priorizar aqueles que enveredaram pela pesquisa histórica sobre o assunto. Dentre eles, destacam-se Sevcenko (2004) e Berman (2006), que utilizaram de metáforas para expor suas teorias, o que tende a facilitar a compreensão das mudanças sociais e dos avanços das TDIC no decorrer das últimas décadas em comparação com os períodos anteriores.

Nicolau Sevcenko (2004), por exemplo, promoveu uma analogia do desenvolvimento tecnológico, associando-o a um passeio pela *montanha russa*, no qual a decisão de fazê-lo ou não, teoricamente, seria individual.

Rodamos no vazio como um ioiô cósmico, um brinquedo fútil dos elementos, um grão de areia engolfado na potência geológica de um maremoto. Nada mais nos assusta. Ao chegar ao fim, desfigurados, descompostos, estupefatos, já assimilamos a lição da montanha-russa: compreendemos o que significa estar exposto às forças naturais e históricas agenciadas pelas tecnologias modernas. (sic). (SEVCENKO, 2004, p.13).

Ao utilizar metaforicamente o passeio de montanha russa, associando-o aos avanços tecnológicos vivenciados pela humanidade, Sevcenko (2004) propõe sua divisão em três períodos: o primeiro, que se iniciaria em meio às grandes descobertas no século XVI, terminando aproximadamente na metade do século XIX; o segundo, o momento no qual teria se iniciado a segunda fase concomitantemente com a “Revolução técnico científica” estendendo-se até as últimas décadas do século XX; o último período começaria nos anos finais do século XX, indo até o momento da escrita do trabalho do mesmo, no ano inaugural do século XXI. Nessa última fase, segundo o autor, as mudanças na humanidade teriam atingido um grau tão elevado que não haveria como ficar alheio a elas. “*A escala das mudanças desencadeadas a partir desse momento é de tal magnitude que faz os dois momentos anteriores parecerem projeções em câmara lenta.*” (SEVCENKO, 2004, p.16).

Não obstante, é interessante pensar que outros autores tendem a realizar divisões e periodizações próximas, como é o caso de Berman (2006), ao escrever sobre a modernidade que, em sua análise, está intrinsecamente ligada ao recrudescimento tecnológico. Porém, para Berman (2006) a divisão seria cronologicamente um pouco diferente, sendo que a primeira fase também teria se iniciado no começo do século XVI e se estendeu até o final do século XVIII, quando “*as pessoas estão apenas começando a experimentar a vida moderna*” (BERMAN, 2006, p16). Sua segunda fase começou com o advento da Revolução Francesa em 1790, percorrendo todo o século seguinte quando “[...] *ao mesmo tempo, o público moderno do século XIX ainda se lembra do que é viver, material e espiritualmente, em um mundo que não chega a ser moderno por inteiro.*” (BERMAN, 2006, p17). Já a terceira e última fase teria ocorrido no século XX no qual “[...] o processo de modernização se expande a ponto de abarcar virtualmente o mundo todo” (BERMAN, 2006, p17). Essa afirmativa de Berman (2006) sobre o século XX merece atenção, tendo em vista que ele escreve no início da década de 1980, momento em que praticamente só existiam os grandes computadores, e a *internet*⁶, ainda era apenas um sonho a ser alcançado, sendo um produto de poucos e para poucos. Entretanto, Berman (2006) já fazia referência a um processo virtual de cunho mundial.

Embora haja diferenças cronológicas nas duas perspectivas abordadas, acredita-se que elas possam ser facilmente explicadas, dada a distinção dos acontecimentos nos períodos em que cada autor escreve. Contudo, dois momentos coincidentes se destacam em suas periodizações, que é o

⁶Rede Mundial de Computadores.

início da primeira fase no século XVI, período em que as grandes navegações abriram uma infinidade de novas possibilidades, e a última no século XX, quando ambos deixam transparecer em suas palavras o vislumbre por algo inédito e avassalador, extremamente veloz, se comparado às fases anteriores, capaz de envolver virtualmente o mundo inteiro.

As mudanças desencadeadas pelas TDIC foram tão significativas que, segundo Figueiredo (1997), desde os relatos sobre as viagens no século XV, homens e mulheres não se sentiam tão fascinados, como ocorreu diante dos avanços das TDIC. Porém, agora o espanto e o deslumbramento estariam pautados pela ciência, ainda que para alguns o virtual estivesse intrinsecamente associado ao sobrenatural. Talvez seja esse o deslumbramento proporcionado por aquilo que é virtualmente novo e que, em um curto espaço de tempo, abarca o mundo instigando uma sensação de liberdade e de poder, disseminando um sentimento de modernidade diante do cotidiano. Entretanto, como efeito colateral, a sociedade é direcionada a questionar os limites do público em detrimento ao privado, criando o que poderíamos chamar de “público moderno”.

Por outro lado, à medida que se expande, o público moderno se multiplica em multidões de fragmentos, que falam linguagens incomensuravelmente confidenciais; a ideia de modernidade, concebida em inúmeros e fragmentários caminhos, perde sua nitidez, ressonância e profundidade e perde sua capacidade de organizar e dar sentido à vida das pessoas. Em consequência disso, encontramos hoje em meio a uma era moderna que perdeu contato com as raízes de sua própria modernidade. (sic). (BERMAN, 2006, p.17).

Muito embora Berman (2006) deixe transparecer em seus escritos, ser contrário à ideia de pós-modernidade, ela aparece nitidamente nas entrelinhas de sua citação, ainda que involuntariamente. E mais do que isso, Berman (2006) faz uma descrição testemunhal das mudanças provocadas pelas TDIC que, apesar de restritas, já exerciam influência no comportamento da sociedade naquele contexto. Caso contrário, como explicar um modernismo que se desvincula da raiz de sua modernidade?

Vale lembrar, que Berman (2006) escreve em um período controverso da história, já que para muitos economistas a década de 1980, é considerada a “década perdida”, ainda que o ano de 1979 e a década de 1980 tenham sido marcados por várias inovações tecnológicas, políticas e sociais. Porém, esse mesmo período para os estudiosos do assunto pode ser denominado como um prelúdio da pós-modernidade que, posteriormente, se tornaria um fato concreto, ainda que fluído, após o advento da *internet*.

Para melhor entendimento desse período é crucial assimilar a ideia de modernidade e pós-modernidade, muito embora não seja uma tarefa fácil. Conceituar modernidade e pós-modernidade é algo complicado de ser feito, pois são conceitos fugidios, escapadiços e abstratos, mesmo que seus efeitos se façam sentir de forma concreta.

Para Hall (2005), por exemplo, pós-modernidade seria: “[...] *um processo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social.*” (HALL, 2005, p.07).

Já Bauman (2001) vai trabalhar com a ideia de uma modernidade de contornos rígidos, portanto sólidos, que vai se modificando a partir das últimas décadas do século XX, originando a modernidade líquida, portanto fluida. Segundo o autor, a modernidade líquida teria emergido “[...] do derretimento radical dos grilhões e das algemas que, certo ou errado, eram suspeitos de limitar a liberdade individual

de escolher e de agir.” (BAUMAN, 2001, p.11)

Nos dois casos é possível apreender que a percepção de modernidade, apesar de trazer a ideia de rompimento com o que é conceitualmente ultrapassado, mantém contornos nítidos e centralizados que passam uma sensação de segurança, mas impõem limites. Já a pós-modernidade – também chamada de modernidade líquida – extrapola o conceito de modernidade ao romper com seus aspectos de centralidade e solidez, passando a ser fluida, líquida e multifacetada.

Assim, a partir 1994, com advento da *internet*, a ideia de público moderno, a que Berman (2006) se refere, ampliou-se ao ponto de abarcar a maior parte dos países do mundo. Desde então, o conceito de público se mistura com o privado e desfaz os limites que os separam. As TDIC tornaram-se possíveis a partir do rompimento com o espaço físico, ainda que o local se mantenha a trazer o público para dentro das casas e levar o privado para o mundo virtual, que é público. Desconstruindo, assim, o conceito do privado que, segundo Duby (1989), se constituiu no século XIX, e que se configurava como:

[...] uma área particular, claramente delimitada, é atribuída a essa parte da existência que todas as línguas denominam privada, uma zona de imunidade oferecida ao recolhimento, onde todos podemos abandonar as armas e as defesas das quais convém nos munir ao ar-riscar-nos no espaço público; onde relaxamos, onde nos colocamos à vontade, livres da carapaça de ostentação que assegura proteção externa. (DUBY, 1989, p.10).

Sendo assim, atitudes que até então se restringiam ao cotidiano privativo das pessoas, como a escrita de um diário, o compartilhamento de fotos, a partilha de pensamentos, passaram a acontecer através de Redes Sociais espalhadas pela *Web*⁷. Fenômeno que teria provocado a abstração das fronteiras entre o público e o privado. Segundo Hall (2005) o que vem ocorrendo nas últimas décadas é uma fragmentação das identidades promovidas pela velocidade da difusão das informações pela *Internet*. Ou ainda, como afirma Bauman (2005) “*Em nossa época líquido-moderna, o mundo em nossa volta está repartido em fragmentos mal coordenados, enquanto as nossas existências individuais são fatiadas numa sucessão de episódios fragilmente conectados.*” (BAUMAN, 2005, p.17)

Diante disso, segundo Sevcenko (2004), se as pessoas que nasceram antes da difusão das TDIC sentem seus efeitos fragmentários a ponto de ser cooptadas por elas, o que dizer sobre aqueles que nasceram em um mundo no qual o virtual já era uma realidade e, que hoje são crianças, adolescentes e jovens inseridos na sociedade, nas escolas e faculdades? Nos dias atuais é importante ter a consciência de que, querendo ou não, a maior parte da população mundial se vê “obrigada” a participar e conviver com as TDIC presentes intrinsecamente na humanidade.

Sendo assim, não há como negar que as TDIC, potencializadas pela ampliação exponencial da velocidade de navegação e pelo crescimento do número de acessos à *Internet*, trouxeram oportunidades e desafios, melhorias e obstáculos, proximidade e distanciamento, mudanças e permanências para a sociedade e seus atores.

Considerações Finais

Como consequência do advento da *Internet*, a sociedade tem protagonizado os efeitos das mudanças na velocidade das comunicações e das informações, ou seja, as pessoas tem vivenciado cada vez mais em seu cotidiano uma aproximação das potencialidades e

⁷ Conteúdo que circula pela internet.

facilidades oferecidas pelas TDIC. Exemplo disso seriam as mudanças na configuração dos relacionamentos, o que leva a recordar o efeito público moderno de Bauman (2005). Dito de outra forma, o que era privado, como fotos, passou a ser público e o público se transformou em comunitário, uma vez que hoje se compartilha de “tudo” através da *Web*.

Como demonstrado nesse artigo, o desenvolvimento tecnológico não parou somente no compartilhamento de textos, imagens e sons. Atualmente, os internautas deixaram de ser meros espectadores de conteúdos postados na *Web*, para se tornarem autores e coautores de conteúdos *on-line*.

Sendo assim, a compreensão das mudanças ocorridas na/e, através da *Internet/Web*, vem se tornando cada vez mais importante a medida que, teoricamente, a Rede Mundial de Computares teria a capacidade de influenciar e alterar o comportamento das pessoas que navegam em seu ambiente virtual. Especialmente sobre aqueles que já nasceram sob a égide da *Internet*.

Vale lembrar que, ao mesmo tempo em que a *internet* expõe seus usuários, ela também os protege e, mais do que isso, ela possibilita o acesso, a apropriação e o compartilhamento de informações públicas e privadas, com ou sem consentimento prévio. Fato pelo qual vem promovendo mudanças comportamentais que, como vislumbrado, vem sendo disseminadas pelos atores presentes na sociedade como um todo. Assim, diante do exposto, acredita-se que é inconcebível pensar em relações sociais, em pleno século XXI, sem se considerar as mudanças comportamentais provocadas pelas TDIC.

Apesar de atualmente, muito já se tenha avançado nas pesquisas sobre o uso e a influência das TDIC, a pesquisa histórica sobre o assunto ainda é um campo relativamente novo e repleto de possibilidades e desafios. Não obstante a isso, no Brasil já existem grupos de pesquisa que se empenham em investigar esta área. Em Minas Gerais especificamente, encontram-se núcleos de estudos distribuídos nas mais diversas instituições, como: a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), o Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC- Minas), entre outras. Nesses núcleos existem pessoas comprometidas em pesquisar as TDIC – também chamadas por alguns pesquisadores de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) ou Tecnologias da Informação (TI) – na expectativa de mapear suas inúmeras possibilidades. Não seria exagero dizer que Minas Gerais vem se tornando um polo para os pesquisadores que se dispõem a estudar e pesquisar as TDIC e suas implicações na sociedade e na educação.

Contudo, por se tratar de um campo relativamente novo, ainda há muito a se pesquisar nesta área, afinal, não se pode desconsiderar a velocidade com que as Tecnologias de Informação e Comunicação - TDIC vêm sendo produzidas e introduzidas na sociedade. Além do mais, no que se refere ao campo da história, pode-se dizer que há um universo de possibilidades esperando para serem exploradas e pesquisadas.

Referências Bibliográficas:

- AIRES, Philippe. DUBY, George. **História da Vida Privada**. São Paulo. Ed. Companhia das Letras. 1989.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: Entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução: Carlos Alberto Mediros. Rio de Janeiro. Ed: Jorge Zahar. 2005. 110 p.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Tradução: Plínio Deintzien. Rio de Janeiro. Ed: Jorge Zahar. 2001. 258 p.
- BERMAN, Marshall. **Tudo Que é Solido Desmancha No Ar**: A Aventura da Modernidade. Trad. Moisés, Carlo Felipe e Ioriatti, Ana Maria L. 2 ed. São Paulo, 2006.
- FIGUEIREDO, Luciano R. **História e Informática**: O Uso do Computador. in: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (org). **Domínios da história**: Ensaio de Teoria e Metodologia. 2 ed. Rio de Janeiro. 1997. 508p
- GUIZZO, Érico. **Internet**: o que é, o que oferece, como conectar-se. São Paulo – SP. Ed. Ática. 1999. 112p.
- HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 10 ed. Rio de Janeiro. Ed. DP&A. 2005. 102p.

Resiliência e Fracasso Escolar: uma análise dos fatores de risco e de proteção presentes nas famílias e nas escolas, capazes de interferir no processo de aprendizagem



<http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v8i2.1625>

Paula Knychala do Carmo

Especialista em Psicopedagogia pela UNIBH

e-mail: paulakc.psicoterapia@gmail.com



Verônica Cristina de Almeida e Silva de Barros Figueiredo

Mestre em Educação pela PUC-Minas

e-mail: veronica.figueiredo@prof.unibh.br



Recebido em: 12/08/2015 – Aceito em 03/03/2016

Resumo: A partir da Sociologia da Educação, o fracasso escolar é considerado como a representação da relação que se estabelece entre o meio familiar e social do aluno com a escolarização, bem como resultante do próprio investimento que as famílias depositam na educação de seus filhos. O artigo traz os fatores de risco e de proteção presentes nas famílias e nas escolas e como estes se associam ao processo de aprendizagem e fracasso escolar, bem como com a resiliência. Entende-se por resiliência a capacidade de superação diante uma situação de adversidade. E, por conjectura, acredita-se que alunos com características de resiliência demonstram ter mais recursos internos e externos que os levem à superação do fracasso escolar.

Palavras-chave: Fracasso Escolar. Escola. Família. Resiliência.

Abstract: From the Sociology of Education, school failure are considered as the representation of the relationship established between the family and social environment of the student with the schooling and investment resulting from own families to settle in the education of their children. The article brings family and educational factors that may favor or disfavor learning. In addition to checking the relation that is between school failure and a risk level as well as between a context of protection and the development of resilience characteristics. Means for overcoming resilience capacity on an adversarial situation. In addition, by conjecture, it believed that students with resilience characteristics show to have internal and external resources that lead to the overcoming of school failure.

Keywords: School Failure. School. Family. Resilience.

1 - Introdução

O presente estudo discute a relação que se estabelece entre resiliência e fracasso escolar. Em síntese, entende-se por resiliência a capacidade do indivíduo de superação frente a situações de adversidade. Compreende-se o fracasso escolar não como uma dificuldade exclusiva do aluno, mas como representação da relação que se constitui entre o meio familiar e social com a escolarização, além de ser

resultante do próprio investimento e/ou perspectivas que as famílias depositam na educação dos filhos. Além disso, o que se pode observar é que a resiliência é algo que se desenvolve a partir de contingências presentes no meio. Isto é, o contexto do aluno, seja ele a família ou a escola, pode favorecer ou impedir o desenvolvimento de características de resiliência. Da mesma forma, é possível perceber que as dificuldades presentes no processo de escolarização dizem respeito a fatores relacionados aos diversos ambientes do aluno, o que inclui a escola, a família e o contexto socioeconômico e, podem propiciar o surgimento de comportamentos inadequados, tais como o baixo rendimento escolar que, por sua vez, caracteriza o fracasso.

Isso posto, pergunta-se: alunos com características de resiliência têm mais condições de superar o fracasso escolar? Por conjectura, acredita-se que sim, dado que indivíduos com características de resiliência demonstram ter mais recursos internos e externos que podem levá-los à superação das adversidades, tais como o fracasso escolar.

Em vista disso, o presente estudo trouxe como objetivo verificar a relação que se estabelece entre o fracasso escolar e a resiliência. Para tanto, fez-se uma revisão bibliográfica acerca dos temas fracasso escolar, resiliência e fatores de risco e proteção presentes nas famílias e escolas, e como estes se associam ao processo de aprendizagem e fracasso escolar. O embasamento teórico se fundamenta na abordagem da Sociologia da Educação, que intenta uma aproximação da relação família-escola, preocupando-se com o percurso escolar dos membros familiares dentro de uma perspectiva social, para além da eminência das desigualdades de oportunidades buscando ainda a compreensão do lugar social que a escola ocupa dentro da comunidade que se insere.

Acredita-se que o trabalho se justifique por elucidar como um ambiente de risco, seja ele a família ou a escola, mostra-se prejudicial para o desenvolvimento integral da criança e do adolescente, podendo ocasionar prejuízos escolares. Assim como um ambiente de proteção pode ser favorável, não apenas para um bom desempenho escolar, como também para o desenvolvimento de características de resiliência, que, por sua vez, podem se tornar aliadas no processo de superação do fracasso escolar, sobretudo diante de fatores de risco. Além do mais, acredita-se que o trabalho possa orientar pais e educadores na elaboração de programas e formas de intervenção, com base no desenvolvimento de características de resiliência nos alunos, como meio de facilitar o seu desenvolvimento e fortalecer sua capacidade de enfrentar as adversidades.

2 - Resiliência e Fracasso Escolar

Comumente observa-se que o fracasso escolar é caracterizado por reprovações ao longo do processo de escolarização e taxas de aproveitamento inferiores à média. Neste sentido, Souza *et al.* (2001, p.130) afirmam que “as dificuldades enfrentadas pelas crianças na escola são fenômenos produzidos por uma rede de relações que inclui a escola, a família e a própria criança, em um contexto socioeconômico”.

Avaliando a rede de relações entre o contexto familiar e o escolar, Nogueira (1998) ressalta que é possível perceber, no enunciado da escola, legítima necessidade de observar a família não apenas como forma de conhecer o aluno, como também de propor coerência entre as atividades educativas da escola e da família. Desse modo, a interação com os pais é vista como meio privilegiado de alcançar os ideais pedagógicos. Em paralelo, a autora afirma que as famílias têm demonstrado crescente interesse pelo processo escolar dos filhos, desde sua inserção no âmbito escolar, até a integração à sociedade, embora seja possível observar variações a partir do meio social em que vivem. Como resultado, Nogueira (1998) esclarece que a escola tem ampliado sua área de atuação aos domínios que até então eram reservados à

socialização familiar, ao mesmo tempo em que a família tem invadindo o espaço da escola, a tal ponto de se criar um sistema de interdependência e influências mútuas entre família e escola.

Além disso, Nogueira (2006, p.160) aponta que, atualmente, o “modelo de família alarga de forma intensa a responsabilidade parental em relação aos filhos. Estes últimos funcionam como um espelho em que os pais veem refletidos os acertos e erros de suas concepções e práticas educativas”. Desse modo, os pais tornam-se responsáveis pelos êxitos e fracassos dos filhos, sobretudo frente o universo escolar.

Neste sentido, explicita Nogueira (1998):

A ênfase será posta agora na atividade própria do grupo familiar, definindo-se sua especificidade por sua dinâmica interna e sua forma de se relacionar com o meio social, em boa medida uma construção sua. Assim, o funcionamento e as orientações familiares operariam como uma mediação entre, de um lado, a posição da família na estratificação social e, de outro, as aspirações e condutas educativas, e as relações com as escolaridades dos filhos (NOGUEIRA, 1998, p.95).

Prosseguindo, Assis (2014), parafraseando Pierre Bourdieu, um dos principais sociólogos no campo da Sociologia da Educação, acrescenta:

Cada família transmite a seus filhos, mais por vias indiretas que diretas, um certo capital cultural e um certo *ethos*, sistema de valores implícitos e profundamente interiorizados, que contribui para definir, entre outras coisas, as atitudes face ao capital cultural e à instituição escolar. A herança cultural, que difere, sob os dois aspectos, segundo as classes sociais, é a responsável pela diferença inicial das crianças diante da experiência escolar e, conseqüentemente, pelas taxas de êxito (Bourdieu, 1998, *apud* ASSIS, 2014, p.17).

De forma complementar, Barbosa (2009) ressalta que o capital cultural, isto é, a educação dos pais e as relações sociais da família, bem como a estrutura familiar, apresentam-se como fatores relevantes para a trajetória escolar dos estudantes, tendo ainda mais peso sobre o desempenho escolar do que propriamente o capital econômico detido pela família, embora este último seja também um fator determinante.

Neste sentido, Nogueira e Nogueira (2002, p.21) apontam que “a educação escolar, no caso das crianças oriundas de meios culturalmente favorecidos, seria uma espécie de continuação da educação familiar, enquanto para as outras crianças significaria algo estranho, distante, ou mesmo ameaçador”. Além do mais, Nogueira e Nogueira (2002) também citando Pierre Bordieu, elucidam que o indivíduo deve ser caracterizado por sua bagagem socialmente herdada, esclarecendo que

A ideia de Bourdieu é a de que, pelo acúmulo histórico de experiências de êxito e de fracasso, os grupos sociais iriam construindo um conhecimento prático (não plenamente consciente) relativo ao que é possível ou não de ser alcançado pelos seus membros dentro da realidade social concreta na qual eles agem, e sobre as formas mais adequadas de fazê-lo. (NOGUEIRA, NOGUEIRA, 2002, p.22).

Assim, Nogueira e Nogueira (2002) sugerem que a partir dos exemplos de sucesso ou fracasso escolar vivenciados pelos familiares, a criança começa a construir suas próprias expectativas frente o uni-

verso escolar, passando a se adequar a elas, ainda que de forma inconsciente. No entanto, os autores ressaltam que as famílias pertencentes a cada grupo social tenderão a dedicar seus esforços na carreira escolar dos filhos com base em suas perspectivas de êxito, mas, também, diante da possibilidade de manutenção da posição estrutural atual, ou tendência à ascensão, a partir do sucesso escolar de seus membros. Quanto a isso, Lahire, citado por Nogueira e Nogueira (2002), ressalta que família e indivíduo não se reduzem à sua posição de classe, de tal forma que se faz imprescindível conhecer a dinâmica interna da família e suas relações de interdependência social e afetiva, pois só assim será possível avaliar o grau e a forma como os recursos disponíveis são ou não transmitidos aos filhos.

Seguindo por esse pressuposto, o fracasso escolar é percebido não como uma dificuldade exclusiva do aluno e sim como representação da relação que se estabelece entre o meio familiar e social com a escolarização, além de ser resultante do próprio investimento e/ou perspectivas que as famílias depositam na educação dos filhos.

Contudo, Barbosa (2009) enfatiza que a teoria social abre a oportunidade de compressão da formação das expectativas não meramente como resposta racional e mecânica ao desempenho objetivo, mas também como resultante de um processo de socialização. Barbosa (2009, p.75) acrescenta então a noção de capital social, explicando que “quando tratamos do capital social no plano familiar, podemos dizer que ele é/expressa o tempo e a atenção que os pais têm ou usam para a interação com os filhos, monitorando suas atividades, promovendo seu bem estar e desempenho escolar”.

Posto isso, Elias *et al.* (2005) afirmam que os contextos onde o indivíduo se desenvolve podem favorecer, em maior ou menor grau, o desenvolvimento da competência, como também a vulnerabilidade aos riscos, tanto daqueles inerentes ao ciclo de vida, quanto dos decorrentes de circunstâncias de vida adversas ao desenvolvimento. De acordo com Pesce *et al.* (2005, p.135) “eventos considerados como risco são obstáculos individuais ou ambientais que aumentariam a vulnerabilidade da criança para resultados negativos no seu desenvolvimento”, acrescentando:

Por vulnerabilidade entende-se a predisposição individual para desenvolver variadas formas de psicopatologias ou comportamentos não eficazes, ou susceptibilidade para um resultado negativo no desenvolvimento. No outro lado, está a resiliência, como a predisposição individual para resistir às consequências negativas do risco e desenvolver-se adequadamente (PESCE *et al.*, 2005, p.136).

O vocábulo “resiliência” tem sua origem no latim, no termo *resilio*, que significa voltar atrás, recuar. É um conceito originário da física, na qual é definido como a capacidade de um material absorver energia sem sofrer deformação plástica. No entanto, em psicologia esse conceito está superado, dado que não é possível uma pessoa absorver um evento estressor e voltar à sua forma anterior, pois ela aprende, cresce, se desenvolve e amadurece (POLETTI e KOLLER, 2008). Brino *et al.* (2009) explicam que o conceito vem associado à flexibilidade, na capacidade do indivíduo de se recuperar e se adaptar diante de situações de conflito. Castro e Libório (2010) complementam que diante da impossibilidade de eliminar os fatores de risco por completo, a resiliência surge como superação das vulnerabilidades, resultando em uma consequência boa, apesar da presença de fatores de risco.

Neste sentido, Pesce *et al.* (2005) alertam para a existência de inúmeros fatores de risco capazes de afetar a capacidade de resiliência nas crianças e adolescentes, a saber: pobreza, rupturas na família, presença de algum tipo de violência, doenças ou perdas importantes. Castro e Libório (2010) agregam os

cuidados deficientes da família no desenvolvimento físico, social e emocional da criança, pais alcoolistas, drogaditos ou com distúrbio mental, bem como criminalidade na família.

Posto isso, a resiliência caracteriza-se como o conjunto de processos sociais e intrapsíquicos capazes de favorecer o desenvolvimento de uma vida sadia, ainda que imerso em um ambiente não sadio, sendo este um processo resultante da combinação entre os atributos da criança ou jovem e seu ambiente familiar, social e cultural (PESCE *et al.*, 2005). Assim, a resiliência emerge como resultado da relação do sujeito com seu entorno. Por esse motivo, a qualidade dos vínculos familiares é também um dado crucial para a resiliência e, de acordo com Walsh, citada por Brino *et al.* (2009), o desenvolvimento de características de resiliência vai depender do estilo parental, ou seja, a forma como os pais se relacionam com os filhos, a maneira de discipliná-los e de comunicar-se com eles, além do espaço oferecido para se expressarem ou participarem das decisões familiares. Nesse aspecto, famílias consideradas resilientes são aquelas que conseguem resistir aos problemas decorrentes de mudanças, readaptando-se em situações de crise (YUNES, 2003). Em meio a esse contexto, a resiliência aparece como recurso familiar capaz de favorecer o enfrentamento das adversidades, resultando na superação das dificuldades. Por outro lado, Marturano (1999) defende que famílias com menos acesso aos recursos pessoais para o enfrentamento das situações cotidianas revelam-se mais propensas a vir a apresentar dificuldades diante da necessidade de arrostar-se.

Em síntese, Brino *et al.* (2009) explicam que

Resiliência não é uma característica ou traço individual, mas consequência da interação entre os fatores de risco, a intensidade e duração dos mesmos e dos fatores de proteção do indivíduo ou do seu ambiente, decorrentes de relações parentais satisfatórias e da disponibilidade de fontes de suporte social na vizinhança, escola e comunidade (BRINO *et al.*, 2009, p.23).

Nesse sentido, Castro e Libório (2010) acreditam que a construção de uma rede social de apoio é capaz de oferecer condições favoráveis ao desenvolvimento humano e apontam para a qualidade das vivências de confiança como importante fator protetivo na construção da noção de competência social, favorecendo a capacidade do indivíduo de superar as adversidades, isto é, de tornar-se resiliente. Castro e Libório (2010, p.62) apontam ainda que a expectativa de receber ajuda por parte das instituições é também um indicador de proteção, sendo que “a confiança do sujeito em suas capacidades de superação, aliada à presença de instituições e indivíduos com os quais pode contar em momentos de crise, configuram-se como imprescindíveis indicadores protetivos”.

Além disso, Brino *et al.* (2009) preconizam que crianças resilientes demonstram haver associação positiva entre características socioemocionais e cognitivas próprias com a possibilidade de enfrentar os fatores de risco e de aproveitar os fatores protetivos de forma a obter um sucesso adaptativo, completando:

As características emocionais e habilidades sociais apontadas nos jovens resilientes são: mais responsabilidade, autonomia, motivação para realização de tarefas, boas habilidades de comunicação e soluções de problemas, boas relações interpessoais, empatia, ter um hobby ou interesse especial compartilhado com algum amigo, direção de metas, *locus* de controle interno, expectativas futuras, senso de auto-eficácia, criatividade, humor e autoconceito positivo. No meio escolar, os estudantes resilientes apresentam competências

cognitiva, escolar e capacidade de atenção e concentração (BRINO *et al.*, 2009, p.25).

Por sua vez, Garcia e Boruchovitch (2014) apontam que é possível observar relações positivas entre o desenvolvimento de características de resiliência e a melhoria do desempenho escolar, quando o aluno dispõe de maior supervisão familiar, maior apoio social e melhores relacionamentos com amigos e professores. Por conseguinte, Noronha e Rodrigues (2011) enfatizam que identificar características de resiliência se faz relevante, pois orienta a elaboração de programas de intervenção como forma de facilitar o desenvolvimento do indivíduo, fortalecendo sua capacidade de enfrentar as adversidades. Dado que, existem crianças que necessitam de auxílio para enfrentar as dificuldades presentes em seu cotidiano familiar, escolar e social.

Voltando o olhar para o contexto escolar, Castro e Libório (2010) avaliam que as escolas podem ser amplamente protetivas, sobretudo para crianças e adolescentes expostas a situações de risco. Para tanto, sugerem que as escolas devem se revelar especialmente inclusivas, sendo essencial o reconhecimento e a valorização da diversidade étnica e social dos alunos, de forma que se possa realizar um trabalho em prol das relações de diálogo e reciprocidade diante das situações em que as diferenças se tornam mais aparentes. Neste contexto, Êrnica e Batista, citados por Assis (2014) acrescentam que o “efeito de território” é capaz de se fazer presente, ainda que o aluno estude fora do seu local de moradia, explicando existir a tendência ao isolamento nas unidades educacionais, que acabam por reproduzir os estigmas e preconceitos, além dos padrões de sociabilidade fomentados pela segregação social, que não deveriam condizer com a prática escolar. O que, além de não contribuir para o bom desempenho, acaba por promover o fracasso escolar.

Além disso, Barbosa (2009) enfatiza que o desempenho escolar está diretamente ligado à disponibilidade de capital social, econômico e cultural da família. No entanto, considera que os efeitos escolares sobre o aluno podem, ao menos em parte, reduzir os efeitos da posição social sobre o seu desempenho escolar. Neste sentido, Barbosa (2009, p.183) defende que “a escola oferece a indivíduos com diferentes origens sociais e níveis de habilidade as mesmas oportunidades”, sendo, portanto, um instrumento de luta contra as desigualdades sociais.

Por outro lado, Castro e Libório (2010) alertam para o fato de que muitas escolas não conseguem ainda resguardar seus alunos, pois não têm estabelecido ações de combate aos estigmas e aos preconceitos de várias naturezas, motivo pelo qual têm deixado o trabalho pedagógico ser guiado pela burocracia, em detrimento da oferta de um ensino de qualidade. Tal fato faz com que a prática escolar fique fora de uma perspectiva incluyente e, por isso, configure-se mais como fator de risco do que como espaço protetivo. Castro e Libório (2010) colocam em relevância ainda as diversas circunstâncias presentes no ambiente escolar e que podem ser indicadas como propensão ao risco para o desenvolvimento integral da criança e do adolescente, a saber: dificuldade no rendimento escolar, manifestações hostis intensas e repetidas, dificuldade de adaptação ao papel de estudante e à interação social, histórico de reprovação, inadequação ao ambiente escolar, falta de afinidade e integração com os professores, assim como a falta de confiança em relação à equipe pedagógica e ao corpo de funcionários da escola. Nesse contexto, Marturano (1999) realça a influência da família como principal fonte de apoio e de recursos a que a criança pode recorrer diante de desafios no processo de integração à escola.

Em contrapartida, Castro e Libório (2010) sugerem que, quando o aluno estabelece relações afetivas de confiança com os membros da comunidade escolar, a escola pode se mostrar como significativa rede de apoio social e afetiva, atuando enquanto importante fator protetivo frente aos riscos. Assim,

os autores avaliam a escola como o ambiente ideal para dar suporte e melhoria na qualidade de vida da população infanto-juvenil, acreditando que, depois da família, ela constitui a principal instituição na vida dos alunos, sendo importante tanto nas projeções de sucesso e bem-estar, quanto pela quantidade de tempo em que o aluno passa no seu interior.

Neste sentido, Rezena *et al.* (2008) reiteram que os principais sistemas de suporte com os quais a criança pode contar no seu desenvolvimento, e para enfrentar as dificuldades, são justamente a família e a escola, sendo que a escola contribui para a interação com outras crianças, dando-lhe novas oportunidades e abrindo novos caminhos. Já a família contribui para o desenvolvimento da estabilidade emocional, ao oferecer-lhe apoio e experiências relacionadas à cultura e à educação, além de valorizar suas atividades. Mappa (2014) acrescenta que família e escola representam pilares fundamentais para o processo educativo, sendo suas funções complementares. Por isso, além de ser importante a escola conhecer o contexto familiar dos alunos, faz-se imprescindível que as famílias participem ativamente das questões escolares.

Ademais, família e escola podem funcionar tanto como ambiente de risco quanto de proteção, de modo que, quando funcionam como rede protetiva e trabalham de maneira interligada, os fatores de proteção presentes em um desses sistemas podem subsidiar os cuidados deficientes no outro. Assim, os mecanismos de proteção que um indivíduo possui internamente, ou recebe do meio, são elementos cruciais para o desenvolvimento da resiliência, que salienta como considerável fator de superação das adversidades e, por assim dizer, do fracasso escolar.

3 - A relação família, escola, resiliência e fracasso escolar

Diante do exposto, pôde-se observar que a resiliência aparece como considerável fator de superação diante do fracasso escolar, sendo os fatores ou mecanismos de proteção que um indivíduo dispõe internamente, ou recebe do meio, elementos cruciais para o desenvolvimento da resiliência.

Ao analisar os dados colhidos na revisão bibliográfica, ficou evidenciado que família e escola podem funcionar tanto como fator de risco quanto de proteção para os seus membros. De tal modo que, quando funcionam como rede protetiva e, trabalham em concordância, os fatores de proteção presentes em um destes sistemas podem dar subsídio aos cuidados deficientes no outro.

Conforme mencionado anteriormente, Castro e Libório (2010) apontam para a família como a principal instituição na vida dos alunos, sendo a escola o ambiente ideal para dar suporte e melhoria na qualidade de vida da população infanto-juvenil. Além disso, os autores alertam para a existência de fatores de propensão ao risco presentes no ambiente familiar e escolar, os quais poderiam prejudicar o desenvolvimento integral da criança e do adolescente. Por outro lado, Castro e Libório (2010) acrescentam que, frente às adversidades significativas, o processo de resiliência poderia se desenvolver na presença de fatores protetivos, os quais se observam também nas famílias e escolas.

Neste sentido, reportou-se as convicções de Garcia e Boruchovitch (2014) que afirmam ser possível observar uma relação positiva entre o desenvolvimento de características de resiliência e a melhoria do desempenho escolar com maior supervisão familiar, maior apoio social e melhores relacionamentos com amigos e professores, cooperando para a confirmação da hipótese de que indivíduos com características de resiliência demonstram ter mais recursos internos e externos que podem levá-los à superação do fracasso escolar.

Por sua vez, Rezena *et al.* (2008) reforçam a ideia de complementariedade na função família-escola no processo educativo e protetivo, contemplando que a família contribui para o desenvolvimento da estabilidade emocional do aluno, ao oferecer-lhe apoio e experiências relacionadas à cultura e à educação, além de valorizar suas atividades, enquanto a escola contribui para a interação com outras crianças, dando ao aluno novas oportunidades e abrindo novos caminhos, como afirmado anteriormente.

Em síntese, o quadro 1 apresenta uma comparativa das ideias dos autores já citados anteriormente, quanto a relação entre família, escola, resiliência e fracasso escolar.

Quadro 1

Autores / Categorias	Família, Resiliência e Fracasso Escolar	Família, Resiliência e Fracasso Escolar
<p style="text-align: center;">Castro e Libório (2010)</p>	<p>Principal instituição na vida dos alunos. No entanto, pode vir carregada de fatores de risco que podem afetar a capacidade de resiliência, tais como: cuidados deficientes da instituição familiar no desenvolvimento físico, social e emocional da criança, pais alcoolistas ou drogaditos ou com distúrbio mental, bem como criminalidade na família. Por outro lado, frente às adversidades significativas o processo de resiliência poderia se desenvolver na presença de redes de apoio afetivo (ambiente coeso e ausência de conflitos na família) e redes de apoio social (extrafamiliar), que dizem respeito à qualidade da relação interpessoal entre os membros da família e família-sociedade.</p>	<p>Principal instituição após a família, sendo o ambiente ideal para dar suporte e melhoria na qualidade de vida da população infanto-juvenil. Pode funcionar como potente fator de proteção, sobretudo para adolescentes e jovens expostos a situações de risco, de forma que deve estar hábil para lidar com as possíveis adversidades e complexidades presentes no contexto escolar. Por outro lado, diversas circunstâncias presentes no ambiente escolar podem ser eleitas como fatores de propensão ao risco para o desenvolvimento integral da criança e do adolescente, a saber: dificuldade no rendimento escolar, manifestações hostis intensas e repetidas, dificuldade de adaptação ao papel de estudante e na interação social, histórico de reprovação, inadequação ao ambiente escolar, falta de afinidade e integração com os professores, assim como a falta de confiança em relação à equipe pedagógica e ao corpo de funcionários da escola.</p>
<p style="text-align: center;">Garcia e Boruchovitch (2014)</p>	<p>Relação positiva entre o desenvolvimento de características de resiliência e melhoria do desempenho escolar com maior supervisão familiar.</p>	<p>Relação positiva entre o desenvolvimento de características de resiliência e melhoria do desempenho escolar com maior apoio social e melhores relacionamentos com amigos e professores.</p>
<p style="text-align: center;">Rezena et al. (2008)</p>	<p>Contribui para o desenvolvimento da estabilidade emocional do aluno, ao oferecer-lhe apoio e experiências relacionadas à cultura e à educação, além de valorizar suas atividades.</p>	<p>Contribui para a interação com outras crianças, dando ao aluno novas oportunidades e abrindo novos caminhos.</p>

Família, Escola, Resiliência e Fracasso Escolar

4 - Considerações Finais

Ao final da discussão teórica, pôde-se verificar a relação que se estabelece entre fracasso escolar e resiliência, sendo a última um fator de propensão para a superação do fracasso. Foram alcançados os objetivos diante da delimitação dos fatores de risco e proteção presentes nas famílias e escolas e como esses se associam ao processo de aprendizagem e fracasso escolar, bem como à resiliência, não deixando dúvidas de que um ambiente de risco pode ser prejudicial para o desenvolvimento integral da criança e do adolescente, e por assim dizer, para o processo de escolarização. Da mesma forma, um ambiente de proteção pode ser favorável, não apenas para um bom desempenho escolar, como também para o desenvolvimento de características de resiliência, que se tornam um fator de sucesso perante o processo de superação do fracasso escolar, sobretudo diante de fatores de risco, confirmando a hipótese inicial do trabalho.

Desse modo, verificou-se que para o aluno desenvolver características de resiliência é preciso que ele possa contar com fatores protetivos no seu desenvolvimento. Para tal, faz-se imprescindível a criação de redes de apoio e proteção, sendo justamente a família e escola as principais instituições a que o aluno pode recorrer. Assim, não restam dúvidas de que o trabalho em concordância entre essas duas instâncias educativas torna-se primordial, sendo que família e escola podem funcionar uma como a extensão da outra, não só no processo educativo como também no protetivo.

Reforçou-se ainda a importância da parceria entre família e escola, não apenas diante do sucesso escolar, mas, principalmente, diante do fracasso, de tal modo que possam traçar juntas estratégias que levem o aluno a aprimorar o seu desempenho escolar.

Isso posto, estima-se que este trabalho possa levar a uma reflexão por parte dos educadores e familiares quanto às suas responsabilidades frente ao aluno com fracasso escolar, e das possibilidades existentes nesses contextos, que possam levá-lo a atingir o sucesso, bem como no preparo de um ambiente adequado para o desenvolvimento de características de resiliência.

Referências Bibliográficas

- ASSIS, C. F. **A relação família-escola em um território de alta vulnerabilidade social: um estudo de caso em Mariana-MG.** UFOP, Mariana, fevereiro, 2014.
- BARBOSA, M. L. O. **Desigualdade e desempenho: uma introdução à sociologia da escola brasileira.** 1ª ed. Belo Horizonte: ARGUMENTVM, 2009, 270p.
- BRINO, R. F., GARCIA, S. C. & WILLIAMS, L. C. A. **Risco e Resiliência em escolares: um estudo comparativo com múltiplos instrumentos.** *Psicologia da Educação*, São Paulo, v. 28, p. 23-50, 1º sem. de 2009.
- CASTRO, Bernardo Monteiro; LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra. **Risco e resiliência entre adolescentes e jovens de escolas públicas de Belo Horizonte.** Curitiba. Editora CRV, 2010, 180p.
- ELIAS, L. C. S.; MARTURANO, E. M.; D'AVILA-BACARJI, K. M. G. **Suporte parental: um estudo sobre crianças com queixas escolares.** *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 10, n. 1, p. 107-115, janeiro/abril, 2005.
- GARCIA, N. R.; BORUCHOVITCH, E. **Atribuições de causalidade para o desempenho escolar e resiliência em estudantes.** *Psico-USF* Bragança Paulista, v. 19, n. 2, p. 277-286, maio/agosto, 2014.
- MARTURANO, E. **Recursos no Ambiente Familiar e Dificuldades de Aprendizagem na Escola.** *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Ribeirão Preto, v. 15 n. 2, p. 135-142, maio/agosto, 1999.
- MAPPA, M. G. **A comunicação no programa família escola de Belo Horizonte.** Juiz de Fora, 2014, 122 p. Disponível em <<http://www.mestrado.caedufjf.net/wp-content/uploads/2014/12/MAGI-CRISTINA-MAPPA.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2015.
- NOGUEIRA, M. A. **A Categoria "família" na pesquisa de sociologia da educação: notas preliminares sobre um processo de desen-**

volvimento. *Inter-legre* (UFRN), v. 9, p. 156-166, 2011.

NOGUEIRA, M. A. **Família e escola na contemporaneidade**: os meandros de uma relação. *Educação e Realidade*, p. 155-170, julho/dezembro, 2006.

NOGUEIRA, M. A. **Relação família-escola**: novo objeto na sociologia da educação. *Paidéia*, Ribeirão Preto, p. 91-103, fevereiro/agosto, 1998.

NOGUEIRA, C. M. M., NOGUEIRA, M. A. **A sociologia da educação de Pierre Bourdieu**: limites e contribuições. *Educação & Sociedade*, n. 78, abril, 2002.

NORONHA, M. I.; RODRIGUES, M. A. **Saúde e bem-estar de crianças em idade escolar**. *Escola Anna Nery*, Rio de Janeiro, n. 15, v. 2, p. 395-401, janeiro/junho, 2011.

PESCE, R. P. *et al.* Adaptação transcultural, confiabilidade e validade da escala de resiliência. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 436-488, março/abril, 2005.

POLETTI, M.; KOLLER, S. H. **Contextos ecológicos**: promotores de resiliência, fatores de risco e de proteção. *Estudos de Psicologia*, Campinas, n. 25, v. 3, p. 405-416, julho/setembro, 2008.

REZENA, B. S. *et al.* **Fatores de risco e proteção para a prontidão escolar**. *Psicol. Ciênc. Prof.*, Brasília, v. 28, n. 3, setembro, 2008.

SOUZA, B. P. *et al.* **Orientação à queixa escolar**. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 6, n. 2, p. 129-134, julho/dezembro, 2001.

YUNES, M. A. M. **Psicologia positiva e resiliência**: o foco no indivíduo e na família. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 8, p. 75-84, 2003.

Mindelo:

O Projeto da Construção de uma Civilização (1803-1838)



<http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v8i2.1615>

Eduardo Adilson Camilo Pereira

Doutor e Professor na Universidade de Cabo Verde/DCPE - ISCJS

e-mail: eduardo.pereira@docente.unicv.edu.cv



Recebido em: 25/07/2015 – Aceito em 07/02/2016

Resumo: A partir da análise dos diversos discursos políticos produzidos e reproduzidos pelas elites políticas em Cabo Verde, em torno de qual ilha deveria sediar a capital do arquipélago, o presente artigo pretende problematizar sobre dois pontos: refletir sobre os discursos e os projetos da construção de Mindelo, representada como sendo o progresso e o futuro de Cabo Verde; e compreender os argumentos político-econômicos apresentados para justificar a transferência do governo, com especial atenção para a centralidade geográfica, comércio externo e existência de bom porto para a navegação.

Palavras-chave: Cabo Verde; civilização; elites políticas; Mindelo

Abstract: This research analyzes the various political speeches produced and reproduced by the political elites in Cape Verde, around which the island would host the capital of the archipelago. It also aims to analyze the speeches and projects around the construction of Mindelo, represented as the progress and the future of Cape Verde. It also proposes to analyze and understand the political and economic arguments to justify the government's transfer as a special attention to the geographic centrality, foreign trade and the existence of safe harbor for navigation.

Keywords: Cape Verde; civilization; political elites; Mindelo

1 - Introdução

A discussão sobre onde deveria ser a sede do governo geral no arquipélago de Cabo Verde é crucial para a compreensão tanto da dimensão das disputas políticas quanto das implicações das revoltas dos rendeiros do interior da ilha de Santiago (1822-1841). Também é importante para a análise e compreensão do processo de formação da estrutura administrativa do Estado de Cabo Verde. Embora, esta discussão tenha sido tratada unicamente sob o ponto de vista das adversidades climáticas, outras questões interferiram nessa discussão, como sejam: políticas, culturais e geográficas.

Na primeira metade do século XIX, além da questão climática, são apresentadas outras motivações de ordem sócio-cultural, que nos propomos a discutir. As propostas registradas ente 1803 e 1838 permitem melhor compreender que, além dos fatores climáticos salientados pela historiografia, o contexto político e as tensões sociais da ilha de Santiago eram, de fato as preocupações subjacentes. De outro lado, regista-se não só a emergência dos movimentos de contestação à exploração, como também as primeiras propostas fundamentadas de transferência da sede do governo para as ilhas de Santo Antão, São Vicente e São Nicolau. Além disso, as propostas permitem perceber as várias exigências da elites políticas das referidas ilhas, dentre as quais a de eleger um representante para integrar a junta de governo na vila da Praia.

O recorte temporal deste artigo são os anos de 1803 e 1838. A data inicial justifica-se, tendo em vista que foi neste ano em que se regista as primeiras propostas de transferência da sede do governo para

as ilhas de São Vicente, São Nicolau e Santo Antão. A data final justifica-se pela apresentação do primeiro projeto de construção da nova cidade do Mindelo. Para a realização desta pesquisa foram utilizadas fontes primárias pesquisadas nos seguintes arquivos: Arquivo Histórico Ultramarino, Arquivo Histórico Militar de Lisboa, além de recolhidas de fontes no Arquivo Histórico Nacional, cidade da Praia – Cabo Verde, como sejam: ofícios, relatórios e correspondências.

Além disso, utilizaremos uma ampla bibliografia relativa a aspectos teóricos, metodológicos e históricos acerca da constituição sócio-política e cultural de Cabo Verde, sobretudo entre os anos de 1803 e 1838.

Quais as razões que levaram as elites políticas a propor a criação de Mindelo? Qual o modelo arquitetônico proposto para a nova cidade? Qual era o perfil desejado dos habitantes da nova cidade? Para responder a estas problemáticas, este artigo busca compreender os argumentos político-econômicos apresentados para justificar a transferência da sede administrativa do governo, com especial atenção para a centralidade geográfica, o comércio externo e a existência de bom porto para a navegação.

Quais discursos estiveram na base na criação dessa civilização? Para tal, cabe compreender o alcance do conceito de civilização. O antropólogo Edward B. Tylor utilizou “*culture*” para se referir às sociedades primitivas, enquanto que *civilização* referia-se às sociedades modernas e evoluídas – “Culture or Civilization, taken in its wide ethnographic sense, is that complex whole which includes knowledge, belief, art, morals, law, custom, and any other capabilities and habits acquired by man as a member of society”.¹ A ideia de civilização, de inspiração hobbesiana,² estaria presente quando houvesse um poder centralizado, suficientemente capaz de impor ordem e submissão aos demais membros da sociedade.

Ainda segundo Tylor, a civilização estaria classificada em estágios, sendo que o “estado selvagem” representaria o estágio de início da humanidade. A barbárie e a selvajaria seriam contrários ao estágio da civilização, identificada à invenção mecânica.³ A diferença residiria na presença ou ausência da industrialização, conhecimentos científicos e princípios morais – “The principal criteria of classification are the absence or presence (...) of the industrial arts (...) the extent of scientific knowledge (...) moral principles (...)”.⁴ A transição do estado selvagem para o estado civilizado dá-se por meio do progresso da arte do conhecimento, único elemento do desenvolvimento da cultura.⁵ O homem “selvagem” seria uma degeneração do homem civilizado.⁶ Além disso, o “estágio” de civilização equivaleria o domínio do conhecimento intelectual.⁷

Para Norbert Elias, o conceito de civilização pressupunha um conjunto de instruções variadas de conduta, encontradas nos chamados “manuais de civilidade”, representavam tendências restritivas: interdições comportamentais que identificavam indivíduos e grupos e os prendiam a um crescente jogo de posturas e ações, conseguidas pela escolarização. O conceito de civilização ainda se referia tanto à industrialização quanto a existência de infraestruturas para tal.⁸

O conceito de civilização utilizado no projeto de criação de Mindelo ressaltava dois aspectos: presença ou ausência de industrialização e presença ou ausência de escolarização. O projeto do governador geral de Cabo Verde, Joaquim Pereira Marinho (1835, 1837-1839), visava criar na ilha de São Vicente uma “civilização” industrial e comercial em torno do Porto Grande, com base na indústria textil, extração do sal e confecção de tijolos. A ideia de civilização de Marinho estava presente na proposta de criação de um centro de “civilização”, que se opunha à agricultura de subsistência, praticada principalmente no interior da Ilha de Santiago. A transferência para São Vicente também visava romper com uma cultura de revoltas e “anarquia” vigente no

¹TYLOR, Edward B. *Primitive Culture*. 6th. Edition, London: John Murray, 1920 (1871), v. I, p. 1; p. 21.

²HOBBS, Thomas. *Leviatã ou material, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. São Paulo: Victor Civita, 1983.

³TYLOR, Edward B., *Primitive Culture*, p. 7; p. 15; p. 32.

⁴TYLOR, Edward B., *Primitive Culture*, p. 26-27; p. 56; p. 64.

⁵TYLOR, Edward B., *Primitive Culture*, p. 27.

⁶TYLOR, Edward B., *Primitive Culture*, p. 41; p. 45.

⁷TYLOR, Edward B., *Primitive Culture*, p. 68.

⁸ELIAS, Norbert. *O processo civilizador (Formação do Estado e Civilização)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995, v. I.

interior da ilha de Santiago. O homem revoltado era oposto ao do homem civilizado, capaz de se submeter a um poder central. Além disso, a noção de civilização foi empregada na definição do perfil das pessoas que teriam a permissão para residir em Mindelo.

Este tema da transferência da sede administrativa do governo em Cabo Verde, no século XIX, foi ainda pouco visitada pela historiografia. Há apenas quatro estudos sobre isso. Para o comandante e estudioso Christianno José Senna Barcellos (1854-1915), em seus *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*⁹, enfatizou que a insalubridade do clima como a precariedade do porto da cidade da Ribeira Grande eram os grandes problemas desta cidade. Além do mais, em uma exposição feita pela Câmara da Praia, no ano de 1834, dirigida à Rainha, Barcellos propôs a fundação de uma povoação agrícola no interior da ilha de Santiago e, conseqüentemente, a construção de uma rede de estradas para facilitar o escoamento dos produtos.¹⁰

Para o geógrafo e professor da Universidade de Lisboa, Ilídio do Amaral, “(...) o Governo passava de ilha para ilha, a pretexto da insalubridade de Santiago, com grande aumento de despesas e fortes prejuízos. (...)”¹¹ Segundo este, a manutenção da sede do governo geral português na vila da Praia, implicaria na mudança constante dos membros do governo “de ilha para ilha”, fugindo da insalubridade do clima. Neste sentido, destaca as tentativas fracassadas da Coroa portuguesa de mudar a sede do governo para a ilha de São Vicente, em 1844 e 1850. Nota-se que Amaral limita-se a analisar as conclusões apresentadas pelos referidos governadores, sem questionar as reais motivações que levaram os liberais moderados a proporem a transferência da sede do governo para a ilha de São Vicente. Trata-se de uma análise mais crítica em relação ao argumento da insalubridade. Porém, limita-se a corroborar as hipóteses anteriormente formuladas por Senna Barcellos.

Quanto às pesquisas mais recentes, vale ressaltar a do historiador António Carreira. Em seu “Cabo Verde”, registou o fato da insalubridade da Ribeira Grande ter impossibilitado a plena organização do ensino.¹² Carreira também corrobora os argumentos relativos à insalubridade da ilha de Santiago, sem considerar o impacto das revoltas dos rendeiros e dos escravos na emergência de novas propostas para a transferência da sede do governo para a ilha de São Vicente.

Já o historiador António Correia e Silva, na sua obra intitulada “Nos Tempos do Porto Grande do Mindelo”, destaca a posição geográfica estratégica da ilha de São Vicente em relação às demais ilhas de Cabo Verde, bem como o plano para o extermínio “colectivo dos pretos”. Ressalta ainda a presença de um número expressivo de degredados na ilha de Santiago e o plano para o povoamento das ilhas do norte com colonos brancos. Para este, as revoltas eram decorrentes do “contexto de pauperização da população”, que levava à possibilidade de “confrontos sangrentos” no interior da ilha de Santiago. Ressalta ainda que as revoltas dos rendeiros do século XIX se deviam às elevadas rendas pagas pelos rendeiros para os morgados, à precariedade dos contratos e às desigualdades sociais.

Ainda segundo este pesquisador, a transferência da sede do governo para a ilha de São Vicente tinha como objetivo “reformular as caducas instituições agrárias, criar uma administração mais dinâmica e ligar o arquipélago ao mundo”. O autor desse projeto seria o marquês de Sá Bandeira (1795-1876) que, em conjunto com o governador Joaquim Pereira Marinho, pretendiam encontrar “uma nova fonte de dinamismo económico que fosse alternativa à multissecular tráfico de escravos”, em torno do Porto Grande. Segundo Correia e Silva, as motivações que levaram Marinho a propor a trans-

⁹BARCELLOS, Christianno José Senna. *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, 5 partes. Lisboa, 1899-1911. Lisboa: Typografia da Cooperativa Militar, 1904.

¹⁰BARCELLOS, Christianno José Senna. *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, parte V, p. 136; p. 215-221.

¹¹AMARAL, Ilídio do, *Santiago de Cabo Verde: A Terra e os Homens*. Lisboa: Memórias da Junta de Investigação do Ultramar, n. 18, 1964, p. 185.

¹²CARREIRA, António. *Cabo Verde (Aspectos Sociais. Secas e fomes do século XX)*. 2ª ed., Lisboa: Ulmeiro, 1984 (1977), p. 141; p. 149.

¹³SILVA, António Leão Correia e. *No tempo do Porto Grande do Mindelo*. Praia/Mindelo: Centro Cultural Português, 1998 (Coleção “Documentos para a História de Cabo Verde”), p. 53-83.

ferência da sede do governo “não são de todo claras”.¹³

No meu artigo intitulado “Reformas políticas e o regime da prefeitura em Cabo Verde da primeira metade do séc. XIX (1832-1834)”, foram analisadas as reformas políticas e a nova reconfiguração administrativa, com a introdução do regime da prefeitura em Cabo Verde (1832-1834). Procurou-se ainda compreender tais reformas em decorrência das novas exigências da elite política local, bem como o projeto da transferência da sede do governo geral para o interior da ilha de Santiago.¹⁴

Já num outro artigo intitulado “*Cabo Verde: entre uma civilização agrícola e uma civilização industrial e comercial (1822-1841)*”, procurei analisar os diversos discursos políticos produzidos e reproduzidos pelas elites políticas em Cabo Verde, em torno de qual ilha deveria sediar a capital do arquipélago, bem como demonstrar a atualidade desse discurso na mobilização política das ilhas de Santo Antão, São Vicente e São Nicolau contra a centralidade político-administrativa da vila da Praia.¹⁵

Finalmente, na terceira edição do meu livro “Política e cultura: As revoltas dos Engenhos (1822), de Achada Falcão (1841) e de Ribeirão Manuel (1910)”, procurei compreender em que medida as revoltas dos rendeiros do interior da ilha de Santiago foram determinantes para a criação e transferência da sede do governo geral para a ilha de São Vicente. Além disso, foram analisadas as propostas de transferências da sede do governo para o interior da ilha de Santiago.¹⁶

Concluindo essa análise da historiografia, em nenhum momento os estudos sobre as propostas de transferência da sede do governo geral, tanto da vila da Praia para o interior da ilha de Santiago quanto para as demais ilhas do barlavento, levaram em consideração o panorama cultural da ilha de Santiago, as mobilizações políticas e as revoltas dos rendeiros. Nem analisaram os discursos subjacentes ao projeto da construção de um novo centro de civilização, discursos ainda presentes na formação cultural das ilhas de São Nicolau, São Vicente e Santo Antão.

Entretanto, as duas propostas feitas pela Junta administrativa de Cabo Verde, em 1803 e 1819, respectivamente, defendiam a transferência da sede do governo geral, e a escolha de outras ilhas para sediar a administração, nomeadamente Fogo, Santo Antão, São Nicolau e São Vicente. As propostas feitas pelos governadores inclinavam, na maioria dos casos, para a vila da Praia. O problema é este: porque as diversas propostas não levaram em consideração o panorama social da ilha de Santiago? A minha hipótese é que, em razão da resistência, em forma de revoltas, que os habitantes do interior da ilha de Santiago faziam às autoridades administrativas, estas temiam continuar com a administração lá. Contudo, a historiografia procura destacar a adversidade climática da ilha de Santiago, sem indagar sobre este e outro aspecto: a disputa de poder, registrada entre os membros do governo local, em prol das diversas ilhas que compõem o arquipélago de Cabo Verde.

O presente artigo encontra-se subdividido em duas partes. A primeira refere-se ao debate sobre a transferência da sede administrativa de Santiago, tendo como argumento o clima mortífero. A segunda parte trata do projeto de construção da nova sede administrativa em Mindelo, que tinha por justificativa a construção de um novo centro de civilização industrial e comercial, com base tanto na navegação quanto na indústria têxtil, como também na criação de uma nova cidade para a valorização das ilhas de Santo Antão, São Vicente e São Nicolau.

1 - O debate sobre a transferência da sede administrativa de Santiago: o clima mortífero como argumento

No início do séc. XIX, em meio as disputas políticas entre os liberais moderados

¹⁴PEREIRA, Eduardo Adilson Camilo. “Reformas políticas e o regime da prefeitura em Cabo Verde da primeira metade do séc. XIX (1832-1834)”. In: SANKOFA - Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana/Núcleo de Estudos de África, Colonialidade e Cultura Política – Número XII, Ano VI, Dezembro. São Paulo, NEACP, 2013, p. 99-124. Disponível em: <https://sites.google.com/site/revistasankofa/sankofa-12>.

¹⁵PEREIRA, Eduardo Adilson Camilo. “Cabo Verde: entre uma civilização agrícola e uma civilização industrial e comercial (1822-1841)”. In: SANKOFA - Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana/Núcleo de Estudos de África, Colonialidade e Cultura Política – Número XIV, Ano VII, Dezembro. São Paulo, NEACP, 2014, p. 118-139. Disponível em: <https://sites.google.com/site/revistasankofa/sankofa-14>.

¹⁶PEREIRA, Eduardo Adilson Camilo. “As propostas de transferência da sede do governo”. In: Política e cultura: as Revoltas dos Engenhos (1822), de Achada Falcão (1841) e de Ribeirão Manuel (1910). 3ª ed. revista e ampliada. Praia: Imprensa Nacional, 2015, p. 306-332.

¹⁷Liberais moderados: António Pusch, Domingos Ramos Monteiro, Nicolau dos Reis Borges, Theóphilo Dias e Joaquim Pereira Marinho. Liberais exaltados: Manoel António Martins, Marcelino Resende Costa e Gregório Freire de Andrade.

e exaltados,¹⁷ surgiram opiniões controversas, propondo a transferência da sede do governo para o interior da ilha de Santiago. De um lado, os liberais moderados reivindicavam pequenas reformas políticas, sem separar o arquipélago da Coroa portuguesa. De outro, os exaltados, por meio do partido pró-Brasil,¹⁸ fundado em 1822, na ilha da Boa Vista, reivindicavam profundas reformas político-sociais, inclusive a declaração da independência do arquipélago de Portugal, com o apoio da Corte no Rio de Janeiro.

Para o naturalista e general da infantaria portuguesa José Conrado Carlos de Chelmicki (1814-1890), a falada insalubridade climática da Ribeira Grande, sem fundamento e pintada com cores negras em Portugal, causava grande prejuízo a administração do arquipélago, pois os portugueses partiam de Portugal com uma idéia pré-estabelecida acerca da cidade, vista como uma sepultura dos europeus. Ao contrário da tão proclamada insalubridade, a administração da cidade da Ribeira Grande ficou mais prejudicada pelas idéias que circulavam na corte sobre o seu clima, levando o medo às pessoas que para lá eram mandadas – “A Villa da Praia, Capital da Ilha de S. Thiago (...) de todas as outras partes está cercada como de um fosso, aonde se acumula m.ta água (...) Esta não é a cauza das Carneiradas da Ilha de S. Thiago”.¹⁹ Para este autor, as tão faladas carneiradas, que dizimavam tripulações inteiras na costa africana eram fantasmagóricas,²⁰ e que o clima “(...) No interior (...) era muito melhor.”²¹ Defendeu ainda que a implantação da sede do governo na Ribeira Grande foi um erro, tendo em vista a pequena dimensão da superfície aonde estava localizada – “(...) *Admira muito, como podiam ter escolhido para a capital um sitio d’estes: esta cidade é bordado d’altissimas rochas, no fundo d’uma ribeira estreita (...)*”.²²

Entretanto, Chelmicki não deixa de reconhecer que a retirada das principais autoridades da Ilha de Santiago, onde estava localizada a sede do governo geral, em certos meses do ano, fugindo das “doenças da terra”, vinha acarretando grande prejuízo à administração pública da província de Cabo Verde. Segundo este, a ilha de São Vicente, por gozar não só de melhor clima, como também de um bom porto, merecia tornar-se a sede do governo geral.²³ Por outro lado, Chelmicki defendeu a formação de *povoações agrícolas*, uma vez que o governo geral em Cabo Verde precisava ter uma “agricultura florescente”. A formação de povoações propiciava, segundo este, não só o aumento da produção, como também a divulgação dos valores da agricultura “provincial”. Destaca ainda que o caráter litorâneo das primeiras povoações, centradas na vila da Praia e na Ribeira Grande, atrasou muito os planos do governo geral para a criação de povoações agrícolas no interior. A vila da Praia era a única vila existente na ilha de Santiago, sendo, por isso, imprescindível a criação de uma nova vila num local onde o clima era mais agradável. O local mais adequado seria o planalto de Santa Catarina (atual cidade de Assomada), onde o clima, segundo este, era mais saudável.

*(...) O sitio mais conveniente é a achada de Santa Catharina. N’uma planice reputada por mui saudavel, abundante d’agua e rica em vegetação, no centro da ilha, não tardaria de se formar em breve uma povoação, uma Villa agradável. Grandes porções de terreno ainda incultas dariamos a agricultura e por este meio conseguiríamos o nosso fim (...).*²⁴

Segundo Chelminkski, ao contrário dos argumentos apresentados tanto pelo depu-

¹⁸Partido fundado por Manoel Ant3nio Martins em 1822 na ilha da Boa Vista e que tinha como principal objetivo, reivindicar a autonomia de Cabo Verde em rela7ao a Coroa portuguesa. Sabe-se que na ilha de Santiago, em 13 de janeiro de 1823, promoveu a recolha de assinaturas e o apoio dos soldados para n3o receber o novo governador enviado de Lisboa. Embora n3o haja registo formal da cria7ao do referido partido, os autos da devassa sobre a constitui7ao do partido pr3o-Brasil atestam a decisiva influ4ncia do partido sobre a administra7ao do arquip4lago – AHU, Cabo Verde, Cx. 72, doc. 43, de 16 de maio de 1823, s/p. Cabe ainda ressaltar a carta do soldado Manoel da Penha Gomes, morador de Jo3o Tev4s, interior da ilha de Santiago, datada de 13 de janeiro de 1823, em que descreve os planos do referido partido – AHU, Cabo Verde, Cx. 72, doc. 43, f. 74-75.

¹⁹AHU, Cabo Verde, Cx. 083/ doc. 31, de 16 de Janeiro e de 18 de dezembro de 1824, s/p.

²⁰CHELMICKI, Jos4 Conrado Carlos de. *Corografia Cabo-verdiana ou descri7ao geographico-historico da Prov4ncia das Ilhas de Cabo-Verde e Guin4*. t. I. Lisboa: Typ. de L. C. da Cunha, 1841, p. 296.

²¹CHELMICKI, Jos4 Conrado Carlos de. *Corografia Cabo-verdiana ou descri7ao geographico-historico da Prov4ncia das Ilhas de Cabo-Verde e Guin4*, t. II, p. 292.

²²CHELMICKI, Jos4 Conrado Carlos de. *Corografia Cabo-verdiana ou descri7ao geographico-historico da Prov4ncia das Ilhas de Cabo-Verde e Guin4*, t. II, p. 62; p. 65-67.

²³CHELMICKI, Jos4 Conrado Carlos de. *Corografia Cabo-verdiana ou descri7ao geographico-historico da Prov4ncia das Ilhas de Cabo-Verde e Guin4*, t. II, p. 129-130.

²⁴CHELMICKI, Jos4 Conrado Carlos de. *Corografia Cabo-verdiana ou descri7ao geographico-historico da Prov4ncia das Ilhas de Cabo-Verde e Guin4*, t. I, p. 199-200.

²⁵N3o dispomos nem da data do nascimento e nem do falecimento deste pol3tico. Sabemos que nasceu em Lisboa e que foi propriet3rio de terras na ilha de Santiago e um grande opositor pol3tico de Manoel Ant3nio Martins.

tado Theophilo Dias²⁵ quanto pelo governador Joaquim Pereira Marinho, a Coroa portuguesa deveria criar uma sede do governo no sítio denominado de “Matto Engenho”, o que se justificava por duas razões. A primeira referia ao fato do mesmo ser despovoado. A segunda pela facilidade de, ao contrário da ilha de São Vicente, “formar... uma povoação” sem vícios ou imoralidades. Chelmick não acreditava nos argumentos apresentados por aqueles liberais moderados, segundo o qual, a ilha de Santiago seria insalubre. Defendeu que o interior da ilha de Santiago ofereceria todas as condições climáticas para a instalação da sede do governo geral e que o projeto da transferência da São Vicente não se justificava.

Os argumentos de que era indispensável a existência de um bom clima para a criação de uma cidade não eram novos em Cabo Verde. A primeira notícia que se tem registro dos arquivos europeus acerca da tentativa da transferência da sede do governo geral português no arquipélago de Cabo Verde data de 1582. Diego Florez de Valdez, numa Carta ao Rei D. Filipe I, de 24 de Janeiro de 1582, propôs à Coroa a transferência do trato para a vila da Praia, onde o porto, além de dispor de uma boa baía, também se destacava pelo seu tamanho.²⁶ Além disso, a referida vila portuária era também passagem obrigatória para a navegação da costa da Guiné, São Tomé e Brasil.²⁷

O Brigadeiro Raimundo José da **Cunha Matos** (1776-1839) defendia que a elite política da Ribeira Grande não só desejava a transferência da sede do governo devido a intempérie do clima da Ribeira Grande, como também pelo conhecimento de “que as ilhas do Cabo Verde tinham dado quanto podiam dar, e agora estavam reduzidos a um cadáver mirrado”.²⁸ A análise deste autor é mais crítica em relação aos motivos que levaram os sucessivos governadores a proporem a transferência da sede do governo geral para a vila da Praia.

Em resumo, a historiografia pertinente ao tema limita-se a corroborar os argumentos oficiais, cujas propostas de transferência da sede do governo se deveram à insalubridade do clima da ilha de Santiago. De outro lado, não tiveram em consideração tanto o panorama cultural quanto os movimentos de resistência presente na ilha de Santiago. Em que medida esses movimentos de resistência vão ser determinantes para a emergência de propostas de transferência da sede do governo para a vila da Praia e, posteriormente para a ilha de São Vicente? Quais os argumentos utilizados pelas elites políticas para proporem a construção de um novo centro de civilização?

2 - O Projeto de Construção da Nova Sede Administrativa em Mindelo

A primeira metade do século XIX é de extrema importância para a compreensão da construção do Estado em Cabo Verde. A partir de 1822, com a independência do Brasil e constituição do Partido pró-Brasil, os liberais reivindicavam a independência do arquipélago em relação a Coroa portuguesa. As elites políticas das ilhas de Santo Antão, São Vicente e São Nicolau passaram a reivindicar o direito de eleger um representante na Junta governativa. Caso contrário, não acatariam qualquer determinação legal proveniente daquela Junta, sediada na vila da Praia. Além disso, reivindicaram a transferência da sede do governo e a criação de uma nova cidade na ilha de São Vi-

²⁶Cabe salientar que este assunto tinha sido discutido no séc. XVII. Em Carta de 12 de julho de 1606, o padre Baltazar Barreira, responsável máximo pela missão jesuítica de evangelização na costa ocidental africana, defendeu a mudança imediata da sede do governo geral para a vila da Praia, mesmo contra a vontade dos moradores (vizinhos) da Ribeira Grande – Cf. AGS, Secretarias Provinciales (Portugal), liv. 1550, fl. 357-357 v. AGS, Secretarias Provinciales (Portugal), liv. 1550, fl. 357-357 v; AV, Processus Consistorialis, v. II, fl. 310, de 31 de março de 1608; ARSI, Lusitânia, cód. 83, fls. 353 v. – 354 v., de março de 1608. BAL, Cód. 51-VIII-25, f. 119-122 v., de 1606. “Há na mesma ilha outra povoação que se chama a Villa da Praia, a qual tem bom porto e hé lugar mais sadio que a cidade (Ribeira Grande), porque estaa em hu sitio alto, e lavado dos ares, cercada de duas ribeiras, huá das quais faz na entrada do mar huá grande e formosa baya, com um ilheo na boca que a ampara dos ventos do mar, com que fica o porto mais seguro, e por ser tal e ter pouca defençaõ, hé muitas vezes infestado de imigos (corsários) e assi pouco povoada. E por estas raziõs se tratou alguãs vezes de mudar a cidade para este sitio e fortificalo, o que (se) se fizesse redundaria em grande a(u)gmento da terra.” Já o padre Fernão Guerreiro, na sua obra intitulada “Relaçam Anual das Cousas que Fezeram os Padres da Companhia de Jesus...”, publicada em 1605, além de destacar o clima sadio da vila da Praia, o seu notável porto e a baía que a cerca, não obstante a existência de poucas casas, defendeu a fortificação e povoamento da vila para defesa contra as incursões piratas. Dois argumentos foram apresentados para a transferência da sede do governo geral da Ribeira Grande para a vila da Praia: existência de um bom porto e por ter um clima mais salubre - GUERREIRO, Padre Fernam. Relaçam Anual das Cousas que Fezeram os Padres da Companhia de Jesus nas partes da Índia Oriental, e no Brasil, Angola, Cabo Verde, nos annos de seiscentos e dous e seiscentos e três, e do processo de conversam, e christandade daquellas partes, tirada das cartas dos mesmos padres que de lá vieram. Lisboa: Per Jorge Rodriguez, 1695 (1605), p. 130-131.

²⁷Por meio do Alvará Régio de 14 de agosto de 1612, o Rei determinou, sem sucesso, que tanto o governador quanto o bispo passassem a residir na vila da Praia, tendo como objetivo a reedificação das casas, o que só veio a ser concretizado em 1770 – AHU, Cabo Verde, Cx. 1/ doc. 15, s/p.

cente.

Por meio do ofício de 13 de março de 1826, vários magistrados, funcionários das câmaras municipais da vila da Praia e da Ribeira Grande, com destaque para Marcellino de Rezende Costa,²⁹ reivindicaram, junto à Coroa portuguesa a elevação da vila de Santa Maria da Praia à categoria de cidade levando-se em consideração o número de habitantes³⁰. A reivindicação também contou com a participação de várias patentes do exército residentes tanto na ilha de Santiago quanto na ilha do Fogo, vários capitães-mores, dentre os quais, Nicolau dos Reis Borges.

Dentre os cônegos e vigários, destacaram-se o Deão Antonio da Costa Alves; o cônego da cidade da Ribeira Grande Matheus Gonçalves Varella; o padre Manoel Antonio Loppes da Crus; o Frei Agostinho dos Martes, Comissário Provincial e Guardiã do convento, o Frei Bernardo de Fondella e o vigário de São Lourenço. Além de Nicolau dos Reis Borges, tomaram parte outros influentes morgados do interior da ilha de Santiago, com sejam: Manoel carvalho Silva de Landim, enquanto coronel agregado; Domingos Ramos Monteiro, coronel reformado da cavalaria de Milicias; Francisco dos Reis da Fonseca Borges, tenente coronel. Como argumentos, os requerentes destacaram “*as qualidades morais de que se revestem os habitantes, como são a nobreza; o número expressivo dos seus habitantes; educação, dignidades Civis, e Ecleziasticas*”, bem como o “*caracter de fidelidade*” à Coroa portuguesa.³¹

Entretanto, por despacho de 24 de Setembro de 1828, sob parecer do ex-governador geral, Antonio Pusich (1818-1822), a Secretaria do Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos indeferiu o pedido dos seus habitantes.³² Cabe ressaltar que aquele político foi o primeiro governador que, devido ao espírito revoltoso dos habitantes do interior da ilha de Santiago contra as injustiças reinantes, propôs a extinção da câmara municipal da vila da Praia, substituindo-a por uma nova cidade, com o nome de Santiago:

“(…) o unico meio que acho consiliatorio entre aquelles habitantes, he abolir-se a Camara da Villa da Praia, que he mui rescente creação; e por isso nem tem Bandeiras proprias; e ficar sómente a antiga camara municipal, que deveria residir em a nova cidade, cujo Nome proprio da Ilha, do Santo que d’ella he Orago, e em cujo Dia foi descoberta e o qual he anualmente mui festejado na cidade capital”.³³

Para Pusich, além de abolir a referida câmara, deveria-se criar uma nova cidade, com o nome de “*Santiago*”, cujo nome representaria. Este político sabia que a câmara municipal da vila da Praia era administrada, segundo os interesses separatistas defenidos pelos liberais exaltados. Não por acaso, além de proferir um parecer negativo ao pedido para a elevação da vila da Praia à categoria de cidade, defendeu também a sua extinção. Segundo o governador Pusich, a câmara da Ribeira Grande gozava de todos os “fóros” municipais, e dava posse aos governadores do arquipélago. Destacou o fato dos “camaristas” serem sempre pessoas “principais daquela Ilha”, apelidando de “Cidadãos da Cidade da Ribeira Grande”. Mereceu atenção o fato que até o momento foram sempre fieis aos interesses da Coroa portuguesa. Considerou que a câmara da vila da Praia saía fora quase sempre dos limites dos seus poderes, causando distúrbios políticos. Pelo fato dos seus funcionários serem “*tendeiros*”³⁴ manipulados pelos negociantes, permitia que até os degredados se inscrevessem nos livros de matrícula.

Cabe ainda reiterar que tanto a proposta para a manutenção da sede do governo geral na vila da Praia quanto à criação de uma outra cidade ou mesmo a transferência desta para o interior da ilha de Santiago reforçava ainda mais o poderio político da elite

²⁸MATOS, Brigadeiro R. J. da Cunha. Compendio histórico das possessões de Portugal na África. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores – Arquivo Nacional, 1963, p. 47-49.

²⁹Vice-cônsul, secretário do governo geral e rico morgado da ilha de Santiago – AHN, SGG, Requerimentos (1837). Originais manuscritos. Cx. 040, de 23 de março de 1837, s/p.

³⁰AHU, Cabo Verde, Cx. 83, doc. 74, s/p.

³¹AHU, Cabo Verde, Cx. 83, doc. 74, s/p.

³²AHU, Cabo Verde, Cx. 89A, doc. 114, s/p.

³³AHU, Cabo Verde, Cx. 83, doc. 74, de 13 de março de 1826, s/p.

³⁴Pessoa que arma confusão, marceiro ou diabo.

política da ilha de Santiago. Também era parte integrante do projeto a declaração da independência do arquipélago em relação a Coroa portuguesa, tendo em vista o grau de descontentamento dos rendeiros face às autoridades locais, vistas como usurpadoras do seu direito à posse das terras cultivadas. Além disso, as elites políticas da ilha de Santiago estavam receosas de ver reduzidas o seu poderio económico, defendidas tanto com a “centralidade” da ilha de Santiago em relação as demais ilhas quanto à geração de riquezas.

Para esta discussão muito contribuiu o receio da elite local quanto a um possível ataque dos habitantes do interior da ilha de Santiago, representados como revoltosos e rebeldes. Com as sucessivas revoltas contra o governo geral, mobilizadas pelos liberais exaltados, os moderados propuseram a construção de um centro civilizacional em Cabo Verde, o que passava necessariamente pela mudança da sede do governo geral para a ilha de São Vicente. Já os exaltados defendiam a manutenção da sede na vila da Praia.

Em primeiro lugar, para o deputado Theophilo José Dias (1822-1834), liberal moderado e natural de Lisboa, o bem-estar de Cabo Verde só poderia ser alcançado com a transferência da capital para a ilha de São Vicente. Para este, a ilha de Santiago não era a ilha mais opulenta do arquipélago. Por isso, não era a “única que mereça a honra de ser a Capital da mesma Província”.³⁵ A ilha de Santiago e sua respectiva elite política eram vistas como responsáveis pela decadência económica das demais ilhas. Para este político, a ilha de São Vicente teria melhor localização geográfica para a navegação, além da existência de um excelente porto. Referindo-se ainda à posição geográfica, defendeu que “se a centralidade falta à ilha de S. Vicente em relação a todo o archiplago, ella tem a centralidade necessaria respectivamente ao grupo das Ilhas de Barlavento, igualmente rico, importante, e o que infelizmente se acha desprezado”.³⁶ Destacou ainda que tanto o litoral quanto o interior da ilha de Santiago apresentavam um clima insalubre.

Em segundo lugar, o referido político fazia crer que a “Câmara e Cidadãos signatarios” defendiam que uma das principais prioridades políticas do arquipélago referia-se à “fixação definitiva e permanente da Sede do Governo”, tendo em vista a falta de “estabilidade”, oriunda das exorbitantes despesas financeiras decorrentes das sucessivas transferências periódicas da sede do governo geral. Estas despesas faziam com que os funcionários recebessem os respectivos salários em até seis meses atrasados, em prejuízo dos serviços da administração do governo geral. Também defendia que se tratava de um “egoísmo imperdoavel” da Câmara da vila da Praia manter a capital do arquipélago na ilha de Santiago que, em tempo das chuvas, era transferida para o interior da ilha.³⁷

Em resumo, a transferência da sede do governo para São Vicente foi justificada por boa parte da elite política local das ilhas de São Vicente, São Nicolau e Santo Antão devido, em parte, ao receio que negros do interior da ilha de Santiago planejassem uma invasão da vila da Praia, para depor o governador geral nomeado pela Coroa portuguesa. Tal receio é confirmado pelo governador Joaquim Marinho em suas “Memórias”, ao reiterar que “Manoel Antonio Martins, querendo seduzir Antonio dos Santos Dias, pai do Deputado, Theóphilo José Dias, escreveu-lhe uma carta (...) na qual lhe dizia: agora o povo é soberano, podemos, e devemos nomear um governador”.³⁸

Por outro lado, Teophilo Dias destacou a necessidade defendida pela elite política local quanto a criação de “uma povoação no seu centro, e em sitio sadio e que hade ser a necessaria e prompta consequencia de se fixar lá a sede do Governo durante os mezes doentios na Villa da Praia”,³⁹ representadas pelas localidades dos Picos e Orgãos. O deputado questionou a prioridade na criação de uma povoação no centro da ilha de Santiago por duas razões. A primeira referia-se a grande distância que separava as referidas lo-

³⁵AHU, Cabo Verde, Cx. 54, s/p.

³⁶AHU, Cabo Verde, Cx. 54, s/p.

³⁷AHU, Cabo Verde, Cx. 54, s/p.

³⁸MARINHO, Joaquim Pereira. Memória Oficial em resposta às acusações dirigidas a Sua Magestade contra o governador geral da província de Cabo Verde. Lisboa: Typografia de A. S. Coelho, 1839, p. 105.

³⁹AHU, Cabo Verde, Cx. 54, s/p.

calidades da vila da Praia. A segunda referia-se as grandes despesas com o transporte dos serviços, a inacessibilidade ao interior da ilha no período chuvoso (junho a outubro), que sempre dificultou o transporte dos “*artigos de primeira necessidade*” para a vila da Praia, o que seria uma “*desgraça*” decretar a sede do governo de Picos (município do interior da ilha de Santiago), pois o governo não poderia demandar sobre assuntos que exigiam decisões rápidas.

Quanto às vias de acesso, Theóphilo Dias notou que “*considerem bem (...) o transito de mais de dez leguas, por caminhos completamente escabrados, sujeitos ao ardentissimo sol quando marchassem de dia-á perigoza cacimba quando andassem de noite*”.⁴⁰ Em parte, para este político, tornava-se “*absurdo*” fixar a residência do governo no interior da ilha de Santiago, tendo em vista os avultados recursos financeiros necessários para a construção e manutenção de uma estrada que a ligasse à vila da Praia. Em contrapartida, defendeu o investimento deste capital financeiro na edificação de “*habitações para o Governo, Bispo e Repartições publicas*” numa outra ilha do arquipélago, no caso em S. Vicente. Pode-se constatar que a fundação de Mindelo estava diretamente ligada a crença de que os rendeiros do interior de Santiago não eram capazes de auto-governo.

Se Theophilo Dias foi quem contestou os argumentos apresentados pela Camara municipal da vila da Praia, deve-se ao governador Joaquim Pereira Marinho (1835, 1837-1838) o mérito de ter idealizado e planejado a cidade de Mindelo, tomando como referência a cidade de Cadiz, Espanha. Em suas “*Memórias de Cabo Verde*”, publicado em 1838, este concebeu as casas da nova cidade da seguinte forma – “*As cazas que se construírem em S. Vicente devem todas ser baixas de eirado, como os hespanhoes os constroem em Cadiz, ou de Aboboda de tijolo, por causa do bicho, que destroe a madeira mui promptosamente*”.⁴¹ Em relação aos pavimentos, concebe-o ao estilo espanhol, ressaltando que “*Os pavimentos ou soalhos devem ser de tijolos, como os hespanhoes cesao nas salas e corredores em Cadiz, e da mesma qualidade, ou similhantemente construídos, porque são mui aceados, mais fortes, não se quebrão tanto, não largão tanta poeira, são mais fáceis de fazer, é (...) mais baratos (...)*”.⁴² Ainda, segundo este governador, todo o processo de construção deveria ser supervisionado por um experiente oleiro espanhol. O mapa a seguir foi elaborado, com base no projeto do governador Joaquim Pereira Marinho, em 1838. Tem a forma de um tabuleiro de xadrez, semelhante ao estilo italiano renascentista. Note-se ainda que todos os edifícios do projeto da nova cidade estão delimitados por muros constituídos de plantas, bem como a interligação dos edifícios entre si. A própria estrutura denota a estrutura do poder, como também a organização da

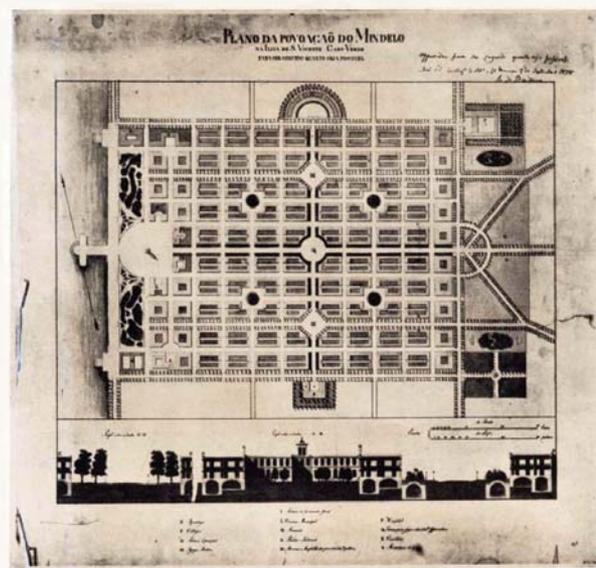
administração local.

Legenda:

- E - Alfândega
- F - Colégio
- G - Palácio Episcopal
- H - Igreja matriz
- I - Palácio do governador geral
- L - Câmara Municipal
- M - Mercado
- N - Prisões e tribunal
- O - Basar, e Amphiteatro para divertimentos públicos
- P - Hospital
- Q - Terreno para jogos, e divertimentos Gymnasticos
- R - Cemitério
- S - Matadouro de Gado

Figura 1. Mapa da cidade do Mindelo aprovado pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, de 1838.

Fonte: SILVEIRA, Luís. *Ensaio de iconografia das cidades portuguesas do ultramar*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1956, v. II, p. 129.



⁴⁰AHU, Cabo Verde, Cx. 54, s/p.
⁴¹AHU, Cabo Verde, Cx. 54, s/p.
⁴²AHU, Cabo Verde, Cx. 54, s/p

A planta reflete ainda uma estrutura em tabuleiro de damas, estilo barroco. De um lado, os edifícios do palácio episcopal, da câmara municipal, do tribunal e do governador, representadas pelas letras G, I, L e N, estão delimitados por esplêndidos jardins e estão localizados na parte traseira da nova cidade. O fato dos edifícios dos três poderes estarem localizados na parte traseira da cidade traduz numa maior segurança para a administração do arquipélago, tão reclamada pelo governador Joaquim Pereira Marinho. Constitui uma estrutura tripartida do poder, representado pelo poder secular, administrativo e judicial, representadas pelas letras G, H, I, L e N. O ensino tinha um lugar de destaque na nova cidade, representado pela letra F. Na nova cidade, a instrução era colocada como essência de qualquer povo dito “civilizado”. Merece igualmente relevo as atividades alfandegárias, ligadas ao Porto Grande, representada pelo edifício da alfândega (letra E). De outro, logo à entrada da cidade avista-se o edifício do hospital e o cemitério da cidade, representados pelas letras P e R.⁴³

A planta da nova cidade foi concebida com base numa estrutura em xadrez de ruas, construída por “ladrilhadores” (espanhóis), o que garantia maior segurança para o governador, o clero e as patentes militares. O desenho das ruas visava a concepção de uma cidade com maior disciplina, como também uma certa regularidade das construções. Esta profunda racionalização na construção de Mindelo em quadrícula, em “tabuleiro de damas”, está registada tanto no esquema de planeamento e organização dos edifícios quanto na própria disposição das ruas. Foi justamente a justificativa do controle militar e da segurança que levaram o governador Marinho a propor a mudança para São Vicente.

A principal preocupação dos liberais moderados, em Cabo Verde, era criar uma estrutura grandiosa para impressionar e atrair potenciais habitantes dessa cidade, construída em forma de jardim. Além disso, a estrutura de Mindelo proporcionava maior controle de entrada e saída da cidade. O conceito de civilização dos idealizadores estava espelhado no projeto, tendo em vista a ordem, a regularidade, a racionalidade e a disciplina do planeamento das ruas e dos edifícios. A planificação da nova cidade de Mindelo visava romper com a “desorganização” da vila da Praia e da cidade da Ribeira Grande, as quais, segundo o governador Marinho, favoreciam a invasão, em meio ao temor que os habitantes do interior de Santiago pudessem tomar de assalto a sede do poder político no arquipélago. A solução encontrada reflete a preocupação quer com a organização, quer com a segurança. Marinho associou a ilha de Santiago à decadência do arquipélago, enquanto São Vicente era associada à ideia do progresso e prosperidade – “Estou persuadido que esta Província, há de dever á Ilha de S. Vicente, e não a outra causa, o não ir mais a diante na decadência em que tem caído há uns poucos anos”.⁴⁴ Não resta dúvida que para este governante, o “atraso” do arquipélago se devia à ilha de Santiago. Mindelo estava associada à ilustração, renovação e progresso. A própria planta da nova cidade reflete uma preocupação com a busca de uma certa renovação política, por meio de uma estrutura tripartida. Reiterou ainda que “o atraso em que se acha esta Província, é principalmente devido a ter sido como de facto ainda é, a Capital na Ilha de S. Thiago”.⁴⁵

Por meio do ofício, datado de 15 de março de 1839, o governador Joaquim Marinho fez uma série de solicitações à Coroa portuguesa para viabilizar a construção da nova cidade:

1º Determinar para ella mensalmente um conto e duzentos mil reis fortes; seiscentos mil reis para materiais, e seis centos para jornaes.

2º Mandar para esta Província dois canteiros muito bons, quatro alveneiros também bons, e que saibão fazer abobedas [Abóbodas]; quatro Carpinteiros bons de obra branca. Um mestre de Oleiro, e um oficial com os utensílios necessários para fazer uma olaria; um cabouqueiro, e um oficial para se empre-

⁴³AHU, Cabo Verde, SEMU, Cx. 55, s/p.

⁴⁴AHU, Cabo Verde, Cx. 54, de 1836, s/p – Folheto Algumas considerações sobre a fixação da Sede do Governo da Província, e salubridade da ilha de S. Thiago de Cabo-Verde.

⁴⁵AHU, Cabo Verde, Cx. 54, de 1836, s/p.

gar a cortar pedra de mármore na Ilha da Boa-Vista, e um mestre de fazer fornos de cal (...). Se V. Ex^a. decidir estas providencias, estes homens não devem vir se não quatro mezes depois dos primeiros avizos, afim de se terem cazas prontas, e todos o meios necessários para eles principiarem logoq eu chegarem a trabalhar, e não se perderem jornaes. Os pedreiros e carpinteiros de obra branca, oleiros, alveneiros, cabouqueiros, e mestres de fornos de cal podem vir logo.⁴⁶

Para isto, o Visconde de Sá da Bandeira (1834-1838) deveria consentir a ida de operários de Portugal para começarem a execução dos trabalhos da construção da nova cidade. Cabe ainda ressaltar que os demais operários deveriam ser recrutados entre os soldados vindos do reino, o que reforça a ideia de que, para Marinho, negro não poderia entrar em São Vicente. Para dar início à construção da nova cidade, o governador João de Fontes Pereira de Melo, por meio de um ofício dirigido ao Conde de Bonfim, em 31 de março de 1840, propôs à Coroa portuguesa a aquisição de um conjunto de meios:

- 1º Uma verruma artesianana, e quem dirija os trabalhos da sua aplicação.
- 2º Um conto de duzentos mil reis, mensais para custeamento [custeamento] do pessoal, e material, que se deve empregar nas obras do Estado (...)
- 3º Um destacamento de cem, ou mais praças, pagas pelos respectivos Corpos; Sendo-lhe remetido os seus vencimentos de dous mezes, pelos correios que se achão estabelecidos para a comunicação destas Ilhas, com a Capital do Reino
- 4º A remessa do material que se pedir em vasos do Estado (...)
- 5º A aquisição dos seguintes Artistas: cinco Carpinteiros, dos quaes três devem ser de machado; cinco Alveneiros; dous Canteiros, e um Caboqueiro; todos escolhidos pela sua intelligencia, e comportamento (...).⁴⁷

Dando sequência ao pedido do governo geral de Cabo Verde, por meio do ofício da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, datado de 26 de Agosto de 1840, o Conde de Bonfim (1838-1844) autorizou o governo geral de Cabo Verde a despender mensalmente a quantia de mil e duzentos mil reis para a construção da nova cidade. A Coroa portuguesa também estava convencida de que o “atraso” do arquipélago era devido ao fato da sua capital estar situada na ilha de Santiago. Porém, reconhece a insuficiência de verbas para a construção da nova cidade do Mindelo.

Depois de se haver determinado por Decreto de 11 de Junho de 1838 a transferência da Capital da Provincia de Cabo-Verde para a ilha de S. Vicente, o Governo de S. Magestade, cada vez mais convencido de que o atrazo i decadência d’aquella Provincia derivão em grande parte do transtorno que o serviço publico e particular soffre anualmente em consequência de serem obrigadas as principais Authorides alargarem a mortífera Ilha de S. Thiago, aonde presentem.te [presentemente] existe a Capital, e convencido igualmente, de que a Nação perde muito em não aproveitar as grandes vantagens que oferece a sobred^a Ilha de S. Vicente, tem empregado todos os meios directos, e indirectos, ao meu alcance para acelerar o levantamento de Povoação da nova e Mindello, aonde deve ficar-se a sede d’aquelle governo (...).⁴⁸

⁴⁶AHU, Cabo Verde, Cx. 54, de 1836, s/p.

⁴⁷AHU, Cabo Verde, Cx. 54, de 1836, s/p.

⁴⁸AHU, Cabo Verde, Cx. 54, de 1836, s/p.

A dimensão cultural da nova cidade estava presente no terreno destinado a jogos, divertimentos e práticas desportivas, representado pela letra Q. Os idealizadores do projeto pretendiam transformar Mindelo num centro cultural de referência no arquipélago, representado ainda por um anfiteatro para “divertimentos publicos”. As residências deviam ser construídas segundo o modelo inglês de casas de campo na Índia, mais adaptadas tanto ao calor quanto às chuvas, bem como mais resistente aos ventos. As paredes das casas deveriam traduzir a imponência dessas construções, feitas de “arcos abatidos, tapando-se os arcos com taipa, ou saberes de bambus, aque em S. Theago [Tiago] se chama cariço, e melhor bambu de Guiné (...) rebocadas com cal e areia”.⁴⁹ Tanto as portas e janelas exteriores quanto as portas dos armários dos cômodos deveriam ser construídas “em arco, ou á gótica”, tendo em vista que não havia como transportar pedras de grandes dimensões para a construção das estruturas das casas.⁵⁰

Já em relação a construção dos edifícios do governador geral, dos funcionários públicos e dos seus habitantes deveriam ser construídas, segundo o modelo inglês em Bombaim, na Índia, “de bambú, rebocado de cal e areia”.⁵¹

Quanto à construção dos edifícios da câmara, da igreja, do bispo e do pároco aconselhava-se que fossem construídas observando o mesmo modelo arquitetónico. Quanto aos edifícios da junta da fazenda, do presídio e quartel dos soldados reiterou que deveriam ser construídas de pedra e cal ou mesmo de tijolo e cal.⁵²

Por outro lado, a construção das casas impunha ao proprietário a obrigação de construir uma cisterna para a captação de águas das chuvas “assim como se faz em Moçambique aonde não há outra agua doce mais que das cisternas (...)”.⁵³ Para rebater as críticas dos opositores quanto à transferência da sede do governo para Mindelo, Marinho propõe um sistema de construção de casas que fosse autónomo em relação ao fornecimento de água. Para garantir a eficácia dessas fontes de captação de água das chuvas, defendeu que as mesmas deviam ser “fornados de bom tijolo, tapados também com huma abóboda de tijolo, e depois forrado com huma delegada [delgada] capa de cimento de Pioma para ficar mais iterna [eterna] e baratos”.⁵⁴

Marinho projetou uma cidade majestosa. Cada casa deveria ser construída em torno de um jardim de árvores. Os muros dos jardins deveriam ser compostas de “plantas próprias aparadas”. A purgueira seria a planta ideal para a construção dos muros, tendo em vista que os animais não a conseguem comer. Segundo este, “a Cidade de Undostão he assim construída, e hé muito bonita, e a sua construção muito barata”. Tratava-se da construção de uma cidade jardim, tendo em vista que todas as casas deveriam, obrigatoriamente, ser construídas à volta de um jardim.⁵⁵

He ou seria muito vantajoso hum jardim de transplantação de plantas, para passar muitas plantas preciosas de Guiné para Cabo-Verde, e depois de Cabo-Verde para a Europa: este jardim deve ser na casa do governador, para ser mais facilmente vigiado, melhor cultivado, e as plantas serem respeitadas: no estado da pouca civilização daquelles povos, he a única maneira de conseguir o estabelecimento de huma quinta normal de naturalização das plantas preciosas. A arvore, que produz a goma elástica que vulgarmente se chama borracha, que da tanta riqueza ao Pará, he vulgar nas matas de guiné, transplantada para Cabo-Verde seria huma introdução de riqueza nesta pobre provincia.⁵⁶

⁴⁹AHU, SEMU-CV, Cx. 55-Memórias sobre Cabo Verde, 1º Caderno, de 1838, f. 43.

⁵⁰AHU, SEMU-CV, Cx. 55-Memórias sobre Cabo Verde, 1º Caderno, de 1838, f. 43.

⁵¹AHU, SEMU-CV, Cx. 55-Memórias sobre Cabo Verde, 1º Caderno, de 1838, f. 46.

⁵²AHU, SEMU-CV, Cx. 55-Memórias sobre Cabo Verde, 1º Caderno, de 1838, f. 43.

⁵³AHU, SEMU-CV, Cx. 55-Memórias sobre Cabo Verde, 1º Caderno, de 1838, f. 43.

⁵⁴AHU, SEMU-CV, Cx. 55-Memórias sobre Cabo Verde, 1º Caderno, de 1838, f. 43.

⁵⁵AHU, SEMU-CV, Cx. 55-Memórias sobre Cabo Verde, 1º Caderno, de 1838, f. 46.

⁵⁶AHU, SEMU-CV, Cx. 55-Memórias sobre Cabo Verde, 1º Caderno, de 1838, f. 46-47.

Para este governador, o projeto de uma cidade jardim justificava-se, tendo em vista que se registava a “falta de combustíveis, e de madeiras”. Tal situação se deveu ao grande número de corte de árvores, o que levou este político a propor medidas urgentes para “restabelecer os arvoredos e (...) mui vantajoso transplantar o mangue de Guiné para as muitas praias de S. Vicente, Boa-Vista, Maio e aqueles pontos das outras ilhas”. Além disso, critica a administração das colônias, reiterando que tal ausência se deve à forma “mais indecente com que se tem administrado as colônias”.⁵⁷

Por outro lado, o mesmo contesta o argumento utilizado pela câmara da vila da Praia. Para Marinho, a ilha de Santiago tinha a maior população do arquipélago, mas, os habitantes da província não se limitavam aos habitantes desta ilha. Marinho pretendia conceder maior liberdade administrativa às demais ilhas do arquipélago. Em sua “Memória Official às acusações dirigidas a Sua Magestade contra o governador geral da província de Cabo Verde”, acusava as elites políticas da ilha de Santiago de excessiva centralização administrativa, reiterando que “todas estas Ilhas eram verdadeiramente feudatárias á de S. Thiago, e della não recebiam mais do que ordens opressivas”.⁵⁸

Ainda segundo Marinho, para viabilizar a construção da nova cidade do Mindelo, a Coroa portuguesa deveria “constituir-la em Cidade Industrial”, sendo vedado o acesso a todos aqueles que não tivessem “huma industria ou profissão conhecida, é bem publica pela qual se possa sustentar”. O plano do governador era impedir que tanto os escravos vadios quanto os rendeiros pudessem habitar Mindelo e, conseqüentemente, ameaçar a nova estrutura política ali instalada. Tratava-se de construir um centro de civilização industrial e comercial, tendo por base o modelo inglês das fábricas. Além disso, centrada na produção do sal, de tijolos e na indústria da fiação, a ser difundida em todas as ilhas do arquipélago. Para Marinho, ser civilizado equivaleria ter estradas, fábricas e eliminar a cultura de revoltas reinante na ilha de Santiago.

Para a concessão de vários terrenos baldios ao negociante Jozé Alexandrino Fortuna (procurador de Joaquim de Almeida Brandão e Souza e de João Gomes d’Oliveira e Silva), foram impostas várias cláusulas. A primeira referia-se à obrigação de reserva da “Área correspondente a um quarteirão urbano da nova povoação do Mindello na Ilha de S. Vicente, para nella edificarem cazas e armazéns”. A segunda, destaca-se a obrigação de construção de, pelo menos, seis edifícios na área correspondente à nova “povoação” de Mindelo, criado para sediar a nova capital de Cabo Verde. A terceira, prendia-se com o compromisso destes, sob pena de nulidade do contrato, de utilizarem no processo de colonização “gente forra, livre, ou liberta, indígena, ou estranha, e jamais escravos seus ou alheios”. A quarta ressalta a obrigação de não consentir que tanto os seus agentes quanto empregados se envolvessem, direta ou indiretamente, em questões políticas ou de partido “que possam agitar o Paiz, sob pena de serem logo despedidos do seu serviço a requisição do Governo”.⁵⁹

As cláusulas ainda atestam que o projeto de criação de Mindelo era altamente excludente,⁶⁰ tendo em vista que, ao abrigo dos novos contratos celebrados entre o governo geral e os negociantes, os escravos não poderiam entrar em Mindelo. Marinho ainda reiterou que as autoridades locais não deveriam permitir que “haja nella espécie alguma de habitante, homem ou mulher, que não tenha huma industria ou profissão conhecida”.⁶¹ Além disso, reiterou que a ilha de São Vicente era um dos “paizes de maior salubridade que talvez tenha a universo”,⁶² para contrapor às ideias defendidas em 1835, segundo as quais na ilha de Santiago “(...) todos os europeus são (...) atacados da Carneirada (...)”.⁶³

Além das imposições contratuais nas concessões de terrenos baldios, Joaquim Pereira Marinho também defendeu a moralização da ilha de São Vicente. Em primeiro

⁵⁷AHU, SEMU-CV, Cx. 55-Memórias sobre Cabo Verde, 1º Caderno, de 1838, f. 42.

⁵⁸AHU, SEMU-CV, Cx. 55-Memórias sobre Cabo Verde, 1º Caderno, de 1838. Lisboa: Typografia de A. S. Coelho, 1839, p. 13.

⁵⁹AHU, SEMU-CV, Cx. 55-Memórias sobre Cabo Verde, 1º Caderno, de 1838, f. 32-33

⁶⁰Em função da renda ou do status social.

⁶¹AHU, SEMU-CV, Cx. 55-Memórias sobre Cabo Verde, 1º Caderno, de 1838, f. 49.

⁶²AHU, SEMU-CV, Cx. 55-Memórias sobre Cabo Verde, 1º Caderno, de 1838, f.51.

⁶³AHU, SEMU-CV, Cx. 53, officio n. 1, de 16 de setembro de 1835, s/p.

lugar, reiterou que “A ilha de S. Vicente hé hoje povoada ou essa população que tem hé composta de (...) mais imoralidades, mulatas e negras, alguns tendeiros miseráveis, mulatos, mui desmoralizado em todo o sentido, e muito ladroens (...)”.⁶⁴ Em segundo lugar, sustentou que o projeto da criação da nova cidade, chamada de Mindelo, previa conseguir recursos financeiros, com a concessão de terrenos baldios a negociantes que, por sua vez, teriam entre outras obrigações, a construção dos edifícios necessários para dar suporte à administração do arquipélago.⁶⁵ Além disso, a construção da nova cidade iria gerar mais postos de trabalho.

Finalmente, o discurso subjacente ao projeto de criação de Mindelo estava presente no ideal de ilustração e de escolarização. O edifício da escola, em conjunto com as do governador, da câmara, do episcopado e do tribunal, integravam os três poderes da nova cidade. Não, por acaso, o primeiro liceu de Cabo Verde foi criado em Mindelo, como um dos instrumentos para viabilizar a nova cidade industrial. Além disso, a configuração da nova cidade é altamente assimétrica, deixando de fora escravos ou quem não tivesse trabalho reconhecido.

Da análise do discurso subjacente à criação do novo centro de civilização em Cabo Verde, cabe destacar dois aspetos pertinentes. De um lado, tanto o governador Joaquim Pereira Marinho quanto o deputado Theophilo Dias propunham a formação de uma nova elite política, que não fosse nem liberal moderada nem liberal exaltada, aliás, condição obrigatória para habitar a nova cidade industrial. De outro, as revoltas dos rendeiros do interior da ilha de Santiago foram determinantes para a construção de um cidade que desse maior segurança e organização ao corpo administrativo.

Considerações finais

Conforme anunciado, o objetivo deste ensaio é analisar os discursos dos políticos moderados e exaltados, em torno do debate sobre transferência da sede administrativa de Cabo Verde de Santiago para Mindelo. Concluímos que a proposta de fundação da cidade do Mindelo tinha como principal objetivo o de romper com a cultura de revoltas da ilha de Santiago contra as autoridades locais, e criar uma civilização comercial e industrial em torno do Porto Grande. Cabe ainda reiterar que o projeto da construção da nova cidade estava assente no ideal da escolarização, o que explica o lugar de destaque dado tanto à escola quanto aos terrenos destinados a diversões e práticas esportivas. Além disso, o projeto determinava o novo perfil dos seus habitantes, que excluía todos aqueles que não tivessem uma profissão fixa, renda ou propriedade, como sejam: escravos, rendeiros ou degredados.

Em 1836, os liberais exaltados, liderados por Manoel António Martins, conseguiram depor o governador Joaquim Pereira Marinho, exigindo a elevação da vila da Praia à categoria de cidade. Apesar da rainha, Dona Maria II, por Decreto de 11 de junho de 1838, ter determinado a transferência da sede do governo para Mindelo, as elites políticas da ilha de Santiago continuaram a reivindicar a fixação definitiva da sede do governo na ilha de Santiago, o que veio a ser atendido em 1850.

Referências Bibliográficas

1. Fontes manuscritas

Arquivo Geral de Simancas (AGS), *Secretarias Provinciales (Portugal)*, liv. 1550, fl. 357-357 v.

Arquivos do Vaticano (AV), *Processus Consistorialis*, v. II, fl. 310, de 31 de março de 1608.

Archivum Romanum Societatis Iesu, Roma (ARSI), *Lusitânia*, cód. 83, fls. 353 v. – 354 v., de março de 1608.

⁶⁴AHU, SEMU-CV, Cx. 53, ofício n. 1, de 16 de setembro de 1835, f. 1-2.

⁶⁵AHU, SEMU-CV, Cx. 53, ofício n. 1, de 16 de setembro de 1835, f. 1-2.

Biblioteca da Ajuda de Lisboa, *Cód.* 51-VIII-25, f. 119-122 v., de 1606.

Arquivo Histórico de Cabo Verde (AHN)

AHN, Secretária Geral do Governo, Requerimentos (1837). Originais manuscritos. Cx. 040, de 23 de março de 1837.

Arquivo Histórico Ultramarino, AHU

AHU, *Cabo Verde*, Cx. 1, doc. 15.

AHU, *Cabo Verde*, Cx. 083/ doc. 31, de 16 de Janeiro e de 18 de dezembro de 1824.

AHU, Cabo Verde, Cx. 83, doc. 74, de 13 de março de 1826.

AHU, *Cabo Verde*, Cx. 83, doc. 74.

AHU, *Cabo Verde*, Cx. 89A, doc. 114.

AHU, *Cabo Verde*, Coleção cartográfica, Enc., IV, 81 (Cat. C. A.).

AHU, *SEMU-CV*, Cx. 53, ofício n. 1, de 16 de setembro de 1835.

AHU, *Cabo Verde*, Cx. 54, de 1836 –Folheto Algumas considerações sobre a fixação da Sede do Governo da Província, e salubridade da ilha de S. Thiago de Cabo-Verde.

AHU, *SEMU-CV*, Cx. 55-Memórias sobre Cabo Verde, 1º Caderno, de 1838.

2 - Fontes Impressas

CHELMICKI, José Conrado Carlos de. *Corografia Cabo-verdiana ou descrição geographico-historico da Província das Ilhas de Cabo-Verde e Guiné*. t. I. Lisboa: Typ. de L. C. da Cunha, 1841.

GUERREIRO, Padre Fernam. *Relaçam Anual das Cousas que Fezeram os Padres da Companhia de Jesus nas partes da Índia Oriental, e no Brasil, Angola, Cabo Verde, nos annos de seiscentos e dous e seiscentos e três, e do processo de conversam, e christandade daquellas partes, tirada das cartas dos mesmos padres que de lá vieram*. Lisboa: Per Jorge Rodriguez, 1695 (1605).

MARINHO, Joaquim Pereira. *Memória Official em resposta às acusações dirigidas a Sua Magestade contra o governador geral da província de Cabo Verde*. Lisboa: Typografia de A. S. Coelho, 1839.

VALLE, Marqués de la Fuentesanta del; RAYON, D. José Sancho; ZABÁLBURU, D. Francisco de. *Coleccion de documentos inéditos para la historia de Espanã*. Madrid, 1889, t. XCIV.

3 - Obras gerais

AMARAL, Ilídio do, *Santiago de Cabo Verde: A Terra e os Homens*. Lisboa: Memórias da Junta de Investigação do Ultramar, n. 18, 1964.

BARCELLOS, Christianno José Senna. *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, 5 partes. Lisboa, 1899 -1911. Lisboa: Typografia da Cooperativa Militar, 1904.

CARREIRA, António. *Cabo Verde (Aspectos Sociais. Secas e fomes do século XX)*. 2ª ed., Lisboa: Ulmeiro, 1984 (1977).

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador (Formação do Estado e Civilização)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995, v. I.

HOBBS, Thomas. *Leviatã ou material, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. São Paulo: Victor Civita, 1983.

MATOS, Brigadeiro R. J. da Cunha. *Compêndio histórico das possessões de Portugal na África*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores – Arquivo Nacional, 1963.

PEREIRA, Eduardo Adilson Camilo. “Cabo Verde: entre uma civilização agrícola e uma civilização industrial e comercial (1822-1841)”. In: SANKOFA - Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana/Núcleo de Estudos de África, Colonialidade e Cultura Política – Número XIV, Ano VII, Dezembro. São Paulo, NEACP, 2014, p. 118-139. Disponível em: <https://sites.google.com/site/revistasankofa/sankofa-14>.

_____. *Política e cultura: as Revoltas dos Engenhos (1822), de Achada Falcão (1841) e de Ribeirão Manuel (1910)*. 3ª ed. revista e ampliada. Praia: Imprensa Nacional, 2015 (2013).

_____. “Reformas políticas e o regime da prefeitura em Cabo Verde da primeira metade do séc. XIX (1832-1834)”. In: SANKOFA - Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana/Núcleo de Estudos de África, Colonialidade e Cultura Política – Número XII, Ano VI, Dezembro. São Paulo, NEACP, 2013, p. 99-124. Disponível em: <https://sites.google.com/site/revistasankofa/sankofa-12>.

SILVA, António Leão Correia e. *No tempo do Porto Grande do Mindelo*. Praia/Mindelo: Centro Cultural Português, 1998 (Coleção “Documentos para a História de Cabo Verde”).

TYLOR, Edward B. *Primitive Culture*. 6th. Edition, London: John Murray, 1920 (1871), v. I.

“Um Rio chamado Atlântico”: Os Diálogos do Discurso da Mestiçagem em Cabo Verde



<http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v8i2.1569>

Taciana Almeida Garrido de Resende

Mestre em História pela Universidade Federal de Minas Gerais— UFMG

e-mail: tacianagarrido@gmail.com



Pode-se dizer que Cabo Verde começou verdadeiramente a interessar os seus próprios escritores, depois que estes receberam a lição dos intelectuais brasileiros.¹

Resumo: Este artigo é um recorte e um desdobramento de um dos capítulos de minha dissertação de mestrado, na qual analisei o discurso político-intelectual de quatro intelectuais cabo-verdianos nomeados “claridosos”. Baltasar Lopes, João Lopes, Gabriel Mariano e Henrique Teixeira de Sousa eram assim chamados por fazerem partido grupo de escritores e poetas da *Claridade*: revista de artes e letras, que circulou no arquipélago entre os anos de 1936 e 1960. O recorte temático deste artigo diz respeito às leituras e às reapropriações formuladas por dois desses intelectuais, Baltasar Lopes e João Lopes, sobre o discurso da mestiçagem de Gilberto Freyre. O objetivo foi mostrar que os textos de Freyre adquiriram novos significados quando realocados para o mundo social caboverdiano e serviram para corroborar determinado projeto político e identitário para o arquipélago.

Palavras-Chave: Cabo Verde; Intelectuais claridosos; discurso da mestiçagem.

Resumé: Cet article fait partie d’un des chapitres de ma dissertation du Master, dans lequel j’ai analysé le discours politique et intellectuel de quatre écrivains cap-verdiens: Baltasar Lopes, João Lopes, Gabriel Mariano e Henrique Teixeira de Souza, nommés comme ça à cause d’un groupe d’écrivains et de poètes de la *Claridade*: revue d’arts e de lettres, entre les années 1936 et 1960. Cet article aborde les lectures et les appropriations formulées par deux de ces intellectuels, Baltasar Lopes et João Lopes, sur le discours du métissage de Gilberto Freyre. Les textes de Freyre ont acquis nouveaux signifiés au monde social cap-verdian et ont servis pour réaffirmer certain projet politique e indentitaire pour Cap Verd.

Mots-Clés: Cap Vert, intellectuels claridosos, discours du métissage

Recebido em: 08/06/2015 – Aceito em 09/09/2015

1. Introdução

O título deste artigo é uma menção, mas sobretudo uma homenagem, ao historiador, africanista e diplomata Alberto da Costa e Silva, que, numa metáfora sensível à História, resumiu com brilhantismo os laços tão estreitos entre a África e o Brasil em vários momentos do passado e do presente.² Com essa expressão em mente, a proposta deste artigo é problematizar a importância da obra de Gilberto Freyre para as propostas políticas e intelectuais de dois escritores cabo-verdianos entre as décadas de 1930

¹ SOUSA, Henrique Teixeira. Uma visita desejada. Cabo Verde – Boletim de Propaganda e Informação. Praia, Ano 3, nº 27, 1951, p. 31.

² Silva, Alberto da Costa e. Um Rio Chamado Atlântico - a África No Brasil e o Brasil Na África. São Paulo: Nova Fronteira, 2014

³ RINGER, F. Fields of Knowledge: French academy culture in comparative perspective. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. p.11.

e 1950.

Para se avançar sobre este intuito, um alicerce para a interpretação das fontes foi a premissa de que ideias nunca são totalmente separáveis de seu enraizamento em instituições, práticas e relações sociais.³ Assim, o trabalho de Gilberto Freyre realizado para o Brasil sobre a mestiçagem e sobre o lusotropicalismo, e mais tarde alargado como campo interpretativo para as colônias portuguesas da época, não será tomado como parâmetro automático de avaliação. O argumento é de que, a partir de um mesmo conjunto de obras, as ideias de lusotropicalismo e de mestiçagem engendradas por Gilberto Freyre adquiriram usos e sofreram ressemantizações⁴ condizentes com as demandas e expectativas específicas do lugar de leitura e de fala dos escritores de Cabo Verde. Segundo a historiadora Angela Alonso, “ler textos conforme graus de fidelidade doutrinária a teorias estrangeiras conduz sempre a um diagnóstico de insuficiência, já que a questão acaba formulada como relação de cópia/desvio entre sistemas intelectuais nativos e estrangeiros”.⁵ Além disso, tomar ideias circulantes como “distorção” ou “não matriciais” torna evidente um pressuposto insustentável: o de distinção hierárquica entre problemáticas intelectuais, o que deixaria qualquer transferência ou reformulação de conceitos como deslocado por princípio. As interpretações que priorizam as barreiras rígidas entre colonizador e colonizado tendem a ignorar um universo de valores compartilhado, a negligenciar o repertório construído na experiência colonial.

1.1 Brasil e Cabo Verde: entre a literatura e o discurso político

Baltasar Lopes (1907-1989) e João Lopes (1894-1980) foram intelectuais fundadores da revista *Clareza*. Apropriaram-se do discurso da mestiçagem e deram a ele um sentido novo, que fizesse sentido e corroborasse seus projetos políticos naquele território insular, com uma conformação histórica sem dúvida diferenciada da do Brasil, mas com vários pontos de contato significativos.

Diante disso, a pergunta que orientou este trabalho foi “o que ser mestiço quer dizer?” Essa palavra, “mestiçagem” não foi uma categoria neutra entre os claridosos. Ao contrário, mostrou-se uma categoria em disputa e que mobilizou debates apaixonados. As leituras desses intelectuais caboverdianos sobre as teorias freyrianas – não deixando de considerar a importância que a perflha de parte da cúpula governamental portuguesa do lusotropicalismo a partir da década de 1950 significou – não foram intransitivas, tiveram uma razão de ser, uma leitura específica.

“Precisamos de certezas sistemáticas que só podiam vir com o auxílio metodológico e com a investigação de outras latitudes”⁶. Essa frase, proferida por Baltasar Lopes em 1956, demonstra a deliberada inspiração de Cabo Verde sobre territórios estrangeiros. A produção literária brasileira, mais do que a portuguesa, atingiu um público leitor considerável no arquipélago. As obras de Jorge Amado, Graciliano Ramos e José Lins do Rego, por exemplo, circularam com entusiasmo entre os círculos intelectuais e clubes de leitura caboverdianos, num momento em que a seca e a pobreza eram temáticas comuns para os escritores dos dois lados do Atlântico. O modernismo regionalista do nordeste brasileiro da década de 1930 foi o grande fascínio para Baltasar Lopes e para outros de sua época, que tomaram referências tanto literárias quanto ideológicas do contexto brasileiro para pensarem e construir uma narrativa identitária coesa para Cabo Verde.

Os aspectos sociais, culturais, geográficos e históricos presentes na literatura e nos estudos sociológicos dos regionalistas nordestinos brasileiros coincidiram com as características de Cabo Verde. Esse processo de formação encontrou seu mais ajustado pilar argumentativo no discurso da mestiçagem. Leitores atentos de Nina Rodrigues, Artur Ramos e, principalmente, Gilberto Freyre, os caboverdianos Baltasar Lopes e João Lopes

³CERTEAU, Michel de. “Ler: uma operação de caça” In: *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 2004.

⁴ALONSO, Angela. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 32.

⁵SILVA, Baltasar Lopes da. *Cabo Verde visto por Gilberto Freyre: Apontamentos lidos aos microfones da rádio barlavento*. Praia: Im-

inauguraram um longo e profícuo diálogo atlântico, no qual a questão da mestiçagem foi o principal foco de atenção das discussões.

As ideias da mestiçagem e do lusotropicalismo de Gilberto Freyre extrapolaram as fronteiras brasileiras e revestiram-se de propósitos distintos tanto na América Latina como no outro lado do oceano, seja em Portugal, seja em suas colônias na África. Em Cabo Verde, Gilberto Freyre foi profundamente admirado. Como disse o escritor Teixeira de Sousa em artigo de 1951, “o entusiasmo foi tanto que houve quem dormisse com *Casa Grande & Senzala* na banquinha de cabeceira, e o manuseasse com o mesmo fervor com que os crentes leem as Sagradas Escrituras.”⁷ Assim, a visita de Gilberto Freyre ao arquipélago, em 1951, foi ansiosamente aguardada pelos intelectuais da época, que não hesitaram em publicar lisonjas ao estudioso na imprensa local. Suas declarações, desde os anos de *Casa Grande* até as polêmicas impressões após a visita de Freyre a Cabo Verde, renderam diversas discussões, que oferecem uma janela importante ao historiador que tenta perceber – e compreender – o debate identitário intelectual da época.

2. As obras de Gilberto Freyre como teorias transatlânticas

Gilberto Freyre (1900-1987), sociólogo pernambucano de grande importância na história do pensamento teórico-político brasileiro, foi responsável por uma interpretação da história do Brasil que pode ser verificada em sua vasta obra de mais de cinquenta títulos. Determinados argumentos específicos de seu pensamento encontraram terreno fértil em Cabo Verde. A ideia freyriana de ampliar o sentido histórico estrutural do Brasil como região líder de um complexo de espaços inter-regionais da colonização lusa, por exemplo, foi de grande inspiração àqueles caboverdianos que, na outra margem, necessitavam de uma teoria argumentativa, para abraçar ou rechaçar, que fizesse possível construir para si um lugar social.⁸

É clara a aguda disparidade de recepções que percorreu a obra de Freyre, mesmo após sua morte, em 1987. O conceito de identidade nacional, pautado no Brasil como síntese dialética de elementos portugueses e africanos, foi tão poderoso que criou, segundo Jerry Dávila, um arcabouço que permitiu tanto os que apoiavam Portugal quanto os que buscavam laços com a África fazerem uso dele.⁹ No caso de Cabo Verde, três momentos relacionados com o autor foram singulares: a viagem do sociólogo à África em 1951; a posterior publicação de suas impressões em *Aventura e Rotina*, *Um brasileiro em terras portuguesas* e *O mundo que o português criou*: aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas; e a recepção de *Casa Grande & Senzala*, sobretudo no que diz respeito às benesses da colonização portuguesa, ao elogio da mestiçagem e à democracia racial. Era necessário desfazer os polos para fazer a síntese do povo caboverdiano. E só a figura do mestiço pôde representá-lo.

3. Leituras de Gilberto Freyre em Cabo Verde

A análise das fontes da época revela ao historiador a orfandade do texto¹⁰ de Gilberto Freyre e as múltiplas interpretações que se mostraram possíveis no horizonte de expectativa de seus leitores em outras latitudes. A seguir, pretende-se analisar paralelamente o texto de autoria do autor brasileiro e as leituras subsequentes feitas de sua obra por Baltasar Lopes e João Lopes.

Em *Casa Grande & Senzala* Freyre já glorificava as supostas benesses trazidas por

⁷ SOUSA, Henrique Teixeira. Uma visita desejada. Cabo Verde – Boletim de Propaganda e Informação. Praia, Ano 3, nº 27, 1951, p. 31

⁸ Cf. PINTO, João Alberto da Costa. “Gilberto Freyre e a inteligência salazarista em defesa do Império Colonial Português” (1951 – 1974). *História*, São Paulo, nº 28, v. 1, 2009, p.446.

⁹ DÁVILA, Jerry. *Hotel Trópico: o Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950-1980*. São Paulo: Paz e Terra, 2011, p. 24.

¹⁰ Referência a Jacques Rancière, que formulou a metáfora da letra errante, do texto órfão para problematizar e defender a legitimidade dos múltiplos significados possíveis que um texto adquire após seu distanciamento do autor e aproximação do leitor. Rancière afirma o desentendimento como parte integrante da etnografia na forma de produção textual sobre o outro. Segundo o autor, é a “orfandade do texto” que o torna capaz de falar com o “outro”, tornar-se inteligível em outros meios sociais. Cf. RANCIÈRE, Jacques. *Políticas da Escrita*. São Paulo: Editora 34, 1995.

dois séculos da presença colonizadora portuguesa no Brasil:

A falta desses recursos [condições de vida física e nutrição diferentes das de Portugal], como a diferença nas condições meteorológicas e geológicas em que teve de processar-se o trabalho agrícola realizado pelo negro, mas dirigido pelo europeu dá à obra de colonização dos portugueses um caráter de obra criadora, original [...]; grande feito português, dadas as dificuldades impostas pela natureza.¹¹

A aptidão e a plasticidade lusitanas de adaptação aos trópicos, aliadas à *miscibilidade*¹² inata do português, teriam facilitado sua permanência na região, e o conjunto dessa experiência era descrito como um equilíbrio de antagonismos¹³ ou, como acrescentou Freyre: “Somos duas metades confraternizantes que se veem mutuamente enriquecendo de valores e experiências diversas”¹⁴. Esse equilíbrio de contrários era o que produzia uma sociedade democrática, sem a polaridade entre africanos, índios e europeus ou entre senhores e escravos, e, por isso, o Brasil seria um país “em vários sentidos sociais um dos mais democráticos, flexíveis e plásticos”.¹⁵ Esta harmonia entre a casa grande e a senzala, segundo o sociólogo, fora garantida graças às forças de confraternização e de mobilidade vertical próprias do caso brasileiro, como a miscigenação e a dispersão de heranças, ao acesso dos mestiços e dos filhos naturais aos altos cargos, ao cristianismo lírico à portuguesa, à tolerância moral e à hospitalidade em relação aos estrangeiros. Para Freyre, o “humanismo missionário-cristão soubera estabelecer relações estáveis e relativamente amistosas”.¹⁶

O discurso freyrianovoltou-se, em grande parte, à legitimação da colonização portuguesa a partir de suas características pretensamente humanitárias, aspecto de que, para ele, careciam outras nações colonizadoras. Essa legitimação, é preciso dizer, foi mobilizada para validar a formação social brasileira, preocupação primeira do escritor. O caráter cultural e “racialmente” mestiço da sociedade colonial brasileira é exaltado em sua obra, enquanto aspectos econômicos da exploração, que possivelmente contestariam a tese do equilíbrio de antagonismos, são suavizados. Segundo um estudo canônico de Ricardo Benzaquem de Araújo sobre Gilberto Freyre, este autor veio frisar os espaços para as denúncias de violência nas relações senhor/escravo em *Casa Grande*, a despeito do elogio da democracia racial.¹⁷

Freyre não foi o primeiro a apostar na integração racial, mas sua retórica positiva da mestiçagem, a ideia do português que se torna lusobrasileiro no trópico, foi tão amplamente divulgada que ganhou áureas de ineditismo. Fernando Henrique Cardoso, em prefácio a *Casa Grande & Senzala*, diz que a novidade de Gilberto Freyre foi mostrar, com mais força do que todos, que “a mestiçagem, o hibridismo, e mesmo (mistificação à parte) a plasticidade cultural da convivência entre contrários, não são apenas uma característica, mas uma *vantagem* do Brasil”.¹⁸

Essa ideia de um processo civilizatório no país que tem no português o herói colonizador e o construtor da nação, aquele que concedeu ao negro e ao índio a possibilidade de integração, é o cerne da concepção lusotropicalista desenvolvida na década seguinte, a qual irá alargar o “êxito” do processo iniciado e desenvolvido no Brasil para os espaços coloniais portugueses¹⁹. Foi justo na década de 1940, segundo Alejandra-Mailhe²⁰, que Freyre acumulou argumentos para consolidar a identidade do conjunto

¹¹FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2006. p. 77-79.

¹²FREYRE, 2006, p. 70-72.

¹³FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2006. p. 117.

¹⁴FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2006. p. 26.

¹⁵FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2006. p. 113.

¹⁶FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2006. p. 21.

¹⁷ARAÚJO, Ricardo Benzaquem de. *Guerra e paz: Casa-grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2005.

¹⁸FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2006. p. 28.

¹⁹PINTO, João Alberto da Costa. “Gilberto Freyre e a intelligentsia salazarista em defesa do Império Colonial Português” (1951 – 1974). *História*, São Paulo, nº 28, v. 1, 2009. p. 458

²⁰MAILHE, Alejandra. Uma celebración de los Orígenes espúrios: Mestizaje y cultura portuguesa en el luso-tropicalismo de Gilberto Freyre. In _____; REITANO, Emir. (Orgs.). *Pensar Portugal: reflexiones sobre el legado histórico y cultural del mundo luso en Sudamérica*. Buenos Aires: FaHCE, 2008, p. 333.

de regiões e estendê-la à toda colonização portuguesa como um novo objeto de conhecimento, mesmo que ainda não tivesse utilizado o termo “lusotropical”.

O ano de 1951 foi um momento importante para a conexão e o diálogo entre Gilberto Freyre e os intelectuais de Cabo Verde. Gilberto Freyre foi convidado por Sarmiento Rodrigues, então ministro do Ultramar, para realizar uma viagem de fins científicos pelas possessões portuguesas. Os resultados foram publicados em *Aventura e Rotina* e *Um Brasileiro em Terras portuguesas*, obras em que já se percebe o alargamento da especificidade da colonização portuguesa, antes apenas remetida ao Brasil. Segundo AlejandraMailhe²¹, a ausência de referências ao passado e à violência colonial nos relatos de viagem de Freyre deixa entrever, “a contrapelo, o vínculo nada ingênuo entre produção de conhecimento etnográfico e exercício de poder.” Segundo Sérgio Neto,

compreende-se o interesse do Estado Novo em perfilar o luso-tropicalismo. Uma doutrina da autoria de um cientista estrangeiro de renome internacional – portanto, mais credível -, confirmando a peculiaridade da ação portuguesa, não era de negligenciar, tanto mais que a pressão no seio da ONU para a necessidade da descolonização se ia intensificando [...]. Alvo de muitas críticas, o luso-tropicalismo foi, até a Revolução de Abril, uma das pedras de toque ideológicas de um regime cada vez mais isolado internacionalmente.²²

A definição de civilização lusotropical de Freyre encontrou respaldo e ganhou força tanto em Portugal quanto em Cabo Verde, no movimento claridoso. Segundo Freyre, a civilização lusotropical era

uma cultura e uma ordem social comuns à qual concorrem, pela interpretação e acomodando-se a umas tantas uniformidades de comportamento do Europeu e do descendente e do continuado do europeu nos trópicos – uniformidades fixadas pela experiência ou pela experimentação lusitana – homens e grupos de origens étnicas e de procedências culturais diversas. Vê-se assim que é um conceito, o sociológico, de civilização luso-tropical, de cultura e de ordem social luso-tropicais, que ultrapassa o apenas político ou retórico ou sentimental de ‘comunidade luso-brasileira’.²³

Essas ideias de Gilberto Freyre para o Brasil, abraçadas e expandidas por determinados setores do governo português na década de 1950, forneceram um arcabouço teórico importante para os escritores claridosos já no começo da década de 1930.²⁴ Sobre o arquipélago, o autor de *Casa Grande & Senzala*, antes de sua viagem às ilhas, afirmou que Cabo Verde era uma espécie de “Ceará africano desgarrado no Atlântico, um país [...] à procura de um destino, ou uma Martinica afro-portuguesa onde os colonizadores ensaiaram as primeiras grandes miscigenações [...]”²⁵

A repercussão de Gilberto Freyre em Cabo Verde veio muito antes da perfilha portuguesa de seu edifício teórico. A questão da mestiçagem, já presente em *Casa Grande & Senzala*, direciona a discussão do caboverdiano João Lopes. No segundo número da revista *Claridade*, de 1936, Lopes alude à teoria freyriana do equilíbrio dos

²¹MAILHE, Alejandra. Uma celebración de los Orígenes espúrios: Mestizaje y cultura portuguesa en el luso-tropicalismo de Gilberto Freyre. In _____; REITANO, Emir. (Orgs.). Pensar Portugal: reflexiones sobre el legado histórico y cultural del mundo luso en Sudamérica. Buenos Aires: FaHCE, 2008, p. 339.

²²NETO, Sérgio. Cabo-verdianidade e Luso-tropicalismo: duas visões de Cabo Verde em tempos de Estado Novo. Estudos do Século XX, Coimbra, n.º3, 2003, p. 299.

²³FREYRE, Gilberto. Uma política transnacional de cultura para o Brasil de hoje. Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte, 1960, p. 74

²⁴Cabo Verde não foi a única colônia em que o discurso lusotropical encontrou terreno fértil para discussões. Sobre a recepção da obra de Freyre em Angola, cf. NETO, Maria da Conceição. Ideologias, contradições e mistificações da colonização de Angola no século XX. Lusotopie, 1997, p.330. Disponível em: <http://www.lusotopie.sciences-pobordeaux.fr/neto97.pdf>. Acesso em: 12/04/2015; FERREIRA, Roquinhaldo. Ilhas crioulas: o significado plural da mestiçagem cultural na África atlântica. Revista de História da USP, n. 155, 2006. Disponível em:

<file:///C:/Users/angela/Downloads/19033-22564-1-PB.pdf>; e MORENO, Helena Wakim. Voz d’Angola clamando no deserto: protesto e reivindicação em Luanda (1881-1901), 2014, Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014, p. 4.

²⁵FREYRE, Gilberto. *Aventura e Rotina*: sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de caráter e ação. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1953, p.237

²⁶LOPES, João. “Apontamentos”. In: *Claridade* nº 2, 1936, p. 9.

contrários a fim de conferir legitimidade à sua proposta de análise sobre dois grupos culturais distintos presentes no arquipélago. João Lopes, admitindo a insuficiência de material para estudo das ilhas, propõe

preencher as lacunas com ilações tiradas da situação atual e subsidiariamente dos estudos levados a efeito no Brasil, para explicação do fenômeno brasileiro, em cuja integração atuaram os dois fatores capitais da formação de Cabo Verde: o europeu e o afro-negro.²⁶

Neste ponto, é interessante notar como a questão indígena, contemplada por Freyre, mas bastante subestimada em seu “protocolo de leitura”, é ignorada por João Lopes em sua apropriação, em razão de sua inadequação para se avaliar as ilhas, que não dispunham de uma população nativa.

Em seguida, o escritor irá desenvolver a tese sobre a consequência das diferenças de ocupação e exploração entre a ilha de Santiago, onde havia maior presença de latifúndio, e o conjunto de ilhas do Barlavento, onde o minifúndio foi predominante. O patriarcalismo de Santiago teria criado “um tipo de civilização semelhante às zonas brasileiras de economia escravocrata à sombra das casas-grandes com os engenhos”²⁷. O resultado dessa experiência, segundo o autor, teria sido a “menor compensação e reciprocidade entre as duas classes, os senhores – os brancos – e os escravos” e “um complexo de inferioridade ainda hoje bem visível”²⁸. João Lopes lamentou a fidelidade do povo da ilha de Santiago, segundo ele o local onde se conservou “o mais puro *ethos* africano”, às origens africanas. Para ele, esta região do arquipélago não “se beneficiou na mesma medida dos seus irmãos das outras ilhas das consequências da miscigenação e da interpenetração de culturas que marcaram a ação do colonizador português.”²⁹ E conclui: “Santiago é em parte um *compartimento estanque* em Cabo Verde” devido à fé do povo nos bruxedos, na magia negra e nas histórias de malassombrados[sic].³⁰

Por outro lado, João Lopes sublinhou que no grupo de ilhas do Barlavento não vingaram tais características. Ali, todos “patriarcalizaram-se, transformando-se, todos, senhores e escravos, numa família”³¹. É curioso notar como o grupo de ilhas do Sotavento, em especial a de Santiago, é sempre lembrado por esses intelectuais como paradigmático no entendimento e na sobrevivência da cultura negro-africana no arquipélago, ao contrário do grupo do Barlavento. Ainda que a história fática estrita confirme essa maior presença através dos morgadios e da mão de obra escravizada, a análise crítica deve levar em conta a origem desses homens, todos das ilhas do Barlavento, a exceção de Teixeira de Sousa, e a rivalidade histórica entre esses dois grupos de ilhas.

A despeito das diferenças marcantes entre Barlavento e Sotavento, Lopes mostrou-se otimista quanto ao futuro de Cabo Verde baseado na situação presente do Brasil. As diferenças, a seu ver,

não determinam a irredutibilidade e impossibilidade de interpenetração cultural. A evolução tem de fazer-se, como diz Gilberto Freyre para o Brasil, no sentido de todas as forças de cultura terem inteira responsabilidade de expressão criadora. O fato positivo é a criação em Cabo Verde de um ambiente de grande liberdade humana, nascida desse *processus sui generis absolutamente português*, ao invés dos colonizadores anglo-saxônicos que, sempre munidos da piedosa Bíblia protestante, asfixiaram moralmente o pobre negro [...] não permitindo que ele se evadisse desse compartimento estanque.³²

²⁷LOPES, João. “Apontamentos”. In: Claridade nº 2, 1936, p. 9.

²⁸LOPES, João. “Apontamentos”. In: Claridade nº 2, 1936, p. 9.

²⁹É interessante notar o modo negativo como são abordadas as manifestações religiosas de matriz africana. Manuel Lopes, já no primeiro número da Claridade, partilha de entendimento semelhante: “é vulgar verem-se desembarcar nessas ilhas, principalmente em São Vicente, estrangeiros sedentos de exotismos, com aquela doentia curiosidade de quem pisa terras de África [...] e que ao cabo de meia hora [...] tornam a embarcar desiludidos e azedos porque [...] não assistiram sequer a uma sessão de magia negra.” LOPES, Manuel. 1936, p. 5.

³⁰LOPES, João. “Apontamentos”. In: Claridade nº 2, 1936, p.

³¹LOPES, João. “Apontamentos”. In: Claridade nº 2, 1936, p. 9.

³²LOPES, João. “Apontamentos”. Claridade nº 2, 1936, p. 9. Grifo meu.

³³LOPES, João. “Apontamento”. In: Claridade, nº 3, 1937, p. 6.

No ano seguinte, novamente em artigo para a revista *Claridade*, João Lopes vem reafirmar a miscigenação com o português como responsável pelo “elevado grau de cultura cívica” do caboverdiano e pela ausência de crimes passionais em Cabo Verde. Ao se interrogar sobre onde teria chegado a “influência eugênica das levas afro-negras”, o escritor João Lopes conclui não saber, mas atenta que “a prolongada miscigenação de cinco séculos obliterou o vigor das *camadas invertidas da colonização*”.³³ Por isso, afirma o autor, em “Sant’lago, onde se conservou mais puro o ethos africano, sempre houve a necessidade de libertação manifestada nas diversas revoltas [...]”.

Enfim, a partir das publicações de João Lopes, é possível vislumbrar alguns pontos de diálogo com a teoria freyriana presente em *Casa Grande & Senzala*. João Lopes admitiu o europeu e o afro-negro como agentes formadores da cultura caboverdiana, mas lamentou a sobreposição do afro-negro como herança na cultura da ilha de Santiago. Além disso, prescreveu a reciprocidade entre senhores e escravos como ideal, o que indica um modelo harmônico a ser alcançado, modelo presente na argumentação de Freyre.

O benefício da colonização lusa é outro ponto alto da documentação, que revela a reformulação e elasticidade da obra de Freyre no arquipélago. O contraste das benesses da colonização portuguesa com a violência religiosa da anglossaxã mostra-se presente tanto no pensamento de João Lopes para Cabo Verde quanto no de Gilberto Freyre para o Brasil. Por fim, Santiago, que presenciou a supremacia da herança afro-negra, apresenta-se como um “compartimento estanque” se comparada com as outras áreas beneficiadas pela miscigenação, onde o fator lusitano é veementemente reforçado. Essa articulação entre o dinamismo e a herança portuguesa é recorrente no pensamento tanto de João Lopes como de Baltasar Lopes, que será analisado posteriormente. Em ambos os autores, aparece a imagem da colonização engrandecedora para o caboverdiano. Esse argumento pode ser encontrado também na obra de Freyre, por sua vez remetido ao Brasil. Em *Casa Grande & Senzala* o português aparece como

elemento principal, sob vários aspectos, do processo sincrético de colonização brasileiro. Antes de tudo, ele é o elemento dominante nos aspectos da cultura material e simbólica. É ele o motor e idealizador de todo o processo e é dele a supremacia militar. Se esse elemento a tal ponto dominante não carregasse em si próprio os germes da cultura que aqui iria se desenvolver, toda a argumentação de Freyre perderia em plausibilidade.³⁴

Respondendo ao convite do então Ministro do Ultramar Português, Sarmiento Rodrigues, Gilberto Freyre partiu, em 1951, para sua viagem sociológica pelas colônias portuguesas na África. Começando pela Guiné, Freyre seguiu para Cabo Verde, onde visitou as ilhas do Sal, Santiago e São Vicente em três dias de roteiro. As impressões da viagem foram publicadas em *Cabo Verde – Boletim de Propaganda e Informação*, quando o sociólogo ainda se encontrava no arquipélago:

Encanta-me poder surpreender em Cabo Verde, através da variedade de cores e formas da população o muito que há aqui de português, o parentesco do caboverdiano com o brasileiro. Somos verdadeiramente um mundo só [...].³⁵

Dois anos depois, com a publicação de *Aventura e Rotina*, porém, o discurso freyriano reverteu-se:

Tinham-me dito que eu viria encontrar em Cabo Verde uma paisagem e uma população semelhante às de certas áreas do Nordeste do Brasil [...]. Mas o parentesco entre as populações e as culturas luso-tropicais que se vêm desen-

³⁴ SOUZA, Jessé. Gilberto Freyre e a singularidade cultural brasileira. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, São Paulo, 12(1): 69-100, maio de 2000, p.76.

³⁵ FREYRE, Gilberto. Palavras de Gilberto Freyre. *Cabo Verde – Boletim de Propaganda e Informação*. Ano III, nº 26, 20 de novembro de 1951, p. 1.

³⁶ FREYRE, Gilberto. *Aventura e Rotina: sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de caráter e ação*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1953, p.291.

volvendo naquelas áreas brasileiras e as que parecem ter já se estabilizado em São Tiago e talvez noutras ilhas de Cabo Verde, este parentesco me parece vago. Confesso que minha mais forte impressão em São Tiago é a de estar numa espécie de Martinica [...]: ilhas em que as populações fossem predominantemente africanas na cor, no aspecto e nos costumes, com salpicadas, apenas, de influência europeia, sobre essa predominância étnica e social.³⁶

A viagem do estudioso pernambucano foi ansiosamente aguardada na imprensa caboverdiana. Baltasar Lopes, por exemplo, via nas ideias de mestiçagem e lusotropicalismo do brasileiro um arcabouço teórico relevante para pensar Cabo Verde. As impressões de Freyre, porém, foram aquém das expectativas. Cinco anos após sua viagem ao arquipélago e dois anos após a publicação de *Aventura e Rotina*, o escritor claridoso fez um discurso na rádio Barlavento que revelou como sua interpretação para Cabo Verde estava em consonância com o pensamento de Freyre e como foi significativa a desautorização do autor de *Casa Grande & Senzala*. A resposta a Freyre revela a importância, para Baltasar Lopes, de incluir Cabo Verde dentro “do mundo que o português criou”. No documento, o professor do liceu de S. Vicente declara: “ponho minhas dúvidas ao africanismo tamboriado por Gilberto Freyre [...]. Pela cabeça de quem, medianamente informado das coisas de Cabo Verde, é que passa que o cabo-verdiano é mais africano que português?”³⁷.

A negação do caráter e da origem africanos é muito presente em várias publicações de Baltasar Lopes. Em seu trabalho *O dialecto crioulo de Cabo Verde*, o autor reitera sua convicção quanto à diluição dos aspectos africanos no arquipélago.

Pela história ou, antes, pelos fatos bem patentes sabemos que brancos e negros se misturaram, dando origens aos mestiços, que predominam no arquipélago. Pela história sabemos que dois povos que se encontram e passam a viver ao lado um do outro através de séculos há sempre interinfluência, mas com predomínio do mais forte e do mais civilizado.³⁸

A partir desse trecho, é possível notar a clara reivindicação de uma origem europeia em detrimento da origem africana para a cultura de Cabo Verde.

Baltasar Lopes teve artigos e pronunciamentos convergentes com as ideias de João Lopes. Em resposta ao menosprezo que Gilberto Freyre demonstrou pela cultura caboverdiana em *Aventura e Rotina*, Baltasar começou seu discurso na Rádio Barlavento, no dia 12 de maio de 1956, reafirmando a semelhança existente entre Brasil e Cabo Verde. Sobre a produção brasileira e seu impacto no arquipélago, diz que estas revelaram

um ambiente, tipos, estilos, formas de comportamento, defeitos, virtudes, atitudes perante a vida, que se assemelhavam aos [destas] ilhas, principalmente naquilo que as ilhas têm de mais castiço e menos contaminado. [...] Esta identidade [...] não pode ser deturpação de escritores, ficcionistas e poetas, aliterados; ela deve corresponder a semelhanças profundas de estrutura social, evidentemente [...]. Nisto deu-se a revelação. Da revelação era grandemente responsável um livro magnífico: a *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre.³⁹

³⁷ SILVA, Baltasar Lopes da. Cabo Verde visto por Gilberto Freyre: Apontamentos lidos aos microfones da rádio barlavento. Praia: Imprensa Nacional, 1956. P. 14-15.

³⁸ SILVA, Baltasar Lopes da. O Dialecto crioulo de Cabo Verde. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1947, p. 10.

³⁹ SILVA, Baltasar Lopes da. Cabo Verde visto por Gilberto Freyre: Apontamentos lidos aos microfones da rádio barlavento. Praia: Imprensa Nacional, 1956. P. 6

⁴⁰ SILVA, Baltasar Lopes da. Cabo Verde visto por Gilberto Freyre: Apontamentos lidos aos microfones da rádio barlavento. Praia: Imprensa Nacional, 1956. P. 8. Grifo meu.

Há, nessa passagem, a tentativa de comparar a cultura brasileira com a caboverdiana. Em resposta ao que foi publicado sobre Cabo Verde em *Aventura e Rotina*, sobre a diferença abismal entre Brasil e Cabo Verde e sobre a tênue presença portuguesa na cultura do arquipélago, Baltasar acusa Freyre de ter “observado apenas a epiderme urbana” e que por isso não poderia “se dar ao luxo de perorar sobre o arquipélago, o seu povo e os seus problemas”, pois faz “generalizações de simples *pormenores insignificativos*”.⁴⁰

Esses “pormenores insignificativos” são justamente a herança negro-africana presente na cultura de Cabo Verde, negada por Baltasar. Segundo ele, “a composição social destas ilhas se caracteriza pela unidade na pluralidade”⁴¹. É curioso o uso dessa expressão freyriana numa crítica dirigida justamente ao sociólogo. Como já havia notado Hopffer Almada em *Caboverdianidade & Lusotropicalismo*, o uso da teoria freyriana para discordar do próprio autor é uma particularidade interessante em Cabo Verde nesse período.⁴² O alvo das críticas era o cronista viajante e não suas ideias expressas no conjunto da obra do sociólogo. As teorias de Freyre eram, quase sempre, adequadas ao que se pensava sobre o arquipélago.

Seguindo na argumentação, Lopes afirma que “Cabo Verde, salvo uma ou outra ilha destinada a desaparecer, se caracteriza pela fase mais avançada a que pode chegar o contacto das culturas europeias e africanas”.⁴³ O mais avançado, sem dúvida, diz respeito à obliteração da herança negra e à supremacia portuguesa. E finaliza: “quem conhece estas ilhas sabe que as sobrevivências dos cultos africanos no arquipélago são insignificantes” e acrescenta que houve o “esfacelamento de culturas não europeias”.⁴⁴

A partir do exposto, fica evidente a circulação de ideias no “mundo atlântico”⁴⁵ no começo do século XX, tendo como eixos de discussão Brasil, Portugal e Cabo Verde em momentos específicos de suas histórias. Com a análise, é possível vislumbrar os encontros e desencontros interpretativos dos autores quanto à mestiçagem da sociedade caboverdiana. As apropriações discursivas realizadas por esses sujeitos históricos apontam para a heterogeneidade do conhecimento e do imaginário sobre Cabo Verde, ambos construções sócio-históricas partilhadas em maior ou menos grau entre eles.

Como bem afirmou Osvaldo Silvestre, a celebração da identidade caboverdiana através da miscigenação tem um conteúdo político não desprezível, pois, já na década de 1930, quando a política colonial lusa via com desconfiança tal premissa, os intelectuais caboverdianos engajaram-se em defendê-la.⁴⁶ O autor afirma que o grupo *Clareza* “necessitava vitalmente de uma teoria da miscigenação, sem a qual nem a *Clareza* nem Cabo Verde poderiam vir de fato a ser.”⁴⁷ De fato, a ideia da miscigenação foi utilizada como argumento central na construção da identidade caboverdiana crioula na época. Num gesto de suprema inteligência teórica e prática, os homens da *Clareza* adequaram a teoria de Freyre aos seus próprios fins.

Os escritos de Gilberto Freyre foram referência fundamental para interpretações de variados matizes tanto no Brasil como em Portugal e em Cabo Verde. Para compreendê-los em seus diferentes locais de leitura, o pensamento de Pierre Bourdieu é essencial. Segundo o autor, de um lugar a outro, os textos circulam não trazendo consigo o campo de produção de que são produto.⁴⁸ A separação das produções de seu sistema de referências teóricas provocaram, em Cabo Verde, novas e originais leituras em Cabo Verde. Por isso é imperioso compreender em nível internacional as distâncias das ló-

⁴¹ SILVA, Baltasar Lopes da. Cabo Verde visto por Gilberto Freyre: Apontamentos lidos aos microfones da rádio barlavento. Praia: Imprensa Nacional, 1956. P. 11.

⁴² ALMADA, David Hopffer. Caboverdianidade & Lusotropicalismo: 2ª jornada de Tropicologia. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 1992. p. 85.

⁴³ SILVA, Baltasar Lopes da. Cabo Verde visto por Gilberto Freyre: Apontamentos lidos aos microfones da rádio barlavento. Praia: Imprensa Nacional, 1956. P. 13.

⁴⁴ SILVA, Baltasar Lopes da. Cabo Verde visto por Gilberto Freyre: Apontamentos lidos aos microfones da rádio barlavento. Praia: Imprensa Nacional, 1956. P. 14.

⁴⁵ Termo cunhado por Bernard Baylin. Cf. BAYLIN, Bernard. Atlantic History: Concept and Contours. Harvard University Press, 2005.

⁴⁶ SILVESTRE, Osvaldo. A aventura crioula revisitada: versões do atlântico negro em Gilberto Freyre, Baltasar Lopes e Manuel Ferreira. In: BUESCU, Helena Carvalho; SANCHES, Manuela Ribeiro (Orgs.). Literatura e viagens pós-coloniais. Lisboa: Colibri, 2002. p. 63-103, p. 80.

⁴⁷ SILVESTRE, Osvaldo. A aventura crioula revisitada: versões do atlântico negro em Gilberto Freyre, Baltasar Lopes e Manuel Ferreira. In: BUESCU, Helena Carvalho; SANCHES, Manuela Ribeiro (Orgs.). Literatura e viagens pós-coloniais. Lisboa: Colibri, 2002. p. 63-103, p. 69.

⁴⁸ BOURDIEU, Pierre. Les conditions sociales de la circulation internationale des idées. In: Actes de la recherche en sciences sociales. n. 145, 2002/5 p. 3-8.

⁴⁹ ANJOS, José Carlos Gomes dos. A condição de mediador político-cultural em Cabo Verde: intelectuais e diferentes versões da identidade nacional. Etnográfica, Vol VIII (2), 2004, p. 273-395, p. 275

gicas endógenas e exógenas a Cabo Verde, os laços entre projetos transatlânticos e projetos locais.

Assim, os intelectuais caboverdianos aqui apresentados, de leitores transformaram-se em autores, cujo trabalho foi surpreender o modelo original, desarticulá-lo de sua origem e centrá-lo no mundo social de Cabo Verde. Pensar o arquipélago como mestiço, portanto, eleva a categoria do intelectual caboverdiano e, segundo José Carlos Gomes do Anjos, dá a ele um lugar chave na cultura dominante do arquipélago⁴⁹. Foi a mestiçagem, no sentido cultural, o que permitiu Baltasar Lopes e João Lopes, por exemplo, dizerem-se portugueses, ou afirmarem que a cultura de Cabo Verde é portuguesa em sua essência. Sem a mestiçagem, a questão do pertencimento geográfico ficaria sem o contraponto, e a África seria a única saída.

A triangulação discursiva entre Cabo Verde, Brasil e Portugal revelou a tentativa de intelectuais de inscrever Cabo Verde num concerto de regiões entendidas como socialmente relevantes. Voltados mais para a América do que para a Europa (mas sem perdê-la de vista), a rota utilizada por séculos para o transporte de homens escravizados apareceu revisitada numa jornada identitária, na qual a circulação e apropriação de ideias fez o homem crioulo das ilhas de Cabo Verde poder falar de si - e transpor um rio tão estreito e de tantos meandros chamado Atlântico.

Fontes Bibliografia

- ALONSO, Angela. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ANJOS, José Carlos Gomes dos. A condição de mediador político-cultural em Cabo Verde: intelectuais e diferentes versões da identidade nacional. *Etnográfica*, Vol VIII (2), 2004.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz: Casa-grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2005.
- BAYLIN, Bernard. *Atlantic History: Concept and Contours*. Harvard University Press, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. Les conditions sociales de la circulation internationale des idées'. In: *Actes de la recherche en sciences sociales*. n. 145, 2002/5.
- CERTEAU, Michel de. "Ler: uma operação de caça" In: *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- DÁVILA, Jerry. *Hotel Tropic: o Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950-1980*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- FERREIRA, Roquinaldo. Ilhas crioulas: o significado plural da mestiçagem cultural na África atlântica. *Revista de História da USP*, n. 155, 2006.
- FREYRE, Gilberto. *Aventura e Rotina: sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de caráter e ação*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1953.
- _____. *Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2006.
- _____. Palavras de Gilberto Freyre. *Cabo Verde – Boletim de Propaganda e Informação*. Ano III, nº 26, 20 de novembro de 1951.
- _____. Uma política transnacional de cultura para o Brasil de hoje. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, 1960.
- LOPES, João. "Apontamentos". In: *Claridade* nº 2, 1936.
- _____. "Apontamento". In: *Claridade*, nº 3, 1937.
- MAILHE, Alejandra. Una celebración de los Orígenes espúrios: Mestizaje y cultura portuguesa en el luso-tropicalismo de Gilberto Freyre. In: _____; REITANO, Emir. (Orgs.). *Pensar Portugal: reflexiones sobre el legado histórico y cultural del mundo luso en Sudamérica*. Buenos Aires: FaHCE, 2008.
- MORENO, Helena Wakim. *Voz d'Angola clamando no deserto: protesto e reivindicação em Luanda (1881-1901)*, 2014, Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- NETO, Maria da Conceição. Ideologias, contradições e mistificações da colonização de Angola no século XX. *Lusotopie*, 1997.
- NETO, Sérgio. Cabo-verdianidade e Luso-tropicalismo: duas visões de Cabo Verde em tempos de Estado Novo. *Estudos do Século XX*, Coimbra, n.º3, 2003.
- PINTO, João Alberto da Costa. "Gilberto Freyre e a intelligentsia salazarista em defesa do Império Colonial Português" (1951 – 1974). *História*, São Paulo, nº 28, v 1, 2009.
- RANCIÈRE, Jacques. *Políticas da Escrita*. São Paulo: Editora 34, 1995.
- RINGER, F. *Fields of Knowledge: French academy culture in comparative perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- SILVA, Alberto da Costa e. *Um Rio Chamado Atlântico - a África No Brasil e o Brasil Na África*. São Paulo: Nova Fronteira, 2014.
- SILVA, Baltasar Lopes da. *Cabo Verde visto por Gilberto Freyre: Apontamentos lidos aos microfones da rádio barlavento*. Praia: Imprensa Nacional, 1956.
- _____. *O Dialeto crioulo de Cabo Verde*. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1947, p. 10.
- SILVESTRE, Osvaldo. A aventura crioula revisitada: versões do atlântico negro em Gilberto Freyre, Baltasar Lopes e Manuel Ferreira. In: BUESCU, Helena Carvalho; SANCHES, Manuela Ribeiro (Orgs.). *Literatura e viagens pós-coloniais*. Lisboa: Colibri, 2002.
- SOUSA, Henrique Teixeira. Uma visita desejada. *Cabo Verde – Boletim de Propaganda e Informação*. Praia, Ano 3, nº 27, 1951.
- SOUZA, Jessé. Gilberto Freyre e a singularidade cultural brasileira. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, São Paulo, 12(1): 69-100, maio de

Caminhos Históricos da Oficialização da Língua Cabo-Verdiana¹

 <http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v8i2.1558>

Victor Manuel Eugénia Semedo

Doutor em História - Coordenador do Projeto CAPES/AULP
Universidade de Cabo Verde – Cabo Verde

e-mail: victorsemedohist@gmail.com



Aracy Alves Martins

Doutora em Educação - Coordenadora do Projeto CAPES/AULP
Universidade Federal de Minas Gerais – Brasil

e-mail: aracymartins60@gmail.com



Maria Amélia Rodrigues de Carvalho Gomes

Mestre em Didática de Línguas - Universidade de Cabo Verde – Cabo Verde

e-mail: ameliagomes66@hotmail.com



Recebido em: 31/05/2015 – Aceito em 15/11/2015

Resumo: Este texto procura articular informações históricas sobre o percurso que vem trilhando a língua materna dos sujeitos nascidos no Arquipélago de Cabo Verde, desde o seu surgimento, como crioulo de base lexical portuguesa, até seu uso generalizado, em contextos informais de oralidade, em situação de diglossia em relação à Língua Portuguesa (LP), língua oficial. Percebem-se movimentos em busca da padronização, da escrita e da oficialização da Língua Cabo-Verdiana (LCV), para que possa ser utilizada em ambientes formais, ser considerada língua de ensino, em paridade com a Língua Portuguesa, em processo de construção de um Bilinguismo Funcional. São analisados documentos oficiais, até chegar à resolução governamental de 2015, que anuncia medidas concretas para o enquadramento jurídico, consolidação e oficialização da LCV, considerando a importância da língua do cotidiano, do sentir e do viver dos cabo-verdianos, para o fortalecimento da identidade cultural do país.

Palavras-chave: Língua Cabo-Verdiana, Bilinguismo, Oficialização

Abstract: The present study aims at articulating historical information on the trajectory that the mother language of subjects born in Cape Verde Archipelago has been tracing, since its begin, as a Creole language of Portuguese lexical base, until its generalized use, in orality informal contexts, diglossia situation in relation to Portuguese Language (PL), the official language. We observe movements towards standardization of written and of the officialization of Cape-Verde language (CVL) in order that it can be used in formal environments, to be considered teaching language, in parity with Portuguese language, in the construction process of a Functional Bilingualism. We have analyzed official documents, up to the governmental regulation of 2015 that announces concrete measures for the legal framework, consolidation and officialization of CVL, taking into consideration the importance of the language for the daily life, of the feelings and lifestyle of cape-verdeans of the strengthening of the country's cultural identity.

Keywords: Cape-Verdean Language; Bilingualism; Officialization.

¹Este texto trata de dados da pesquisa, Língua cabo-verdiana: entre uso generalizado e a oficialização (SEMEDO, 2012), que compõe um dos eixos de investigação, Tensão entre língua oficial/línguas maternas, no interior da Pesquisa em Rede, com apoio do CNPq - Língua e Literatura: relações raciais, diversidade sociocultural e interculturalidade em países de língua portuguesa -, que, por sua vez, se vincula ao Projeto Mobilidade Internacional CAPES/AULP - Ensinar qual Língua? Ler qual Literatura? Interculturalidade e relações étnico-raciais no Brasil e em Cabo Verde (MARTINS, 2015).

²De acordo com Pereira, os crioulos de base portuguesa são habitualmente classificados de acordo com um critério de ordem predominantemente geográfica embora, em muitos casos, exista também uma correlação entre a localização geográfica e o tipo de línguas de substrato em presença no momento da formação (Cf. PEREIRA, Dulce. Crioulos de base portuguesa. In Fórum dos Linguistas. História da Língua Portuguesa em linha, 1996, p. 551).

Introdução

Desde a conquista da independência de Cabo Verde, em 1975, vem-se debatendo a questão da valorização da oficialização da língua cabo-verdiana (LCV) (SEMEDO, 2012), alegando que toda a nação que se forma só se sente realmente nação, “se tiver a sua própria língua” (DUARTE, 1998, p. 22). A língua se constitui em elemento identificador de um povo e de uma cultura, sem possibilidades ou margens para ser confundida com outras línguas. É nesta lógica que os cabo-verdianos procuram dar ênfase à identidade nacional, a suas manifestações culturais, valorizando a língua falada, que é vivida em todos os momentos da sua existência, do nascimento à morte.

O crioulo cabo-verdiano foi um dos primeiros crioulos de base portuguesa² que se formaram na costa ocidental de África como resultado dos múltiplos contatos linguísticos desencadeados pelos descobrimentos portugueses nos séculos XV e XVI (PEREIRA, 1996, p. 551). Todavia, do ponto de vista gramatical, é autónomo e se diferencia da língua portuguesa. Essa língua ter-se-ia formado a partir do século XV, em Sotavento, particularmente na Ilha de Santiago, que funcionou, durante mais de um século, como entreposto de escravos onde deviam passar todos os escravos para serem batizados e ladinizados³ (MONTEIRO, 2007, p. 12-13). Ela nasceu e desenvolveu-se com o nascimento e o desenvolvimento do povo cabo-verdiano, portanto tem a idade do povo que a fala (VEIGA, 2004, p. 134).

Monteiro (2007, p. 12), explica que

“é frequente encontrarmos a designação da língua materna dos cabo-verdianos como “crioulo”, designação utilizada pelos próprios locutores e a expressão “língua cabo-verdiana”, utilizada com menos frequência, mas ultimamente mais empregue. Nós usaremos a expressão língua cabo-verdiana para evitarmos qualquer mal-entendido em relação às outras línguas designadas crioulas. Para além disso, também esta expressão tem ainda mais duas grafias: caboverdiano e caboverdeano. De acordo com o Dictionnaire Encyclopedique et Bilingue - Cabo Verde (2001), foi o escritor e filólogo cabo-verdiano, Baltazar Lopes, quem utilizou pela primeira vez a expressão “cabo-verdiano”, designando “língua nacional de Cabo Verde”, em 1947, na revista “Clareza”, no texto “Uma experiência românica nos trópicos”, atribuindo assim o estatuto de língua ao crioulo.”

Segundo Monteiro (2007, p. 13), a LCV tem sido classificada sempre como uma língua crioula, por causa do contexto histórico-social em que foi formada. A autora (op. cit., p. 33) explica que, de acordo com a classificação tipológica dos crioulistas, a LCV partilha características com outras línguas designadas crioulas, em particular as de base lexical portuguesa, não padronizadas, estatutariamente línguas não oficiais nos países onde são faladas e se restringem apenas ao papel de língua materna das respectivas comunidades. Porém o esboço da sua escrita surgiu a partir de 1887, com características da língua portuguesa (LP), mas com a sua especificidade própria. De fato, muitos termos da língua crioula foram emprestados da língua portuguesa, outros vieram dos falares das etnias trazidas do continente africano. A facilidade como se processa a comunicação quer oral, quer escrita, entre os falantes da língua cabo-verdiana e de falantes de outras línguas reforça a ideia da mistura de elementos linguísticos, tanto europeus quanto africanos.

Nesse sentido, Baltazar Lopes, em seus *Escritos Filológicos*, citando Adolfo Coelho, por serem “palavras significativas”, afirma ser

inegável que a primeira redução morfológica que uma língua experimenta na

³ Ladinização é processo de aprendizagem da língua portuguesa e do trabalho ao qual os escravos eram submetidos antes de seguirem a viagem para os diferentes portos (CARREIRA, 2000, p. 266).

boca de um povo que tinha já outra, deixa vestígios profundos, ainda quando o povo acaba por esquecer completamente a sua língua própria e por conhecer de um modo mais completo a morfologia da língua que adopta de um outro povo (...). Até hoje não se determinou com precisão o grau e carácter da influência exercida por um povo sobre a língua estranha que o conquista ou outras causas lhe faz adoptar. (COELHO, *apud* LOPES, 2010, p. 91).

Lopes acrescenta que, entretanto, não se pode negar que os povos submetidos, ao começarem a falar a língua dos europeus, a alterassem em parte pelo tipo da sua própria linguagem, admitindo, porém, uma primeira fase de indecisão linguística, em que ainda são fortes as solicitações da língua nativa (LOPES, 2010, p. 90). O mesmo autor enfatiza que é preciso não perder de vista que os falares crioulos resultam das reações de povos primitivos, na maior parte das vezes arrancados ao seu *habitat* originário (como é o caso de Cabo Verde) perante uma língua estranha, veículo de uma cultura diferente, já que todo crioulo é resultante de um choque de cultura. Quanto a determinar-se a contribuição dos afro-negros:

Pressupõe estudar a sua mentalidade, a sua alma, a sua posição perante a Vida, numa palavra, os elementos formativos da sua magia dos seus sistemas religiosos, da sua poesia, do seu folclore, da sua força de criação mítica (*op. cit.*, p. 103)

A formação do crioulo de Cabo Verde poderá estar mais relacionada com a sócio-genética, por ela estar entroncada no binômio dominador/dominado, no processo de povoamento das ilhas, e na gênese do crioulo do arquipélago, como resultado da necessidade imediata de comunicação, cujo contexto impunha como exigência para a própria sobrevivência. Nesse particular, historicamente, o arquipélago foi votado ao abandono, na sequência de novos desenvolvimentos que tiveram as embarcações, pelo que a navegação marítima deixara de ter necessidade de aportar às ilhas de Cabo Verde. Esse abandono permitira que, já nos meados do século XVI, mestiços tomassem conta da administração das ilhas e, outrossim, ao número diminuto de portugueses residentes no arquipélago não tenha sido possível impor uma dominação linguística. Assim, todos os falantes das línguas africanas, diante da necessidade de se comunicarem, inventaram e imitaram uma língua nova, mistura de termos europeus e africanos.

A LCV sobreviveu por todo o período colonial e mantém grande vitalidade, sendo a língua materna ou a primeira aprendida de grande parte da população (LOPES, 2011, p. 11), e veículo de comunicação (oralidade) entre os cabo-verdianos residentes no território nacional e na diáspora cabo-verdiana. Ela é aprendida como primeiro instrumento de comunicação, desde a mais tenra idade, espontaneamente. Por isso é a língua materna dos cabo-verdianos, é a língua que os cabo-verdianos dominam melhor, a que satisfaz a necessidade de comunicação entre os membros da comunidade ou nação cabo-verdiana. É a língua de quase todos os cabo-verdianos e é ainda usada como segunda língua por descendentes de cabo-verdianos em outras partes do mundo, onde existem comunidades cabo-verdianas.

Alguns estudiosos admitem que o crioulo do arquipélago de Cabo Verde esteve na origem de outras línguas crioulas. Por exemplo, Carreira (1983, p. 330) afirma que

o crioulo cabo-verdiano originou nas ilhas de Cabo Verde e, posteriormente, levado para os portos fluviais do continente (África), da chamada costa da Guiné, pelos mulatos e pretos-forros, quando os brancos o utilizaram como elo de ligação com os negros não

aculturados, com a finalidade de assegurar as relações comerciais.

Na mesma linha de raciocínio, o escritor Baltasar Lopes da Silva faz a seguinte afirmação:

Suponho que o crioulo falado na Guiné é, não uma criação resultante directamente do contacto do indivíduo com o português, mas sim o crioulo cabo-verdiano de Sotavento levado pelos colonos idos do arquipélago e que, com o tempo, se foi diversificando e adquirindo caracteres próprios sob a influência das línguas nativas (*apud* CARREIRA, 1982, p. 31).

Estas são hipóteses que estudos posteriores podem vir a confirmar, na medida em que existe muita semelhança entre o crioulo de Cabo Verde e o crioulo da Guiné-Bissau.

É importante registrar que os **cinco** países africanos de Língua Portuguesa encontram-se em situação semelhante: todos apresentam línguas crioulas, entretanto, apesar das batalhas, diferentemente em cada um, para reconhecimento de suas línguas maternas, utilizam como oficial a língua da colonização: Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. No caso moçambicano, em consequência de grandes batalhas sociolinguísticas, segundo o 104º Boletim do IILP, o Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano de Moçambique anunciou, em 18 de março de 2015, que o ensino primário vai usar as 16 línguas nacionais – Makhuwa, Nyanja, Nyungwe, Sena, Ndau, Changanha, Rhonga, Tshwa, Yao, Makonde, Chuwabo, Uteé, Copi, Tonga, Lomwée Mwani –, a partir de 2017, ao lado do português, para facilitar o ensino às crianças moçambicanas⁴.

Neste texto, tendo sido apresentadas algumas menções históricas, doravante, serão comentados documentos oficiais, até chegar à Resolução Governamental de 2015, que anuncia medidas concretas rumo à oficialização da LCV, considerando a importância da língua do cotidiano, do sentir e do viver dos cabo-verdianos, para o fortalecimento da identidade cultural do país. Nesse sentido, o texto aborda, em primeiro lugar, a valorização da Língua Cabo-Verdiana enquanto elemento identitário; em segundo lugar, a Língua Cabo-verdiana e as possibilidades do bilinguismo, pelo ponto de vista da universidade; em terceiro lugar, apresenta caminhos para a Oficialização, já trilhados, até o momento, enquanto se esperam medidas de outra natureza, ou seja, constitucionais.

A escrita da Língua Cabo-Verdiana e o elemento identitário

A LCV tem sido objeto de estudo já desde o século XIX. A referência de destaque é António de Paula Brito, a quem é atribuída a autoria da primeira proposta da escrita da língua cabo-verdiana, em 1888, cujo título nos indaga a conhecê-la: *Apostamentos para a Gramática do Crioulo*. Além deste, deve-se destacar vários outros trabalhos, dentre os quais, os de Francisco Adolfo Coelho, Joaquim Vieira Botelho e Custódio Duarte (SANCHES, 2005). Outras eminentes personalidades dedicaram-se ao estudo e divulgação da língua crioula, nomeadamente, Eugénio Tavares, quer através da música, da poesia, quer de outros gêneros literários.

Pelo ponto de vista da Filologia, ciência que, por meio de textos escritos, estuda a língua, a literatura e todos os fenômenos de cultura de um povo, Baltasar Lopes, ao se perguntar – Língua, ou dialeto? – afirma que José Osório de Oliveira sustentou, por intuição, que o crioulo de Cabo Verde é uma língua e que, para tal, necessárias se-

⁴O ensino primário [em Moçambique] poderá ser lecionado monolíngue e também na modalidade bilingue, onde as crianças começam o processo de socialização e aprendizagem na sua língua materna e depois têm a transição para a língua de instrução após consolidarem os conhecimentos e capacidades na sua própria língua (IILP, 104o, 18/03/2015).

⁵“É que a linguagem brasileira está mais perto do português de Portugal, a força diferencial foi menor, por no seu processo formativo ter havido maior aportação do elemento metropolitano. Já no crioulo de Cabo Verde o choque foi maior, devido ao predomínio étnico do elemento afro-negro na miscigenação e ao carácter, possivelmente, menos impositivo da acção do metropolitano na vida Colonial” (LOPES, Escritos Filológicos e Outros Ensaios, 2010, p.106).

riam certas condições: isolamento político, independência política, emprego obrigatório em documentos e repartições públicas, uso literário generalizado, chegando até a notificar que o crioulo de Cabo Verde tem mais condições para se afirmar em língua autônoma do que, por exemplo, o falar brasileiro⁵ (LOPES, 2010, p. 105-6).

As investigações feitas sobre a LCV mostram em particular que, na segunda metade do século XIX, se deu o primeiro passo para a sua escrita, iniciativa que partiu de António de Paula Brito. Este autor, em 1885, publicou, no Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, uma proposta de Alfabeto sistematizado, bem como os primeiros rudimentos da gramática do crioulo (VEIGA, 2004, p. 103-104). No último quartel do século XIX, Brito fundou o *Almanaque Luso-africano* (2 volumes: 1894 e 1899), em que se deu início ao estudo do folclore regional. Também escreveu uma cartilha em crioulo, provavelmente no início do século XX, para além de várias composições poéticas (VEIGA, 1996, p. 26).

Em 1933, Pedro Cardoso publicou o seu *Folclore Cabo-verdiano*, em que manifesta a sua preocupação com a escrita da língua nacional, propondo um alfabeto que retoma o alfabeto português (*op. cit.* p.10).

Armando Napoleão Rodrigues Fernandes fez um trabalho em que reuniu o léxico de todas as ilhas, designado de Léxico do Dialecto Crioulo do Arquipélago de Cabo Verde, concluído em 1940 e publicado, em 1991, pela filha. Para além desse Dicionário, deixou uma gramática incompleta (SANCHES, 2005, p. 29).

Já nas décadas de 50 e 60 do século XX, surgiram os primeiros trabalhos científicos sobre o crioulo: *O Dialecto Crioulo de Cabo Verde*, de Baltasar Lopes da Silva, e *Cabo verde: Contribuição para o Dialecto Falado no seu Arquipélago*, de Dulce Duarte (VEIGA, 2004, p. 104).

Em se tratando de Literatura, a partir de 1930, os escritores Pedro Cardoso e Eugénio Tavares, dois principais representantes da literatura Pré-claridosa⁶, que simbolizam a persistência da LCV enquanto elemento identitário, escreveram em crioulo para periódicos nacionais e estrangeiros (SANCHES, 2005, p. 30). Estes dois escritores revelaram-se (quase) como os precursores da Claridade, ao defenderem a língua e a escrita do crioulo, escrevendo eles próprios em crioulo, e ao retratarem e contestarem algumas situações sociais degradantes, provocadas pelo regime colonial-fascista, revelando-se como avatares da claridosidade com a sua escrita de pendor nativista e pan-africanista (SPÍNOLA, 2004, p. 22).

Ainda referente à literatura, em 1936, a revista *Claridade*, referência da literatura e da cultura cabo-verdiana, publicou poesias populares em LCV, recolhidas ou reelaboradas por Gabriel Mariano, Mário Macedo Barbosa e Teixeira de Sousa, com a colaboração de Jorge Pedro Barbosa e Sérgio Frusoni (FREIRE, 2007, p. 25), contribuindo deste modo para a promoção e valorização desta língua.

Nas décadas de 60 e 70, a promoção e valorização do crioulo é feita através da música, literatura e teatro, em que se podem destacar figuras de renome, como Artur Vieira, B. Léza, Donald Macedo, Kaboberdiano Dambará, Luís Romano, Ovídio Martins e Sérgio Frusoni (FREIRE, 2007 e SANCHES, 2005).

Após a conquista da independência nacional (1975), no campo da política linguística, foram dados passos significativos em relação à promoção e valorização da LCV, sobretudo no âmbito das instituições. Assim, numa tentativa de pôr cobro à situação corrente, isto é, a não utilização da língua materna pelo menos nos primeiros anos de ensino, e de promover a referida língua, realizou-se o colóquio do Mindelo,

⁶A Literatura Pré-claridosa corresponde a uma das 3 fases da literatura cabo-verdiana (a Pré-claridosa, a Claridosa e a Pós-claridosa), cronologicamente, à literatura anterior a 1936, que é caracterizada por uma escrita de forte influência portuguesa e, por conseguinte, por um estilo romântico e uma obediência cega aos cânones clássicos da escrita de então. A saudade, o amor, a tristeza, a melancolia, os desencontros amorosos e uma certa exaltação patriótica eram notas dominantes, sendo de se destacar nesse contexto alguns nomes como Eugénio Tavares, Pedro Cardoso, José Lopes e Januário Leite, entre outros (SANCHES, Atitude de alguns cabo-verdianos perante a Língua Materna, 2005, p. 30).

⁷Como esta é uma revista publicada no Brasil, está sendo considerada a ortografia e acentuação do português brasileiro. A palavra bilingue não levaria acento, por ser pronunciada, em Cabo Verde e em outros países africanos, sem ditongo, na última sílaba (ou seja, a letra "u" não é pronunciada). Entretanto, como no Brasil se pronuncia, essa palavra leva acento.

em 1979. Em 1989, teve lugar, na Praia, outro evento da mesma natureza, Fórum Internacional de Alfabetização Bilíngue⁷ (GOMES, 2008, p. 23). Relativamente a esta questão, inaugurou-se, no Ensino Básico, o ensino bilíngue com a autorização para se fazer o ensino na língua materna, embora com orientação para reposição gradual da LP como língua de instrução (artigo nº 22 da Lei do Sistema de Educação Primária (LBSE), n.º 103/III/90 de Dezembro (LBSE N.º 103/III/90 de Dezembro, citado por Gomes, 2008, p. 24).

No Ensino Superior, verificou-se a introdução da disciplina de Ensino da Estrutura do Crioulo, na então Escola de Formação de Professores do Ensino Secundário; a edição de livros em crioulo, tais como gramática, romances, dicionários, vários trabalhos nos domínios da tradição oral, da ficção, do teatro e da poesia, com participação de autores de renome, como Manuel Veiga, Tomé Varela da Silva, Corsino Fortes, Henrique Mateus, Kaká Barbosa, Danny Spínola, Ano Nobo, entre outros (SANCHEZ, 2005). Efetivamente, nota-se que é nesse período que o estudo do crioulo ganhou um certo vigor, tanto na diáspora, especialmente nos Estados Unidos, quanto junto a algumas universidades francesas, alemãs e americanas.

Essas produções demonstram o contributo dos cabo-verdianos para a valorização da LCV. Porém a tomada de posição governamental, nesse sentido, vinha sendo sempre acanhada e hesitante. Com efeito, na 1ª República (1975 a 1990), o passo mais decisivo terá sido o reconhecimento do crioulo como língua nacional e materna e a sua assunção como elemento fundamental da identidade cabo-verdiana. Durante esse período, os diversos programas do governo referiam-se à criação de condições para a sua valorização, mas não se fixavam metas e etapas, bem como não se disponibilizavam os meios necessários.

Entretanto, foi na 1ª República, entre 1775 e 1990, que a língua cabo-verdiana consolidou o seu estatuto de língua, ocasião em que foi realizado o colóquio linguístico, já mencionado, em Mindelo, cidade de Cabo Verde, em 1979, de onde surgiu a proposta de um alfabeto standardizado e de base fonológica (CASTELLO BRANCO, 2007, p. 43).

Na vigência da 2ª República (a partir de 1991), discutiu-se, com base nos estudos científicos que vêm sendo desenvolvidos e orientados por linguistas, sociólogos, antropólogos, historiadores e professores, no sentido de fixar metas e determinar etapas para a oficialização do crioulo como língua nacional/oficial, ao lado do português, reforçando, deste modo, a ideia de valorização progressiva do crioulo cabo-verdiano, incluindo-o nos planos curriculares de formação de professores e nos diferentes níveis escolares, passando a ser língua de ensino.

Com efeito, já na revisão constitucional de 1999, os parlamentares consensualizaram no sentido da criação de condições para a oficialização da LCV, em paridade⁸ com a língua portuguesa. De igual modo, em 2000, havia sido alertado para um melhor tratamento e atenção à LCV, com a concretização de três grandes objetivos: a oficialização da Língua Cabo-verdiana, a generalização do seu ensino e a construção de um bilinguismo funcional (VEIGA, 2004).

Assim, a Constituição da República de Cabo Verde (CRCV) (art.º 9º, nº 1 e seguintes) (2010) declara que “É língua oficial o português. O Estado promove as condições para a oficialização da língua materna cabo-verdiana, em **paridade** com a língua portuguesa”, alegando que “todos os cidadãos nacionais têm o dever de conhecer as **línguas oficiais** e o direito de usá-las” (grifos nossos).

Dando execução ao artigo 9º da CRCV, o Decreto – Legislativo nº 2/2010, de 7 Maio, define que o Sistema Educativo Cabo-verdiano, no seu art.º 9, no ponto 2, com

⁸Cabo Verde vive uma situação de diglossia, em que uma língua de prestígio é utilizada nas funções consideradas nobres, enquanto a outra se apresenta mais como língua dominada. Por isso, a cada dia que passa, a utilização do português como língua de escolarização está sendo mais difícil para os alunos cabo-verdianos. (DUARTE, Bilinguismo ou Diglossia? 1998, p. 133).

o objetivo de reforçar a identidade e a integração dos indivíduos na coletividade em desenvolvimento, deve valorizar a língua materna, como manifestação privilegiada da cultura. Neste pressuposto, aparecem como objetivos deste decreto promover o domínio da escrita da língua materna cabo-verdiana, bem como da língua portuguesa, reforçando a capacidade de expressão oral e escrita.

Reconhece-se, contudo, que a oficialização da LCV atribuiria à língua materna um estatuto de prestígio e de dignidade à altura das funções que desempenha e que pode desempenhar na sociedade cabo-verdiana e na arena internacional.

Atualmente, a situação da língua cabo-verdiana é confortável: é cada vez mais falada, e, em circunstâncias e contextos diversos, logo, ganha um novo dinamismo. A LCV, na prática, já goza de algum estatuto de língua oficial, ou seja, tem sido utilizada, sobretudo, nos debates parlamentares e noutros momentos oficiais, com maior incidência nas campanhas promocionais ou publicitárias e políticas. Constata-se, efetivamente, com o propósito de fazer com que as mensagens cheguem a toda a população. É usada com menor frequência nos estabelecimentos de ensino. Contudo, nas igrejas, na literatura, nos tribunais, na administração pública e na comunicação social, recorre-se, com relativa assiduidade, à LCV. Todas as entidades, oficiais e não oficiais, recorrem à língua materna para se comunicar, sobretudo, na oralidade. É ministrada nos estabelecimentos de ensino, nas comunidades cabo-verdianas emigradas nos Estados Unidos da América e em Portugal.

Contudo, não se pode deixar de registrar que uma parte da elite intelectual tem apoiado a iniciativa, parcial e timidamente, certamente em virtude do discurso da negação do crioulo cabo-verdiano (...) que levou um escritor anônimo a alertar o rei de Portugal, dizendo que “Até mesmo os brancos são pouco civilizados, de sorte que são bem raros os que sabem a língua portuguesa com perfeição, e só vão seguindo o estilo da terra, que é uma corruptela tão rústica que se não pode escrever” (CARREIRA, 1985, p. 27, *apud* VEIGA, 2013)⁹.

Este discurso de negação sempre existiu. Veiga (2009), relata casos de

alguns escritores de renome diziam que não precisavam e não precisam do Ccv [Crioulo cabo-verdiano] para escrever os seus livros. Outros defensores do português passaram a argumentar que, sendo o Ccv a língua forte, em termos de comunicação informal, o seu desenvolvimento representaria, não um atentado à unidade do Império, como se dizia na época colonial, mas um atentado à língua portuguesa que só uma minoria da população dominava. Ora, se o povo já sabe o crioulo, então é preciso investir no português que ele não sabe ou não domina.

Ainda, segundo Veiga (*op. cit.*), para alguns políticos e intelectuais, seria mais inteligente e mais econômico fazer-se o investimento no português que, para além de ser “língua de civilização”, possui a vantagem de dispor de instrumentos pedagógicos como: a escrita estandardizada, a gramática, os manuais, os professores e o suporte literário. Além desses, há ainda quem defenda que, se a língua da “globalização” é o inglês, torna-se, então, inútil o investimento no Ccv.

⁹O mesmo autor afirma (*op. cit.*, p. 30-31) que a tentativa deliberada de sufocar o crioulo caboverdiano começa sobretudo no século XIX, estranhamente após a criação do primeiro liceu em 1860, e o surgimento do Seminário Liceu de S. Nicolau em 1866, pois, nessa altura, “os zelosos compatriotas”, no dizer de Pedro Cardoso, começaram a ver no crioulo um atentado contra a unidade do Império português e que urgia impedir o desenvolvimento e alastramento. Por isso várias vozes surgiram condenando o crioulo:

“a língua que usam é um ridículo crioulo” (Pusich, princípio do século XIX);

“... idioma o mais perverso, corrupto e imperfeito, sem gramática e que não se pode escrever ...”

(Chelmich e Varnhagen, 1841);

“... gíria ridícula, composto monstruoso de antigo português e das línguas da Guiné que aquele povo (o caboverdiano) tanto preza e mesmo os brancos se comprazem a imitar”. (Lopes de Lima, 1841); (VEIGA, Nação Crioula Caldeada num Bilinguismo em Construção. 2013, p. 30, grifos nossos)

¹⁰PEREIRA, Dulce. Crioulo de Cabo Verde: Proposta de Grafia. Revista Internacional de Língua Portuguesa. N.º 2, Dezembro. Lisboa. 1989; PEREIRA, Dulce. Descriuolização lexical no contacto entre o caboverdiano e o português. Revista Galega de Filoloxía, nº1. pp 175-185. 2000b; PEREIRA, Dulce. Diversidade Linguística na Escola Portuguesa. Projecto Diversidade Linguística na Escola Portuguesa. (ILTEC). Acessível em www.iltec.pt/divling/pdfs/linguas-crioulocv.pdf (acedido em 26.04.2010) ; PEREIRA, Dulce. Os Problemas da Língua. Revista Internacional de Língua Portuguesa, n.º 1, Julho. Lisboa. Associação das Universidades de Língua Portuguesa. pp 11-15. 1989; SANTOS, Aurélio Fialho Borges dos. O crioulo e o português : sugestões para uma política do idioma em Cabo Verde. Dissertação de mestrado em Língua e Cultura Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2007; VEIGA, Manuel (org). Actas I Colóquio Linguístico sobre o Crioulo de Cabo Verde. Praia. INIC. 2000a; VEIGA, Manuel. Diskrison Estrutural di Língua Kabuverdianu. Praia. Instituto Cabo-Verdiano do Livro (ICL). 1982; VEIGA, Manuel. Le Créole du Cap Vert: Étude Gramaticale Descriptive et Contrastive. Karthala – Instituto Nacional Promoção Cultural (IPC). 2000b.

Ao longo dos anos, cada vez mais se avolumam os estudos linguísticos, buscando descrever a língua caboverdiana¹⁰, evidenciando-lhe a estrutura, o funcionamento e o vigor linguístico-cultural, de tal maneira que se pode pensar em uma política de paridade com a língua de colonização, que lhe deu origem, em convivência cotidiana, assim como se expressa o sociolinguista Veiga:

Ao português que já é língua oficial e de situações formais de comunicação, torna-se necessário **alargar o seu ensino e conferir-lhe o estatuto de língua do quotidiano informal**, em paridade com a Lcv [Língua Caboverdiana]. Quanto à Lcv que já é língua do quotidiano informal, há que se **reconhecer-lhe o estatuto oficial** em paridade com a Lp, **reforçar o seu uso formal e implementar o seu ensino**, do primário ao universitário (...). Tal **política linguística** é uma exigência da nossa história, da nossa cultura, da **nossa identidade**.” (2004, p. 129, grifos nossos).

Ademais, pedagogicamente, pensando nas crianças caboverdianas, que não falam português em casa e, quando vão para a escola, têm que se defrontar somente com esta língua que tem tudo de estrangeira, o mesmo autor acrescenta, reforçando a ideia do Bilinguismo Funcional:

“(...) negar o Crioulo não só significa negar a nossa identidade como também dificultar a pedagogia do português. E isto **porque a língua primeira constitui a melhor referência na aprendizagem de uma segunda língua**” (VEIGA, 2004, p. 12, grifos nossos).

A par disso, a experiência piloto sobre Ensino Bilíngue¹¹, que está sendo desenvolvida, nas quatro escolas básicas da Ilha de Santiago, é um indicador positivo de que o ensino bilíngue no futuro será massificado, apesar das dificuldades na elaboração de materiais didáticos e na especialização/formação de professores. Há, na verdade, um reconhecimento por toda a sociedade da necessidade da oficialização da LCV, no sentido concreto do termo, e esta iniciativa tem merecido apoios de várias classes profissionais como: linguistas, professores, poetas, escritores e políticos, de uma forma geral.

Ademais, face à crescente onda de valorização, em 2011, a LCV foi usada na 66^a. Assembleia Geral das Nações Unidas, no plenário, pelo Primeiro-Ministro de Cabo Verde.

O Primeiro-Ministro, José Maria Neves, fez história nesta sábado, ao proferir o seu discurso na sua língua materna, o crioulo, perante a plenária da 66^a. Assembleia Geral das Nações Unidas. Uma iniciativa ousada de Neves que pretendeu valorizar e “partilhar este autêntico patrimônio mundial, nascido no limiar do Século XV”, o crioulo mais antigo de formação euro africana e no contexto atlântico. (PÁGINA OFICIAL DO GOVERNO DE CABO VERDE, 29-09-2011).

A reportagem acrescenta, ainda, o argumento do Primeiro-Ministro, pelo ponto de vista antropológico, em defesa da Crioulidade e da Cabo-verdianidade:

José Maria Neves disse, igualmente, que as línguas são cultura, história, memória e civilização e, por conseguinte, o crioulo referencia a Crioulidade como “um valor antropológico de toda a humanidade e destaca nela a Cabo-verdianidade”. (*op. cit.*)

¹¹“Nesta experiência, os docentes vão lecionar a língua cabo-verdiana e a portuguesa em simultâneo, **50 por cento de aula por cada língua**.” (MED, 2013, p. 1). (Cf. CARDOSO, 2005 e 2013, grifos nossos)

¹²Vários autores (Coord. Manuel Veiga). Proposta de Bases do Alfabeto Unificado para a Escrita do Caboverdiano (ALUPEC). Praia, 1994.

Por conseguinte, deve-se destacar a importância que a aprovação experimental do Alfabeto Unificado Para Escrita do Crioulo (ALUPEC)¹², nos finais dos anos noventa, teve nesse processo. Este Alfabeto representa a unificação de dois modelos de alfabeto (o de base etimológica e o de base fonológica) e ainda é um instrumento capaz de representar todas as variantes dialetais das nove ilhas habitadas do arquipélago. Efetivamente, o ALUPEC, que abarca os falares das diferentes ilhas, segundo alguns estudiosos da língua, não somente contribui para a harmonização do alfabeto e da escrita, mas também facilita o ensino, a investigação, a produção literária e a elaboração de material didático. Além disso, serve de elo de ligação entre a língua cabo-verdiana e as línguas estrangeiras e, por outro lado, também, facilita a aprendizagem da língua portuguesa. É de notar, ainda, o valor deste instrumento pela concessão da possibilidade de distinguir de forma mais nítida as duas línguas: a Língua Portuguesa e a Língua Cavo-verdiana, facilitando deste modo o ensino e a aprendizagem de uma e da outra língua, contribuindo, para o progresso do sistema educativo e para a facilitação do sistema comunicativo, principalmente o domínio da comunicação escrita das duas línguas.

Em 2012, o governo cabo-verdiano, através do Ministério da Cultura, criou a Comissão Nacional para as Línguas, composta por personalidades ilustres do mundo das Letras e da Linguística cabo-verdianas: professores universitários, linguistas, poetas e escritores, muitos de renome internacional, para, entre outras atribuições, assessorar o governo nas questões da língua, com pareceres de caráter vinculativo. Isto significa que, em matéria da língua, a referida Comissão é a organização máxima em âmbito nacional, que tem como principal missão remover os obstáculos à oficialização desta língua, privilegiando a padronização como uma das questões fundamentais do processo (UNILAB, 2014)¹³.

Na academia, um conjunto de ações vem sendo desenvolvido. Assim, a LCV constitui matéria de pesquisa, com produção de monografias, dissertações e teses, quer nas universidades cabo-verdianas, quer nas universidades estrangeiras, além de outras produções científicas, seja considerando a língua portuguesa como língua segunda, como língua não materna, seja focalizando a Língua Cabo-verdiana, em seus aspectos culturais e linguísticos¹⁴.

Nas instituições de ensino superior de Cabo Verde, destinados à formação de docentes (do Ensino Básico e do Ensino superior) e não docentes, a LCV é objeto de estudo nas disciplinas de Língua Cabo-Verdiana e Linguística Cabo-Verdiana. No curso de graduação em Estudos Cabo-verdianos e Portugueses, a LCV constitui uma das unidades curriculares, desde a sua aprovação, em 1979, na antiga Escola de Formação de Professores do Ensino Secundário.

Finalmente, em 2011, a Universidade de Cabo Verde organizou um Mestrado em Crioulística, com o propósito de preservar, valorizar e promover a língua materna e a cultura cabo-verdiana. De acordo com Manuel Veiga, coordenador científico do curso, o referido mestrado visa à formação de especialistas com conhecimentos linguísticos, didáticos e técnicos para operar em diversas áreas da língua cabo-verdiana e docentes do Ensino Básico e Secundário com conhecimentos aprofundados sobre a língua cabo-verdiana (INFORPRESS, 2010). Portanto esta iniciativa vem reforçar a LCV no domínio científico e didático-pedagógico.

Destaca-se, entre essas produções, fruto do Mestrado em Crioulística, um livro de Tomé Varela, o mesmo autor de seis volumes de *Na bóka noti: Tradisons Oral de Káuberdi* (SILVA, 1987), um livro que avança, no sentido de apresentar, a partir da orali-

¹³<http://www.unilab.edu.br/noticias/2014/06/13/cabo-verde-lingua-materna-devera-ser-oficializada-na-proxima-revisao-constitucional/>

¹⁴Além dos autores que já se encontram nas Referências, enfatizamos também:

COSTA, Arlindo Monteiro Lopes. O Crioulo como Língua de Escolarização em Cabo Verde. Dissertação de Mestrado. Lisboa. FLUL. 2005; FREIRE, Maria Gorei V. O Ensino do Português LE a partir do Cabo-verdiano LM, Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2007; Grupo para a Padronização do Alfabeto. Propostas de Bases do Alfabeto Unificado para a Escrita do cabo-verdiano. Praia. IPC. 2006; LANG, Y. A Escrita Cabo-Verdiana: uma perspectiva de um linguista estrangeiro. Comunicação apresentada no ISE. s/data; MENDES, Amália Faustino. Referencial para o Ensino em Português Língua Segunda em Cabo Verde no Contexto da Oficialização da Língua Cabo-Verdiana. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Dissertação de mestrado. Lisboa. 2009; PEREIRA, Júlia Ramos Melícia. Alfabetização de crianças cabo-verdianas em língua portuguesa como língua não materna. Universidade Aberta, 2010; RODRIGUES, Albertino Africano Mendes. Pensar currículo como um enunciado cultural com foco na Língua Crioula Cabo-Verdiana. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2010;

dade, *uma proposta de escrita com história voltada para o futuro* (SILVA, 2014).

Todas essas ações, até o momento mencionadas, representam a luta caboverdiana, dentro de uma luta maior, que é africana, cada país em defesa de sua cultura, de sua língua materna.

Em Guiné Bissau, país irmão, por exemplo, os CEPI (Centros de Educação Popular Integrada) e os CEEF (Centros Experimentais de Educação e Formação), de 1977 a 1984, inspiraram-se nas experiências da luta por uma educação libertadora, junto ao revolucionário Amílcar Cabral.

O CEPI colocou o problema da língua de ensino e do ensino da língua nacional, neste caso o português que era, sobretudo, uma língua estrangeira. Na realidade, um guineense deveria “possuir” três línguas - a língua da tabanca, que é em geral a língua da sua etnia, o crioulo-português, língua franca das zonas de mestiçagem cultural como as cidades e seus subúrbios e o português adotado como língua nacional, mas na realidade pouco falado e compreendido nas cidades (SENA, 1995, p. 75).

Freire, educador brasileiro, por uma pedagogia emancipadora/libertadora, considerava mais coerente fazê-la em crioulo, buscando explicitar:

Nos círculos de cultura tornou-se evidente que os progressos em português, que era a língua oficial do país e das suas escolas, como língua do programa de alfabetização eram extremamente lentos. Esta lentidão deixava claro que o português era completamente alheio às práticas sociais diárias do vilarejo. Os vilarejos não conheciam o português, mesmo na sua forma oral. Os grupos étnicos falam sua língua nativa africana e muitas pessoas, mas não todas, falam crioulo. Esta língua, uma forma de dialeto derivado do português e enriquecido pelas linguagens tradicionais africanas, tornou-se difundida na Guiné-Bissau durante a luta de libertação nacional, quando, justamente, assumiu o papel de língua oral entre os grupos étnicos. Por isso, hoje é considerada a língua nacional do país. (IDAC, 1979, p. 42).

Dessa forma, segundo Gadotti, em sua obra sobre os dois pensadores revolucionários, nas atividades do PAIGC (Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde), o que se percebia era o político motivando o pedagógico (2012, p. 62).

Caminhos para a Oficialização

Um *atelier* sobre o Ensino Bilíngue, realizado pelo Ministério da Educação, no dia 20 de fevereiro de 2015, foi um momento de exaltação da experiência deste ensino, ligando-se, deste modo, à publicação de uma decisão/iniciativa do governo da república, dando seguimento ao programa do governo para esta oitava legislatura (INFORPRESS, 20/02/2015).

A iniciativa mais recente, trata-se da publicação da Resolução nº 32/2015, do Conselho de Ministros, de 15 de abril de 2015, que vem reforçar a presença da língua cabo-verdiana enquanto veículo principal de comunicação na vida cotidiana do país e otimizar a dinâmica de transformação linguística que ocorre em Cabo Verde. Dentre os objetivos da referida Resolução, destacam-se os seguintes:

Estabelecer a construção progressiva de um real **bilinguismo** em Cabo Verde;

Conceder um **estatuto digno** para a língua nacional “preservar, valorizar e promover o de-

envolvimento da língua materna, as **condições de e para sua oficialização**”; Incentivar o seu **uso** na comunicação **escrita**. (BOLETIM, 2015, grifos nossos).

Neste contexto, na fundamentação da Resolução 32/2015, não faltaram argumentos que justificam a pertinência e a importância deste instrumento jurídico. Assim, destacam-se as “novas metas e orientações, com vistas à aceleração da **construção de um bilinguismo social efetivo** (...), **paridade entre as duas línguas** de Cabo Verde a culminar com a oficialização da língua materna” (BOLETIM, 2015, grifos nossos). O artigo 1º da Resolução elenca medidas, com vistas à afirmação e valorização da língua cabo-verdiana, quais sejam o apoio e o incentivo “a **estudos e experiências** que visam à **introdução do ensino da e na língua materna no sistema de ensino, do pré-escolar ao superior**, bem como a institucionalização de um modelo de **ensino bilíngue** mais adequado ao contexto do país” (grifos nossos).

Nesse sentido, a Resolução 32/2015 apresentou uma proposta fundamental: “Apoio e promoção de estudos sobre a **padronização da língua, em parceria com as universidades estrangeiras**” (grifos nossos). Esta medida irá contribuir bastante para a normalização da escrita, que, apesar dos esforços feitos neste sentido, não reuniu consensos, dos promotores da LCV, tendo sido motivo de polêmica¹⁵. Além disso, vai contribuir para a estruturação das regras ortográficas, principalmente aos usuários das redes sociais, que vêm colaborando bastante para sistematizar a escrita desta língua.

A necessidade de atender aos usuários de computadores deve levar à produção de *softwares* aplicados à língua, tais como programas de tradução “cabo-verdiano/português”, “cabo-verdiano/inglês”, “cabo-verdiano/francês”, etc., o que irá contribuir para a regulamentação da escrita, pois, logo que uma palavra for digitada incorretamente, esta aparecerá sublinhada. Assim, o escrevente terá a possibilidade de corrigir e aprender a escrita correta.

Igualmente, há necessidade de encorajamento para a concepção e introdução da disciplina de Didática da Língua Cabo-Verdiana, tendo em vista a sua introdução no Curso de Licenciatura em Educação Básica, como uma forma de dar respostas às demandas. Evidentemente, a LCV vem sendo ensinada há vários anos, mas não se tem conhecimento da existência, anteriormente, da disciplina de didática da mesma.

Certamente, a proposta que vem no sentido de incentivar e apoiar as instituições de ensino e de investigação, na concepção e realização de programas inovadores da língua cabo-verdiana, bem como na implementação de iniciativas visando à promoção da língua cabo-verdiana, irá reforçar a Didática da Língua Cabo-Verdiana, dada a importância reconhecida que a língua materna, principalmente o conhecimento sólido dessa língua, tem na aquisição e aprendizagem da língua segunda, em contexto bilíngue.

Nesse sentido, o ensino da LCV torna-se uma necessidade premente, na medida em que o seu domínio, principalmente quanto à escrita, além de promover o bilinguismo que se objetiva alcançar em Cabo Verde, vai contribuir também para o sucesso do ensino e aprendizagem da própria LCV e da LP. Nessa perspectiva, nota-se a importância do “Incentivo e apoio ao **ensino da língua cabo-verdiana a nacionais** residentes no estrangeiro e a estrangeiros residentes em Cabo Verde” (grifos nossos), proposta na referida resolução.

Merece ser destacada também a “Instalação de uma **entidade acadêmica independente**, com competências do ponto de vista científico, metodológico e técnico, incumbida de **investigar na área cultural e linguística**, visando entre outros, o estudo da **língua cabo-verdiana nos diversos campos**” (grifos nossos). Em outras palavras, a criação de um comitê científico está intimamente relacionada com os aspectos anteriormente focados. Os estudos realizados pelos investigadores serão essenciais para a criação das condições e bases científicas

¹⁵Há discussões, por exemplo, sobre se seria utilizada a variante do Sotavento ou do Barlavento, entre outras discussões.

de ensino da LCV.

Em termos institucionais, criaram-se as condições para os cabo-verdianos acompanharem o processo, atribuindo aos “departamentos do Governo responsáveis pela aplicação das medidas integrantes da Resolução nº 32/2015” o dever de “apresentar, em **Julho de cada ano**, ao Conselho de Ministros, em função das respectivas responsabilidades, o **relatório** sobre o estado da aplicação da Resolução” (grifos nossos).

A oficialização da língua ou criação das condições reais para a oficialização depende, em larga medida, das instituições governamentais. Assim e neste particular, os caminhos da oficialização desbravam, em função da vontade institucional, seja ela com retórica, seja com ações. A oficialização não depende apenas da ciência, pois já existe uma base científica para tal, mas o dissenso político e linguístico ainda persistem.

Veiga (1999), sociolinguista, por exemplo, afirma que, aquando da introdução, em escolas secundárias, o ensino bilíngue crioulo-inglês por um grupo de jovens professores cabo-verdianos de nível universitário, inicialmente os pais questionaram as escolas dos filhos em que se utilizava o crioulo ou criticavam a estupidez, que consistia em servir-se no ensino de uma língua não escrita.

Na realidade, nota-se alguma polémica política e linguística em relação à promoção da LCV. Segundo Teixeira (2015), jornalista, há resistência e ceticismo de alguns intelectuais relativamente à oficialização da língua cabo-verdiana e a sua utilização no sistema de ensino não são bem vistas por alguns entendidos na matéria. O mesmo (*op.cit.*) aponta como exemplo a docente Ondina Ferreira, segundo a qual trata-se de uma matéria que não devia ser forçada, já que o crioulo está intimamente ligado ao português.

A antiga Ministra da Educação realça que o crioulo já é muito falado em casa, na administração pública e na própria comunicação social, por isso não aprova a introdução do bilinguismo no sistema de ensino, pois, segundo Ferreira, a escola tem sido o único lugar que ainda resta para se ensinar a língua portuguesa (TEIXEIRA, *op. cit.*).

Aliás, Ondina Ferreira, afirmou que

“Há poucos anos a esta parte, tem vindo a acentuar-se este fenómeno de estranheza com a LP, entre os nacionais”. Estranheza essa que Ferreira crê “ser fruto de uma orientação – má e intencional – das políticas linguísticas que estão a suceder no país” (COELHO, 2014).

Essa voz de discordância não é única. Nos jornais nacionais e estrangeiros encontram-se vários artigos sobre as posições de alguns cidadãos sobre a oficialização do Ccv. É o caso de Sousa (2015) e Humberto (2008). Sousa, da área de Relações Internacionais, fez a seguinte afirmação: “Num país onde os recursos não abundam, há sempre alguém que tem ideias, digamos de ‘génio’. É que, a oficialização do crioulo tem os seus custos e não são poucos. Mas isso, já lá vamos.” Acrescenta ainda que as dificuldades no ensino desta língua, devido à falta de domínio das variedades do crioulo das ilhas pelos docentes, em casos de mobilidade, a facilitação da aprendizagem da LP pelo seu ensino, as discussões em torno dessa questão são fúteis e que “insistir nesta ideia seria certamente andar caminho ao contrário. Seria renegar um universo com milhões de falantes, como é o caso do Português, ideal para o multiculturalismo, para o negócio e para a educação!”

Humberto Cardoso (2008), deputado nacional, num artigo publicado no jornal *A Semana*, afirmou que em África, a grande maioria dos países tem uma única língua oficial, que também é língua do ensino, a todos os níveis. Poucos se aventuraram em levar as línguas maternas para o sistema de ensino. Para ele, a pressão pela oficialização do crioulo tem um conteúdo essencialmente ideológico fundamentando, a respeito do nº 1 do artigo 9º da Constituição (proposta do Partido Africano para a independência de Cabo Verde (PAICV), que quer “dignificar” o crioulo face ao português), em Cabo Verde, diferentemente de outros países onde se procura oficializar línguas ma-

temas, não há discriminação do crioulo, como acontece em outras sociedades racialmente mistas, designadamente nas Caraíbas, onde há uma elite que só fala a língua do colonizador. Este político ainda fez a seguinte afirmação: A ansiedade, com a imaginada perda de terreno do crioulo em relação ao português, só existe nos círculos que procuram tirar proveitos políticos de conflitos identitários exacerbados. Para o cidadão comum não há crise. E nem há para os escritores, músicos e artistas diversos que têm conseguido passar com sucesso para o mundo inteiro a alma e a arte caboverdianas, sem quaisquer constrangimentos (*op. cit.*).

Cardoso (2008) também faz referência aos custos da oficialização do Ccv no que tange à produção e publicação de manuais. A somar, juntam-se outras despesas:

...em termos de comunicação a oficialização obrigaria a que todos os documentos do Estado fossem disponibilizados em crioulo para quem quisesse acedê-los nessa língua. A Administração Pública teria que se tornar apta a responder a solicitações escritas dos cidadãos, sem equívocos provocados pelo desconhecimento de uma escrita padronizada. Os custos que tudo isso acarretaria poderão não se justificar. Corre-se o risco de subutilização ou por falta de alfabetização generalizada no crioulo ou por falta de interesse.

Ressalta-se que a polémica de oficialização da língua materna não é um caso específico de Cabo Verde. Noutras paragens, designadamente Aruba e Curaçao, houve reação dos pais: uns a querer a educação só em português para os filhos em escolas privadas e outros a resignarem-se a ficar por escolas públicas onde se ensina em crioulo.

A questão da oficialização da LCV, por se tratar de uma decisão de grande importância para Cabo Verde, agregou não só os políticos, mas também personalidades de diversos quadrantes sociais e profissionais. Apesar disso, é evidente a existência de vozes a favor e outras contrárias, com argumentos políticos, linguísticos, sociolinguísticos, didático-pedagógicos, afetivos e econômico-financeiros. Também é notável que esta situação se assemelha ao que ocorreu noutras paragens onde a situação linguística é idêntica à de Cabo Verde.

Concluindo

Tendo em conta o exposto, percebe-se que a Resolução 32/2015 veio para dar respostas à situação linguística no país, dando importância à língua falada pelos cabo-verdianos, apontando medidas concretas para o seu enquadramento jurídico e consolidação oficial da LCV como língua materna em Cabo Verde. Veio, sobretudo, minimizar a tensão entre a língua oficial (portuguesa) e a língua materna não oficial (língua cabo-verdiana) e contribuir para o sucesso do ensino e aprendizagem das mesmas.

Está-se perante medidas concretas que, a serem implementadas, trarão, de certo modo, solução à problemática da oficialização da LCV. Porém, não são suficientes, levando em conta que se deveria começar no sentido inverso, ou seja, no âmbito constitucional, alterando o art.º 9º da Constituição da República de Cabo Verde (2000). Espera-se que haja vontade política para a implementação de medidas de outra natureza, designadamente, as constitucionais.

Nesse sentido, o pesquisador Quint vislumbra as possibilidades futuras da Língua Caboverdiana:

A língua caboverdiana, produto de uma simbiose equilibrada entre elementos europeus e africanos, é um dos principais **traços culturais** partilhados pelas comunidades cabo-

verdianas dispersas pelas duas margens do Atlântico. Contudo, o **futuro do crioulo**, a médio e longo prazo, dependerá em última análise do seu estatuto no arquipélago de Cabo Verde, único lugar no mundo onde ele é língua da maioria, gozando duma **vitalidade diariamente reforçada** (2009, p. 141, grifos nossos).

O autor, lembrando a origem luso-africana, refere-se à língua caboverdiana como língua mundial, com base na produção e no uso bem-sucedido de materiais didáticos, geralmente de natureza bilingue, em comunidades onde há emigrantes de Cabo Verde, seja em Portugal, na Holanda, nos Estados Unidos, seja em outros países, conclamando os caboverdianos a uma ação política, em defesa dos seus traços culturais, em seu próprio país.

Bibliografia

- ASSEMBLEIA NACIONAL DA REPÚBLICA DE CABO VERDE. *Constituição da República de Cabo Verde* (Revista em 1999). Publicação: BO - Suplemento, I Série - Nº 43 de 23 de Novembro de 1999, 2000.
- BOLETIM OFICIAL DA REPÚBLICA DE CABO VERDE. nº 25, de 15 de Abril 2015. Resolução Conselho de Ministros nº 32/2015, 2015.
- BRITO, A. de Paula. *Dialectos Crioulos – Portugueses*. Apontamentos para a Gramática do Crioulo que se fala na ilha de Santiago de Cabo Verde. In Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, 7ª série, nº 10, pp. 623-669, 1887.
- CARDOSO, Ana Josefa. *As interferências linguísticas do caboverdiano no processo de aprendizagem do português*. Dissertação de Mestrado, Universidade Aberta, 2005.
- CARDOSO, Ana Josefa. *Si ka fila tudu, ta fila un ponta*. Uma Experiência de Educação Bilingue. Materiais de Leitura e Escrita. 2013.
- CARDOSO, Humberto. Oficializar o crioulo? Porquê a pressa? Disponível em <https://sites.google.com/site/humbertocardoso/oficializarocrioulo%3Fporqu%C3%AAapressa> 2008. Acesso em 17 de dezembro de 2015.
- CARDOSO, Pedro. *Folclore Caboverdeano*. Paris: Solidariedade Cabo-Verdiana. (1ª edição 1933) Reeditado em 1983.
- CARREIRA, António, *O Crioulo de Cabo Verde – surto e expansão*. Lisboa: Edição do autor, 1982.
- CARREIRA, António. *Formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)*. Praia: Instituto Cabo-verdiano do Livro, 1983.
- CARREIRA, António Cabo Verde: *Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)* Praia, IPC, 2000.
- CASTELLO BRANCO, Luiza Kátia Andrade. *Historicidade e Sentidos: A palavra crioulo nos discursos sobre a Língua de Cabo Verde*. Niterói: Universidade Federal Fluminense. Dissertação de Mestrado, 2007.
- COELHO, Gisela. Entre o Crioulo e o Português. *Público*. 27/7/2014. Disponível em <http://www.publico.pt/culturaipsilon/noticia/entre-o-crioulo-e-o-portugues-1664265> Acesso em 17 de dezembro de 2015.
- CONSTITUIÇÃO da República de Cabo Verde. INCV, Praia, 2000.
- CONSTITUIÇÃO da República de Cabo Verde, revista em 2010, INCV, Praia, 2010.
- DUARTE, Dulce. *Bilinguismo ou Diglossia?* Praia: Splen Edições, 1998.
- FERNANDES, Armando Napoleão Rodrigues. *Dialecto Crioulo do Arquipélago de Cabo Verde*. Gráfica do Mindelo, 1991.
- FREIRE, Maria Goreti. *O Ensino do Português (L2) a partir do Cabo-Verdiano (LM)*. Lisboa, Universidade de Lisboa. Dissertação de Mestrado (não publicada) 2007.
- Gadotti, M. (2012). Segunda Parte - Paulo Freire na África: Encontro da pedagogia freiriana com a práxis política de Amílcar Cabral, p. 55-107. Romão, José Eustáquio (Org.). *Paulo Freire e Amílcar Cabral: a descolonização das mentes*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire.
- <http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/3591/1/FPEPTPF12094.pdf> . Acesso em 11 de setembro de 2015.
- GOMES, Maria Amélia. *Representações sobre o uso da língua cabo-verdiana em aula de português*. Lisboa, Universidade de Aveiro. Dissertação de Mestrado (não publicada) 2008.
- IDAC (Instituto de Ação Cultural). *Guiné-Bissau '79. Learning by living and doing*. Geneve, 1979.
- IILP – Instituto Internacional da Língua Portuguesa. *Boletim 104*, 18 março 2015. <https://iilp.wordpress.com/2015/03/18/ensino-primario-mocambicano-sera-ministrado-nas-16-linguas-nativas-a-partir-de-2017/>
- INFORPRESS - Agência Cabo-Verdiana de Notícias. *Uni-Cv Realiza Mestrado em Crioulística e Língua Cabo-Verdiana a Partir de No-*

vembro. 6 de Novembro de 2010. Disponível Em: <https://www.inforpress.publ.cv/cultura-mlt/34153-uni-cv-realiza-mestrado-em-crioulstica-e-lingua-cabo-verdiana-a-partir-de-novembro-> Acesso em 28 de maio de 2015.

INFORPRESS. PM destaca a importância do projecto bilingue no processo de ensino e aprendizagem. <http://estudante.sapo.cv/artigos/artigo/pm-destaca-a-importancia-do-pr-379050.html> 20/02/2015. Acesso em 28 de fevereiro de 2015.

LOPES, Amália. *As Línguas de Cabo Verde - Uma Radiografia Sociolinguística*. Lisboa, Universidade de Lisboa. Tese de doutoramento, 2011.

LOPES, Baltazar. *O Dialecto Crioulo de Cabo Verde*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.

LOPES, Baltazar. *Escritos Filológicos e Outros Ensaíos*. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2010.

MARTINS, Aracy Alves. Ensinar qual Língua, em Países de Colonização Portuguesa? Tensões no ensino de línguas em Cabo Verde. SAMARTIM, Roberto; VÁZQUEZ, Raquel Bello; FEIJÓ, Elias J. Torres; BRITO-SEMEDO, Manuel (eds.). *Estudos da AIL em Ciências da Linguagem: Língua, Linguística, Didática*. Santiago de Compostela - Coimbra, Associação Internacional de Lusitanistas, 2015.

MED – Ministério da Educação e do Desporto. *Educação em Notícias Newsletter*. Ano VII, Ed. Nº. 19, out/nov. 2013. Disponível em: www.minedu.gov.cv Acesso em 26 de Maio de 2015.

MONTEIRO, Adelaide. *A língua Cabo-Verdiana e a Política Linguística no País – Cabo Verde*. Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado (não publicada), 2007.

PÁGINA OFICIAL DO GOVERNO DE CABO VERDE. http://www.governo.cv/index.php?option=com_content&view=article&id=3456:pm-discursa-em-crioulo-nas-nacoes-unidas-e-homenageia-aristides-pereira-v15-3456&catid=82&Itemid=300152 Publicado em 26-09-2011. Acesso em Acesso em 17 de dezembro de 2015.

PEREIRA, Dulce. Crioulos de base portuguesa. In *Fórum dos Linguistas*. História da Língua Portuguesa em linha. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/geografia/crioulosdebaseport.html>. Acesso em 26 de Maio de 2015.

PEREIRA, Dulce. O Crioulo de Cabo Verde. I. H. Faria & al. (orgs.). *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. Lisboa: Caminho. 1996. Pp. 551-559.

QUINT, Nicolas. “O cabo-verdiano: uma língua mundial”. *Revista de Estudos Cabo-Verdianos*. Praia, no. 3, dezembro 2009: 129-144.

SANCHES, Maria de Fátima. *Atitude de alguns cabo-verdianos perante a Língua Materna*. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2005.

SEMEDO, Victor. Língua cabo-verdiana: entre uso generalizado e a oficialização. Pesquisa em Rede CNPq - Língua e Literatura: relações raciais, diversidade sociocultural e interculturalidade em países de língua portuguesa, Ceale-NERA/FAE/UFMG, 2012.

SENA, L. de. Uma Experiência de Integração da Educação na Guiné-Bissau. *Soronda. Revista de Estudos Guineenses*, n. 19, 63-88, 1995.

SILVA, T. V. da. *Alfabétu Káuberdiánu*: Un prupósta di skrita ku stória voltádu pa futuro. Praia: Instituto da Investigação e do Património Culturais (IIPC), 2014.

SILVA, T. V. da. *Na bóka noti*: Tradisons Oral di Káuberdi. Vulumi I. Praia: Instituto Caboverdiano do Livro, 1987.

SILVA, T. V. da. *Na bóka noti*: Tradições Oraís. Vulumi VI. Praia: Instituto da Investigação e do Património Culturais, 2011.

SOUSA, Nilton. Oficialização do Crioulo. In: *Notícias do Norte. 3 de Junho de 2015*. Disponível em <http://noticiasdonorte.publ.cv/34065/oficializacao-do-crioulo/> Acesso em 17 de dezembro de 2015.

SPÍNOLA, Danny. *Evocações*, Vol. I, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, Praia, 2004.

TAVARES, Eugénio. *Mornas - Cantigas Crioulas*, Lisboa, ed. J. Rodrigues & C^{ia} (edição póstuma) 1932.

TEIXEIRA, Eugénio. Oficialização do crioulo divide opiniões em Cabo Verde. In: *Voa Voz da América*. 22 de Maio de 2015. Disponível em <http://www.voaportugues.com/content/oficializacao-do-crioulo-divide-opinioes-em-cabo-verde/2783138.html> Acesso em 17 de dezembro de 2015.

VEIGA, Manuel. *O Crioulo de Cabo Verde*: Introdução à Gramática. 2ª. Ed. Praia: ICLD, 1996.

VEIGA, Manuel. *Language policy in Cape Verde: A proposal for the affirmation of kriolu*. In: Cimboa, A Journal Letters of Arts and Studies, no 7, year 3: Boston, Capeverdean Creole Institute. 1999.

VEIGA, Manuel. *A construção do Bilinguismo*. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2004.

VEIGA, Manuel. O crioulo e o Português em Cabo Verde. In: *Sibila*: Poesia e crítica literária. Disponível em: <http://sibila.com.br/mapa-dalingua/o-crioulo-e-o-portugues-em-cabo-verde/2753> Acesso em 17 de dezembro de 2015.

VEIGA, Manuel. Cabo Verde: Nação Crioula Caldeada num Bilinguismo em Construção. Lisboa, 2013. <http://www.acaboverdeana.org/www2/wp-content/uploads/Cabo-Verde-Nac%CC%A7a%CC%83o-Crioula.pdf> Acesso em 7/12/15.

Diáspora Branca na África Austral (1914)

White Diaspora in South Africa (1914)

 <http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v8i2.1594>

Silvio Marcus de Souza Correa

Professor do PPGH da Universidade Federal de Santa Catarina -UFSC

e-mail: silvio.correa@pq.cnpq.br

 <https://orcid.org/0000-0002-0364-6590>

Recebido em: 03/07/2015 – Aceito em 25/07/2015

Resumo: O presente artigo trata da deportação de alemães da então colônia alemã do sudoeste africano (atual Namíbia) para a então União Sul-Africana (atual África do Sul) em 1914. A análise enfoca o deslocamento forçado de centenas de pessoas e as consequências imediatas dessa diáspora em suas vidas. Com base na historiografia, em fontes hemerográficas, diários ou memórias como a de Hertha Brodersen-Manns (1891-1959), esse episódio se inscreve na fase final do colonialismo alemão em África, mas também numa história de diásporas sobrepostas.

Palavras-chaves: Diáspora, Colonialismo, África austral

Abstract: This article deals with the deportation of Germans from the whilom German South-West Africa (now Namibia) to the whilom Union of South Africa (now South Africa) in 1914. The analysis focuses on the forced displacement of hundreds of people and the immediate consequences of this diaspora in their lives. Based on historiography, newspapers, journals or memoirs like the book of Hertha Brodersen-Manns (1891-1959), this episode belongs to the final phase of German colonialism in Africa, but also taking part in the history of OverlappingDiasporas.

Keywords: Diaspora, Colonialism, South Africa

Introdução

A formação do Atlântico foi marcada por histórias de migrações forçadas ou impelidas, degredos, exílios, etc. A política de povoamento da Coroa portuguesa se valeu da pena do degredo para ilhas atlânticas ou para a costa da Guiné, inclusive de judeus.¹ No final do século XV, houve uma deportação de crianças judias para a ilha de São Tomé, episódio dramático registrado por cronistas como Samuel Usque.²

A história da dispersão judaica pela Atlântico tem outros capítulos. Alguns deles têm pontos de intersecção com a diáspora africana.³ Na literatura sobre diásporas, não raro há uma digressão do tema, com referência à “clássica” diáspora judaica na Antiguidade. Cabe lembrar das analogias de alguns arautos do abolicionismo e também do pan-africanismo entre a condição dos escravos africanos nas Américas e a dos judeus do cativo babilônico, assim como entre a diáspora judaica e a africana.

Além dos judeus ibéricos deportados para uma ilha atlântica no final do século XV, huguenotes franceses atravessaram o Atlântico para se estabelecer em colônias no Rio de Janeiro e na Flórida em meados do século XVI. No sé-

¹Ver por exemplo a carta de perdão a Rodrigo Afonso, judeu, que fora condenado a degredo para as ilhas de Cabo Verde (14.03.1476, Chanc. D. Afonso V, L.6, fl. 49v, Arquivo Nacional da Torre do Tombo). Mercadores judeus também circularam pelo Atlântico sob a proteção e o controle da Coroa portuguesa até o final do século XV. Para isso, ver a carta de seguro a Abraão de Paredes, judeu, para que possa livremente navegar para a Guiné e fazer comércio (05.02.1451, Chanc. D. Afonso V, L.37, fl. 35v, ANTT); a carta de mercê a Josepe Alfaqui, judeu, pela qual poderá comerciar em terra de mouros (21.04.1843, Chanc. D. João II, L. 26, fl. 122v, ANTT); e, a carta de privilégio a Abraão Levi, judeu, pelos serviços prestados na cidade de S. Jorge da Mina (02.06.1486, Chanc. D. João II, L.21, fl. 59v, ANTT). Depois de 1497, com a conversão forçada dos judeus em Portugal, muitos cristãos-novos continuaram suas atividades comerciais no mundo atlântico em formação.

²Nascido em Lisboa, mas impelido a deixar Portugal em meados do século XVI, o judeu Samuel Usque (1530-1596) escreveu “Consolação às tribulações de Israel”, publicado em Ferrara (Itália) em 1553, no qual discorre, entre outros assuntos, sobre a diáspora dos judeus da Península Ibérica. No capítulo 27 de sua obra, trata do episódio da migração forçada de crianças de origem judia de

culo XVIII, ciganos que viviam em Portugal e no Brasil foram degredados para Angola.⁴ Durante séculos, órfãos e degredados brancos e mestiços eram enviados para vários pontos da África enquanto africanos escravizados eram trazidos para as outras margens do Atlântico.⁵ Ainda no final do século XIX, milhares de portugueses, brasileiros e outros eram degredados para Angola. Entre eles, havia centenas de mulheres, quase todas pobres e condenadas por crimes como infanticídio, assassinato, roubo etc. Essa diáspora feminina também faz parte da história do mundo atlântico.⁶ Entre as migrações forçadas de um lado a outro do Atlântico durante séculos, o tráfico de africanos escravizados é a mais emblemática das experiências de diáspora no mundo atlântico. Contudo, outras formas de dispersão, inclusive mais recentes, ocorreram e tais experiências podem se enquadrar no mosaico contemporâneo das diásporas.⁷

Durante a Primeira Guerra Mundial, houve um episódio pouco tratado pela historiografia. Trata-se da deportação de alemães da então colônia alemã do sudoeste africano (atual Namíbia) para a então União Sul-Africana (atual África do Sul). Outros exemplos de migração forçada se seguiram. Durante a Segunda Guerra Mundial, famílias de origem europeia foram impelidas a deixar o continente africano. Outras foram alojadas como aquelas dos refugiados gregos no Congo belga. Entre 1942 e 1945, 2.800 gregos foram repartidos entre as províncias de Kivu, Katanga, Stanleyville e Ruanda-Burundi.⁸ Para a África Ocidental Francesa, milhares de sírio-libaneses também migraram no *post bellum*. A propósito, a presença dos levantinos na Afrique Occidentale Française (AOF) e foi alvo de vários ataques na imprensa colonial durante as décadas de 1940 e 1950.⁹

Na segunda metade do século XX, durante os processos de descolonização e de independência, muitos brancos - sozinhos ou com suas famílias - deixaram a África. Inglaterra, França e Portugal foram alguns dos principais destinos desses “retornados”. Porém, muitos brancos eram nascidos na África. Tinham a nacionalidade inglesa, francesa ou portuguesa, entre outras, mas eles eram não mais que descendentes de europeus ou tinham deixado a Europa em tenra idade.¹⁰

Além da diáspora de “brancos”, houve também a diáspora de indianos durante o processo de independência de alguns países africanos, principalmente na África oriental. A literatura de Vidiadhar S. Naipaul e de Mia Couto, por exemplo, fizeram referência a isso em livros como *Uma curva no Rio e Terra Sonâmbula*, respectivamente. Também ditaduras provocaram diásporas. No início do governo de Idi Amin Dada, 63.000 asiáticos foram expulsos de Uganda. Dentre eles, 50.000 indianos, mesmo que muitos deles haviam nascido naquele país.¹¹

Esses exemplos de grupos “desterrados” podem ser considerados como casos de diáspora quando o “desterro” impellido ou mesmo forçado tem como referência não necessariamente a terra ancestral, mas a terra “escolhida” para viver. Nesse sentido, pode ser considerada uma diáspora a experiência de colonos brancos ou comerciantes indianos que foram para a África e que tiveram que mudar de país ou mesmo abandonar o continente contra a sua

Lisboa para São Tomé. USQUE, Samuel. *Consoação às tribulações de Israel*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.

³DRESCHER, Seymour. “The Role of Jews in the Transatlantic Slave Trade”, in: ADAMS, Maurianne; BRACEY, John H. (org.) *Strangers & Neighbors: Relations Between Blacks & Jews in the United States*. University Massachusetts Press, 1999, p.106-115; AUSTEN, Ralph. “The Uncomfortable Relationship: African Enslavement in the Common History of Blacks and Jews”, in: ADAMS, M.; BRACEY, J. (org.) *Strangers & Neighbors: Relations Between Blacks & Jews in the United States*. University Massachusetts Press, 1999, p.131-136. FABER, Eli. *Jews, Slaves, and the Slave Trade: Setting the Record Straight*. New York University Press, 1998; FRIEDMAN, Saul S. *Jews and the American Slave Trade*. New Brunswick/New Jersey, 1998.

⁴PANTOJA, Selma. “A diáspora feminina: degredadas para Angola no século XIX (1865-1898)”, *Revista Textos de História*, v.6, n.1 e 2, UnB: Brasília, 1998, p.186.

⁵Em seu estudo sobre o degredo e a política de exílio do império português entre os séculos XVI e XVIII, Timothy J. Coates apontou para os vários destinos dos degredados no Ultramar. Entre outros, as ilhas do Atlântico e do Índico tinham um lugar importante no sistema de exílio usado tanto pela Inquisição quanto pelo Estado português. O destino variou também conforme a época, a jurisdição e o tipo de crime. Para crimes imperdoáveis, a ilha de São Tomé foi por séculos um dos principais destinos. COATES, Timothy. *J. Degredados e Órfãos: colonização dirigida pela coroa no império português, 1550-1755*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1998, p.165.

⁶PANTOJA, S. “A diáspora feminina: degredadas para Angola no século XIX (1865-1898)”, *Revista Textos de História*, v.6, n.1 e 2, UnB: Brasília, 1998, p. 207.

⁷A ampliação do conceito de diáspora e sua problematização na era da globalização têm sido feitas por vários estudos. Entre eles, cabe destacar os trabalhos de Robin Cohen, como por exemplo: COHEN, Robin. *Diasporas and the nation-state: from victims to challengers*. *International Affairs (Royal Institute of International Affairs)* vol. 72, No. 3, Ethnicity and International Relations (Jul., 1996), pp. 507-520; e, do mesmo autor: *Global Diasporas. An Introduction*. New York: Routledge, 2008.

⁸*La Revue Coloniale Belge*, Bruxelles, n.104, 01/02/1950, p.93.

⁹Para ficar num exemplo, ver as matérias sobre o tema de autoria de Maurice Voisin, redator chefe do jornal *Les Echos de l'Afrique Noire*.

¹⁰Sobre as diásporas brancas tem vindo a lume alguns romances nos últimos anos. Em Portugal, inclusive, há uma literatura de “retornados”. Entre outros, pode-se citar o livro *Os retornados*, de Júlio Magalhães, publicado em 2008. Na Espanha, foi publicado recentemente *Palmeras en la nieve*, de Luz Gabás. Neste livro, uma jovem espanhola viaja para a ilha de Fernando Pó (atual Bioko) para investigar o passado colonial de sua família. Em língua inglesa, a literatura pós-colonial também revisita o passado colonial. Publicado em 2001, o livro *Don't Let's Go to the Dogs Tonight: An African Childhood*, de Alexandra Fuller, trata da trajetória de uma família de pais racistas e recalcitrantes ao movimento de independência e cujo destino foi semelhante a de outros colonos brancos na então Rodésia (atual Zimbábue). Publicado em 2012, com o título *Lo que no se dice*, o livro da escritora Viviana Rivero tem como personagem principal uma descendente de uma família africânder que foi para a Patagônia, na primeira diáspora branca pelo Atlântico Sul do século XX.

¹¹D'ALMEIDA-TOPOR, Hélène. *Naissance des États Africains, XXe Siècle*. Paris: Casterman, 1996, p.53.

¹²O tráfico de africanos escravizados foi, sem dúvida, o mais importante dos processos migratórios transatlânticos e de maior impacto na modernidade. A produção historiográfica sobre o comércio transatlântico de escravos é vastíssima. Para ficar num exemplo: ALENCASTRO, Luiz F. *O trato dos viventes. O Brasil na formação do Atlântico*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

vontade.

Da Diáspora

Desde o século XV, processos mais duradouros de migração forçada ou impelida foram plasmando os (re)fluxos humanos pelo Atlântico.¹² Mas houve também migração espontânea, outras temporárias ou cujo retorno já era previsto. Ademais, não se deve olvidar das migrações do século XIX, notadamente de alemães, italianos e outros grupos europeus. Isso não significa que todas essas migrações sejam casos de diáspora, como ver-se-á a seguir.

Mas antes de tratar da deportação de alemães para o território sul-africano em setembro de 1914, cabe apresentar alguns critérios que definem o conceito de diáspora que serviu para o estudo de caso a seguir. Em primeiro lugar, optou-se por um sentido estrito do termo diáspora, tendo como marco inicial um deslocamento coletivo – de forma forçada ou impelida – de um lugar ancestral ou de um lugar considerado melhor do que aquele da destinação do deslocamento involuntário.¹³ Em segundo lugar, diáspora tem a ver com uma permanência num destino arbitrário e à revelia dos indivíduos e, em geral, em condições adversas. Por último, a diáspora fomenta um desejo coletivo de retorno ou de idealização do lugar “perdido”. Por isso, deve-se descartar de chofre qualquer sinonímia automática entre processos migratórios e de diásporas.

A diáspora tem uma temporalidade que é fundamental à identidade do grupo. Dito de outra maneira, trata-se de uma condição temporal na qual os indivíduos se situam como se estivessem na intersecção entre passado (deslocamento forçado ou impelido), presente (lugar não escolhido) e futuro (retorno ao lugar predileto). Essa temporalidade múltipla (de uma experiência passada, de uma situação atual e de uma projeção futura) apresenta memória coletiva, geralmente, compartilhada por mais de uma geração.

Com base nas diásporas modernas, cabe ainda destacar o caráter minoritário de um grupo étnico ou nacional que vive(u) a experiência da diáspora. Do conjunto de características de um “grupo diasporico” vale lembrar ainda a amplitude de sua dispersão.¹⁴ Apesar da grande dispersão de europeus, sobretudo ingleses, irlandeses, italianos e alemães durante o século XIX, deve-se ressaltar que essa migração em massa da Europa para países como EUA, Argentina, Brasil ou Austrália não se enquadra na definição de diáspora proposta acima.

No caso dos alemães, milhões deles se encontravam dispersos em vários países (como EUA e Brasil) no final do século XIX. Também havia um pequeno número deles em colônias na África, num enclave portuário na China e em ilhas do Pacífico como Nova-Guiné e Samoa. A “escolha” do destino se fazia, em parte, por cadeia (*chain migration*), ligando os migrantes recém-chegados àqueles já instalados. Os alemães reproduziam alhures, principalmente nas colônias alemãs, sua cultura devido, entre outros fatores, à prática de uma vida associativa. As associações promoviam várias atividades que favoreciam a consciência de uma identidade cultural ou nacional. Dispersos em vários países e ainda nas colônias ultramarinas do Império alemão à época do II Reich, as comunidades alemãs tinham contatos entre si, principalmente por meio de suas associações civis e religiosas, como também pela imprensa em língua alemã que informava sobre a situação na Alemanha e dessas comunidades alemãs no Ultramar. Escusado lembrar que a dispersão dos alemães era um tema caro aos ideólogos do pangermanismo do período guilhermino. As colônias eram percebidas como uma segunda pátria, uma segunda *Heimat*.¹⁵

Porém, toda essa dispersão dos alemães no século XIX não representou uma diáspora pelo seguinte:

¹³ Ver nota 7

¹⁴ BRUNEAUX, Michel. *Diasporas et espaces transnationaux*. Paris: Ed. Economica, 2004.

¹⁵ JAEGER, Jens. *Colony as Heimat? The Formation of Colonial Identity in Germany around 1900*. *German History*, vol. 27, 4, 2009, p. 467-489.

- a) não foi forçada;
- b) o lugar de destino não foi escolhido à revelia dos indivíduos;
- c) o retorno à pátria não estava na projeção futura das coletividades ultramarinas; aliás, muitas delas se empenharam em fundar *Novas Alemanhas* no Ultramar.

Contudo, quando a então colônia alemã do sudoeste africano foi ocupada pelas tropas sul-africanas em setembro de 1914, a deportação de centenas de alemães para a então União Sul-Africana foi um dos primeiros casos de “diáspora branca” pelo Atlântico Sul do século XX.¹⁶ Cabe ressaltar que ela é ulterior a outra “diáspora branca”, isto é, a partida de centenas de famílias bôeres pelo Atlântico Sul rumo à Patagônia.¹⁷

A deportação da população civil da Baía de Lüderitz em 1914

Poucas semanas depois da declaração de guerra na Europa, no início de agosto de 1914, tropas britânicas e sul-africanas invadiram a Baía de Lüderitz, onde havia uma pequena comunidade alemã. O desembarque das tropas de ocupação ocorreu em meados de setembro de 1914. Não houve resistência alemã. A população civil local foi submetida a toque de recolher, ao racionamento de víveres, etc. Logo depois, uma boa parte dela foi deportada para o território sul-africano. Da população masculina, centenas de pessoas foram enviadas para Pretória ainda em setembro. Centenas de mulheres e crianças foram deportadas em outubro. A notícia da deportação dos alemães chegou rapidamente ao porto marítimo de Swakopmund, no litoral norte da atual Namíbia. Centenas de mulheres e crianças daquela localidade buscaram refúgio no interior da colônia alemã, principalmente na cidade de Windhoek. Mas a rebelião de um grupo de soldados bôeres atrasou de certa forma a ocupação britânica e sul-africana de toda a colônia.¹⁸ Além disso, as tropas militares alemãs continuavam a guerra em solo africano.

Em janeiro de 1915, Swakopmund foi ocupada. Mas a cidade se encontrava vazia.¹⁹ Em termos numéricos, as tropas sul-africanas eram muito superiores, ao contingente de soldados alemães que se encontrava na colônia. Entre ativos e reservistas, a tropa alemã *Schutztruppe* contava com algo em torno de 5.000 homens. Em maio de 1915, o general bôer Louis Botha marchou rumo a Windhoek e dois meses depois foi assinada a rendição alemã na colônia do sudoeste africano.²⁰ Os oficiais da *Schutztruppe* puderam manter suas armas e sua montaria e podiam voltar às suas casas.²¹ Porém, milhares de soldados alemães foram retidos no campos de prisioneiros de Aus, a meio caminho entre Lüderitz e Keetmanshoop.²²

¹⁶A primeira “diáspora branca” do século XX e no Atlântico Sul ocorreu após a guerra anglo-bôer (1899-1902) quando milhares de bôeres se dispersaram em várias direções como para os EUA e Argentina e ainda para outras partes da África, como a região de Huíla, em Angola. Sobre as centenas de famílias africanas que foram para a Patagônia, na Argentina, durante o governo do Gen. Julio Roca, ver MENENDEZ, A. La colonización bôer en la Patagônia. Boletín de la Academia Nacional de Historia. XLIII, 1970, p.345-349; CHINGOTTO, Mario R. “La migración bôer en la Patagônia”, Boletín del Centro Naval, N. 690, 1972, p.11-22; DU TOIT, Brian. Colonia Boer: An Afrikaner Settlement in Chubut, Argentina. New York: Edwin Mellen Press, 1995; PINEAU, Marisa. “Los sudafricanos miraron al Atlántico. La migración Boer a Argentina”, II RIHA, 1996, p.273-277. Sobre a diáspora africana para México e EUA, ver ainda DU TOIT, Brian: “Boer Settlers in the Southwest”. Southwestern Studies N.101 Series El Paso, Texas: Texas Western Press, 1995.

¹⁷Depois da declaração da União Sul-Africana em 1910, muitas famílias bôeres, que foram para a Argentina, retornaram para a África do Sul. PINEAU, Marisa. “Los sudafricanos miraron al Atlántico. La migración Boer a Argentina”, II RIHA, 1996, p.276.

¹⁸Sobre a participação de soldados bôeres ao lado das tropas alemãs, ver: McGREGOR, Gordon. Das Burenfreikorps von Deutsch-Südwestafrika 1914-1915. Windhoek: Namibia Wissenschaftliche Gesellschaft, 2010.

¹⁹RAUTENBERG, Hulda. Das alte Swakopmund (1892-1919). Neumünster: Karl Wachholtz Verlag, 1967, p. 277-280.

²⁰WESSELING, Henri. Les empires coloniaux européens. 1815-1919. Paris: Gallimard, 2004, p. 475.

²¹HACKLÄNDER, Daisy. Heute heißt dieses Land Namibia. Erinnerungen an die Pionierzeit in Südwest Afrika. Buchenbach, 1983, p.77.

²²National Archives of Namibia (NAN) AUS (1915/1919) 0002, 1/1/077.



Desembarque de tropas britânicas e sul-africanas em Lüderitzbucht, 18.9.1914.

Brodersen-Manns, Hertha. *Wie alles anders kam in Afrika*. 1991, p.14.

A deportação de alemães para a então União Sul-Africana e a vida destes em campos de prisioneiros ainda não mereceram um estudo aprofundado. A recente historiografia alemã tem dado ênfase à deportação e aos campos de concentração de prisioneiros nativos durante a guerra colonial (1904-1907) na Namíbia.²³ Sobre a deportação de alemães para território sul-africano, as fontes são poucas.²⁴ Há referência em algumas publicações em língua alemã e inglesa.²⁵

Sobre os motivos para a deportação da população civil da Baía de Lüderitz pouco se sabe. O apelo do governador alemão Dr. Theodor Seitz ficou sem uma resposta oficial por parte do governo da União Sul-Africana.²⁶ Pode-se conjecturar um imperativo logístico, ou seja, uma demanda urgente das tropas sul-africanas por alojamento e abastecimento. Não se deve subestimar o fato de que a deportação da população civil resolvia parcialmente o problema da escassez de água potável para milhares de soldados estacionados na Baía de Lüderitz. Por fim, vale lembrar que a Baía de Lüderitz fazia parte de uma área diamantina desde 1908.

As péssimas condições da viagem marítima

As condições de deportação e da viagem marítima para a África do Sul, entre setembro e outubro de 1914, restam praticamente ignoradas. Dos diferentes envios realizados entre setembro e outubro do porto da Baía de Lüderitz, têm-se algumas informações das condições da viagem apenas da terceira remessa em outubro de 1914. A informante foi uma jovem de Hamburgo.

Hertha Brodersen-Manns (1891-1959) chegou na então colônia alemã do sudoeste africano no início de março de 1914. Uma nota do jornal local informa sobre o seu desembarque no porto da Baía de Lüderitz com mais alguns passageiros.²⁷ Entre eles, o Dr. Lübben com quem ela iria trabalhar como secretária em seu escritório de advocacia por alguns meses. O início da Guerra na Europa, em agosto de 1914, teve impactos imediatos sobre a vida da jovem hamburguesa e de toda a população civil residente na Baía de Lü-

²³MEDARDUS, Brehl. "Diese Schwarzen haben vor Gott und Menschen den Tod verdient." Der Völkermord an den Herero 1904 und seine zeitgenössische Legitimation. in: BRUMLIK, Micha; WOJAK, Irmut (Hrsg.): *Völkermord und Kriegsverbrechen in der ersten Hälfte des 20. Jahrhunderts*: Campus Verlag, 2004; ZIMMERER, Jürgen (Hrsg.): *Völkermord in Deutsch-Südwestafrika. Der Kolonialkrieg (1904-1908) in Namibia und seine Folgen*. Berlin: Links Verlag, 2003; OLUSOGA, D. and ERICHSEN, C. *The Kaiser's Holocaust: Germany's Forgotten Genocide And The Colonial Roots Of Nazism*. London: Faber & Faber, 2010.

²⁴National Archives of Namibia (NAN) PML (1914/1915) 0006, 1/1/125; National Archives of South Africa (NASA) PAR 1/PMB, 3/1/1/2/9, 267A/14 Pietermaritzburg, Magistrate, Internment of German Prisoners of War (1914/1919); National Archives of South Africa (NASA), PAR 1/MTU, 3/4/2/4, DD34/370/14, German Prisoners of War (1914/1919).

²⁵OELHAFEN, H. v. *Der Feldzug in Südwest 1914/1915*. Berlin: Safari Verlag, 1923; HENNIG, R. *Deutsch-Südwest im Weltkrieg*. Leipzig: F. A. Brockhaus, 1925; LENSSEN, H. E. *Chronik von Deutsch-Südwestafrika*. Windhoek: Namibia Wissenschaftliche Gesellschaft, 1988; RAYNER, W. S. and O'Shaughnessy, W. *How Botha and Smuts Conquered German South West. A Full Record of the Campaign from Official Information by Reuter's Special War Correspondents*. London: Simpkin, Marshall, Hamilton, Kent & Co., 1916, p.36.

²⁶A União Sul-Africana foi criada em 1910. Fizeram parte dela a Colônia do Cabo, Natal, Orange e Transvaal. Seu primeiro ministro, o general Louis Botha, decidiu ocupar a Namíbia (então colônia alemã) com o apoio da marinha imperial britânica em meados de setembro de 1914. Botha receava uma aliança entre alemães e bóeres, sobretudo porque muitos africanos ainda estavam ressentidos com a derrota em 1902 e com a supremacia britânica.

²⁷Lüderitzzucker Zeitung, 11.03.1914.
²⁸BRODERSEN-MANN, H. *Wie alles anders kam in Afrika. Südwest Erinnerungen aus den Jahren 1914/1915*, 1991, p.18-19.

deritz.

Juntamente com 300 outras pessoas, Hertha fez parte do terceiro envio de prisioneiros alemães para a África do Sul. Sua deportação ocorreu no início de outubro de 1914. O navio *Armada Castle* estava em condições deploráveis para o transporte até a Cidade do Cabo, pois o mesmo tinha sido utilizado para o transporte de gado vacum, muar e cavalos para as tropas sul-africanas. Também as condições das cabines, dos lavabos, dos toaletes eram precárias. As refeições eram poucas e nada apetitosas. Durante a viagem marítima, muitas pessoas adoeceram. A viagem foi marcada ainda pelo clima de incerteza com relação ao futuro em território estrangeiro e pelo descontentamento geral com as condições da viagem daquela “estrebaria flutuante” no Atlântico Sul.

Como o navio zarpou sem bandeira branca, tiros de canhoneiras foram ouvidos durante a noite. A viagem durou dois dias da Baía de Lüderitz até a Cidade do Cabo. Durante o desembarque, as baionetas dos soldados indicavam o caminho para o trem, onde se lia “*Prisoners of War from Lüderitz*”. Homens e mulheres foram separados nos vagões do trem. A viagem de trem durou três dias e três noites. As mulheres seriam enviadas para Pietermaritzburg enquanto que os homens para um campo de prisioneiros perto de Pretória.²⁸

Mas nem todas as viagens marítimas foram nessas mesmas condições. Meses depois, uma nova leva de deportados alemães teria feito a viagem marítima até a Cidade do Cabo sem as mesmas queixas anteriores.²⁹ O retorno para o sudoeste africano em meados de 1915 também foi dentro da normalidade de uma viagem marítima à época.

A vida nos campos de prisioneiros (1914-1915)

Em território sul-africano, a experiência de campos de prisioneiros para brancos já tinha sido introduzida durante a guerra anglo-bôer. Mais de cem mil pessoas foram aprisionadas nestes campos, onde morreram cerca de 30%, a maioria devido à epidemia de tifo. A segunda guerra anglo-bôer (1899-1902) também introduziu campos de concentração para a população africana. Calcula-se que o número de prisioneiros nestes campos tenha ultrapassado, igualmente, a casa dos cem mil.³⁰ Na então colônia alemã do sudoeste africano também houve campos de concentração durante a guerra colonial (1904-1908).³¹

Entre os alemães deportados para a África do Sul, alguns passaram a viver fora dos campos de prisioneiros. Algumas famílias alemãs de fazendeiros dos arredores “adotavam” mulheres e crianças que tinham sido deportadas.³² Quem tinha meios para se sustentar, parentes na África do Sul ou mesmo uma oferta de emprego podiam deixar o campo de prisioneiros.³³ Porém, uma vez fora, não podia retornar.³⁴ Algumas mulheres conseguiam empregos como domésticas ou governantas em famílias de alemães, ingleses ou africanos. Não obstante da relativa liberdade advinda do emprego de doméstica ou governanta, vale lembrar da complexa relação de gênero, classe e “raça” que envolvia essas mulheres, pois elas se encontravam em zona liminar. Sobre a governanta, ela personifica um marco de fronteira do colonialismo doméstico. Ela tinha certa educação, mas lhe faltava ocasião de usá-la.

Fazia parte do grupo dos “brancos”, mas era da classe trabalhadora. Tinha a proteção

²⁸BRODERSEN-MANN, H. *Wie alles anders kam in Afrika*, p.24.

²⁹KESSLER, Stowell. *The Black Concentration Camps of the Anglo-Boer War, 1899-1902: Shifting the Paradigm From Sole Martyrdom to Mutual Suffering*. *Historia* 1: p.110-147, 1999; WARWICK, P. *Black People and the South African War, 1899-1902*. Cambridge University Press, 1983.

³⁰Para uma versão sucinta sobre os campos de concentração e o genocídio na Namíbia, ver WALLACE, Marion. *A History of Namibia*. Capetown, 2012, p.172-177/177-182.

³¹Desde os meados do século XVII, a colonização holandesa do Cabo contou ainda com colonos huguenotes franceses e luteranos alemães. Descendentes desses “pioneiros” adentraram o território da atual Namíbia. Alguns chegaram até o sul de Angola no final do século XIX (WALLACE, Marion. *A History of Namibia*, p.88). A presença de bóeres, inclusive, gerou debates em matérias sobre a “questão bôer” (*Burenfrage*) ou sobre a “cafealização” (*Verkafferung*) na imprensa colonial em língua alemã. Na Namíbia, após a guerra colonial (1904-1908), alguns alemães defenderam a imigração de bóeres para o território da Hererolândia como o fazendeiro Conrad Rust que salientava a importância de colonos brancos, desde que houvesse também a “germanização” dos mesmos. Para isso, ver: RUST, Conrad. *Krieg und Frieden im Hererolande. Aufzeichnungen aus dem Kriegsjahre 1904*. Leipzig: Kittler Verlag, 1905, p.538-541.

³²Como já foi mencionado (nota 22), a circulação de colonos, comerciantes, missionários e aventureiros de origem alemã pela África austral ocorreu desde meados do século XVII, mas ela se tornou mais intensa com a participação da Alemanha na “Partilha da África”. Aliás, quando o agente Heinrich Vogelsang buscava um território para erigir um empório em nome do comerciante de Bremen, Adolf F. Lüderitz, ele obteve informações privilegiadas na Cidade do Cabo de um parente do missionário alemão Carl Hugo Hahn. Outro missionário alemão, Johannes Bam, foi intermediário da negociação entre o agente de Adolf F. Lüderitz e o líder dos Nama-Bethania, Joseph Frederiks, em Angra Pequena, depois denominada Baía de Lüderitz. (WALLACE, Marion. *A History of Namibia*, p.116). Nesse sentido, várias localidades na África do Sul tinham suas comunidades alemãs. Algumas delas, como a comunidade alemã da Cidade do Cabo, tinham escolas e associações que, entre outras atividades, desempenhavam importante papel na manutenção do germanismo (*Deutschtum*). Um exemplo é a sociedade de ginástica, fundada em meados de 1911. Os treinos eram realizados na *Deutsche Schule*, na Queen Victoria Street, como informa notícia do jornal local de Lüderitz (*Luderitzbuchtzeitung*, 01.07.1911).

³³BRODERSEN-MANN, Herta. *Wie alles anders kam in Afrika. Südwestlicher Erinnerungen aus den Jahren 1914/1915*. Windhoek, 1991, p.30-31.

³⁴McCLINTOCK, Anne. *Couro Imperial. Raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas: Editora da Unicamp, 2012, p.404.

³⁵Alguns trechos dessas cartas foram reproduzidas no livro de Hertha Brodersen-Manns. BRODERSEN-MANN, Herta. *Wie alles anders kam in Afrika*, p.61-63.

³⁶BRODERSEN-MANN, Herta. *Wie alles anders kam in Afrika*, p.25.

³⁷National Archives of South Africa, Pretoria, Reference ES70/1292/14, Part 1 - 3, 1914.

³⁸BRODERSEN-MANN, Herta. *Wie alles anders kam in Afrika*, p.21.

do privilégio racial, mas era vulnerável economicamente. Era paga pelo trabalho que a dona de casa fazia de graça.³⁵

Algumas alemãs que conseguiram empregos como professora, governanta ou doméstica se queixaram, inclusive, que sua situação não era melhor do que a condição vivida nos campos de prisioneiros.³⁶ Mas a maioria das alemãs permaneceu nos campos de “refugiados”. Aliás, Hertha comentou em seu livro a ambivalência do termo *refugees* que substituíra às vezes o de prisioneiros ou deportados.³⁷

No *National Archives of South Africa* (NASA) há nos fundos de Maritzburg, uma lista dos deportados alemães de 1914. Tem-se um número total de 470 (mulheres e crianças).³⁸ Essa lista é mais completa do que aquela que foi publicada por Hertha Brodersen-Manns em seu livro. Considerando os outros campos de deportação (Pretoria, Kimberley...) pode-se fazer uma estimativa em torno de mil deportados civis entre homens, mulheres e crianças.

Desde os primeiros dias no campo de “refugiados”, Hertha apontou para vários inconvenientes como a promiscuidade, já que as mulheres deveriam compartilhar grupos os poucos dormitórios, a falta de silêncio, pois o choro das crianças era constante durante as primeiras noites, e a pouca solidariedade de algumas mulheres nas atividades cotidianas como cozinhar, etc. Também havia pouco carvão e pouca lenha para o uso diário.³⁹

Depois de alguns dias no “Campo Vermelho”, as mulheres foram para o “Campo Grande” no dia 13 de outubro de 1914. Neste segundo campo, Hertha dividiu um barracão com mais 24 mulheres. Depois da primeira experiência, as mulheres sem crianças evitaram compartilhar os barracões com aquelas que tinham filhos. O mês de outubro foi marcado ainda por chuvas que molhavam dentro dos barracões. Apesar de alguns problemas, Hertha apontou para alguns aspectos positivos como o baixo custo de certos produtos alimentícios em relação ao elevado custo de vida na Baía de Lüderitz e a possibilidade de certas comemorações, inclusive o aniversário do imperador alemão.⁴⁰

Duas semanas depois de instaladas no “Campo Grande”, houve nova ordem de mudança porque havia rumor de que bôeres rebeldes visavam liberar os prisioneiros alemães.⁴¹ Por isso, muitas mulheres retornaram ao “Campo Vermelho”. Juntamente com outras, Hertha foi para o “Campo Verde”. O “Campo Grande” foi destinado aos prisioneiros alemães.

Durante a estadia compulsória na África do Sul, o cotidiano da vida no internato foi destaque nas memórias de Hertha e a maior parte do seu livro discorre sobre a rotina, algumas atividades diárias, etc. Destacam-se, contudo, alguns passeios que foram realizados durante aquele período em solo estrangeiro. Em meados de novembro de 1914, as alemãs receberam a autorização para fazer passeios a cada duas semanas. Esses passeios eram realizados em pequenos grupos e sob a tutela de “nurses” do internato. Depois, as alemãs já podiam passear sem tutela, mas precisavam, igualmente, obter uma permissão.⁴² No final de fevereiro de 1915, algumas mulheres receberam a permissão para passar um dia em Durban. Nessa ocasião, puderam visitar o Jardim Zoológico e o Jardim Botânico da cidade. Também puderam se banhar no elegante balneário de Durban.⁴³ Vale lembrar que a permissão para as prisioneiras alemãs se inscreve numa forma de “privilégio da cor” já que africanos e indianos, por exemplo, não tinham o mesmo direito de frequentar certos “espaços públicos” como o balneário de Durban.⁴⁴

⁴⁰BRODERSEN-MANNS, Herta. *Wie alles anders kam in Afrika*, p.23-25

⁴¹Bôeres e alemãs já tinham compartilhado experiências beligerantes. Durante a guerra na Namíbia (1904-1908) havia bôeres a serviço das tropas alemãs. Ver RUST, Conrad. *Krieg und Frieden im Hererolande*, p.391-394.

⁴²BRODERSEN-MANNS, Herta. *Wie alles anders kam in Afrika*, p.32.

⁴³BRODERSEN-MANNS, Herta. *Wie alles anders kam in Afrika*, p.47-48.

⁴⁴Sobre um breve histórico da segregação nas praias de Durban, ver: MAHARAJ, B. *The Historical Development of the Apartheid Local State in South Africa: The Case of Durban*, *International Journal of Urban and Regional Research*, n°20, p. 587-600, 1996.

⁴⁵BRODERSEN-MANNS, Herta. *Wie alles anders kam in Afrika*, p.35.

⁴⁶BRODERSEN-MANNS, Herta. *Wie alles anders kam in Afrika*, p.33-34.

⁴⁷BRODERSEN-MANNS, Herta. *Wie alles anders kam in Afrika*, p.34-35.

Em alguns casos, essas permissões eram suspensas, por exemplo, quando o campo ficou fechado por duas semanas por causa da escarlatina e, depois, outra vez, por causa da difteria. Uma vez fechado, ninguém entrava, ninguém saía.⁴⁵

No campo havia uma produção “caseira” de comidas e bebidas. Entre elas, uma aguardente feita com cascas de batatas.⁴⁶ Entre os homens, alguns procuravam passar o tempo jogando futebol. Outros pensavam em fugir. Inclusive, um túnel foi cavado, mas descoberto por causa de um delator. O alemão delator teria sido morto pelos seus compatriotas, se não fosse a intervenção dos vigias. Também sua mulher era considerada, pelas outras alemãs, como uma “leva-e-traz” entre as prisioneiras e as “nurses” do internato.⁴⁷

Em termos de comunicação com o exterior, durante visitas ou passeios, os internos encontravam compatriotas que informavam sobre o que se passava no sudoeste africano e mesmo na Europa. Também liam revistas e jornais. As cartas eram censuradas.

Em fevereiro de 1915, havia especulações sobre a possibilidade de todos os internos serem enviados para a Alemanha. Um mês depois, começou os preparativos para mais uma mudança. Os prisioneiros civis da Baía de Lüderitz poderiam viver com suas famílias no campo de Robert Heights. Já os soldados alemães aprisionados tiveram que permanecer nos campos de Kimberley e Maritzburg. A única exceção foi para um ex-soldado alemão que foi aquartelado no campo de Robert Heights. Por ser considerado um traidor, ele era alvo da ira dos 150 alemães ali reclusos. Mas havia ordem expressa para mandar de volta ao campo dos prisioneiros de guerra qualquer um que o agredisse.⁴⁸

Neste último campo, a situação parece ter melhorado. Porém, a deportação fizera com que pessoas vivessem juntas à revelia de suas simpatias por outrem. Hábitos ou vícios de outras pessoas eram também parte do cotidiano da vida reclusa. O alcoolismo de alguns, o mal-humor ou a impertinência de outros e a baixa solidariedade de alguns tornavam, às vezes, muito difícil o dia-dia. Brigas e discórdias não eram raras. Além disso, as distâncias sociais de outrora não eram as mesmas nesses lugares, onde, por exemplo, algumas prostitutas do campo de diamantes da Baía de Lüderitz passaram a dividir o mesmo espaço e o mesmo cotidiano com as mulheres da elite local de outrora. Em suas memórias, Hertha fez menção a duas mulheres que trabalharam num bordel.⁴⁹ A mais jovem delas conseguiu ser contratada para cuidar de crianças no Transvaal e por lá ficou, sem retornar para a Namíbia. Aliás, a presença alemã na paisagem humana da África do Sul já era comum no final do século XIX. Na literatura sul-africana se encontram personagens alemães na figura de caçador, missionário, comerciante, colono ou empregado(a). Para dar um exemplo, o capataz Otto Farber, de *A estória de uma fazenda africana* (1883), primeira novela de Olive Schreiner (1855-1920); inclusive, a autora era uma escritora sul-africana com origem alemã.

O retorno para a ex-colônia alemã

No dia 9 de julho de 1915, os prisioneiros alemães na África do Sul receberam a notícia da rendição dos oficiais e soldados da *Schutztruppe* do sudoeste africano.⁵⁰ Isso abria a possibilidade de um retorno em breve. Porém, os alemães que poderiam retornar para a Namíbia não imaginavam que aquele território deixaria de ser uma colônia alemã. Duas semanas depois, veio a ordem de retorno à “pátria perdida” (*verlorene Heimat*). Algumas mulheres que tinham emprego ou que se casaram - aliás, com africanos - não retornaram. Segundo as memórias da jovem Hertha, as mulheres alemãs eram

⁴⁸BRODERSEN-MANN, Herta. Wie alles anders kam in Afrika, p.51-52

⁴⁹BRODERSEN-MANN, Herta. Wie alles anders kam in Afrika, p.54.

⁵⁰BRODERSEN-MANN, Herta. Wie alles anders kam in Afrika, p.63.

⁵¹BRODERSEN-MANN, Herta. Wie alles anders kam in Afrika, p.64. O feminismo de Olive Schreiner acusava o casamento como único destino social das mulheres brancas na África do Sul. Sobre os limites do feminismo colonial, ver McCLINTOCK, Anne. Couro Imperial. Raça, gênero e sexualidade no embate colonial, p.377-430.

consideradas boas donas de casa.⁵¹ Além disso a relação cultural de mais de um século, entre alemães e africanos, já havia constituído um mercado matrimonial entre colonos de ambos os grupos.

Apesar dessa condição cultural que emprestava certa familiaridade ao período de exílio na África do Sul, a maioria das mulheres retornou para a Baía de Lüderitz. Durante a viagem até a Cidade do Cabo, segundo o relato de Hertha, o trecho por terra tanto em carros de mulas quanto de trem foi ruim. Durante o trajeto ferroviário, aliás, os alemães viram passar comboios com tropas britânicas que retornavam do outro lado da fronteira.

Em finais de julho de 1915, Hertha e centenas de outros alemães partem da Cidade do Cabo para a Baía de Lüderitz. As condições do navio para essa viagem eram bem diferentes daquela do início de outubro de 1914. Além da limpeza das cabines, havia uma lista com a divisão preliminar dos passageiros por cabines de primeira, segunda e terceira classe. Apesar da melhor organização, ordem e limpeza para a viagem de retorno, houve uma série de queixas; afinal, ninguém pagou a viagem, então, alguns reclamavam pela distribuição aleatória das cabines. No restaurante do navio, os garçons ingleses se recusaram, por seu turno, a servir os comensais alemães. Mas estes últimos não deixaram por menos e puseram em prática o *self service*.

O retorno ao “lar” foi marcado por forte emoção, segundo o relato de Hertha. Para muitos dos retornados foi uma prova difícil constatar que seus bens tinham sido pilhados ou se encontravam avariados. Também Olga Levinson mencionou o saque praticado por soldados na Baía de Lüderitz quando houve a ocupação sul-africana.⁵² Além disso, muitas casas se tornaram alojamentos para soldados das tropas de ocupação. Na verdade, as tropas eram compostas por soldados de todas partes do império britânico. Segunda uma testemunha ocular, Daisy Hackländer, sob o comando do general Smuts, havia ingleses, escoceses, bôeres e australianos.⁵³ Durante a guerra, as tropas se serviram de gado, cavalos e galinhas das fazendas. Também podia ficar comprometido, com a passagem das tropas, o reservatório de água das fazendas. Esse era um dos grandes temores das famílias alemãs quando retornavam para suas propriedades rurais.⁵⁴

No meio urbano também houve perda e avaria de bens. Hertha foi uma que nada dos seus pertences encontrou.⁵⁵ Além disso, muitas firmas e empresas fecharam e faltavam empregos para homens e mulheres. A rendição dos soldados alemães não representou o fim dos campos de prisioneiros, pois a guerra em outras partes da África continuava. Em campos de concentração, milhares de soldados esperaram o desfecho do conflito bélico. Para a população civil que retornou à Baía de Lüderitz foi imposto toque de recolher às 21 horas e foi proibido o consumo de bebidas alcoólicas.⁵⁶

Em 1915, a população alemã do território ocupado pelas tropas britânicas e sul-africanas fazia face a uma economia de guerra. Além da desvalorização da moeda alemã, havia um forte desemprego. Muitos estavam impossibilitados de exercer suas atividades tanto no setor público quanto no privado. Entre outras firmas e empresas que fecharam, constam os jornais locais de Lüderitz, Swakopmund e Windhoek.

A população civil se encontrava isolada, sem correspondência com parentes na Alemanha. As poucas notícias vinham quase exclusivamente do campo inimigo. Isso dava margem à boataria, à incerteza. Entre os fazendeiros alemães havia o receio de levantes nativos.⁵⁷ O contexto beligerante fa-

⁵² LEVINSON, Olga. Diamonds in the Desert. The story of August Stauch and his times. Capetown: Tafelberg, 1983, p.115.

⁵³ HACKLÄNDER, Daisy. Heute heißt dieses Land Namibia. Erinnerungen an die Pionierzeit in Südwest Afrika. Buchenbach, 1983, p.78.

⁵⁴ HACKLÄNDER, Daisy. Heute heißt dieses Land Namibia, p.82.

⁵⁵ BRODERSEN-MANN, Herta. Wie alles anders kam in Afrika, p.66.

⁵⁶ BRODERSEN-MANN, Herta. Wie alles anders kam in Afrika, p.67.

⁵⁷ HACKLÄNDER, Daisy. Heute heißt dieses Land Namibia, p.71.

⁵⁸ HACKLÄNDER, Daisy. Heute heißt dieses Land Namibia, p.89.

⁵⁹ HACKLÄNDER, Daisy. Heute heißt dieses Land Namibia, p.91.

⁶⁰ HACKLÄNDER, Daisy. Heute heißt dieses Land Namibia, p.94-95.

⁶¹ WALLACE, Marion. A History of Namibia, p.207.

⁶² WALLACE, Marion. A History of Namibia, p. 219.

⁶³ HACKLÄNDER, Daisy. Heute heißt dieses Land Namibia, p.131;

HOLSTEIN, Christine. Deutsche Frau in Südwest. Leipzig, 1937, p. 135.

vorecia o abigeato.⁵⁸ Linhas de crédito rural e demais financiamentos do então banco agrícola passaram ao controle de um banco inglês.⁵⁹ Houve ainda pragas.⁶⁰ Fazendas abandonadas, casas comerciais falidas, parte da população branca masculina ainda aprisionada, moeda desvalorizada, desemprego e empobrecimento abalavam a estrutura comunitária dos alemães no sudoeste africano. Muitos acabariam retornando para a Alemanha ou indo para a África do Sul nos primeiros anos do *post bellum*. Também as populações nativas passaram por enormes dificuldades durante os anos de 1914 e 1915, sobretudo a comunidade *ovambo*. A fome e a penúria provocaram alta mortalidade, obrigando muitos a se refugiar em outras regiões.⁶¹

A ocupação e a posterior tutela sul-africana provocaram diferentes formas de migração pelo território namibiano. Uma política de povoamento atraiu famílias de pobres brancos (*poor whites*) da África do Sul para as quais foram destinadas centenas de propriedades rurais. Embora famílias bôeres já fizessem parte da paisagem humana da colônia alemã do sudoeste africano, o número da população branca duplicou sob o mandato sul-africano.⁶²

Em relatos de mulheres alemãs que testemunharam a chegada de famílias africanas, a falta de capital desses imigrantes teve impacto na estrutura rural, inclusive com relação à desvalorização das terras.⁶³ Por outro lado, houve uma grande emigração de alemães. Em 1912, a população alemã na Namíbia era em torno de 13.000 habitantes. Em 1920, a população alemã na ex-colônia não chegava a 7.000 habitantes. Como as baixas dos soldados da *Schutztruppe* durante a I Guerra Mundial ficou na casa dos mil, a emigração foi a principal responsável pelo decréscimo da população alemã daquele território sob tutela sul-africana a partir de 1920.

Desde meados de 1915 houve uma dispersão da comunidade alemã do sudoeste africano. Além do retorno à Alemanha, África do Sul, Argentina, Brasil ou Estados Unidos da América foram alguns destinos alternativos. Para os que viveram a “experiência diaspórica” em território sul-africano, os primeiros anos do regresso ao sudoeste africano foram difíceis. Poucas semanas depois do seu retorno à Baía de Lüderitz, a jovem Hertha Brodersen foi para a cidade de Windhoek, onde casou-se com Edmund Manns, um ex-soldado alemão que ela conheceu durante a diáspora. Eles residiram em Windhoek por alguns anos. Ela conseguiu emprego num banco agrícola.

Uma nota do jornal local da Baía de Lüderitz informa que Hertha Manns (nascida Brodersen) retornou para a Alemanha com seus dois filhos em meados de 1921.⁶⁴ Como sócia de uma firma de comércio (Hurt & Manns) em Dresden, Hertha permaneceu quase 5 anos na Alemanha. Em 1926 retornou definitivamente para a Namíbia. Nos anos seguintes, deu a luz a mais duas crianças. Escreveu contos e crônicas para o jornal local. Em 1945, perdeu seu filho primogênito no front. Em 1957, morreu seu marido. Dois anos depois, Hertha foi enterrada no cemitério da Baía de Lüderitz, onde também se encontram outras mulheres que viveram a mesma diáspora.

Considerações finais

Após 1908, o colonialismo alemão entrava numa nova fase, não apenas pelo fim da guerra contra os grupos *herero* e *nama*, mas pela descoberta de diamantes nos areais da Baía de Lüderitz. Mas com o início da Grande Guerra em agosto de 1914, a comunicação entre metrópole e colônia seria interrompida com a ocupação sul-africana que não se fez demorar. Nas águas do Atlântico Sul, navios mercantes se fizeram raros, ao contrário dos navios de guerra e submarinos.

Da Baía de Lüderitz, centenas de homens, mulheres e crianças foram deportados para a África do Sul. As condições desse êxodo podem ser caracte-

⁶⁴Lüderitzbucher Zeitung, 24.08.1921.

⁶⁵FALKENHAUSEN, Hélène v. *Ansiedler-Schicksale. 11 Jahre in Deutsch-Südwestafrika: 1893-1904*. Swakopmund, 2000.

⁶⁶PFINGSTEN, Otto. *Das Schicksal der Else Sonnenberg im Herero-Aufstand. Das Geschehen 1904 in Deutsch-Südwestafrika*, Wendenburg: Verlag Uwe Krebs, 2004, p.49.

rizadas também como uma diáspora. Com a rendição dos soldados da então colônia alemã do sudoeste africano, em julho de 1915, os deportados civis na África do Sul puderam retornar. O retorno não significou, contudo, um regresso aos tempos de outrora. A Namíbia ficaria sob mandato britânico até 1919 e sob tutela da União Sul-Africana a partir de 1920.

A “diáspora branca” pelo Atlântico Sul tem merecido pouca atenção dos estudos pós-coloniais. No entanto, a nova historiografia sugere interpretações das relações entre gênero, “raça” e classe para além das oposições binárias como homem e mulher, europeu e africano, branco e negro ou colonizador e colonizado. O estudo da deportação de alemães para o território sul-africano em 1914 pode contribuir para enriquecer a historiografia das diásporas do século XX.

Essa experiência vivida por centenas de alemães foi precedida por outra “diáspora branca” pelo Atlântico Sul: de centenas de famílias africânderes, logo após a Guerra Anglo-Bôer. Os trajetos marítimos, a expressão demográfica e a duração dessas diásporas brancas não têm termos de comparação com a diáspora africana para as Américas. Longe de qualquer pretensão de comparar essas experiências, a proposta deste trabalho foi evidenciar uma diáspora pouco conhecida dos historiadores que trabalham com a África do período colonial.

A trajetória da jovem Hertha é um exemplo de como o imperialismo e o colonialismo não foram sinônimos de garantia ao seu projeto de vida e de tantas outras mulheres brancas. Como tantas outras mulheres alemãs que migraram para a África, Hertha teve o seu projeto de vida radicalmente alterado pela guerra de 1914. Dez anos antes, Hélène von Falkenhausen teve que deixar a Namíbia por causa de outra guerra.⁶⁵ Também a viúva Else Sonnenberg e seu filho Werner retornaram para a Alemanha em 1904. Werner Sonnenberg atravessaria ainda o Atlântico na década de 1920. Dessa vez para se estabelecer no Rio de Janeiro.⁶⁶

Os relatos de Daisy Häcklander e Lydia Höpker, para ficar em dois exemplos, também trazem vários exemplos do quanto suas trajetórias de vida foram plasmadas pelas contingências de um contexto colonial. Mesmo compartilhando das ideias e dos valores do imperialismo e do colonialismo, certas mulheres vivenciaram certas experiências de forma singular. Afinal, pertencimento étnico, social e gênero são categorias que se relacionam entre si e condicionam as experiências dos indivíduos.

As vicissitudes e mesmo algumas tragédias na trajetória coletiva ou individual de mulheres alemãs na África do período colonial, não anulam a ambivalência em suas experiências de vida. No caso do colonialismo alemão, a participação feminina tem sido alvo de estudos sob a orientação das teorias pós-coloniais.⁶⁷ Isso não significa que os estudos das diásporas possam ser reduzidos a questões de gênero e/ou de “raça”. Para além de oposições binárias e redutoras, eles invocam uma compreensão mais complexa e nuançada das relações entre grupos africanos e não-africanos na África colonial e pós-colonial.

Referências Bibliográficas

- ALENCASTRO, Luiz F. O trato dos viventes. O Brasil na formação do Atlântico. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- AUSTEN, Ralph. “The Uncomfortable Relationship: African Enslavement in the Common History of Blacks and Jews, in: ADAMS, Maurianne; BRACEY, John H. (org.) Strangers & Neighbors: Relations Between Blacks & Jews in the United States. University Massachusetts Press, 1999.
- BECHHAUS-GERST, M.; LEUTNER, Mechthild (Hg.) Frauen in den deutschen Kolonien, Berlin: CH Links Verlag, 2009.
- BRODERSEN-MANN, Herta. Wie alles anders kam in Afrika. Südwester Erinnerungen aus den Jahren 1914/1915, Windhoek, 1991.

⁶⁷ Sobre feminismo e colonialismo alemão, entre outros trabalhos, vale destacar os seguintes: WILDENTHAL, Lora. A New Colonial Femininity: Feminism, Race Purity, and Domesticity, 1898-1914, German Women for Empire, Durham: Duke University Press, 2001; DIETRICH, Anette. Weiße Weiblichkeiten: Konstruktionen von „Rasse“ und Geschlecht im deutschen Kolonialismus. Bielefeld: Transcript Verlag, 2007; BECHHAUS-GERST, M.; LEUTNER, Mechthild (Hg.) Frauen in den deutschen Kolonien, Berlin: CH Links Verlag, 2009; TODZI, Kim S. Rassifizierte Weiblichkeit. Der „Frauenbund der deutschen Kolonialgesellschaft“ zwischen weiblicher Emanzipation und rassistischer Unterdrückung. GRIN Verlag für akademische Texte, 2009.

- BRUNEAUX, Michel. *Diasporas et espaces transnationaux*. Paris: Ed. Economica, 2004.
- CHINGOTTO, Mario R. "La migración bóer en la Patagónia", *Boletín del Centro Naval*, N. 690, 1972.
- COATES, Timothy. J. *Degredados e Órfãs: colonização dirigida pela coroa no império português. 1550-1755*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, p.165.
- COHEN, Robin. *An Introduction*. New York: Routledge, 2008.
- COHEN, Robin. *Diasporas and the nation-state: from victims to challengers*. *International Affairs (Royal Institute of International Affairs)* vol. 72, No. 3, *Ethnicity and International Relations* (Jul., 1996), pp. 507-520;
- COHEN, Robin. *Global Diasporas. An Introduction*. New York: Routledge, 2008.
- D'ALMEIDA-TOPOR, Hélène. *Naissance des États Africains, XXe Siècle*. Paris: Casterman, 1996.
- DIETRICH, Anette. *Weißer Weiblichkeit: Konstruktionen von „Rasse“ und Geschlecht im deutschen Kolonialismus*. Bielefeld: Transcript Verlag, 2007.
- DRESCHER, Seymour. "The Role of Jews in the Transatlantic Slave Trade", in: ADAMS, Maurianne & BRACEY, John H. (org.) *Strangers & Neighbors: Relations Between Blacks & Jews in the United States*. University Massachusetts Press, 1999, p.106-115;
- DU TOIT, Brian. "Boer Settlers in the Southwest". *Southwestern Studies* N.101 Series El Paso, Texas: Texas Western Press, 1995.
- DU TOIT, Brian. *Colonia Boer: An Afrikaner Settlement in Chubut, Argentina*. New York: Edwin Mellen Press, 1995.
- FABER, Eli. *Jews, Slaves, and the Slave Trade: Setting the Record Straight*. New York University Press, 1998.
- FALKENHAUSEN, Hélène v. *Ansiedler-Schicksale. 11 Jahre in Deutsch-Südwestafrika: 1893-1904*. Swakopmund, 2000.
- FRIEDMAN, Saul S. *Jews and the American Slave Trade*. New Brunswick/New Jersey, 1998.
- HACKLÄNDER, Daisy. *Heute heißt dieses Land Namibia. Erinnerungen an die Pionierzeit in Süd-west Afrika*. Buchenbach, 1983.
- HENNIG, R. *Deutsch-Südwest im Weltkrieg*. Leipzig: F. A. Brockhaus, 1925.
- HOLSTEIN, Christine. *Deutsche Frau in Südwest*. Leipzig: Koehler & Amelang, 1937.
- JAEGER, Jens. *Colony as Heimat? The Formation of Colonial Identity in Germany around 1900*. *German History*, vol.27, 4, 2009.
- KESSLER, Stowell. *The Black Concentration Camps of the Anglo-Boer War, 1899-1902: Shifting the Paradigm From Sole Martyrdom to Mutual Suffering*. *Historia* 1: p.110-147, 1999.
- LENSEN, H. E. *Chronik von Deutsch-Südwestafrika*. Windhoek: Namibia Wissenschaftliche Gesellschaft, 1988.
- LEVINSON, Olga. *Diamonds in the Desert. The story of August Stauch and his times*. Capetown: Tafelberg, 1983.
- MAHARAJ, B. *The Historical Development of the Apartheid Local State in South Africa: The Case of Durban*, *International Journal of Urban and Regional Research*, n°20, p. 587-600, 1996.
- McCLINTOCK, Anne. *Couro Imperial. Raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.
- McGREGOR, Gordon. *Das Burenfreikorps von Deutsch-Südwestafrika 1914-1915*. Windhoek: Namibia Wissenschaftliche Gesellschaft, 2010.
- MEDARDUS, Brehl. "Diese Schwarzen haben vor Gott und Menschen den Tod verdient." *Der Völkermord an den Herero 1904 und seine zeitgenössische Legitimation*. in: BRUMLIK, Micha; WOJAK, Irmtrud (Hrsg.): *Völkermord und Kriegsverbrechen in der ersten Hälfte des 20. Jahrhunderts*: Campus Verlag, 2004.
- MENENDEZ, A. *La colonización bóer en la Patagónia*. *Boletín de la Academia Nacional de Historia*. XLIII, 1970.
- OELHAFEN, H. v. *Der Feldzug in Südwest 1914/1915*. Berlin: Safari Verlag, 1923.
- OLUSOGA, D. and ERICHSEN, C. *The Kaiser's Holocaust: Germany's Forgotten Genocide And The Colonial Roots Of Nazism*. London: Faber & Faber, 2010.
- PANTOJA, S. "A diáspora feminina: degredadas para Angola no século XIX (1865-1898)", *Revista Textos de História*, v.6, n.1 e 2, UnB: Brasília, 1998.
- PFINGSTEN, Otto. *Das Schicksal der Else Sonnenberg im Herero-Aufstand. Das Geschehen 1904 in Deutsch-Südwestafrika*, Wendeberg: Verlag Uwe Krebs, 2004.
- PINEAU, Marisa. "Los sudafricanos miraron al Atlántico. La migración Boer a Argentina", *II RIHA*, 1996.
- RAUTENBERG, Hulda. *Das alte Swakopmund (1892-1919)*. Neumünster: Karl Wachholtz Verlag, 1967.
- RAYNER, W. S. and O'Shaughnessy, W. *How Botha and Smuts Conquered German South West. A Full Record of the Campaign from Official Information by Reuter's Special War Correspondents*. London: Simpkin, Marshall, Hamilton, Kent & Co., 1916.
- RUST, Conrad. *Krieg und Frieden im Hererolande. Aufzeichnungen aus dem Kriegsjahre 1904*. Leipzig: Kittler Verlag, 1905.
- TODZI, Kim S. *Rassifizierte Weiblichkeit. Der "Frauenbund der deutschen Kolonialgesellschaft" zwischen weiblicher Emanzipation und rassistischer Unterdrückung*. GRIN Verlag für akademische Texte, 2009.
- USQUE, Samuel. *Consolação às tribulações de Israel*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.

Entre o domínio e o costume: ações das chefias africanas no norte de Moçambique (c.1920 - c.1940)



<http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v8i2.1616>

Fernanda do Nascimento Thomaz

Professora de História da África da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF

e-mail: fefathomaz@yahoo.com.br



<https://orcid.org/0000-0002-9826-5159>

Recebido em: 23/12/2015 – Aceito em 05/04/2016

Resumo: No final da década de 1920, tribunais coloniais específicos para os “africanos” foram instituídos em Moçambique. Em tese, as querelas existentes entre os “africanos” deveriam ser julgadas nesses tribunais, cujo funcionamento contava com a presença de chefes locais para auxiliar os administradores coloniais a gerenciar tais conflitos. Este artigo analisa as ações dos chefes locais para/no funcionamento da justiça colonial no distrito de Cabo Delgado, entre os anos de 1929 e 1940.

Palavras-chave: Moçambique; justiça colonial; chefes locais.

Abstract: In the late 1920s, specific colonial court to the “African” was established in Mozambique. In theory, the quarrels between the “African” should judge in these courts, whose operation had the presence of local chief to help colonial administrators to manage such conflicts. This article examines the actions of local chiefs to / in the functioning of colonial justice in the district of Cabo Delgado, between the years 1929-1940.

Keywords: Mozambique, colonial justice, local chiefs.

Introdução

Nos primeiros anos do colonialismo português em Moçambique, entre o final do século XIX e início do XX, intentou-se expandir os diferentes mecanismos de controle ao longo do território. A administração da justiça apresentava-se como um dos critérios mais importantes para a manutenção da soberania do Estado colonial. Ainda que as potências europeias utilizassem da força para ocupar o continente africano, tal como a prática das expedições militares, a justiça se constituía em um mecanismo importante para consolidar a ocupação e o colonialismo na região.¹ O controle judicial, mais precisamente a lei, tornou-se um instrumento fundamental para a implementação desse domínio. Antes mesmo de finalizar a ocupação do território que iria se configurar em Moçambique, um número significativo de leis e instituições foi transferido da metrópole (algumas recriadas) para a colônia.

Durante esse período, a organização da justiça colonial funcionou através de tribunais judiciais que serviam para julgar todas as pessoas existentes na colônia, de acordo com o sistema jurídico português². A dificuldade de gerenciar os conflitos ocorridos entre os africanos obrigou o governo colonial a criar uma instância jurídica diferenciada para determinados grupos de Moçambique. Na segunda metade da década de 1920, os Tribunais Privativos dos Indígenas foram criados para julgar as questões criminais, civis e comerciais entre os “africanos”³, àqueles em que o poder colonial deno-

¹MOREIRA, A. Administração da Justiça aos Indígenas. Agência Geral do Ultramar/Divisão de Publicações e Bibliografia, 1955, p. 70-71.

² Isso ocorria, especificamente, nas questões criminais no direito penal português.

³ O termo africano é utilizado com aspas neste artigo para fazer referência às pessoas consideradas como “indígenas” pelo poder colonial.

⁴ O “indígena” foi um termo sócio-jurídico criado pelos colonizadores que, muitas vezes, era apresentado com um significado pejorativo. Por esse motivo, o termo será utilizado

minou de “indígenas”⁴. Diante desse novo impulso para organizar o sistema jurídico, este artigo analisa as diferentes ações e declarações dos chefes locais no funcionamento da justiça colonial no Concelho de Pemba, no extremo norte de Moçambique, entre os anos de 1929 e 1940.

Os chefes locais e suas declarações no tribunal colonial

O Tribunal Privativo dos Indígenas funcionava com a presença de um administrador colonial, que agia como um juiz, sob o auxílio de quatro chefes “africanos”. A princípio, a função dessas autoridades africanas seria auxiliar o administrador colonial a decidir a sentença, conjugando os direitos locais com o direito português. Desses chefes locais, dois ocupavam o cargo de vogais, com voto deliberativo sobre a pena a ser aplicada ao arguido, e outros dois exerciam a função de assessores “africanos”, devendo apresentar informações sobre os costumes da região em que as partes em conflito pertencessem. Todas as ações judiciais nesse tribunal deveriam ser decididas pelo chefe administrativo. Nos casos civis e comerciais, o procedimento judicial contava com a ação exclusiva do administrador colonial, enquanto as ações criminais passavam por um processo de investigação e, no julgamento, ouviam-se os argumentos dos chefes locais.

Os Tribunais Privativos dos Indígenas foram instituídos em 1926⁵. Esses tribunais resultaram de um processo de centralização e fortalecimento do Estado Português, a partir da segunda metade da década de 1920 (Smith, 1991: 499). A dificuldade de gerenciar os conflitos existentes entre os “africanos” estimulou o governo colonial a criar instâncias diferenciadas para julgar somente essas pessoas, devendo existir em todas as circunscrições e concelhos administrativos de Moçambique, com a presença de chefes locais⁶. O interesse era aumentar o controle colonial através do discurso de respeito aos “usos e costumes dos africanos”.⁷

Mapa da Divisão Administrativa de Moçambique: época Colonial

⁵Apesar de terem sido criado em 1926, os Tribunais Privativos dos Indígenas passaram a funcionar no norte de Moçambique em 1929, com a criação da seguinte disposição jurídica: Regulamento dos Tribunais Privativos dos Indígenas. Aprovado pelo diploma legislativo de n.º 162, de 1 de junho de 1929. É possível ver também em: AHM – Administração do Concelho de Porto Amélia, Secção “F”, Justiça, cx.6-9, ano: 1929-1940, autos-crime (diversos). Além disso, vale mencionar que o Concelho de Porto Amélia também chegou a ser chamado de Concelho de Pemba.

⁶Vale destacar que a divisão territorial-administrativa da colônia de Moçambique estava organizada da seguinte forma: toda colônia era administrada pelo governador-geral, funcionando como a instância máxima; os distritos constituíam em várias instâncias regionais, sendo gerenciada pelo governo dos distritos, que, na época, havia dez áreas distritais; os concelhos e as circunscrições estavam subordinados aos distritos, de modo que os concelhos funcionavam nas áreas urbanizadas enquanto as circunscrições nas regiões mais rurais; por último, ficavam os postos administrativos, cujo controle era mais próximo das povoações africanas. Toda essa divisão territorial-administrativa seguia uma hierarquia de subordinação de poderes coloniais.

⁷THOMAZ, F. do N. Casaco que se despe pelas costas: a formação da justiça colonial e a (re) ação dos africanos no norte de Moçambique, 1894 - c. 1940. Tese de Doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2012.



THOMAZ, F. do N. *Casaco que se despe pelas costas: a formação da justiça colonial e a (re) ação dos africanos no norte de Moçambique*, 1894 - c. 1940. Tese de Doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2012, p. 21.

Mapa das circunscrições e concelhos de Cabo Delgado

⁸Regulamento dos Tribunais Privativos dos Indígenas. Aprovado pelo diploma legislativo de n.º 162, de 1 de junho de 1929.

⁹Regulamento dos Tribunais Privativos dos Indígenas. Aprovado pelo diploma legislativo de n.º 162, de 1 de junho de 1929.



THOMAZ, F. do N. *Casaco que se despe pelas costas: a formação da justiça colonial e a (re) ação dos africanos no norte de Moçambique, 1894 - c. 1940*. Tese de Doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2012, p. 28.

Em geral, os chefes locais pertenciam às proximidades regionais onde viviam o queixoso e o acusado, uma vez que em cada concelho administrativo deveria haver um tribunal privativo. Além deles, havia também a presença do escrivão e intérprete. Em teoria, o principal objetivo desses tribunais era conciliar os sistemas jurídicos “africanos” com o português, utilizando o direito local à luz do Código Penal Português.⁸ Ao mesmo tempo em que buscava atrair os “africanos” para os tribunais coloniais, tentava-se manter os instrumentos de poder portugueses nas práticas judiciárias em Moçambique. Um exemplo disso foi a participação dos chefes locais nas decisões judiciais relacionadas aos “africanos”.

No concelho de Pemba, no extremo norte de Moçambique, os assessores e vogais pertenciam as “importantes linhagens” das povoações ou possuíam um relativo prestígio entre os “africanos”. Sua importância para o domínio colonial decorria de seu poder e legitimidade no seio das povoações “africanas”. Os assessores eram escolhidos pelo presidente do tribunal entre as autoridades locais, podendo ser qualquer um que detivesse um prestígio na região. Exigia-se que a pessoa tivesse um “conhecimento das tradições jurídicas locais”, de modo que pudesse falar no tribunal sobre a relação entre a ação realizada (o delito) e os costumes daquela localidade. Os assessores tinham direito à alimentação e uma gratificação mensal fixada pelo governador-geral. Os vogais eram escolhidos por cada parte no processo, ou seja, o ofendido e o acusado tinham que escolher seus vogais. Já os vogais não recebiam gratificação.⁹ Embora muitos

¹⁰ AHM – Administração do Concelho de Porto Amélia, Secção “F” - Justiça, cx. 6 a 8, Auto-crimes (acusado: vários).

¹¹ AHM – Administração do Concelho de Porto Amélia, Secção F, Justiça, cx. 6, Auto-crime de nº X/1929 (acusado: Marrecano).

¹² AHM – Administração do Concelho de Porto Amélia, Secção F, Justiça, cx. 6, Auto-crime de nº X/1929 (acusado: Marrecano).

¹³ AHM – Administração do Concelho de Porto Amélia, Secção “F” - Justiça, cxs. 8 a 9, Auto-crimes (acusado: vários).

¹⁴ AHM – Administração do Concelho de Porto Amélia, Secção “F”, Justiça, cx. 8, Auto-crime de nº 15/1935 (acusado: Nácire Pitia).

¹⁵ AHM – Administração do Concelho de Porto Amélia, Secção “F”, Justiça, cx. 8, Auto-crime de nº 15/1935 (acusado: Nácire Pitia).

¹⁶ AHM – Administração do Concelho de Porto Amélia, Secção F, Justiça, cx. 8, Auto-crime de nº 1/1937 (acusado: Limona).

vogais fossem assessores no mesmo tribunal.

As informações apresentadas pelos assessores durante os seis primeiros anos de funcionamento do tribunal privativo de Pemba, entre 1929 e 1935, foram bastante padronizadas. Todos os assessores informaram que, no direito local, um crime de assassinato era punido com a morte do culpado, sempre relatando que em um homicídio deveria ser aplicada a pena de morte. Os vogais também apresentaram discursos padronizados em consonância com o discurso dos assessores. Em casos de homicídios, votavam quase sempre pela pena máxima.¹⁰

Podemos observar esse discurso em uma situação vivida por um homem chamado Marecano. Em 1929, os chefes locais Pira e Marie foram assessores no julgamento de Marecano. Este havia assassinado uma pessoa de nome Muzobe porque, segundo Morecano, Muzombe estava na casa de sua ex-mulher. No julgamento de Morecano, Pira e Marie declararam que o acusado teve a intenção de matar, e que, segundo seus “usos e costumes”, deveria ser aplicada a pena de morte. Os vogais foram os chefes locais Namacoma e Tarige, o primeiro por parte do acusado e o segundo como defensor da vítima. Votaram pela pena máxima, visto que “o réu teve manifesta intenção de matar a vítima quando a agrediu”¹¹. A leitura dos processos criminais existentes indica que a atuação dos vogais não se diferenciava dos assessores ao apresentar argumento e voto padronizado. Após essa parte do processo, o juiz-administrador condenou Marecano a vinte e três anos de trabalhos públicos¹². Situação similar ocorreu com Haliq, Antumane, entre outros acusados por homicídio voluntário no tribunal privativo de Pemba, durante esses seis anos. Ao longo desse período, as informações e os votos apresentados pelos chefes locais não variaram.

A partir de 1935, as afirmações dos chefes locais no tribunal privativo de Pemba passaram a não ser mais repetidas ou padronizadas. Houve uma variedade de argumentos apresentados, sempre de acordo com os casos e situações¹³. Como ocorreu no julgamento de um homem chamado Nácire Pitia, ocorrido em 8 de julho de 1935. Em seu depoimento, Nácire Pitia disse que havia discutido com sua mulher Aluna, e que em meio a exaltação ela declarou que o abandonaria para viver com um homem chamado Farege. Irritado, agrediu sua mulher com uma faca e a matou. Na audiência de Nácire Pitia, estavam presentes os assessores Pira e Levêngua, os quais informaram que nos seus “usos e costumes seria punido com a pena de morte, mas atendendo ao mau porte de Aluna, consequência de sua morte, a pena de morte seria remida pela indenização de mil escudos aos pais da Aluna”¹⁴. O presidente do tribunal fez uma declaração afirmando ser o acusado o “autor do crime previsto e punido pelo artigo 349º do Código Penal Português, condenando Márcire Pitia a vinte e cinco anos de trabalho público”¹⁵. O argumento dos assessores foi um pouco diferente dos casos acima mencionados. O comportamento da ofendida chegou a ser avaliado pelos chefes locais, considerando que o “mau porte” de Aluna resultou no assassinato.

No julgamento de Limone, ocorrido em 1937, os assessores Metica e Ingoma, apresentaram outra declaração. Limone confessou que havia espancado sua mulher, que viera a falecer logo em seguida. Os assessores Metica e Ingoma disseram que “em direito e segundo o uso indígena o réu seria condenado a entregar uma mulher da sua família à família da vítima”¹⁶. No final da audiência, o juiz-administrador condenou Limone a pena de 20 anos de trabalhos públicos. É possível perceber que as informações apresentadas pelos assessores nos julgamentos de Limone e Nácire Pitia apresentaram conteúdos diferentes sobre os direitos locais. Longe de apontar para uma homogeneidade dos grupos dessa localidade, essas declarações apresentam formatos jurídicos diferentes segundo os chefes “africanos” presentes no tribunal e, sobretudo,

¹⁷ AHM – Administração do Concelho de Porto Amélia, Secção “F”, Justiça, cx. 8, Auto-crime de nº 15/1935 (acusado: Nácire Pitia).

¹⁸ AHM – Administração do Concelho de Porto Amélia, Secção “F” Justiça, cx. 9, Auto-crime de nº XX/1939 (acusado: Limane).

¹⁹ AHM – Governo Geral, Secção: Diversos, cx. 899, s/d, Processos – distrito de Cabo Delgado e Gaza.

²⁰ ROBERTS, R. “Text and Testimony in the Tribunal de Première Instance, Dakar, during the Early Twentieth Century”. In: *The Journal of African History*. Vol. 31, No. 3 (1990), p. 455-456.

²¹ *Ibidem*.

²² *Código Penal Português*, ordenado pelo decreto de 16 de setembro de 1886. 5.ª edição. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1905. 23AHM – Administração do Concelho de Porto Amélia, Secção “F” – Justiça, cx. 6 a 9, Auto-crimes (acusado: vários).

em relação aos primeiros anos do Tribunal Privativo dos Indígenas em Pemba.

No julgamento de NácirePitia, por exemplo, os vogais Marie e Piripiri votaram pela pena de morte remissível ao pagamento de 1000 escudos à família da vítima¹⁷. O voto foi similar às informações apresentadas pelos assessores nessa mesma audiência. Geralmente, o voto dos vogais complementava ou reafirmava a declaração apresentada pelos assessores. Isso também ocorreu no julgamento de Limone em que os vogais Haba e Saíde N'tondó votaram pela condenação do acusado por se provar que matou sua mulher e, como já foi mencionado, os assessores informaram que deveria ser entregue uma mulher da família de Limone à família da vítima¹⁸. Além disso, no final da década de 1930, os assessores passaram a ser convocados com mais frequência para os julgamentos de crimes de furto e ofensas corporais, uma vez que antes sua presença era recorrente somente nos casos de homicídio.

Não podemos esquecer, todavia, que os chefes locais, como quaisquer colonizados, sentiam o peso da opressão e da coerção colonial, chegando a ter seus poderes rebaixados ou até suprimidos em decorrência das imposições de uma autoridade que se pretendia hegemônica – a colonialista. De fato, a pretensão do poder colonial não visava empoderar esses indivíduos. Para termos uma ideia, muitos chefes locais do concelho de Pemba foram substituídos pelo poder colonial durante a década de 1930. Isso porque esses chefes pertenciam à mesma linhagem e ameaçava o domínio colonialista. O que ajuda a explicar a mudança de argumentos desses “africanos” durante a década de 1930 no Tribunal Privativo de Pemba. Novos chefes locais foram impostos pela administração colonial (Alvarinho, 1991: 20-24)¹⁹. A análise dos registros judiciais (nesse caso, os processos criminais) exige relacioná-los às diferentes relações e contextos sociais, que não começa e não finaliza no tribunal. Além de ajudar compreender a realidade social de homens e mulheres em posição não privilegiada em uma sociedade, possibilita também entender sob quais parâmetros, limites e interesses determinados agentes sociais formalizavam suas narrativas orais a serem transformadas em registro judicial.²⁰

As declarações dos chefes locais nos processos criminais, à princípio, não se apresentam como uma narrativa rica, pelo fato de seguir um modelo narrativo comum no tribunal. A conformidade com o modelo narrativo, em partes, baseava-se no discurso oral que fora traduzido e transcrito pelos funcionários do tribunal.²¹ Essa transformação do oral para o escrito nas declarações dos acusados, ofendidos e testemunhas, acabava se distinguindo da construção narrativa dos assessores e vogais, devido à função que estes últimos ocupavam. De certa forma, esses chefes locais estavam à serviço da justiça colonial, e era obrigação desses “africanos” seguir a uma conformidade narrativa no tribunal. Portanto, a ação dos vogais se limitava em apenas informar se o caso era condenável ou não. Apesar de cada uma das partes escolher seu vogal, ambos vogais apresentavam uma única opinião. Quanto aos assessores, o *script* era responder as perguntas realizadas pelo administrador-juiz, que não variavam de: se delito configurava-se crime em seu costume? Qual a penalidade aplicada no direito local para esse delito? Assim, as declarações eram sucintas e objetivas.

As declarações dos chefes locais pareciam pouco interferir nas decisões do juiz-administrador. As sentenças eram elaboradas a partir do Código Penal Português de 1886, visto que nos crimes de homicídio voluntário o artigo 349º determinava que “qualquer pessoa que voluntariamente matar outra” seria punida entre 20 a 25 anos²². Nenhuma sentença proferida pelo presidente do tribunal privativo de Pemba apresentou duas

²⁴ **Estatuto Político, Civil, Criminal dos Indígenas**, decreto n.º 12.533, de 23 de outubro de 1926; Estatuto Político, Civil, Criminal dos Indígenas, decreto n.º 16.473, de 6 de fevereiro de 1929. In: **Ministério das Colônias**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1929; **Acto Colonial (Decreto-lei 22:465, de 11 de Abril de 1933)**. Nova Goa: Imprensa Nacional, 1933; **Carta Orgânica do Império Colonial Português, promulgada pelo Decreto-lei n.º 23:338, de 15 de Novembro de 1933**. Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1933.

²⁵ Essa ideia de “mito” é usada por Martin Chanock, que pode ser pensada a partir de perspectiva de invenção de tradições ou construção de uma imagem. Ver: CHANOCK, M. Neo-traditionalism and customary Law Malawi. *Africa Law Studies*. n.º 16 (1978), p. 81.

²⁶ Código Penal Português, ordenado pelo decreto de 16 de setembro de 1886. 5.ª edição. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1905.

²⁷ AHM – Direcção dos Serviços dos Negócios Indígenas, Secção “M”, Codificações de Usos e Costumes, cx. 1642, s/d, Missão Etnográfica da Colônia de Moçambique – Monografias Etnográfica da Província do Niassa (Porto Amélia); AHM – Direcção dos Serviços de Negócios Indígenas, cx. 1096, Ano: 1937, Questionário Etnográfico sobre escravidão no concelho de Porto Amélia.

²⁸ JOÃO, B. B. Abdul Kamal e a história de Chiure no século XIX e XX. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 2000, p. 48-49; HANINI, Z. M. El. Direito penal islâmico. In: Noções de direito islâmico (Sharia). Monografia apresentada ao curso de Direito. Universidade da Região da Campanha, 2007.

penas diferentes, que respeitassem o código penal e as informações dos assessores, ou mesmo que seguisse as determinações dos chefes “africanos”, ou fizesse qualquer ressalva²³. A presença dos chefes locais visava aproximar esses agentes “africanos” à administração colonial, possibilitando-os a uma suposta legitimação do tribunal colonial diante das pessoas das povoações. As informações apresentadas pelos chefes locais chegavam a ser registradas pelos administradores coloniais, como uma constatação do que era o direito dos povos colonizados.

O governo colonial interessou-se, de forma crescente, a partir do final da década de 1920, em registrar os usos e costumes dos “africanos”, que na década de 1940, traduziu-se na tentativa de elaboração dos códigos civil e penal específico para os povos de Moçambique. Diante desse interesse dos agentes coloniais, esses chefes locais não deixavam de organizar, estrategicamente, seus argumentos e suas constatações em relação aos seus hábitos e costumes locais (Coissoró, 1965-1966: 651-672)²⁴. O desconhecimento do colonizador em relação às culturas e mentalidades dos povos colonizados permitia-o a acreditar na *ciência dos assessores*, ao registrar e codificar seus costumes. Obviamente, esses chefes locais passaram a ter inúmeras restrições com o domínio colonial, entretanto, não podemos negar o aparecimento de uma multiplicidade de “mitos” originários dessas confrontações. Por um lado, havia os “mitos” dos colonizadores, voltados para legitimar seu sistema legal e sua “incorrutível” justiça como um fundamental benefício para os “africanos”. Por outro, os “africanos” respondiam com seus “mitos”, apresentando uma lei “africana”, viável, anterior à presença colonial, que sobrevivia em sua essência apesar do colonialismo como um corpo identificável de “leis tradicionais africanas”.²⁵

Tudo indica que os assessores tinham pouco interesse em relatar aspectos dos direitos locais. Cientes dos interesses dos administradores coloniais, esses chefes locais apresentavam informações que seguiam sentidos contrários aos defendidos no Código Penal Português, quando mencionavam pena de morte e retribuição da agressão sofrida²⁶. Nessa época, o direito português era contrário à pena de morte e ofensas corporais como punição. Na documentação analisada sobre a região onde estava localizado o Concelho de Pemba, foi possível encontrar informações que alegavam que, geralmente, quando ocorriam as agressões que levavam ao ferimento de alguém, o agressor deveria entregar galinhas, peças de tecidos, espingarda (de acordo com a gravidade da lesão), ao agredido ou à sua família. Caso a ofensa corporal gerasse a inutilização de alguma parte do corpo, o acusado teria que entregar ao ofendido outra pessoa para auxiliá-lo a exercer as atividades para qual passara a estar debilitado. O mesmo ocorria em caso de homicídio²⁷.

Essas formas de punição são bastante similares às apresentadas pelos assessores na segunda metade da década de 1930. Até onde foi possível perceber, o princípio da penalidade na região do Concelho de Pemba não era replicar a agressão, mas restituir o dano material e humano causado ao ofendido e à sua família. Entretanto, é importante não excluir a possibilidade de existência de replicação dos danos causados a alguém, principalmente a pena de morte. Isso porque a maior parte dos “africanos” do Concelho de Pemba era muçulmana (da escola jurídica de interpretação do Alcorão – *Shafi'ita* – imbricações culturais). A *Sharia*, o direito muçulmano, estabelece a pena de morte como punição em caso de homicídio.²⁸ Isto explica porque muitos “africanos” poderiam procurar a justiça colonial como forma de amenizar a penalidade a ser sofrida localmente. Ou mesmo, a própria noção dos chefes locais de que os administradores não as aplicariam.

Ainda na época colonial, o português Narana Coissoró chegou a informar que:

²⁹COISSORÓ, N. O julgamento das questões gentílicas. In: Cabo Verde, Guiné, São Tomé e Príncipe. Curso de Extensão Universitária, Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, ano letivo 1965-1966, p. 664-665.

³⁰AHM – Administração do Concelho de Porto Amélia, Secção “F” - Justiça, cx. 6 a 9, Auto-crimes (acusado: vários).

³¹Um tipo de jogo de cartas.

³²AHM – Administração do Concelho de Porto Amélia, Secção “F” - Justiça, cx. 9, Auto-crime de nº 10/1939 (acusados: Saide Tuacale, Sefo Sualé, Boangaze e Atibo Suamudo).

³³COISSORÓ, 1965-1966, p. 660-662.

³⁴Adriano Moreira, posteriormente, assumiu o Ministério do Ultramar entre 1961 e 1963.

³⁵MOREIRA, A. Administração da Justiça aos Indígenas. Agência Geral do Ultramar/Divisão de Publicações e Bibliografia, 1955, p. 114-115.

³⁶COISSORÓ, 1965-1966, p. 660-662.

O sistema de assessores dava mostras da sua ineficácia: os assessores eram quase invariavelmente chefes políticos que, por ordem da administração, tinham de intervir no julgamento das questões que antes constituíam a prerrogativa dos chefes de aldeia ou chefes de família, e este facto criava atritos entre estes e aqueles.²⁹

É importante considerar a existência dos possíveis conflitos gerados nas povoações a partir da inserção das chefias locais nos tribunais privativos. Muitas das declarações refletiam disputas existentes entre os próprios africanos. Argumentos que tendiam mostrar que somente esses chefes possuíam o monopólio da violência, ou rebaixar a posição das mulheres em sua sociedade, entre outros. Essas informações apareciam sempre de forma implícita em suas declarações³⁰.

Alguns argumentos chegavam a fazer críticas ao sistema colonial. Podemos observar isso, em 1939, no julgamento de SaideTuacale, SefoSualé, Boangaze e AtiboSuamudo, acusados de estarem envolvidos em um roubo para pagar a dívida adquirida por um deles (SaideTuacale) no jogo Batota³¹. No julgamento, os assessores declaram que:

segundo os costumes gentílicos, o roubo foi sempre condenado com severidade e que o jogo é recente consequência da civilização e que devesse também ser sempre punido com muita severidade pois que um jogador nunca pode ser um homem honesto. Com os poucos recursos, o indígena pode ganhar para se alimentar, para se sustentar e para pagar os seus impostos, pouco lhe podendo restar para o supérfluo portanto se joga não póde alimentar-se, vestir-se e pagar os seus impostos e é um desgraçado ou então tem que roubar.³²

Essa declaração faz críticas explícitas à administração colonial e às consequências da chamada “civilização”. A informação é evidente, o vício do jogo não era uma prática existente antes da presença colonial, e com o pouco que o “africano” ganhava era possível garantir o mínimo para se alimentar e sustentar as obrigações exigidas pelos colonizadores. Ou seja, a condição e o vício vivido pelos “africanos” eram frutos do colonialismo. Esses chefes locais tinham consciência dos interesses dos administradores coloniais e do seu papel nos tribunais privativos.

Alguns autores portugueses que escreveram sobre a administração da justiça aos “africanos” fizeram críticas à contribuição dos chefes locais nos tribunais coloniais. O intelectual NaranaCoissoró discutiu sobre a ineficácia da utilização dos assessores nos tribunais privativos, defendendo que era um “contrassenso” pedir às autoridades “africanas” para que não “apliquem o seu próprio direito porque é contrário aos bons costumes”.³³ O colonialista e intelectual Adriano Moreira³⁴ reafirmou essa ideia, ao alegar que seria vantajoso substituir os vogais porque “nenhuma colaboração útil traziam ao tribunal”.³⁵ Em tese, os tribunais privativos serviriam como uma tentativa de recuperação de uma espécie de juízes ou conselheiros e júris “africanos”, através da presença dos assessores e vogais, que representariam a justiça nos moldes antigos. Assim, o administrador deveria intervir somente para sancionar a decisão tomada pelas “chefias africanas”, juntando os direitos locais e o português. A princípio, isso resolveria o problema relacionado à administração da justiça aos “africanos”. Entretanto, seguindo nas palavras de NaranaCoissoró, “se verificou que o sistema não tinha potencialidades suficientes para se mostrar eficiente”.³⁶ Por um lado, a sentença nos tribunais privativos era monopólio do administrador-juiz, com pouca interferência dos chefes locais. O que a administração colonial chamava de respeito aos usos e costumes não correspondia às práticas no tribunal privativo em Porto Amélia. Por outro, os chefes locais estavam cientes de seus espaços

³⁷ **Regulamento dos Tribunais Privativos dos Indígenas.** Aprovado pelo diploma legislativo de n.º 162, de 1 de junho de 1929.

³⁸ **Regulamento dos Tribunais Privativos dos Indígenas.** Aprovado pelo diploma legislativo de n.º 162, de 1 de junho de 1929.

³⁹ Porto Amélia era a sede colonial do distrito de Cabo Delgado.

⁴⁰ AHM – Administração do Conselho de Porto Amélia, Secção F, Justiça, cx. 6, Auto-crime de n.º 15/1931 (acusado: Mussa Ibraimo).

⁴¹ AHM – Administração do Conselho de Porto Amélia, Secção F, Justiça, cx. 6, Auto-crime de n.º

de autonomia ao efetivar a interseção entre os direitos locais e o português.

Os tentáculos do colonialismo nas povoações

Contudo, os Tribunais Privativos dos Indígenas não foram de todo ineficazes para o sistema colonial português. O principal papel das chefias “africanas” para a justiça colonial não estava nos tribunais. Havia um incentivo para que os chefes locais estendessem os tentáculos da justiça colonial dentro das suas próprias povoações. Portanto, as ações jurídicas e policiais nas povoações “africanas” deveriam ser exercidas pela chamada “autoridade judicial indígena” – cargo ocupado pelos chefes locais e seus auxiliares. Nos casos de crimes de pequeno agravo, essa autoridade teria que apresentar a “narração circunstanciada do facto”, intimar o acusado e as testemunhas, podendo fazer qualquer “exame directo” e explicar ao acusado o crime que havia cometido. No caso de crimes que correspondessem a penas mais graves, a “autoridade judicial indígena” deveria fazer o corpo de delito para averiguar o ocorrido, podendo ser realizado, juntamente, com outro chefe local de região diferente. O artigo 41º do Regulamento dos tribunais privativos dos indígenas estabelecia que:

Concluído o corpo de delito será o processo concluso à autoridade judicial indígena, que em despacho relatará o crime com todas as circunstâncias que o revestirem e fará a sua classificação, indicando os artigos respectivos da lei penal que lhe são aplicáveis, e ordenará a prisão dos criminosos, se ainda não estiverem presos.³⁷

Nas primeiras 24 horas de prisão, o acusado deveria ser interrogado pelo chefe do posto administrativo e indicar as testemunhas necessárias. As testemunhas indicadas pelo acusado e pela “autoridade judicial indígena” teriam que ser ouvidas pelo administrador colonial³⁸. Ou seja, essa autoridade exercia a função policial e de oficial de diligência, para a justiça colonial, dentro da sua povoação.

Foi desse modo que Mussa Ibraimo chegou a ser julgado no tribunal privativo de Pemba. Na tarde do dia 17 de novembro de 1931, Mussa Ibraimo procurou o seu companheiro de trabalho chamado Abujade para pedir-lhe que devolvesse os 5 escudos que estava lhe devendo. Abujade respondeu que não possuía o dinheiro naquele momento e quando chegassem a Porto Amélia³⁹ lhe pagaria. Segundo o depoimento de Mussa Ibraimo, Abujade deu-lhe um soco e uma paulada no braço após respondê-lo. Com isso, os dois caíram no chão a lutar. Enquanto outro colega de trabalho segurava Abujade, com o intuito de apartá-los, Mussa puxou a navalha e fez dois ferimentos em Abujade. No dia seguinte, o chefe local Nampuipui, residente na mesma povoação que Mussa Ibraimo, em M'rebué, compareceu na administração do Concelho de Pemba, em Porto Amélia, para fazer a denúncia do que havia ocorrido. Na denúncia, declarou que “um polícia de sua área prendeu o indígena Mussa” e que estava entregando Mussa Ibraimo para ser preso⁴⁰. Informou também que transportou o ferido para o hospital e que poderia apresentar os nomes das testemunhas.

Talvez seja um ótimo ponto de partida para esta discussão lembrar a situação vivida por Marecano. Marecano entregou-se, diretamente, no posto administrativo de Metuge, no Concelho de Pemba. Mas o cabo da terra, chamado Barama, da mesma povoação de Marecano, foi uma das testemunhas do caso e chegou a declarar:

Que quando se deu o crime não estava na povoação de Mareja, mas que um cipai lhe dissera que o chefe de M'tuge o chamava e bem assim todos os régulos da povoação; chegado ao posto, viu que o indígena Marecano já lá se encontrava e lhe ouviu dizer que quem tinha morto o indígena Muzobe tinha

³⁷ AHM – Administração do Concelho de Porto Amélia, Secção “F”, Justiça, cx. 8, Auto-crime de n.º 15/1935 (acusado: Nácire Pitia).

³⁸ Regulamento dos Tribunais Privativos dos Indígenas. Aprovado pelo diploma legislativo de n.º 162, de 1 de junho de 1929.

³⁹ AHM – Administração do Concelho de Porto Amélia, Secção “F” Justiça, cx. 9, Auto-crime de n.º 10/1939 (acusados: Saide Tuacale, Sefo Sualé, Boangaze e Atibo Suamudo).

sido ele próprio Marecano.⁴¹

Os chefes locais e os “cabos da terra” (os policiais locais) constituíam a “autoridade judicial indígena”, que deveria prestar informações e fazer as diligências acerca do delito ocorrido. No caso de Mussa Ibrahim, o chefe Nampui e seu cabo da terra não somente o prenderam, mas também fizeram a denúncia e a diligência. Enquanto a situação de Marecano foi um pouco diferente, os chefes locais e os cabos da terra tiveram que ser convocados pelo administrador colonial para iniciar a diligência. Uma situação similar ocorreu com NácirePitia que se entregou à secretaria do posto administrativo de Mente, embora tenha chegado acompanhado do chefe local de sua povoação⁴².

A “autoridade judicial indígena” também deveria auxiliar no processo judiciário dos tribunais privativos. Apesar de os deveres desses agentes locais estarem determinados no Regulamento dos tribunais privativos dos indígenas, sua função não é apresentada de forma explícita. Curioso é que não há uma definição, nesse regulamento, sobre o que se considerava “autoridade judicial indígena”, de modo que o termo aparece juntamente com suas atribuições. Nos processos criminais não há nenhuma referência a esse termo⁴³. De qualquer forma, como foi possível verificar pela leitura dos processos, essa autoridade era a extensão da tentativa de controle colonial sobre as povoações. Incapaz de exercê-la através dos administradores, o governo colonial buscou o auxílio das autoridades locais. Além disso, os instrumentos repressivos não funcionavam somente pela força, mas também pela divisão de funções entre determinadas pessoas que possuíam um reconhecimento local.

Afinal, quem exatamente eram esses indivíduos que faziam toda essa diligência para a administração colonial? A maior parte das pessoas que constituía a “autoridade judicial indígena” foi assessora no tribunal privativo ou chefes locais que possuíam boas relações com os administradores coloniais. Obviamente que não chegou a ser simples recrutar pessoas que auxiliassem no processo de investigação nas povoações. Os chefes locais ou seus cabos da terra faziam a maioria das denúncias. Pira foi um chefe da povoação de Paquitequete e a autoridade que mais denunciava pessoas ao concelho administrativo de Pemba nos seis primeiros anos de funcionamento do tribunal privativo. Nos cinco anos seguintes, Saíde N’tondó, também de Paquitequete, chegou a ser o chefe local que mais denunciava delitos ocorridos em sua povoação, e geralmente capturava seus autores. Em casos de roubo, era comum o ofendido

fazer a denúncia ou a queixa, e os chefes locais passavam a estar incumbidos de entregar os acusados à administração colonial. Saíde Tuacale, Sefo Sualé, Boangaze e Atibo-Suamudo foram denunciados pelo ofendido Honório José Barbosa, mas Saíde N’tondó os capturou na povoação, sendo assessor no julgamento⁴⁴. Os chefes locais exerciam um papel fundamental para o funcionamento dos tribunais privativos. Ainda que o cargo dos assessores e dos vogais parecesse meramente figurativo no julgamento, essas mesmas pessoas passavam a exercer um importante papel para a máquina colonial, já que não somente denunciavam e investigavam casos criminais, mas também cobravam impostos e faziam recrutamento de trabalhadores.

Podemos questionar o caráter meramente figurativo que essas pessoas pareciam realizar no Tribunal Privativo dos Indígenas de Porto Amélia. Já que em muitos casos, os chefes locais atuaram como os primeiros instrutores da justiça colonial ou mesmo como os denunciadores junto às autoridades administrativas coloniais. Ou seja, sua participação na gestão da justiça colonial nas povoações foi de fundamental importância como também permitiu que eles obtivessem certa margem de manobra nas relações coloniais. O que podemos perceber é que essas “autoridades judiciais indígenas” tinham um papel importante tanto na fase prévia quanto na instauração do processo.

⁴⁵Vale mencionar que a unidade administrativa do governo colonial mais próxima dos “africanos” era o posto administrativo, que estava diretamente subordinado ao concelho ou circunscrição. Como o tribunal privativo funcionava nos concelhos ou circunscrições, os chefes dos postos deveriam se responsabilizar por receber as queixas, fazer o auto de notícia, inquirir e intimar as testemunhas. Por esse motivo que o administrador do concelho de Pemba fez a reclamação com o chefe do posto de Ancuabe.

⁴⁶AHM – Administração do Concelho de Porto Amélia, Seção “F” Justiça, cx. 8, Auto-crime de nº 1/1936 (acusado: Puétane).

⁴⁷Regulamento dos Tribunais Privativos dos Indígenas. Aprovado pelo diploma legislativo de nº 162, de 1 de junho de 1929.

⁴⁸Esses mesmos chefes locais recrutavam mão de obra em sua povoação, bem como recolhiam impostos para administração colonial. A atividade de “autoridade judicial indígena” estava ligada ao papel de recrutador de mão de obra e de recolhedor de impostos.

Apesar dessa tentativa de controle dos “africanos” através das autoridades locais, as informações que chegavam aos administradores coloniais poderiam ser ocultadas ou alteradas. Os chefes locais poderiam driblar o procedimento judicial dos tribunais privativos sem que os administradores coloniais percebessem ou mesmo com a concordância deles. Em dezembro de 1936, o presidente do Tribunal Privativo dos Indígenas de Pemba, José Joaquim da Silva e Costa, enviou um ofício ao chefe do posto administrativo de Ancuabe informando a existência de várias irregularidades em um processo criminal. Entre as muitas reclamações, declarava que nenhuma testemunha foi interrogada sobre o seu grau de parentesco, amizade ou inimizade, em relação à vítima ou acusado⁴⁵. Reclamava-se que Mateiane, que era esposa de um acusado no tribunal privativo, chamado Puétane, foi inquirida como testemunha. Puétane havia assassinado outro homem por ciúme de Mateiane. Segundo o Regulamento dos tribunais privativos dos indígenas, Mateiane deveria ser inquirida como declarante e não como testemunha⁴⁶. O artigo 59.º determinava que:

Não serão inquiridos por testemunhas, podendo, porém, ser-lhes tomadas declarações, os ascendentes, descendentes, irmãos, afins no mesmo grau e marido e mulher de alguma das partes, nem os que participarem os crimes às autoridades indígenas, nem suas mulheres e maridos, nem o intérprete das testemunhas já inquiridas⁴⁷.

As testemunhas deveriam ser perguntadas pelos seus nomes, sobrenomes, alcunha, estado civil, idade, profissão, morada, se eram criados, domésticos, parentes de alguma das partes e se lhes tinham amizade ou ódio, tendo que ser registradas todas essas informações. A irregularidade tornou-se normalidade nos autos criminais do tribunal privativo de Pemba. Em todos os processos, as perguntas mais recorrentes eram nome, estado civil, profissão, origem, morada e idade. Alguns perguntavam se a pessoa pagava imposto e tinha filhos. Geralmente, não inquiriam sobre o parentesco ou relações entre as testemunhas e os acusados ou os ofendidos. Na maioria dos casos criminais, as testemunhas foram familiares ou possuíam relações próximas com o acusado ou o ofendido. Isso porque nas povoações, comumente, viviam pessoas da mesma linhagem, podendo ser filhos, sobrinhos, primos, pais, avôs, entre outros. Portanto, exigir uma imparcialidade nas ações judiciais pelo distanciamento do parentesco faria surgir muitos processos criminais sem testemunhas. Ou seja, um regulamento elaborado a partir da experiência europeia e urbana obrigava a “autoridade judicial indígena” e colonial a usar de certos mecanismos de adaptação, ou na letra fria da lei de cometer irregularidades⁴⁸.

Um exemplo mais evidente da autonomia dessas chefias locais era que muitos delitos continuavam a ser julgados na povoação. Somente alguns casos de homicídio, ofensa corporal, furto e envenenamento chegavam a ser denunciados à justiça colonial. A situação vivida por Raibo possibilita-nos compreender como alguns casos apresentados a essa decisão local da povoação chegavam a ser julgados pela justiça colonial. Raibo teve sua querela gerenciada pelo chefe de sua povoação, porque fora acusado de ter tido “relações sexuais ilegais” com uma menina. O chefe local Namsure o condenou ao pagamento de 100 escudos à família da ofendida, devendo realizá-lo em 4 dias após a decisão. Em 26 de julho de 1938 foi feita uma queixa contra Raibo que informava o seguinte:

O indígena de nome Tauria, de trinta anos de idade prováveis, filho de Sahara e de Canetane, natural de [Nanlinle] e morador em Nurripa, de que sendo ajudante do regulo Namsure, e tendo ontem da parte da tarde seriam cerca de quinze horas, indo à casa do indígena de nome Raibo, também mo-

⁴⁹AHM – Administração do Concelho de Porto Amélia, Secção “F” Justiça, cx. 9, Auto-crime de nº 1/1938 (acusado: Raibo). Cabe ressaltar que “milando” era as querelas existentes entre os “africanos”.

rada em Nurripa a fim de o intimidar a pagar um milando que com este tinha resolvido segundo os seus usos e costumes, o Raibo, recosou-se a pagar e pegando em uma faca agrediu com ela o queixoso, resultando-lhe da agressão ficou com um golpe no braço direito, outro na palma da mão esquerda e outro na testa, pelo que seguiu para o hospital desta Vila onde ficou em tratamento.⁴⁹

Em qualquer sociedade, a conciliação jurídica nem sempre é possível, podendo as soluções serem impostas pelo mais “forte” ao mais “fraco”. A discussão conciliatória justificava-se pela percepção mútua de igualdade, não eximindo a preponderância de seu caráter parcial. A moralidade e os direitos são disputados entre grupos, gerações, assim como as leis e os tipos de acordos são definidos por estes embates.

A situação vivida por Raibo mostra várias questões interessantes, das quais serão destacadas duas: que os chefes locais continuavam a gerenciar os conflitos entre as pessoas de sua povoação; e que alguns litígios chegavam a ser julgados pela justiça colonial através de descontentamentos da justiça local. Muitas vezes, as mesmas causas eram julgadas nos dois órgãos jurídicos. Por um lado, os “africanos” confiavam em suas leis e métodos judiciários. Por outro, os “africanos” também discordavam dos procedimentos judiciais de suas povoações, às vezes desejando vingança ou compensação. Provavelmente, a agressão de Raibo e o ingresso de Tauria no hospital possibilitaram a transferência do caso para o tribunal privativo. Contudo, podemos perceber o quanto existia trânsito entre essas duas justiças e que esse trânsito funcionava de acordo com as ações e as pretensões dos “africanos”.

Considerações finais

Sem dúvida, os portugueses não estavam interessados em compreender as leis “africanas”, o principal objetivo era impor a ordem. Muitos agentes coloniais acreditavam numa “benéfica justiça” que estabilizaria e legitimaria sua autoridade (Chanock, 1978:86). Ao mesmo tempo em que as autoridades locais deveriam servir como correia de ampliação do domínio colonial, buscou-se estender e fortalecer tal controle com o discurso de crescente respeito aos usos e costumes dos povos colonizados. Com a instalação dos Tribunais Privativos dos Indígenas, a exigência era a expansão dos instrumentos de controle colonial, que pudessem submetter todas as povoações de Moçambique.

Mas, de fato, a ação jurídica não está isenta do peso social, não havendo doutrinas e regras independentes dos anseios sociais. Por isso, houve uma tentativa de atrair os “africanos” para essa instância jurídica colonial e de atribuir inúmeras funções aos chefes locais. Estes últimos passaram a ocupar uma posição intermediária entre o domínio colonial e à sua povoação, que sem dúvida se constituiu em uma posição de poder. O lugar de prestígio e de controle que essas chefias locais assumiram permitiu que esses indivíduos forjassem suas ações junto às instituições coloniais, devido a fundamental relevância dos seus serviços para o funcionamento do colonialismo. A fragilidade política e judiciária da ação colonial no norte de Moçambique criou brechas para as múltiplas ações desses “africanos”. Eles não apenas colaboravam, como também resistiam e negociavam com a estrutura colonial.

O que nos permite perceber como esses “africanos” produziam sua própria história, registrada nos documentos judiciais através das declarações concedidas quando exerciam as funções de vogais ou assessores. Esses documentos não serviram somente como registro da imposição e representação da autoridade colonial, funcionou também como um apontamento do desafio e da resistência de muitos “africanos” diante da necessidade de apresentar seus testemu-

⁴⁹MOREIRA, 1955, p. 73-74.

As Luzes se acendem em África: Viagens Filosóficas de um Naturalista Luso-Brasileiro em Angola (1783-1808)

 <http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v8i2.1511>

Marcio Mota Pereira

Doutorando em História pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

e-mail: drmmota@yahoo.com.br

 <https://orcid.org/0000-0002-7698-6270>

Recebido em: 18/04/2015 – Aceito em 10/06/2015

Resumo: O artigo em questão pretende elucidar as ações de exploração e de pesquisas filosóficas desenvolvidas pelo naturalista luso-brasileiro Joaquim José da Silva, em Angola. Pretende-se também, enquanto objetivo, trazer suas viagens à luz não apenas do desenvolvimento das ciências naturais nos territórios ultramarinos lusos, mas verificar como aquele profissional foi aproveitado em África no intuito de expandir e consolidar os conhecimentos geográficos dos sertões de Angola daquela colônia.

Palavras-chave: Joaquim José da Silva – Viagens filosóficas – Angola.

Abstract: This article shows the exploration shares and philosophical research developed by the Luso-Brazilian naturalist Joaquim José da Silva in Angola, Africa. It is also intended as objective, bring your travels with regard not only the development of natural sciences in Portuguese overseas territories, but see how that professional was seized in Africa in order to expand and consolidate the geographical knowledge of the interiors of that colony.

Keywords: Joaquim José da Silva – Philosophical travels – Angola.

Introdução

Uma síntese das luzes

O século XVIII é tido no âmbito da história cultural como aquele em que seria consolidada, sobretudo no continente europeu, uma nova perspectiva de mentalidade, a qual buscava cada vez mais utilizar da razão em detrimento do tradicional pensamento religioso cristão, ações que *à posteriori* receberiam a denominação de Iluminismo, ou simplesmente Luzes.

A “introdução” das Luzes em Portugal é comumente representada pelas mudanças coordenadas por Dom José I e por seu Secretário de Estado, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, os quais foram responsáveis por diversas transformações nos cenários político, social e cultural do Reino. A expulsão da Companhia de Jesus de Portugal e de seus domínios d’além-mar, assim como a reforma da Universidade de Coimbra, são apenas alguns dos exemplos da nova política que o Estado buscava implementar em seus territórios.¹

Através do processo de laicização imposto naquela instituição de ensino e pela difusão dos conhecimentos técnicos e pragmáticos ali construídos, a Coroa Portuguesa

¹A historiografia há até alguns anos vinculava a introdução Iluminismo na Península Ibérica como algo tardio sendo todo esse cenário resultado, dentre outros fatores, das ações religiosas da Companhia de Jesus e da própria Igreja Católica assim como por uma suposta crença maior nas coisas de Deus em detrimento de explicações físicas para os fenômenos do cotidiano. Estudos mais recentes como aqueles realizados por Pedro Calafate (1994), Flávio Rey de Carvalho (2008) e Júnia Ferreira Furtado (2012) apontam que não apenas as ações advindas das esferas religiosas contribuíram para a consolidação desse quadro, mas a própria historiografia portuguesa ao considerar sua intelectualidade setecentista atrasada em detrimento das outras Nações europeias.

pretendia propor um redirecionamento das ações econômicas do Reino, de modo que outras esferas, que não as tradicionais ações comerciais e mineralógicas, principalmente aquelas relacionadas a cada vez mais debilitada produção de ouro da América portuguesa, passassem a gerar as fazendas de que tanto necessitava o Reino.

No tocante à Universidade de Coimbra, as reformas consistiam não apenas em vetar o excesso das aparências religiosas que configuravam o ensino da instituição, mas também em profissionalizá-la de acordo com os princípios das Luzes. Para isso, foram criados novos cursos como Filosofia e Matemática; o corpo docente foi reestruturado sendo contratados vários professores, muitos deles estrangeiros, alguns dos quais já atuavam em Portugal, no Colégio dos Nobres; e, por fim, foi realizado o aparelhamento tecnológico da Universidade com a criação dos laboratórios de Química, Física, das salas de aulas apropriadas para o estudo da anatomia e também do jardim botânico, destinado a aclimatar e multiplicar as espécies botânicas exóticas oriundas das colônias e de outras Nações.

Em consonância com todas estas mudanças, a inserção dos filhos das elites coloniais que estudavam em Coimbra nas esferas políticas era de fundamental importância. Quando estes estudantes concluíssem seus respectivos cursos, poderiam atuar junto ao Estado luso, aplicando os conhecimentos adquiridos na Universidade, fosse na metrópole ou nas colônias, nas mais diversas funções, desde a administração pública até no âmbito das indagações filosóficas.

Este artigo tem por objetivo apresentar um distinto fragmento do panorama situacional das pesquisas envolvendo a história natural e a produção do conhecimento nos domínios portugueses no final do século XVIII, mais especificamente na Capitania-Geral do Reino de Angola. Descortina-se enquanto personagem principal de todo este teatro de operações o naturalista luso-brasileiro Joaquim José da Silva.

Joaquim José da Silva teria nascido por volta de 1755, no Rio de Janeiro (SIMON, 1983, 79). Em Portugal, concluiu na Universidade de Coimbra os cursos de Matemática e Medicina em 1774 e 1777, respectivamente.² Em seguida, passou a trabalhar no Jardim Botânico e no Museu da Ajuda, em Lisboa, como auxiliar do professor paduano Domingos Vandelli (Lente das Cadeiras de Química e Física da Universidade de Coimbra), onde teve a oportunidade de atuar em conjunto com os também alunos e futuros naturalistas Alexandre Rodrigues Ferreira, João da Silva Feijó e José Vieira Couto, dentre outros.

Enquanto atividades de adestramento, Vandelli organizou pequenas expedições no território português ibérico. As Serras da Estrela e de Gerês foram, pois, constantes cenários de pesquisas tanto para estes naturalistas quanto para outros que continuariam a ser enviados aos mais distantes domínios do Império ao longo das décadas de 1780 e 1790.³ Os trabalhos de pesquisa de campo eram complementados com estudos desenvolvidos na Casa do Risco, aparelho que se enquadrava enquanto instituição escolar de desenho e pintura do Complexo d'Ajuda.⁴

As viagens filosóficas de Joaquim José da Silva em Angola

O período de Joaquim José da Silva como homem letrado a serviço de Portugal tem início no ano de 1783, com sua partida da Corte lisboeta em direção à Angola, e termina em 1813, ano do seu falecimento. Joaquim foi, dentre os outros letrados, aquele que mais tempo viveu naquele continente. Partilhou, assim como seus congê-

² ANAIS da Biblioteca Nacional. Estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra, p. 154.

³ Joaquim Velloso de Miranda, já enquanto professor em Coimbra foi um dos que utilizaram estes ambientes enquanto "laboratórios naturais" para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de técnicas de pesquisa, classificação e de coleta de exemplares dos três reinos. José Álvares Maciel, também naturalista, graduado em Coimbra e que esteve envolvido nas ações de sedição em Minas Gerais no final do século em questão também desenvolveu pesquisas relacionadas aos minerais, à botânica e à química na Serra da Estrela, tendo este por acompanhante um auxiliar arborista. In: CRUZ, Lúcia - Domingos Vandelli, alguns aspectos da sua actividade em Coimbra, p. 15. Ressalta-se que a Serra da Estrela, mais do que a Serra de Gerês, apresentava-se enquanto cenário de fácil acesso aos pesquisadores pois está situada há pouco mais de 100 km a Leste de Coimbra em detrimento da outra, mais ao norte do território português, já na divisa com a Espanha.

⁴ Mais informações sobre a Casa do Risco podem ser encontradas em MOUTINHO, Lúcia Amorim. A produção iconográfica de Ângelo Donati no contexto ilustrado português, p. 32; e em CORREIA, Patrícia Cardoso. Cronologia: Marquês de Pombal (1699-1782), s/p.

⁵ Apesar de estarem aptos a desenvolver as atividades de pesquisa para as quais foram preparados, é necessário ressaltar que a aquisição de uma formação em Coimbra era um diferencial pelo qual o Estado Português primava também para seu corpo burocrático. Apesar de serem preponderantes os ensinamentos de filosofia, química e matemática, o formando em Coimbra era considerado um personagem diferenciado no seio social português, tido enquanto membro da elite intelectual e administrativa do Império.

neres, não apenas das atividades de pesquisa que lhe eram atribuídas, acumulando também cargos e encargos – ele atuou como agente da administração pública e representante do Estado português naquele território.⁵ Apesar da atividade fim de Joaquim ser a de viajante naturalista, e de ter sido reconhecido à sua época como letrado que muito contribuiu para o desenvolvimento das ciências portuguesas, o naturalista, assim como alguns de seus pares, se deixou seduzir pelos cargos, benesses e mercês da administração pública, ascendendo ano após ano a complexa teia burocrática do Estado luso em detrimento das pesquisas científicas.

Compunham a equipe de Joaquim quando de sua saída de Lisboa dois auxiliares; o *riscador* e naturalista italiano Ângelo Donati, membro da equipe de Vandelli em Lisboa, e o jardineiro português José Antonio.⁶ Em relação ao trato de Joaquim para com seus subordinados, Pereira (2002, 35) levanta a hipótese de ter havido entre os mesmos algum desentendimento, pouco tempo depois de desembarcarem em Angola, de modo que o relacionamento profissional entre todos eles foi rompido. Donati, em certo momento, teria acusado Joaquim “de ter partido em explorações deixando-o para trás a morrer” (PEREIRA, 2002, 35).⁷ Patata (2003: 982), por sua vez, supõe que a morte de Donati não tardou a acontecer pois teria adoecido gravemente “no dia seguinte ao desembarque em Luanda, ainda em 1783, falecendo poucos dias depois”.⁸ Ou seja, pouco após seu desembarque em Angola, Joaquim já se via desprovido de seu riscador tendo que sair em expedições apenas com o apoio direto de José Antônio. Esse, por sua vez, viria a falecer “no Sertão de Massangano” em decorrência de “humas febres” pouco mais de ano após o desembarque.⁹

Como de costume, as pesquisas de Joaquim começaram após sua partida de Lisboa. O litoral africano, para muitos ainda desconhecido, era vislumbrado como um primeiro cenário a ser explorado, ainda que não fosse o preferido dos naturalistas.¹⁰ Durante esse trajeto, Joaquim não se comportou diferentemente de seus pares. Mal partiu de Lisboa e já estava a escrever sobre as novas espécies encontradas no Oceano Atlântico. Apenas o riscador “Antonio José representou nove espécies de peixes oceânicos em cinco estampas coloridas durante a travessia oceânica que durou 146 dias de Lisboa a Angola [Benguela].”¹¹

Uma vez no território angolano, Joaquim foi “*mandado a Cabinda Como pê de Reconhecer a pedra q’ servido à construção das Muralhas daquela Fortaleza.*”¹² E já na primeira missão o naturalista vislumbrava que sua permanência em Angola não seria por demais proveitosa no âmbito acadêmico haja vista as inúmeras atividades técnicas que lhe eram atribuídas:

“Achando eu esta em sitio ja se vê, q’ eu não havia de Ser senhor de passear o pays p.a Colher o q’ houvesse, e se p.r m.a Curiozidade eu não me houvesse de caminho internado pello Sertão do [Dandem.to] menos Colheria Coiza alguma: o q’ me não Aconteceo; pois alli Reconheci a Mina de Petroleo, fis tirar a desenho a desembocadura daquelle Rio, e depois mesmo em Cabindo Colhi algumas plantas q’ fis dezenhar, e hum peixe, o q’ tudo vindo p.a Luanda Remeti Com algumas Coizas mais q. tinha”.¹³

De volta à São Paulo de Luanda, em questão de pouco tempo novamente Joaquim encontrar-se-ia afastado para os lados dos sertões de Massangano:

⁶Uma das cartas de Ângelo Donati enviadas de Angola à Corte dando conta de suas pesquisas pode ser encontrada digitalizada in loco no seguinte endereço eletrônico: Carta para Júlio Mattiazzi, datada de 10 de Setembro de [17]83, S. Filippo di Benghela [Benguela, Angola]. Manuscrito, 4 p. Arquivo histórico do Museu Bocage (Museu Nacional de História Natural, Universidade de Lisboa), CN/D-6.

⁷PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. Um jovem naturalista num ninho de cobras: a trajetória de João da Silva Feijó em Cabo Verde, em finais do século XVIII, p. 35.

⁸A ilustração supostamente desenhada pelo riscador Donati, a qual retratava o naturalista Joaquim e o próprio Donati, ambos realizando pesquisas científicas às margens do rio Dande, em Angola, apresenta-se como um grande contrassenso diante do anúncio de seu falecimento após seu desembarque naquela colônia. Tal imagem pode ser encontrada em SIMON, W. J. Scientific expeditions in the Portuguese Overseas Territories. 1783-1808, p. 1.

⁹BNRJ. Correspondência de Alexandre Rodrigues Ferreira, I-21, 2, 19, XXIV. Carta de Joaquim da Silva para David José, Luanda, 21 de maio de 1785. Transcrito em SIMON, W. J. Scientific expeditions... p. 151. O falecimento de Donati após seu desembarque em Angola também é apontado por Lúcia Amorim Moutinho. In: A produção iconográfica de Angelo Donati dentro do projeto ilustrado de Portugal, século XVIII. Monografia de Conclusão de Curso. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2006, s/p.

¹⁰Apesar dos mares possuírem recursos em abundância, poucos naturalistas portugueses se atermam ao mesmo diante de suas possibilidades. Joaquim Veloso de Miranda, por exemplo, escreveu a Domingos Vandelli sobre a travessia marítima: “No mar, observei tudo o q. pude obter, pouco foi por que se não pescou maisdo q. peixes ordinarios, e entre estes o q. mais estimei ver foi a Ecleneis remora sobre que tanto se tem fabulado”. In: AHMP. Fundo José Bonifácio. Carta de Joaquim Veloso de Miranda ao Dr. Domingos Vandelli. Rio de Janeiro, 13 de Fevereiro de 1780. I.1/1-2-1/276.

¹¹PATATA, Ermelinda Moutinho. A confecção de desenhos de peixes oceânicos das Viagens Philosophicas (1783) ao Pará e à Angola, p. 980.

¹²Carta de Joaquim José da Silva para Julio Mattiazzi. Benguela em 24 de maio de 1787.

¹³Carta de Joaquim José da Silva para Julio Mattiazzi... s/p.

¹⁴Idem, s/p.

“Com pretextos da Historia Natural, sendo o verdadeiro intuito do Governo observar eu Como Espião o q’ passara no Exercito q’ então estava na Quissama, assim Como dantes o mandarem-me a Cabinda havia Sido Com á vista de observar o q’ lâ se passava p.a Certos fins: bem diferentes do Real Serviço”.¹⁴

Ao longo de 1784, primeiro ano de sua permanência em Angola, Joaquim conseguiu coletar uma considerável coleção composta por espécimes dos três Reinos da natureza, como “hum herbário”, “uma collecção com onze Estampas [desenhos]”, “Dois Pedacos de Enxofre de Benguella”, “Huma ponta [chifre] de Cabra Monteza de Benguella” e “Hum Cyllindro de Lata com peixes do mar alto”.¹⁵ Apesar de ter coletado amostras pertencentes aos três Reinos da natureza, Joaquim dedicou-se majoritariamente às pesquisas mineralógicas realizadas em sua maioria em Cabinda, no entorno da vila de São Paulo de Luanda, em Massangano, na região do rio Dande, nas *highlands* do interior e em Benguela tendo neste último recorte geográfico sua principal oportunidade de colocar em prática os conhecimentos em História Natural adquiridos em Portugal, apesar de quase sempre ser impedido por diversos outros motivos pelos quais ainda vamos nos ater.

Esta empreitada em particular pelo sul de Angola teria início dois anos após seu desembarque em Luanda, mais precisamente em junho de 1785. Joaquim, desta vez embarcado, voltava ao Atlântico para cumprir uma expedição pela costa angolana, entre Luanda e Benguela, ao sul do território, e de Benguela seguindo os caminhos do planalto em direção ao interior do continente. Nesta oportunidade, Joaquim escreveu uma detalhada porém pouco extensa memória, denominada *Extracto da viagem, que fez ao sertão de Benguella no anno de 1785 por ordem do Governador e Capitão General do Reino de Angola, o Bacharel Joaquim José da Silva, enviado á aquelle Reino como Naturalista, e depois Secretario do Governo. De Loanda para Benguella*. Nessa expedição, teve maior oportunidade de colocar em prática seu papel como cronista de viagem do que de naturalista e pesquisador.¹⁶ Essa expedição contaria ainda com a participação de outro naturalista, o português José Maria de Lacerda, o qual também deixou descritivos relatos sobre este empreendimento.¹⁷

As incursões de Joaquim se deram, salvo raras ocasiões, em meio às expedições militares que buscavam reconhecer o interior de Angola colônia, o que por um lado lhe oferecia a segurança necessária para as atividades de pesquisa mas, por outro, o deixava à mercê do comandante e de suas vontades, fazendo com que sua rotina de pesquisa fosse percebida como sendo apenas um detalhe em meio à expedição militar:

“Partimos na sexta feira, atravessando neste dia, e nos seguintes, estas e outras montanhas, mais alias duas vezes que as de Cintra e Serra da Esrella em Portugal; não me sendo possível nem demorar-me, nem recolher pôr estes incultos sertões nenhuma das optimas plantas e exquisitos animaes, que povoão em immenso numero aquellas-Serras; onde encontrava a cada passo tropas tão grandes de Zebras, como se encontrão nos campos do Brasil as boiadas”.¹⁸

“E tendo no dia seguinte passado algumas Libatas deste mesmo Sova [Soba], chegamos a Lumbimbi, outro Sovado; e porque desd’aqui até Quilenguies me não aconteceo ter lugar para exame de cousa alguma, assim pela necessária pressa da marcha, como por outras causas não menores...”¹⁹

¹⁵AHU, Angola, maço 16, inventário do envio de espécimes de história natural, 20 de março de 1784. Transcrito em SIMON, W. J. Scientific expeditions in the Portuguese Overseas Territories... p. 159.

¹⁶Esta memória de Joaquim José da Silva foi publicada fracionada no periódico O Patriota – Jornal Literário, Político, Mercantil & Commercial do Rio de Janeiro, de modo que encontramos os três fragmentos do texto nas seguintes edições: nº 1, de janeiro de 1813, p. 97-100; nº 2, de fevereiro de 1813, p. 86-98 e, por fim, no nº 3, de março de 1813, p. 49-60.

¹⁷PEREIRA, Teresa. Desenhos de África, Designios Coloniais, Desenhos Suspensos: artes plásticas e colonialidade, p. 02. Sobre as memórias de Lacerda, ver Observações sobre a viagem da Costa d’Angola á costa de Moçambique, por José Maria de Lacerda, p. 187.

¹⁸SILVA, Joaquim José. Extracto da viagem, que fez ao sertão de Benguella no anno de 1785 por ordem do Governador e Capitão General do Reino de Angola, o Bacharel Joaquim José da Silva, enviado á aquelle Reino como Naturalista, e depois Secretario do Governo. De Loanda para Benguella, p. 89.

¹⁹Idem, p. 91-92.

Em Angola, outros problemas foram frequentes na vida de Joaquim, que não aqueles inerentes a ter enquanto guia e comandante um militar, com funções e prerrogativas diferentes da do naturalista. Doenças e moléstias, como a malária ou a doença do sono, que até então ele só ouvira falar ou pelos estudos teóricos causavam temor aos europeus. Os grandes animais do continente e principalmente os leões por sua vez eram responsáveis por despertar o medo nos europeus, ainda que fossem constantemente combatidos principalmente pelos africanos que compunham as expedições:

“Neste Quicanzo nos demorámos hum dia, precedido por huma das noites mais trabalhosas, que tenho passado sendo tal a confiança com que hum Leão andou nas visinhanças da minha barraca, que nos parecia estar a todo o instante sobre ella; o que durou até pela manhã, em que havendo atacado hum dos curraes de gado da Libata, ferindo hum boi, foi presentido e affugentado peios negros, que acodirão todos a ataca-lo”.²⁰

Além dos agentes de ordem natural, quem percorria o interior do continente também se encontrava em constante perigo frente ao ataque de ladrões e salteadores que visavam as caravanas carregadas de ouro, marfim ou mesmo de escravizados, que seriam comercializados nos portos de Benguela e de Luanda. Comuns eram ainda as disputas entre diferentes povos, como apontou certa vez Joaquim:

“...toda esta parte [entre o Cabo Negro e o rio São Francisco, nas highlands de Benguela] he occupada por hum povo muito bárbaro, e perseguidor dos seus visinhos. Chamado os Muquandos, vivem vagabundos, do gado, que roubão aos Muquilengues e dos Mundombes, de carne humana, e das pilhagens, que fazem nos navios e navegante, que naufragão naquella brava Costa, e são também anthropofagos”.²¹

Ainda que se visse envolto nas pesquisas naturais para o qual fora preparado, a permanência de Joaquim em Angola era vista pelo mesmo ora com deleite, ora como uma grande aventura, da qual não se privou de gabar principalmente no tocante aos suplícios e dificuldades que passava no território:

...“digame Vm, q’ desgraça pode haver neste mundo, q’ eu possa temer, depois de tão acostumado a encarar Com a morte, entre fomes e sedes mortaes, ataques de gentios, nebidias de montes quaze inacessiveis, e outras desgraças ainda mais sensiveis, q’ estes trabalhos?”.²²

As expedições ao interior eram de suma importância tanto para a economia luso-angolana quanto pela posse e manutenção dos territórios já conquistados. Com os avanços sistemáticos das tropas portuguesas em direção às *highlands*, organizavam-se presídios e feiras “como estratégia para incrementar, de forma espontânea, a circulação de gente e mercados”. A experiência naval portuguesa também contribuiu para o avanço por sobre o território através da busca de rotas fluviais sendo os rios Guango e Cunene, na região de Benguela, “em que havia a ilusão de um caminho fluvial em direção à costa oriental”, mais precisamente Moçambique, os mais utilizados para a navegação interiorana.²³ Como era de se presumir, Joaquim compôs uma destas expedições fluviais, em 1785, “sob o comando do capitão Antônio José da Costa,” em um período de dois anos pelo interior do território que pode ser descrito como sendo sua principal e mais significante

²⁰Idem, p. 91

²¹Idem p. 88.

²²Carta de Joaquim José da Silva para Julio Mattiazzi... s/p.

²³Desta expedição que visava alcançar Moçambique através do continente africano restaram algumas cartas escritas do naturalista à Secretaria de Estado e ao Museu de História Natural. In: RELATÓRIO de Joaquim José da Silva a Martinho de Melo e Castro. Luanda, 17 de março de 1784. (AHU, Angola, cx. 38), apud RAMINELLI, Ronald. Ilustração e império colonial, p. 43.

²⁴RAMINELLI, Ronald. Ilustração e império colonial..., p. 43.

ação de desbravamento e de pesquisa naquela Colônia em Angola.²⁴

Do envolvimento em expedições militares que lhe proporcionavam oportunidades de pesquisa, ainda que racionadas, pode-se propor a hipótese de que sua produção e publicação fora prejudicada em função dessa subordinação e da dependência de outros para que pudesse adentrar de forma segura os sertões angolanos. Este e outros fatores como, por exemplo, o falecimento de Donati, logo após seu desembarque em Angola, e o de José Antônio, em um momento posterior, certamente contribuíram para uma produção não tão significativa por parte de Joaquim acarretando nas diminutas remessas para Lisboa. Em face dessa situação que refletia a “falta de resultados”, a Coroa teria até pensado “em suspender sua missão”.²⁵

O naturalista teria ficando indignado ao saber, através de uma correspondência trocada com Júlio Mattiazzi, jardineiro do Jardim Botânico da Ajuda e datada de 24 de maio de 1787, ou seja, quatro anos após desembarcar em Angola, que Martinho de Mello e Castro, o mesmo secretário de Estado da Marinha e Ultramar que fora um dos responsáveis por conduzi-lo às pesquisas em Angola tinha planos de retirá-lo de lá colocando, pois, fim às suas pesquisas e à sua estadia naquele potentado:

“Meu prezado Amigo e S.r Recebi huma Carta de Vm sem datta: e nella me dá Vm a desgostoza noticia de q' o Ex.mo S.r Martinho de Mello pensa em fazer me Retirar, como inutil neste Continente”.²⁶

Ainda que a qualquer momento Joaquim pudesse ser repatriado à Metrópole, ele continuou produzindo. Apesar da falta de auxiliares e de instrumentos, o naturalista enviou diversas vezes vários *caixões* e *caixotes* com suas coletas para as instituições portuguesas.

Uma vez encontrados recursos que interessassem à Coroa, dava-se início ao estabelecimento de alianças políticas para o desenvolvimento das práticas comerciais. As incursões militares e a construção de presídios serviam enquanto instrumentos coercivos para que a Coroa pudesse exercer o domínio e a manutenção de um determinado território e conseqüentemente sua exploração.

As memórias escritas por Joaquim muitas vezes revelam mais do que as nuances científicas de sua atuação. Em seus relatos estão inclusos, muitas vezes de forma pormenorizada, diversos aspectos das características políticas dos grupos viventes naqueles sertões. Em seus relatos o naturalista não deixou de reconhecer, por exemplo, a autoridade dos Sobas locais enquanto possuidores de um “supremo poder”, podendo decidir sobre a “vida e liberdade de seus vassallos”²⁷ ou mesmo acerca de distintos aspectos sociais dos povos nativos que encontrou em suas expedições:

“Os negros aqui fabricão as suas casas de barro e madeira, redondas, e as cobrem de folhas de palmeira. Não lhe fazem janelas, antes as portas por onde entrão para ellas sao tao pecuenas e baixas, que hum homem curvando todo o corpo, acha dificuldade em entrar por ellas: o que justamente praticao todos os habitantes deste Continente, cuja architectura ainda não chega a deparar-lhes o modo de fazerem portas, com que se defendão das feras, que muitas vezes fazem nelles preza dentro das suas mesmas casas”.²⁸

Ainda que imbuído na apanha, classificação, preparação e envio dos exemplares colhidos para Luanda para que posteriormente fossem despachados para a Corte, em certos momentos o naturalista se não deixava de lado sua perspectiva científicista da

²⁵MOUTINHO, Lúcia Amorim. A produção iconográfica de Ângelo Donati no contexto ilustrado português, p. 24.

²⁶Carta de Joaquim José da Silva para Julio Mattiazzi... s/p.

²⁷SILVA, Joaquim José. Extracto da viagem, que fez ao sertão de Benguella no anno de 1785... p. 96.

²⁸Idem, p. 97.

natureza, mesclava-a à contemplação, descrevendo as belezas do interior angolano:

“Havendo pernoitado neste Rio Cutucuíu, tive no dia seguinte, e em mais dous que alli demoramos, o gosto de ver maravilhosas variedades de Granitos Porphyrios, Pedra Porco [ágata] e outras pedras deste mesmo gênero, em grandes rochedos, que estão pelo leito deste rio; das quaes muitas são descidas das montanhas visinhas, e que lhe estão sobranceiras.”²⁹

Apesar de serem constantes os fragmentos que, reunidos, oferecem uma intrincada constituição dos supracitados aspectos daquelas sociedades, preponderam em seus textos as referências que o naturalista faz sobre os recursos animais, vegetais e minerais assim como sobre as vantagens no estabelecimento de rotas ou alianças comerciais com as populações locais:

“...as argolas, e outros pedaços de cobre, que servem de ornato aos habitantes, e que lhes vem do Humbi, são huma demonstração da vizinhança, assim do Humbi, como do rio Cunene. O cobre, e a abundância de Abadas, e de Elefantes por estes paizes, são três artigos de grande importância, e que valerão bem a pena de se estabelecer por aqui huma Feitoria”.³⁰

A referência aos elefantes, em particular, pode ser resumida frente ao interesse português no comércio do marfim que despontava enquanto uma das principais atividades de exploração de recursos naturais não renováveis. Conta-se que já no avançado ano de 1810, quando começava a declinar a oferta deste produto, que “segundo as contas oficiais” passaram pelas cidades de “São Paulo de Assumpção e de São Felipe de Benguella”, entre os anos de 1774 a 1808, a quantia de 114:748\$970 reis em marfim, que desembarcavam no porto de Lisboa com o preço médio de “800 reis por libra”.³¹

Ainda sobre as relações comerciais com as populações do planalto de Huíla, terras do interior do Cabo Negro, Joaquim comenta sobre como estas poderiam ser desenvolvidas com os habitantes locais:

“Seria fácil de adquirir a sua amizade, fornecendo-lhes nós ovos de Hema, de que tanto abunda o Brazil, por preço mais commodo, que aquelle pelo qual elles hão este artigo dos de Hacabona, ou dos Mohumbis, para a construcção das suas Cankamenas, que tanto estimão; como também manilhas de ferro, e outros enfeites; e por hum sistema invariável de justiça, e de equidade, nós conseguiríamos em breve espaço, haver das suas mãos em profusão o marfim, as pontas de abada, o sal, e talvez o cobre, e algum outro artigo de grande valia; e por ventura a gloria de libertar estes miseráveis da sua bruteza, e de conquistar mais hum povo ao Christianismo, e a Sociedade Universal.”³²

Ainda em relação ao estabelecimento de novas relações comerciais, podemos encontrar neste supracitado recorte documental a sempre presente necessidade portuguesa de converter o gentio ao cristianismo, pelo que sempre foi auxiliado pela Igreja Católica em um processo que, por sinal, foi semelhante em ambos os lados do Atlântico e que se resumia em catequizar, dividindo ou lançando etnias umas contras as outras para então conquistar.

Também em Joaquim podemos perceber outro aspecto comum ao homem europeu que, saindo da Europa, deixava para trás a sociedade “avançada” para adentrar em meio às ações bárbaras de uma sociedade visualizada como totalmente atrasada; a aver-

²⁹Carta de Joaquim José da Silva para Julio Mattiazi... s/p.

³⁰SILVA. Joaquim José. Notícias sobre o Cabo Negro, p. 76.

³¹Notícia sobre a compra e remessa do marfim de Angola, extrahida de Documentos Officiaes, p. 105-106.

³²SILVA. Joaquim José. Notícias sobre o Cabo Negro... p. 77.

são e o preconceito para com as culturas e com os modos de vidas locais:

“Estes [negros] de Novo Redondo são de bom natural, e de humor alegre; deixao crescer e concertão os seus cabellos com azeite de palma, e pós de varias cores, que fazem moendo diversas madeiras, e os enranção, ornando-os de pennas, missangas, e fazendo delles varias figuras, para elles mui vistosas e curiosas, e para nós hediondas: sendo mais insupportavel o cheiro de hum negro destes, e dos de todo o sertão, que o de hum bode”.³³

Enquanto uma das últimas atividades de pesquisa, Joaquim atuou como encarregado de “verificar se no território de Ambaca havia minas de ouro, mas infelizmente só encontrou esmeril de má qualidade”.³⁴ Neste episódio em particular, Joaquim deslocou-se à Ambaca na companhia do inconfidente José Álvares Maciel, que havia sido degredado para Massangano, em consequência das tentativas de insurreição em que fora citado em Minas Gerais.³⁵

De sua experiência enquanto naturalista no território angolano, referindo-se às *highlands*, o naturalista tirara a conclusão de que aqueles “caminhos eram férteis minas para a Historia Natural não só pela diversidade de plantas e árvores de que recolheu e remeteu algumas [amostras], mas como pelos belos rochedos e rios; dignos de serem conhecidos pela mais exata topografia”.³⁶ Joaquim deixou para a posteridade apenas uma memória que apresenta relativa densidade de informações (*Extracto da viagem, que fez ao sertão de Benguella no anno de 1785...*) e várias outras correspondências destinadas a Júlio Mattiazzi e Martinho de Melo e Castro nas quais dava conta de seus afazeres e dos progressos de suas empreitadas filosóficas. Remeteu, igualmente, grande quantidade de espécimes vegetais, animais e minerais para o Museu da Ajuda, acervo que foi disperso ao longo dos anos sendo a “retirada de parte da coleção do Museu da Ajuda por Étienne Geoffroy de Saint-Hilaire durante a invasão francesa à Portugal, já no início do século oitocentista, a principal causa de tal desmembramento”.³⁷

A relativa ausência de publicações e de demais fontes – em detrimento das experiências de viagens filosóficas realizadas por outros naturalistas –³⁸ somada à ausência de resultados físicos de suas pesquisas assim como, à época, ao descrédulo da Coroa para com as suas ações parecem ter relegado Joaquim ainda mais ao ostracismo acadêmico de modo que, quando estudado, sua imagem de explorador parece sobressair à de naturalista em um parecer que não é isolado, mas compartilhado por outros autores.³⁹ Uma outra perspectiva de visualizar esta proposta pode ser verificada através da atuação de Joaquim enquanto componente nas expedições propostas por José de Almeida e Vasconcelos, o barão de Moçâmedes e governador de Angola (1784-1790). Estas expedições ressuscitaram “o projeto de localizar uma passagem fluvial entre as costas ocidentais e orientais da África”. No ano de 1785, promoveram “duas expedições para investigar se o rio Cunene serviria como condutor da conquista rumo ao interior do continente”.⁴⁰

A escassez de fontes que remetam ao período no qual Joaquim passou a exercer diversas funções em Angolanaquela colônia, ou seja, após o retorno da viagem ao sertão de Benguela, torna-se um impeditivo para a reconstrução histórica deste período. Sabe-se que, após 1787, Joaquim repartia seu tempo ora com o envio de exemplares à Lisboa, ora com atividades administrativas em Angola. Ao todo, foram cinco as expedições travestidas de viagens filosóficas empreendidas por Joaquim, a saber; Luanda – Ca-

³³ ———. Extracto da viagem, que fez ao sertão de Benguella no anno de 1785... p. 100.

³⁴GUEDES, Maria Estela. João da Silva Feijó: Viagem filosófica a Cabo Verde, p. 135.

³⁵Idem, p. 135.

³⁶SILVA, Joaquim José. Extracto da viagem, que fez ao sertão de Benguella no anno de 1785... p. 92.

³⁷BRUZZO, Cristina. A participação dos museus de história natural na formação dos membros das expedições filosóficas portuguesas no século XVIII, p. 06.

³⁸Patrícia Bertolini Gonçalves alega que “a maior parte dos textos elaborados pelo naturalista desapareceu”, motivo pelo qual sobraram poucos relatos realizados pelo mesmo. In: Iluminismo e administração colonial: Angola vista por brasileiros no século XVIII, p. 485.

³⁹Ângela Domingues, em seu artigo “Viagens científicas e ‘elite do conhecimento’: polivalência e mobilidade ao serviço do Império colonial”, também se refere a Joaquim como sendo um “explorador”, diferentemente dos naturalistas Manuel Galvão e de Alexandre Rodrigues a quem atribui a função de pesquisadores em suas “viagens filosóficas”.

⁴⁰A primeira expedição que procurava estabelecer uma rota de ligação entre Angola e Moçambique data de 1607, responsabilidade atribuída à Baltazar Rebelo de Aragão que não obteve sucesso, assim como seus sucessores. Apenas em 1663 o padre Manuel Godinho completaria o feito deixando a memória Relação do Novo Caminho que fez por Terra, e Mar vindo da Índia pera Portugal, publicada em 1665. In: SILVA, Eunice R. Jorge da. A administração de Angola (século XVII), p. 190-193.

binda – Luanda (1783-1784); Luanda – Massangano – Luanda (1784); Luanda – Benguela – Cabo Negro – Benguela (1785-1787); Benguela – Luanda (1787) e Luanda – Presídio de Ambaca – Luanda (1794-1796).

Sabemos que também chegou a pleitear junto à Corte seu retorno para a América portuguesa recebendo enquanto resposta uma simples autorização para retornar à Metrópole, o que, descontentemente, não fez. Acerca de sua vida, não nos resta mais do que fragmentos que remetem ao período em que desenvolveu suas explorações, o que já foi com grande eficácia abordado por Bruzzo (2003), Gonçalves (2010) e Pataca (2003).

Pereira (2002: 02) cita o ano de 1808 como sendo o último em que Joaquim desenvolvera pesquisas – podemos, entretanto, entender tais “pesquisas” como sendo as remessas que constantemente enviava à Lisboa, uma vez que última dele viagem foi realizada em 1796, ao presídio de Ambaca – passando a ter São Paulo de Luanda enquanto residência.⁴¹ Segundo a historiadora, a partir daquele momento e passados quase 25 anos de atividades científicas e de exploração do território angolano, o naturalista teria mudado o curso da nau de sua vida ascendendo definitivamente na carreira administrativa a “exemplo de seus colegas enviados às outras colônias”, inclusive no tocante às “discórdias com a administração”.⁴² Na cidade de São Paulo de Luanda Joaquim José da Silva casou-se e constituiu família, vindo a falecer em 1813.⁴³

Conclusão

Após uma sucinta análise da trajetória deste naturalista e do contexto em que estava inserido naquele território de domínio português em África, podemos tirar algumas conclusões principalmente em relação ao envolvimento do mesmo com as atividades científicas.

Apesar de visivelmente subordinado às ações militares do Estado para empreender suas viagens filosóficas, Joaquim soube desenvolver com grande habilidade as pesquisas de que estava encarregado sem, contudo, lograr o mesmo êxito que seus pares alcançaram em outros territórios lusos. O fato de Joaquim ter perdido a mão de obra especializada que o acompanhava pode igualmente ser apontado como um dos grandes obstáculos para melhor desenvolvimento de suas pesquisas. Da mesma forma, as enfermidades adquiridas no hostil ambiente no interior do continente africano por vezes colocaram-no enfermo, o que foi mais de uma vez utilizado enquanto justificativa para a inércia nos envios que deveria ter realizado. Há de se destacar, contudo, o avanço que Joaquim e José Álvares Maciel alcançaram com os estudos que dariam início à produção metalúrgica em Angola, o que muito desoneraria o Estado luso no transporte de ferramentas e outros materiais desde Lisboa.

Por fim, assim como Pereira (2003: 380), concordo que “diferentemente do que se esperaria de relatos de viajantes, os textos enfocados não parecem ter por objeto/destino exercitar a alteridade sobre o nativo”. Na verdade, este filósofo naturalista partiu para Angola no intuito de encontrar métodos ou meios pelo qual o Reino poderia novamente retomar sua glória o que, de fato, definitivamente não foi o resultado alcançado. Joaquim, contudo, não se viu envolto apenas no que a terra poderia oferecer enquanto riquezas abrindo espaço em seus diários para valiosos relatos etnográficos e crônicas detalhadas dos lugares percorridos e que hoje nos auxiliam a compreender como parte do território africano foi visto por este singelo personagem luso-brasileiro.

⁴¹PEREIRA, Teresa. *Desenhos de África...* p. 02.

⁴²GONÇALVES, Patrícia Bertolini. *Iluminismo e administração colonial: Angola vista por brasileiros no século XVIII*, p. 485.

⁴³PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *Um jovem naturalista num ninho de cobras...* p. 33.

Referências Bibliográficas:

- ANAIS da Biblioteca Nacional. Estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra. Vol. XLII, 1940, p. 154.
- BRUZZO, Cristina. A participação dos museus de história natural na formação dos membros das expedições filosóficas portuguesas no século XVIII. In: Anais do XXII Simpósio Nacional de História. João Pessoa, 2003.
- CALAFATE, P. A ideia de natureza no século XVIII em Portugal (1740-1800). Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1994.
- CARVALHO, Flávio Rey de. Um Iluminismo português? A reforma da Universidade de Coimbra (1772). São Paulo: Annablume, 2008.
- CORREIA, Patrícia Cardoso. Cronologia: Marquês de Pombal (1699-1782). Revista de Letras e Culturas Lusófonas, nº 15-16, Jan-jun 2003.
- CRUZ, Lúcia - Domingos Vandelli, alguns aspectos da sua actividade em Coimbra. Separata do Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra. 1976.
- DOMINGUES, A. Viagens científicas e “elite do conhecimento”: polivalência e mobilidade ao serviço do Império colonial. Disponível em: <<http://www2.uict.pt/?idc=102&idi=14633>> Acesso em 16 de junho de 2013.
- FURTADO, Júnia Ferreira. Oráculos da geografia iluminista: Dom Luís da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon D’Anville na construção da cartografia do Brasil. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- GONÇALVES, Patrícia Bertolini. Iluminismo e administração colonial: Angola vista por brasileiros no século XVIII. VI Jornada Setecentista. Curitiba, 2005.
- GUEDES, Maria Estela. João da Silva Feijó: Viagem filosófica a Cabo Verde. In: Asclepio, vol. XLIX, 1, 1997.
- LACERDA, José Maria de. Observações sobre a viagem da Costa d’Angola à costa de Moçambique, por Lacerda. In: Annaes Marítimos e Coloniaes, nº 5, 4ª Série, 1844, p. 187.
- MOUTINHO, Lúcia Amorim. A produção iconográfica de Ângelo Donati no contexto ilustrado português. Monografia de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2006.
- NOTÍCIA sobre a compra e remessa do marfim de Angola, extrahida de Documentos Officiaes. In: O Patriota – Jornal Literário, Político, Mercantil & Comercial do Rio de Janeiro. Número 3, março. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1813.
- PATACA, Ermelinda Moutinho. A confecção de desenhos de peixes oceânicos das Viagens Philosophicas (1783) ao Pará e à Angola. História, Ciências, Saúde: Manguinhos. Vol. 10 (3): 979-91, set.-dez., 2003.
- _____. Terra, água e ar nas viagens científicas portuguesas (1755-1808). Tese de Doutorado. Campinas, Unicamp, 2003.
- PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. Um jovem naturalista num ninho de cobras: a trajetória de João da Silva Feijó em Cabo Verde, em finais do século XVIII. História: Questões & Debates. Curitiba: Editora UFPR, n. 36, 2002.
- PEREIRA, Teresa. Desenhos de África, Desígnios Coloniais, Desejos Suspensos: artes plásticas e colonialidade. Anais do 7.º Congresso Ibérico de Estudos Africanos. Lisboa, 2010.
- RAMINELLI, Ronald. Ilustração e império colonial. História (São Paulo) v.31, n.2, p. 36-37, jul/dez 2012.
- SILVA, Eunice R. Jorge da. A administração de Angola (século XVII). Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1996.
- SILVA, Joaquim José. Extracto da viagem, que fez ao sertão de Benguella no anno de 1785 por ordem do Governador e Capitão General do Reino de Angola, o Bacharel Joaquim José da Silva, enviado á aquelle Reino como Naturalista, e depois Secretario do Governo. De Loanda para Benguella. In: O Patriota – Jornal Literário, Político, Mercantil & Comercial do Rio de Janeiro. Numero 2, fevereiro. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1813.
- _____. Notícias sobre o Cabo Negro. In: O Patriota – Jornal Literário, Político, Mercantil & Comercial do Rio de Janeiro. Numero 6, junho. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1813.
- SIMON, W. J. Scientific expeditions in the Portuguese Overseas Territories. 1783- 1808. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1983.

Fontes:

- ARQUIVO Histórico do Museu Bocage. Carta de Joaquim José da Silva a Júlio Mattiazzi. Benguela, Angola, 10 de Setembro de 1783, Manuscrito. CN/D-6.
- _____. Carta de Joaquim José da Silva a Júlio Mattiazzi. Benguela, Angola, 24 de maio de 1787, Manuscrito. CN/S-22.
- ARQUIVO Histórico do Museu Paulista. Fundo José Bonifácio. Carta de Joaquim Velozo de Miranda ao Dr. Domingos Vandelli. Rio de Janeiro, 13 de Fevereiro de 1780. Manuscrito. I.1/I-2-1/276.

A África como Objeto de Pesquisa Acadêmica: uma Análise das Revistas dos Três Primeiros Centros de Estudos Africanos no Brasil 1965/1987



<http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v8i2.1553>

Mariana Schlickmann

Mestre em História Social pela Universidade Federal de Minas Gerais- UFMG

e-mail: mariana.schli@gmail.com



Recebido em: 29/05/2015 – Aceito em 09/08/2015

Resumo: O presente artigo buscou examinar a produção acadêmica dos três primeiros centros de estudos africanos no Brasil (CEAO/UFBA, CEA/USP e CEAA/UCAM) de 1965 a 1987 através das suas revistas. Qual o perfil dos acadêmicos, a quais áreas e subáreas pertenciam, quais os principais temas, recortes geográficos e temporais que pesquisaram são questões que levantamos em busca de compreender qual o conhecimento produzido no Brasil sobre África pelos primeiros centros de estudos africanos do Brasil

Palavras-chave: História, Estudos Africanos no Brasil, História da África.

Abstract: This paper aims to examine the academic production of the first three centers of African Studies in Brazil (CEAO/UFBA, CEA/USP and CEAA/UCAM) from 1965 to 1987 through its academic journals. What was the profile of academics, to which areas and sub-areas belonged, what were the main issues, what geographical and temporal delimitations were selected are issues that we raise in order to understand which knowledge was produced in Brazil about Africa by the first CEAs.

Key-words: History, African Studies in Brazil, Africa History.

Introdução:

Os Estudos Africanos no Brasil tiveram como marco de institucionalização acadêmica os primeiros centros de estudos (CEAs) dedicados ao tema, que foram: Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) junto à Universidade Federal da Bahia (UFBA), fundado em 1959; o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos (IBEAA), fundado em 1961, e transformado em Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) em 1973, junto à Universidade Cândido Mendes do Rio de Janeiro (UCAM); e, por fim, o Centro de Estudos e Cultura Africana junto à FFLCH/USP (1963), hoje denominado Centro de Estudos Africanos (CEA). Estes centros foram espaços de referência na formação de pesquisadores e produção de conhecimento, por isso, ocuparam um papel importante no desenvolvimento dos Estudos Africanos no Brasil.

Este artigo,¹ mostra a análise da produção historiográfica das revistas acadêmicas produzidas pelos CEAs, por meio das características das áreas e subáreas de conhecimento dos artigos, dos principais temas, dos recortes geográficos e temporais das pesquisas, bem como do perfil dos pesquisadores que publicavam nas revistas. Este exame historiográfico de caráter quantitativo pretende contribuir para o conhecimento da história e trajetória dos Estudos Africanos no Brasil.

Os artigos utilizados nesta análise são referentes às revistas *Afro-Ásia*, do Centro de Estudos Afro-Orientais/UFBA, fundada em 1965; a *Estudos Afro-Asiáticos*, pertencente ao Centro de Estudos Afro-Asiáticos/UCM, de 1978; e *África*, revista do Centro de Estudos Africanos/USP, também inaugurada em 1978.

O recorte temporal inicial deste texto é 1965, pois trata-se do ano de lançamento da primeira revista voltadas aos estudos africanos no Brasil, a *Afro-Ásia* (1965). O marco

¹Este artigo é resultado parcial da dissertação de mestrado defendida em 2015 na Universidade Federal de Minas Gerais e que foi transformada em livro, em 2016. Ver: SCHLICKMANN, Mariana. A introdução dos estudos africanos no Brasil (1959-1987). Curitiba, PR: CRV, 2016.

final é 1987, o ano de defesa da primeira dissertação em História da África realizada no Brasil, de autoria de Selma Pantoja; este último recorte também marca o início da formação de professores especialistas em História da África, no Brasil.

Revista *Afro-Ásia*:

A primeira revista acadêmica brasileira dedicada a estudos sobre a África foi a *Afro-Ásia*, fundada em 1965, 6 anos após a criação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos, ao qual é vinculada. Nos anos delimitados pela pesquisa (1965-1987) foram publicados 14 números da revista, em 9 volumes que totalizaram 90 artigos analisados. As publicações da *Afro-Ásia* possuíram periodicidade anual entre 1965 e 1970.

A respeito das Grandes Áreas de conhecimento² presentes na *Afro-Ásia*, houve predomínio da área das Ciências Humanas, seguida da Linguística, Artes e Letras, nesta sequência. A História foi predominante entre as subáreas de conhecimento, com 43% dos artigos. As temáticas mais recorrentes na subárea História foram: História da África, tráfico de escravos, escravidão, abolição e colonialismo. A Antropologia ficou em segundo lugar com 16,48%, ea maioria dos artigos abordaram questões de religiosidade, principalmente o Islã e o Candomblé. A terceira subárea com mais artigos foi a Sociologia, com 9,8%.

Em relação à Linguística, 7,69% foi o total de artigos publicados nesta área.³ A Ciência Política foi representada por 6,59% dos artigos e teve como temas recorrentes as questões internacionais pertinentes ao “Terceiro Mundo”. Esta é mesma porcentagem de artigos que não possuem uma área e/ou subárea específica (alguns textos da revista que tinham por assunto homenagens e tributos a pesquisadores importantes, por exemplo). As subáreas de Artes, Literatura Educação e Filosofia tiveram respectivamente 4,39%, 2,19% e 1,09%.

O recorte temporal dos artigos da *Afro-Ásia* também variou muito. Apesar de 51 dos 90 artigos se dedicarem ao século XX, diversos deles perpassam os séculos XVI, XVII, XVIII e XIX. 9 artigos abrangem uma longa duração, isto é, mais de 4 séculos de recorte temporal; e a maioria deles foram publicados nos primeiros números da *Afro-Ásia*. Com o decorrer do tempo, os textos da revista passaram a se dedicar a assuntos menos amplos, com objetos de pesquisa mais específicos e, conseqüentemente, com recortes temporais menores.

A respeito do recorte geográfico dos artigos, apesar da revista ser intitulada *Afro-Ásia*, almejando se dedicar a temáticas africanas e asiáticas, o Brasil foi o país mais estudado, correspondendo a 37% do total. O tema da religiosidade, em especial o candomblé, e os artigos relacionados à escravidão corresponderam a maioria dos textos, evidenciando a predominância das temáticas afro-brasileiras. Na sequência, com 26,66% dos trabalhos, o continente africano desponta como recorte geográfico, sendo 11,11% destinados ao estudo do continente como um todo. Daomé (atual Benin) foi o território mais citado, com 5 trabalhos; Nigéria vem em seguida, com 3 artigos; 2 foram dedicados à Angola; O Congo, a Etiópia e o Benin atual tiveram apenas um cada. Brasil e países africanos relacionados em um mesmo artigo estiveram presentes em 7,77% dos textos.

Vale ressaltar que 28,57% dos recortes geográficos corresponderam a locais citados somente uma vez no periódico, como é o caso de América do Sul, Terceiro Mundo, Ásia, Estados Unidos, Índia, China, Portugal, Israel, Japão e Irã.

Daomé apresenta-se como o recorte geográfico mais investigado, pois Júlio Santana Braga, pesquisador do CEAO, realizou pesquisas sobre religiosidade neste país e publicou 3 artigos sobre o tema na *Afro-Ásia*. A Nigéria, pelo forte entrelaçamento com o candomblé, também era alvo de interesse devido aos estudos sobre religiosidade, o que contribuiu para ser o segundo território mais frequente na revista.

²As áreas e subáreas foram estabelecidas através dos parâmetros da CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

³As publicações relativas à Linguística foram produzidas por Yêda Pessoa de Castro, estudiosa da área, pesquisadora e coordenadora do CEAO.

Em relação aos autores, os detentores de maior número de textos publicados possuíam vínculo com o CEAO, a começar por Yêda Pessoa de Castro, a pesquisadora que mais publicou artigos na revista, conformando 6 artigos no total. Em seguida, outro pesquisador do CEAO, Rolf Reicher, detém 5 artigos. Waldir Freitas de Oliveira, Carlos Ott, Roger Bastide e Júlio Santana Braga publicaram 3 textos cada um. Vivaldo da Costa Lima, Fernando da Rocha Peres e Pierre Verger tiveram 2 manuscritos cada. Ao todo, 72 pessoas publicaram artigos na *Afro-Ásia*, dentro do recorte temporal de interesse desta pesquisa. Mesmo com a marcante desigualdade de gênero na revista (apenas 7 mulheres), Yêda Pessoa de Castro foi a pessoa que mais publicou artigos.

Sobre a origem dos pesquisadores, 28,88% são brasileiros. A segunda maior nacionalidade é estadunidense, contando com 7,77%, seguida de nigerianos e franceses com 4,44% cada e israelitas com 2,22%. Também tiveram pesquisadores do Senegal, Gana, Daomé e Marrocos contribuindo para o periódico, com 1 artigo, cada um deles.

Como a maioria dos artigos são da subárea de História esta também é a profissão da maioria dos pesquisadores: 18,88% historiadores, 13,33% antropólogos, 6,66 sociólogos e 3,33% cientistas políticos. Linguistas, políticos, juristas, artistas, diretores de museus, teólogos, geógrafos, jornalistas, professores, advogados e escritores também contribuíram para a *Afro-Ásia*.

Sobre o vínculo dos pesquisadores que contribuíram para a revista *Afro-Ásia*, 12 eram associados ao CEAO e 2 eram professores de outros departamentos da UFBA. Os demais pertenciam aos quadros de outras universidades brasileiras: 2 artigos publicados por professores da USP; e um por professores de outras universidades: Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Universidade Federal da Bahia (UFBA). 3 pesquisadores da *Ifè University*, na Nigéria, 2 da *Northwestern University* (EUA) e 2 da *Université de Paris* (França) também enviaram seus textos para o periódico. Os pesquisadores das demais instituições estrangeiras publicaram um artigo cada, e foram elas: *Howard University* (EUA), *Institut Fondamental d'Afrique Noire* (Senegal), *New York University* (EUA), *Oxford University* (Inglaterra), *Université Libre du Congo* (Congo), *El Colegio de México* (México), *University of Port Harcourt* (Nigéria), *Toronto University* (Canadá), *Tel-Aviv University* (Israel), *Université Catholique de Louvain* (Bélgica), *Instituto Luis de Camões* (Macau), *Universidade da Cracovia* (Polônia), *University of Texas* (EUA), *Hunther College* (EUA), *Centre National de la Recherche Scientifique* (França), *Universidad Católica Andrés Bello* (Venezuela) e o *Musée d'Histoire de Ouidah* (Benin).

Este grande número de importantes instituições internacionais, as quais estes pesquisadores estrangeiros eram vinculados mostra a rede de comunicações da revista, e também sua capacidade de articulação e alcance. Em quatro continentes, América, Europa, Ásia e África, pesquisadores de diversas áreas tiveram conhecimento acerca da *Afro-Ásia* e estabeleceram diálogo com a revista.

Revista *Estudos Afro-Asiáticos*:

A Revista *Estudos Afro-Asiáticos* foi fundada em 1978, 5 anos após a criação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA), na Universidade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro. No recorte que analisamos, até o ano de 1987, foram publicados 13 números da revista, em 11 edições.

Destas 13, 3 foram dedicadas inteiramente a comunicações apresentadas em eventos do CEAA. O número 6/7 de 1982 contém as 53 comunicações do 1º Seminário Internacional Brasil-África, realizado pelo CEAA e a revista número 8/9 de 1983 concentra as comunicações do Encontro Nacional Afro-

Brasileiro. Por não se tratarem de artigos, mas sim das falas e alocações dos participantes, estes 2 exemplares não foram analisados. A revista número 11 de 1985 fez parte do conjunto analisado, pois publicou os anais, artigos apresentados no Colóquio da Afro-Latinidade, também organizado pelo CEEA.

A estreita relação entre Cândido Mendes (reitor da Universidade Cândido Mendes) e o Governo Federal possibilitou à revista *Estudos Afro-Asiáticos* ter uma liberdade raramente encontrada no período da ditadura civil-militar. Esta liberdade propiciou que a referida universidade fizesse a aquisição de livros e materiais de difícil acesso no período. Este material eram teses e dissertações ou livros publicados em outros países e importados pelo CEEA, bem como textos sobre assuntos normalmente censurados, como o comunismo na China. Muitos eram indicados para a leitura em uma sessão da revista, intitulada Indicação Bibliográfica.

Na análise da revista, delimitamos um recorte temporal de 1978-1987, o que totalizou 52 artigos publicados. Neste período as atividades do Centro de Estudos Afro-Asiáticos estavam voltadas para temas como *apartheid*, colonialismo e independências de países africanos, em especial as colônias portuguesas. Além disso, o CEEA estava trabalhando com consultorias e assessorias em diversas ações do Governo Federal relacionadas à África. As publicações da revista, até 1985, refletem as temáticas pesquisadas no Centro. A partir de 1985, o financiamento da estadunidense Fundação Ford e a nova coordenação do CEEA trouxeram novos temas de pesquisa, que influenciaram diretamente nos conteúdos da revista. Neste novo período, pesquisadores relacionados aos estudos afro-brasileiros foram contratados, e a revista passou a dedicar mais espaço para temáticas afro-brasileiras do que africanas.⁴

A subárea da Ciência Política teve maior número de trabalhos escritos, 15 no total, seguido pela História com 12, Economia com 10, Sociologia com 6, Literatura com 5 e demais subáreas como Antropologia com 2 e Filosofia e Artes com 1 cada. A subárea da Ciência Política predominou nos artigos referidos à África; os textos de História tiveram mais foco no Brasil; da Economia abordaram as relações África-Brasil e os trabalhos sobre Arte foram dedicados a Ásia, de forma geral.

Estes números contemplam as preocupações e atividades do CEEA, pois o principal foco foi os assuntos relativos à política e economia internacional, bem como as pesquisas feitas sob encomenda para o Governo Federal. Citamos como exemplo o financiamento do FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) para realização de um estudo sobre o plano de desenvolvimento socioeconômicos da Argélia, Angola, Camarões, Congo, Egito, Gabão, Moçambique, Quênia, Zaire e Zimbábue.⁵ Além disso, as questões de *apartheid*, racismo e independências, colonização/descolonização constituíam eixo central do CEEA.

Em relação ao recorte temporal dos artigos, mais de 80% se concentraram no século XX. A virada do século XIX para o XX foi o segundo período mais pesquisado, seguido do século XIX. Há somente 3 artigos com uma periodização que atravessa um recorte temporal amplo, 2 destes foram dedicados à cultura chinesa, e 1 à história japonesa. Os recortes temporais dos artigos seguem em harmonia com os principais temas pesquisados, pois a política e economia contemporâneas no continente africano eram o principal alvo da linha editorial da revista *Estudos Afro-Asiáticos*.

No que diz respeito ao recorte geográfico dos artigos publicados entre 1978 a 1987, o principal foco de pesquisa é África, e todos os países africanos pesquisados somam juntos 36,53% dos 52 textos analisados. O Brasil foi o foco de 25% dos artigos; 15,38% dos textos analisaram o continente africano como um todo; e 15,38% abordaram a relação entre a África e o Brasil. África do Sul e Angola foram os países mais pesquisados, seguidos de Guiné-Bissau e Moçambique. A predominância de países língua portuguesa como foco de análise dos artigos da revista *Estudos Afro-Asiáticos* pode ter ocorrido pela falta de domínio das demais línguas faladas nos países

⁴SEGURA-RAMIREZ, Hector. Revista Estudos Afro-Asiáticos (1979-1997) e relações raciais no Brasil: elementos para o estudo do subcampo acadêmico das relações raciais no Brasil. 2000. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). São Paulo, 2000, p. 38.

⁵Relatório de Atividades. Estudos Afro-Asiáticos, n. 13, (1987), p. 116.

africanos, como o inglês e francês; e também pelas questões linguísticas e culturais compartilhadas com Angola, Guiné-Bissau e Moçambique. A atenção dada a Guiné-Bissau ocorreu porque foi a primeira ex-colônia portuguesa reconhecida pelo Brasil como Estado independente, em 1 de julho de 1974, e também foi parceira de um projeto do CEEA, financiado pelo Ministério das Relações Exteriores que tinha por objetivo cooperação técnica-cultural.⁶ A África do Sul, onde o inglês era o idioma oficial, teve seu destaque na revista, por causa do debate internacional sobre o *apartheid*. Este assunto foi tema de vários artigos e, na maioria das vezes, analisado de forma comparativa com as questões raciais brasileiras.

Outro fator que notamos diz respeito aos autores/as. Somente 8 mulheres escreveram artigos, contrastando com os 35 homens. Cabe também destacar que 4 autores possuem mais de 5 artigos publicados, e todos eram pesquisadores associados do CEEA. Jacques d'Adesky foi quem mais contribuiu para a revista, com 5 artigos, seguido de José Maria Nunes Pereira com 3, Kabenguele Munanga e Ricardo Joppert com 2 artigos cada um.

Aprofundando um pouco o perfil dos pesquisadores, 34,61% eram brasileiros, 7,69% argentinos, 3,84% eram sul-africanos, 3,84% angolanos, 3,84% ingleses, 3,84% estadunidenses e 3,84% mexicanos. As demais nacionalidades eram de pesquisadores do Congo, Portugal, Bélgica, França, Nigéria, Cabo Verde, Alemanha e Benin.

Sobre a formação dos pesquisadores, 11,53% tinham formação de historiador, 9,61% eram cientistas políticos, 7,69% filósofos, e 7,69% sociólogos. 5,76% tinham formação em Literatura, Antropologia e Ciência da Informação, enquanto Letras e Economia compunham 3,84% do total. Diplomatas, ministros, geógrafos, jornalistas, advogados também publicaram na *Estudos Afro-Asiáticos*.

No referido período, o CEEA era bastante internacionalizado, uma vez que mais da metade dos artigos foi escrito por estrangeiros. Pesquisadores de importantes universidades, nacionais e internacionais contribuíram para a revista. Ao todo, 11 pesquisadores do CEEA escreveram na *Estudos Afro-Asiáticos*, muitos, como já citado acima, publicaram mais de uma vez no periódico. Das universidades brasileiras, USP, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal Fluminense (UFF) e Pontifícia Universidade Católica de Goiás (UCG) estiveram presentes, além de órgãos governamentais como Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (FUNCEX) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE).

A *Afro-Asiáticos* também teve boa circulação internacional, pois o contato estabelecido com importantes universidades propiciou a colaboração de autores de diversos lugares do mundo, como *Harvard University* (EUA), *Hunter College* (EUA), *Queen's University de Belfast* (Irlanda do Norte), Universidade do Porto (Portugal), *Dartmouth College* (EUA), Universidade Nova de Lisboa (Portugal), *Université de Grenoble* (França), *Elizabethtown College* (EUA), Instituto Nigeriano de Assuntos Internacionais (Nigéria), *Universidad Nacional de Rosario* (Argentina), *El Colegio de México* (México), Instituto de Estudos Latino-Americanos de Hamburgo (Alemanha) *Centro Argentino de Estudios Internacionales* (Argentina), Instituto Nacional da Guiné (Guiné Bissau), *University of Benin* (Nigéria).

Revista África:

A revista do Centro de Estudos Africanos da USP, denominada *África*, foi fundada em 1978, e comandada pelo seu diretor, Ruy Galvão de Andrada Coelho, e principalmente pelo vice-diretor, Fernando Augusto Albuquerque Mourão. Dentro de nosso recorte, analisamos 92 artigos, distribuídos em 10 revistas publicadas ininterruptamente, de 1978 a 1987.

⁶Relatório de Atividades. Estudos Afro-Asiáticos, n. 1, (1978), p. 64.
⁷MUNANGA, Kabenguele. Estudo e ensino da África na Universidade de São Paulo: atuação do Centro de Estudos Africanos e do professor Fernando Augusto Albuquerque Mourão. *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP, São Paulo: número especial 2012, p. 11-30, p. 26.

Entre as 3 revistas pesquisadas, a *África* foi a que contou com mais autores estrangeiros, em comparação com a *Afro-Ásia* e a *Estudos Afro-Asiáticos*. Foi também a única que publicou artigos em outros idiomas (francês, inglês e espanhol), o que facilitou o acesso aos pesquisadores estrangeiros.⁷

Das subáreas, a História foi a mais recorrente, com 26,58%, seguida de Literatura com 24,05%, Antropologia com 17,72%, Sociologia com 10,12% e Ciência Política com 8,86%, Linguística com 5,06% dos artigos, Artes e Filosofia tiveram 2,53%, Economia e Etno-musicologia 1,26%.

Dentro da subárea de História, os assuntos mais recorrentes foram escravidão, colonialismo, ancestralidade, negritude e a Rainha Nzinga Mbandi. Já em Literatura, Aimé Cesáire foi o escritor mais pesquisado, seguido de José Luandino Vieira. Religiosidade e cultura foram temas igualmente recorrentes na Antropologia e Sociologia.

A respeito do recorte temporal dos artigos, como nas demais revistas, o século XX foi o mais pesquisado, com mais de 70,88% do total das publicações. Trabalhos com mais de quatro séculos de recorte, ou sem temporalidade definida ocuparam 11,39%. A periodização do século XIX ao XX, também apareceu com frequência. Contudo, 3 artigos tiveram um recorte temporal pouco usual, século XVI ao XVII, fato que ocorreu em razão dos estudos dedicados à Rainha Nzinga de Angola.

Sobre o recorte geográfico, a revista *África* foi a que menos dedicou artigos à temática afro-brasileira, totalizando 70,88% de textos sobre temas exclusivamente ligados ao continente africano. O país mais pesquisado foi Angola, seguido de Cabo Verde, Nigéria e Zaire. Brasil teve somente 7,59%, quantidade que pode ser considerada baixa em relação as demais revistas. Já as relações África-Brasil obtiveram 3,79% e as entre África-América 3,79%. Os países de língua portuguesa foram foco de análise da maioria dos artigos da subárea de Literatura. Na subárea de História, Angola despontou como um dos países mais pesquisados. Isso se deve a três aspectos: as lutas de independência em Angola, as relações privilegiadas com o governo brasileiro a partir da segunda metade da década de 1970; e a língua em comum com o Brasil.

Sobre o perfil dos 65 pesquisadores, 51 são homens, e 14 são mulheres, média maior que a das outras revistas. Como já foi citado, a revista contou com uma intensa colaboração de escritos estrangeiros, especialmente africanos e latino-americanos, inclusive de mulheres latino-americanas, contudo, há somente duas mulheres africanas que publicaram no periódico: Maria do Céu Carmo Reis, de Angola e Dulce Almada Duarte de Cabo Verde.

A *África* também contou com diversos pesquisadores que publicaram mais de um artigo, muitos vinculados ao CEA. Luís Romano e Fernando Augusto Albuquerque Mourão, o vice-diretor do CEA, publicaram 4 textos cada um. Luís Beltrán e Fernando Campos publicaram 3 artigos cada. Carlos Serrano, Fábio Leite, Liana Salvia Trindade e Biodun Adediran, Kazadi Wa Mukuna contribuíram com 2 artigos cada.

Entre os pesquisadores, 20,25% eram brasileiros, 11,39% eram da Nigéria, 7,59% do Zaire, 6,32% de Cabo Verde, 3,79% da Argentina e do Benin, 2,53% da França, do Canadá, do Congo, de Angola e dos EUA. Pesquisadores da Costa do Marfim, Espanha, Bélgica, Peru, Tanzânia e Quênia também contribuíram com textos para o periódico.

A revista do CEA foi a que menos teve pesquisadores associados publicando e também contou com menor participação de universidades brasileiras: 5 autores vinculados à USP escreveram artigos; a UFRJ também foi bem expressiva, contando igualmente com 5 publicações; além das contribuições da UFBA, UFF e Fundação Joaquim Nabuco. Das universidades estrangeiras, a *Ifè University* (Nigéria) foi a que mais teve pesquisadores publicando na revista, 6 deles ao todo, sendo que a maioria era vinculada ao Departamento de História. *Université Nationale du Bénin* (Benin), teve publicações de 3 de seus professores.

As demais instituições publicaram somente um artigo cada, foram elas: como: *Université de Cocody* (Costa do Marfim), *Université Libre du Congo* (Congo), *Université Catholique de Louvain* (Bélgica), Serviço Nacional de Museus do Benin (Benin), *Institute of the National Museums in Zaire* (Zaire), *Hunther College* (EUA), *University of Ibadan* (Nigéria), *University of Toronto* (Canadá), *Université Laval* (Canadá), *University of Benin* (Nigéria), *Université de Kinshasa* (Congo), *University of Califórnia* (EUA), *Centre National de la Recherche Scientifique* (França), *Smithsonian Institution* (EUA), *Universidad Nacional de Rosario* (Argentina), *Universidad Argentina John F. Kennedy* (Argentina), Universidade de Cabo Verde (Cabo Verde), *Universidade de Dar es Salaam* (Tanzânia), *University of Nairobi* (Quênia).

Das profissões, os pesquisadores formados em Letras foram maioria, 12,65% no total; seguidos dos pesquisadores da subárea de História com 8,86% dos textos, Antropologia e Ciência Política com 5,06% e Sociologia com 3,79%. Havia também profissionais, tais como havia jornalistas, filósofos, dramaturgos, economistas, juristas, romancistas, diplomatas, cientistas sociais, médicos, etnomusicólogos, etnolinguistas e diretores de órgãos públicos.

Análise comparativa entre as revistas:

Todas as revistas trazem em si a marca da interdisciplinaridade, comum nos estudos africanos. Por isso, apesar da História ter sido sempre uma das subáreas mais recorrentes, Antropologia, Sociologia, Literatura, Ciência Política, Economia, Artes, Filosofia, Linguística e Educação também contribuíram com artigos substanciais. A seguir, no Quadro 1, dispomos de maiores informações:

Quadro 1 - Subáreas mais recorrentes nas revistas Afro-Ásia, Estudos Afro-Asiáticos e África.

Subárea	Afro-Ásia	Estudos Afro-Asiáticos	África	Total
História	40	12	21	73
Ciência Política	06	15	07	28
Antropologia	15	02	14	27
Literatura	02	05	19	26
Sociologia	09	06	08	23
Economia	–	10	01	11
Outro ⁸	06	–	01	11
Linguística	06	–	04	10
Artes	04	01	02	07
Filosofia	01	01	02	04
Educação	01	01	–	02
TOTAL	90	53	88	222

Fonte: *Revista África*, 1978-1987. 10 números. Total de 79 artigos; *Revista Estudos Afro-Asiáticos*, 1978-1987.

⁸Na revista Afro-Ásia, o item “outros” refere-se a biografias, relatos de viagem, e etnomusicologia. Na revista África trata-se da etnomusicologia.

13 números. Total de 52 artigos; Revista *Afro-Ásia*, 1965-1983. 14 números. Total de 90 artigos.

Conforme o quadro evidenciado acima, podemos perceber que a subárea de História predomina em 32,88% dos textos dos periódicos acadêmicos em questão. As demais subáreas não apresentam evidente disparidade entre si, pois a segunda mais frequente é a Antropologia com 12,16%, seguida de Ciência Política com 12,61%, Literatura com 11,71% e Sociologia com 10,36%.

Estes dados condizem com os recortes temporais mais presentes nas revistas. Por exemplo, a *Afro-Ásia* é a que possui o maior número de artigos dedicados à História, e ao mesmo tempo possui um recorte temporal mais diversificado, perpassando por diversos séculos.

Já a *Estudos Afro-Asiáticos* apresenta um equilíbrio entre Ciência Política, História e Economia, as três subáreas mais frequentes. O foco da revista nestes temas, principalmente política e economia está relacionado com o século XX como recorte temporal.

Por sua vez, a revista *África* possui 70,88% dos artigos delimitados no século XX, e também uma boa distribuição dos artigos mais frequentes, que pertencem as subáreas de Antropologia, História e Literatura.

O Quadro 2 abaixo expõe em números os recortes geográficos mais presentes nos periódicos.

Quadro 2 - Recortes geográficos mais recorrentes nas revistas Afro-Ásia, Estudos Afro-Asiáticos e África.

Recorte Geográfico	Afro-Ásia	Estudos Afro-Asiáticos	África	Total
Continentes Africano	24	19	55	98
Brasil	34	13	06	53
África-Brasil	07	08	03	18
África-América	05	04	03	12
Outros	20	09	10	38

Fonte: Revista *África*, 1978-1987. 10 números. Total de 79 artigos; Revista *Estudos Afro-Asiáticos*, 1978-1987. 13 números. Total de 52 artigos; Revista *Afro-Ásia*, 1965-1983. 14 números. Total de 90 artigos.

A *Afro-Ásia* é a única com mais artigos sobre o Brasil do que sobre o continente africano. Contudo, eles não se distanciam muito, pois abrangem temáticas afro-brasileiras, em especial religiosidade e assuntos relacionados à escravidão. Entretanto, ela possui uma média similar às outras revistas em artigos sobre relações África-Brasil e África-América. Do mesmo modo, os textos sobre o Brasil da *Estudos Afro-Asiáticos* também possuem como tema recorrente a escravidão e as religiosidades. Porém, a revista possui mais escritos sobre África, mas os números relativos aos demais temas não se distanciam muito, mantendo uma média equilibrada. Por sua vez, o periódico *África* é o que efetivamente mais se dedica ao estudo do continente africano, trazendo uma grande variedade de assuntos, nas mais distintas subáreas do conhecimento.

Aprofundando um pouco mais acerca dos recortes geográficos dos periódicos, o Quadro 3 elenca

a diversidade de países, conforme exposto a seguir.

Quadro 3 - Recortes geográficos em África mais recorrentes nas revistas Afro-Ásia, Estudos Afro-Asiáticos e África.

Recorte Geográfico	Afro-Ásia	Estudos Afro-Asiáticos	África	Total
África geral	10	08	29	57
Angola	02	03	06	11
Nigéria	03	–	04	07
Cabo Verde	–	–	07	07
Daomé	05	–	–	05
Zaire	–	–	05	05
África do Sul	–	04	–	04
Benin	01	–	02	03
Guiné-Bissau	–	02	01	03
Reino do Ngoyo	–	–	01	01
Namibia	–	01	–	01
Moçambique	–	01	–	01
Reino de Gana	01	–	–	01
Congo	01	–	–	01
Etiópia	01	–	–	01

Fonte: Revista *África*, 1978-1987. 10 números. Total de 79 artigos; Revista *Estudos Afro-Asiáticos*, 1978-1987. 13 números. Total de 52 artigos; Revista *Afro-Ásia*, 1965-1983. 14 números. Total de 90 artigos.

Como pode ser percebido, artigos que abrangem o continente como um todo são maioria em todas as revistas. Angola é o país mais pesquisado, e também o único presente em todos os periódicos. Dos países de língua oficial portuguesa, somente Moçambique recebeu apenas um artigo, os demais (Guiné-Bissau, Cabo Verde e o já citado Angola) estiveram presentes em mais de uma revista. Essa predominância, deve-se reforçar, está intrinsecamente ligada à facilidade que a língua em comum proporciona nas comunicações. Podemos perceber também que a presença dos demais países estava associado aos pesquisadores estrangeiros que colaboraram com artigos, uma vez que a maioria dos autores escreveu sobre

o seu próprio país.

Os números desta análise geral mostram que os textos que abrangem o continente africano como um todo, sem um país ou local especificamente analisado compõem a maioria. Entre os que possuem recorte específico, Angola predomina como o país mais estudado, seguida de Nigéria, Cabo Verde, Daomé, Zaire, África do Sul, Benin e Guiné. Os demais países foram objeto de estudo somente 1 vez.

Quadro 4: Perfil dos pesquisadores que publicaram artigos nas revistas Afro-Ásia, Estudos Afro-Asiáticos e África.

Pesquisadores	Afro-Ásia	Estudos Afro-Asiáticos	África
Homens	55	35	51
Mulheres	07	08	14
Publicaram mais de um artigo na mesma revista	10	05	10
TOTAL	62	43	65

Fonte: Revista África, 1978-1987. 10 números. Total de 79 artigos. Revista Estudos Afro-Asiáticos, 1978-1987. 13 números. Total de 52 artigos. Revista Afro-Ásia, 1965-1983. 14 números. Total de 90 artigos

Conforme destacamos anteriormente, as mulheres representam uma minoria entre os pesquisadores. A *Afro-Ásia* é a revista com menor representatividade de gênero, apesar de ter sido a única no período a contar com uma coordenadora mulher, Yêda Pessoa de Castro. Para computar o número total de pesquisadores, atentamos para o fato de que 6 deles publicaram em mais de um destes periódicos no período delimitado por esta pesquisa. Em geral, as revistas do CEAO e do CEA compartilharam os autores, 6 homens e 2 mulheres. Deste modo, 141 autores eram homens, e 29 mulheres, totalizando 170 pesquisadores/as. Este dado informa a proporção de 4,86 homens para cada mulher que publicou artigo nas revistas.

Esta informação representa um paradoxo, uma vez que Moema Guedes aponta que o número de mulheres em cursos de pós-graduação na área de Ciências Humanas é, desde a década de 1970, mais elevado que o de homens.⁹ Jaqueline Leta, por sua vez, afirma que apesar de as mulheres serem maioria nas Ciências Humanas, tanto como alunas quanto docentes universitárias, elas até hoje ocupam menos cargos de administração e liderança. Também são minoria nas agências de fomento à pesquisa no país e nos comitês científicos que decidem sobre a distribuição das bolsas de estudos e seus valores.¹⁰

Estes fatores, de certa forma, inibiam e inibem até hoje a produção acadêmica feminina. Maria Yedda Linhares, por exemplo, em entrevista à Jerry D'Ávila, falou que passou a se dedicar à História da África, na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil pois foi a única disciplina que seu departamento, composto inteiramente por homens, "permitiu" que ela pesquisasse, pois na época esta era considerada uma matéria periférica e, por esta razão não despertava o interesse de nenhum colega.¹¹

É importante destacar também que os três periódicos analisados não eram compostos somente por artigos, pois havia a prática de publicar também resenhas de livros

⁹GUEDES, Moema de Castro. A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a ideia da universidade como espaço masculino. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.15, supl., p.117-132, jun. 2008, p. 126.

¹⁰LETA, Jaqueline. As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso. Estudos Avançados, 17 (49), 2003, p. 280.

¹¹D'ÁVILA, Jerry. Hotel Trópico: O Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950 – 1980. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

e indicações bibliográficas. Todas, igualmente, traziam notícias sobre os acontecimentos no continente africano, na época em plena efervescência política após as independências de várias ex-colônias. A *Afro-Ásia* e a *Estudos Afro-Asiáticos* também traziam informações sobre os centros de estudos e os relatórios produzidos por estes. A *África* não tinha esta seção, mas apresentava resumos de teses e dissertações defendidas em diversas instituições, promovendo a divulgação de trabalhos acadêmicos sobre o tema.

Conclusão:

A década de 1960 foi bastante intensa no continente africano, pois diversos países que conquistaram suas independências e provocaram profundas mudanças políticas e econômicas, o que colocou a África em destaque no mundo. Relacionando os temas, recortes temporais e geográficos, áreas e subáreas de conhecimento dos artigos publicados nas revistas, nota-se que estes estavam em consonância com os acontecimentos do período. Este cruzamento de informações mostra como os CEAs estavam atualizados e sintonizados com os acontecimentos em África, promovendo o debate sobre assuntos extremamente relevantes do período.

Para a introdução dos estudos africanos no Brasil, os CEAs tiveram um papel estrutural, pois naquele período os livros sobre África eram escassos e difíceis de obter. Esta situação era pior quando se buscava livros escritos em português. Portanto, os periódicos dos centros de estudos africanos foram importantes instrumentos de formação e informação sobre a África, e tiveram sucesso em cumprir este papel e disseminar o conhecimento.

Deste modo, apresentamos um cenário acerca da produção dos centros de estudos africanos no Brasil. Mais uma vez, é importante ressaltar que estas interpretações não são totalizantes. Constituíram, portanto, reflexões realizadas a partir de uma análise quantitativa e qualitativa da produção das revistas, com o intuito de demonstrar, por meio de um balanço historiográfico dos periódicos dos primeiros CEAs, os avanços já conquistados pelos estudos africanos no Brasil.

Bibliografia:

- BELTRÁN, Luís. *O Africanismo Brasileiro*. Recife: Pool, 1987.
- BITTENCOURT, Marcelo; CORREA, Sílvio Marcus de Souza. África e Brasil: uma história de afastamentos e aproximações. *Métis: história & cultura*. Caxias do Sul, RS: Educ, v. 10, n. 19, 2011.
- D'ÁVILA, Jerry. *Hotel Trópico: O Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950 – 1980*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- FICO, Carlos; POLITO, Roland. *A História no Brasil (1980-1989): elementos para uma avaliação historiográfica*. Ouro Preto: UFOP, 1992.
- FICO, Carlos; POLITO, Roland. A historiografia brasileira nos últimos vinte anos: tentativa de avaliação crítica. In: MALERBA, Jurandir. *A velha história: teoria, método e historiografia*. Campinas, SP: Papius, 1996.
- GUEDES, Moema de Castro. A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a ideia da universidade como espaço masculino. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, supl., p.117-132, jun. 2008.
- HERNANDEZ, Leila Leite. História da África no Brasil. *Cerrados (UnB. Impreso)*, v. 19, p. 231-242, 2010.
- HOUNTONDJI, Paulin J. Conhecimento de África, conhecimento de Africanos: duas perspectivas sobre os Estudos Africanos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80, Março 2008, p. 149-160.
- LETA, Jaqueline. As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso. *Estudos Avançados*, 17 (49), 2003.
- OLIVEIRA JUNIOR, Gilson Brandão de. *Agostinho da Silva e o CEAO: a primeira experiência institucional dos estudos africanos no Brasil*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP). São

Paulo, 2010.

PEREIRA, José Maria Nunes. *Os Estudos Africanos no Brasil e as relações com a África – um estudo de caso: o CEAA (1973 – 1986)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 1991.

_____. Os Estudos Africanos na América Latina: Um estudo de caso. O centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA). In: *Los estudios afroamericanos y africanos en América Latina: herencia, presencia y visiones del otro*. Córdoba; Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales e CEA-UNC, Centro de Estudios Avanzados-Universidad Nacional de Córdoba, 2008.

PEREIRA, Marcia Guerra. *História da África, disciplina em construção*. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo, 2012.

Relatório de Atividades. Estudos Afro-Asiáticos, n. 1, (1978), p. 64.

Relatório de Atividades. Estudos Afro-Asiáticos, n. 13, (1987), p. 116.

SEGURA-RAMIREZ, Hector. *Revista Estudos Afro-Asiáticos (1979-1997) e relações raciais no Brasil: elementos para o estudo do sub-campo acadêmico das relações raciais no Brasil*. 2000. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). São Paulo, 2000.

ZAMPARONI, Valdemir D. Os estudos africanos no Brasil: veredas. *Rev. Educ. Pública*, Cuiabá, v. 4, n. 5, jan./jun. 1995.

_____. África e os estudos africanos no Brasil: passado e futuro. *Cienc. Cult.*, vol.59, n. 2, São Paulo Abr/Jun, 2007.

Acervos em marfim em Minas Gerais: documentos, trânsitos e materialidade

Collections of ivory in Minas Gerais: documents, trade and materiality

 <http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v8i2.1799>

Yacy-Ara Froner

Doutora em História Econômica pela Universidade de São Paulo -USP - Professora da Universidade Federal de Minas Gerais- UFMG

e-mail: froner@ufmg.br

 <https://orcid.org/0000-0002-5675-6945>

Eduardo França Paiva

Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo - USP e Professor da Universidade Federal de Minas Gerais- UFMG

e-mail: edupaiva@ufmg.br

 <https://orcid.org/0000-0002-8100-573X>

Vanicleia Silva Santos

Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo - USP e Professora da Universidade Federal de Minas Gerais- UFMG

e-mail: vanijacobina@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-1390-9101>

Recebido em: 23/12/2015 – Aceito em 04/04/2016

Resumo: A partir da revisão historiográfica e de duas bases documentais – os inventários post-mortem e os acervos de museus e igrejas de Minas Gerais – apresentaremos uma análise preliminar das pesquisas realizadas no primeiro ano do projeto “A circulação de marfim entre Portugal, Guiné, Angola e Minas (1700-1800)”. O objetivo é analisar as formas sociais de circulação dos marfins em Minas Gerais e seus usos simbólicos, no século XVIII.

Palavras-chave: marfim; cultura material; trânsito; Minas Gerais

Abstract: From the historiographical review, and two types of archival sources: wills and collections from museums and churches in Minas Gerais we present a preliminary analysis of research conducted in the first year of the project entitled "The movement of Ivory between Portugal, Guinea, Angola and Minas Gerais (1700-1800)". Our goal is to analyze the social forms of movement of ivory in Minas Gerais, and their symbolic use in the eighteenth century.

Keywords: ivory, material culture, trade, Minas Gerais

Apresentação

O marfim, como parte da cultura material que circulava pelo Atlântico, é uma fonte importante para conhecer o movimento de objetos, a demanda, o comércio, os aspectos estéticos e a recepção, e os marcadores de riqueza. Em outras palavras, enquanto um produto do comércio global, o marfim pode esclarecer sobre as sociedades atlânticas, os usos tradicionais que eram feitos na África, as mudanças operadas nas sociedades africanas para atender à demanda estrangeira e a introdução de novos “gostos” nas artes decorativa e sacra no império português.¹

1. SERRÃO, Vitor. As artes decorativas na coleção palaciana do 1º conde de Basto, D. Fernando de Castro em Évora no tempo dos Filipes. *Artis* [s2], n.2 - 2014, p.8-21.

Esta pesquisa está inserida em um projeto mais amplo, que contempla a circulação de marfins no espaço luso-afro-brasileiro², ou no Atlântico português, entre os séculos XV ao XIX. O presente ensaio pretende apresentar uma análise parcial dos dados levantados durante o primeiro ano da investigação sobre os marfins em Minas Gerais, a partir de um ponto: a circulação e posse do marfim em Minas Gerais durante os século XVIII.

Minas Gerais foi escolhida como locus da pesquisa por duas razões: a primeira é que nunca foi realizado nenhum estudo desta natureza na região, a qual estava ligada ao Atlântico desde o início do século XVIII, em razão das descobertas de ouro naquelas plagas; a segunda é em razão da grande quantidade de marfins identificados nos inventários post-mortem, bem como nos acervos particulares, em museus e igrejas. O século XVIII foi importante para Minas Gerais porque culminou com o início e o auge da mineração na região, a instalação das primeiras vilas no início do XVIII, para abrigar as câmaras e efetivar o controle da Coroa portuguesa da área mineradora e o estabelecimento das primeiras igrejas. Os principais centros mineradores fizeram emergir as mais importantes cidades do período colonial do Brasil, como Vila de Nossa Senhora do Carmo (Mariana), Vila Rica (Ouro Preto), Vila Real de Nossa Senhora da Conceição de Sabará (Sabará), Vila de São João Del Rei (São João Del Rey), Vila São José Del Rey (Tiradentes), Vila Nova da Rainha do Caeté (Caeté) e outras. Não por acaso, nestas cidades, na atualidade foram localizados os mais importantes acervos em marfins.

Nos principais centros urbanos da era do ouro passou a circular mercadorias básicas e também produtos de luxo, oriundos do reino, da África e Ásia, via comércio atlântico. Os inventários são as fontes mais valiosas para compreender os objetos comercializados e o perfil social dos proprietários. Circularam nas rústicas casas de Minas Gerais utensílios para casa, móveis, roupas de casa (panos finos trabalhados), decorações, santos, e objetos de uso pessoal como roupas e joias feitas de diversos minérios, como ouro e prata.³

Na área aurífera do Brasil colonial, o marfim foi empregado no fabrico de arte sacra (santos, santas, crucifixos e cortadores de hóstias); utensílios para repartições administrativas, como sinete (matriz sigilográfica para selo-tinta); utensílios domésticos de luxo como colheres, cabos de faca e de revólver, bastões e penas; utensílios para boticários como almofarizes e agulhas; e também joias e pentes. Em suma, em razão da fabulosa quantidade de ouro, circularam, em Minas Gerais, pessoas e objetos produzidos e cultivados no Império Português. A área interiorana se conectou rapidamente aos circuitos comerciais e culturais então existentes, demandou o trivial e o mais sofisticado, consumiu o que se ofertava, deu brilho e poder aos afortunados e fomentou a produção de inúmeros itens de desejo. Nas lojas existentes nas vilas e arraiais e por meio dos caixeiros, dos viandantes e de outros negociantes os moradores das Minas, entre os quais muitos libertos e negros nascidos livres, adquiriam os produtos importados para a colônia.

Em suma, os trabalhos em marfim do Brasil, independentemente, se sacras ou seculares, são abordadas neste trabalho através de seus aspectos físicos e documentais. Neste sentido, três campos específicos e complementares são utilizados de forma metodológica para examinar os marfins: 1) análise da historiografia sobre marfins em Minas Gerais; 2) levantamento e catalogação das coleções de marfim e sua documentação nas instituições de Minas Gerais; e 3) Análise textual da cultura material de marfim encontrada em testamentos e inventários post-mortem.

O levantamento sistemático das fontes tem iluminado algumas das problemáticas colocadas que orientam esta investigação: como chegava o marfim em Minas Gerais? Quem o utilizava? Para que era utilizado? Algumas hipóteses já podem ser

2. Projeto The Luso-African Ivories: Inventory, Written Sources, Material Culture and the History of Production, coordenado pelo professor Peter Mark (Universidade de Lisboa e University of Wesleyan), há também o projeto do convênio entre UFMG e Universidade de Lisboa, A produção, circulação e utilização de marfins africanos no espaço atlântico entre os séculos XV e XIX, coordenado por Vanicléia S. Santos (UFMG) e José Horta (FLUL).

3. PEREIRA, Ana Luíza de C. Viver nos trópicos com bens do Império: a circulação de pessoas e objectos no Império Português. Disponível em:

<http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2010/D10A112.pdf>. Acesso em 19/02/2016, as 14h:23 min.

levantadas com maior consistência, mas as análises conclusivas só serão possíveis quando um corpus maior de documentos tiver sido coletado.

A historiografia sobre marfins no Brasil

Em Portugal, as pesquisas sobre a produção de peças e o comércio de marfins estão mais avançadas. Os especialistas ressaltam que houve um impacto das artes africanas na cultura material e artística em Portugal, a partir do século XVI, em razão da introdução de novos produtos, como o marfim, as esteiras, o ouro e etc. Os estudos tem identificado os seguintes aspectos sobre os marfins afro-portugueses: as principais tipologias de peças eram demandadas pelas elites portuguesas, como olifantes, saleiros, talheres; a presença de símbolos da Coroa Portuguesa inseridos nas esculturas, como heráldica, inscrições de nomes reais e a cruz da ordem da Cristo; os principais centros de produção de marfim na oeste africano.⁴

Contudo, as pesquisas para a América portuguesa sobre o marfim, em todos os aspectos, ainda é um campo pouquíssimo visitado pelos estudiosos.⁵ Os primeiros trabalhos foram realizados por curadores, técnicos e pesquisadores de Museus de alguns Estados brasileiros, como Rio de Janeiro e Bahia. Em 1987, o Museu de Arte-Sacra da Bahia, localizado em Salvador, publicou uma catálogo a partir de uma mostra do próprio acervo. O catálogo foi organizado a partir dos materiais em que as peças foram confeccionadas; e uma parte deste foi dedicada às peças em marfim identificadas como sendo de origem indiana, em virtude do estilo das imaginárias religiosas que combinam elementos católicos e hindus.⁶ Embora, seja atribuída origem asiática à maioria das peças, algumas diferem totalmente das normas da manufatura indiana, e podem ter sido fabricadas na Bahia.

Em 2002, o curador Emanuel Araújo e a museóloga Lucila Moraes Santos publicaram um catálogo da Coleção Souza Pinto, a maior e mais importante do Brasil, pois concentra mais de 500 peças pertencentes ao Acervo do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro, desde 1940.⁷ Esta coleção já tinha sido tema de outra exposição em 1993, sob curadoria de Reinaldo Ferreira, no Centro Cultural Banco do Brasil.⁸ O ponto de partida para análise das peças nos catálogos da referida coleção é a suposta origem indiana das peças.

A única pesquisa histórica é a de Jorge Lúzio Silva, que investigou sobre o acervo da coleção do Museu de Arte Sacra da Bahia, com ênfase na iconografia. O autor notou que na confecção das peças, os artistas indianos fizeram uma justaposição de símbolos das religiões cristã e hindu, com destaque para as posições das pernas, mãos e braços dos santos e a inserção de animais, árvores e objetos antropomórficos em seu conjunto.⁹

Em suma, os poucos trabalhos que existem no Brasil sobre os acervos em marfim estão concentrados na hipótese de que são peças de origem asiática, em razão da presença dos missionários católicos nas possessões na Índia e China, principalmente. Além disso, não há qualquer pesquisa relativa à procedência da matéria-prima que desembarcou em portos brasileiros, nem sobre a origem das peças - se eram importadas diretamente de alguma região da África Ocidental ou de Portugal ou da Ásia ou se havia oficinas ou escultores no Brasil.

4. AFONSO, Luís U. & HORTA, José da S. Olifantes afro-portugueses com cenas de caça/C. 1490-C.1540. ARTIS – Revista de História da Arte e Ciências do Patrimônio. Número 01, 2013. Disponível em: <http://luisurbanoafonso.weebly.com/uploads/2/6/8/6/26862325/pdf_artigo.pdf>. Acesso em 17/07/2015, às 06h35min.

5. LÚZIO, Jorge. Sagrado Marfim. O Império português na Índia e as relações intracolônias Bahia e Goa, século XVII: iconografias, interfaces e circulações. Dissertação de mestrado em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, 2011.

6. MAIA, Pedro M. O Museu de Arte-Sacra. Universidade Federal da Bahia. São Paulo: Banco Safra, 1987.

7. SANTOS, Lucila M. A sagração do Marfim. Coleção do Museu Histórico Nacional-IPHAN/RJ. Catálogo da Exposição na Pinacoteca do Estado de São Paulo. São Paulo, 2002.

8. FERREIRA, Reinaldo. O marfim e a imaginária. Arte do marfim: do sagrado e da história na Coleção Souza Lima do Museu Histórico Nacional. Rio de Janeiro: CCB, 1993.

9. LÚZIO, Jorge. Sagrado Marfim. O Império português na Índia e as relações intracolônias Bahia e Goa, século XVII: iconografias, interfaces e circulações. Dissertação de mestrado em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, São Paulo-SP, 2011. LAPA, Jose Roberto do Amaral. A Bahia e a Carreira da Índia. São Paulo: Hucitec, 2000.

A documentação em Minas Gerais

O marfim foi matéria prima largamente usada no Brasil colonial, em diferentes formatos - imagens religiosas, objetos de adorno, objetos decorativos e armas. As fontes testemunham o trânsito de matéria-prima, os objetos e a formação de mão de obra. Além dos próprios objetos, há uma documentação associada – os inventários e testamentos – que permite acessar relações intrínsecas ao colecionismo e ao trânsito, contribuindo para o processo de análise crítica do significado dessa materialidade no contexto social. Além dos inventários, outros dois conjuntos documentais foram acessados: as correspondências do Arquivo Ultramarino, que evidenciam a circulação dos marfins no Império Português; e os acervos existentes em museus e igrejas.

Inventários

O comércio atlântico português produziu intenso contato entre diferentes culturas, promovendo um vasto legado cultural material a ser investigado. A documentação cartorária serviu de fonte de pesquisa a diversos trabalhos sobre o assunto no período colonial.¹⁰ Inventários post-mortem nos permitem acessar dados referentes aos legados, informando sobre aspectos econômicos, como a acumulação de posses; e também sobre aspectos culturais e religiosos, uma vez que os testadores elencavam os objetos adquiridos e sua destinação diante da morte iminente. A historiografia mineira do período colonial tem utilizado amplamente tais fontes para esse campo de estudos.¹¹

Os testamentos e inventários post-mortem são importantes fontes para os estudos sobre cultura material, incluindo a circulação de marfins e os usos que se fizeram destes, bem como as questões sobre a constituição de gostos e de gestos que atribuíram valores a determinados objetos e justificaram a procura, o comércio e a ostentação destes.

Esta documentação, profusa, seriada e organizada nos arquivos de Minas Gerais-Brasil, não apenas traz a descrição dos objetos em marfim, mas descreve associações que se faziam com outros materiais (como ouro e prata), arrola circuitos pelos quais aqueles passaram e, ainda, apresenta seus usuários de primeira ordem, assim como os que os herdaram. Enfim, os inventários são fontes especiais para se mergulhar no universo material desse passado e acessar a vida privada de indivíduos e de grupos que os cultivaram.

O inventário da Catedral da Vila de Nossa Senhora do Carmo (atual Mariana) é parte deste conjunto documental. As informações sobre as peças tem evidenciado uma das rotas da origem das esculturas em marfim que chegavam a Minas Gerais no século XVIII. No dia 12/01/1749, foi feito o inventário dos ornamentos e outros bens recebidos pela Catedral de Mariana. Dentre os objetos religiosos arrolados, havia algumas peças fabricadas em marfim, nomeadamente, "(...) **Huma roda de marfim** para se cortarem hóstias nela, **Huma roda de dito** mais pequena para o tamanho das óstias, (...) Huma Imagem do **Santo Cristo de marfim** com cruz de galhos, que se acha na Sacristia.¹² A referida Diocese foi criada em 1745, cuja matriz foi dedicada à Nossa Senhora da Assunção.

As referidas peças, feitas em marfim eram procedentes de Portugal, e poste-

10. PAIVA, Eduardo França. Escravidão e universo cultural na colônia – 1716-1789. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

11. LEWKOWICZ, Ida. "Herança e relações familiares: os pretos forros nas Minas Gerais do século XVIII". Revista Brasileira de História. V. 9, nº17, set.88/fev.89, p. 101-114; MÖL, Claudia Cristina. Mulheres forras: cotidiano e cultura material em Vila Rica (1750-1800). Dissertação de Mestrado, FA-FICH/UFMG, Belo Horizonte, 2002; FURTADO, Júnia Ferreira. Chica da Silva e o contratador de diamantes. O outro lado do mito. São Paulo: Companhia das Letras, 2003; MÖL, Cláudia Cristina. "Entre sedas e baetas: o vestuário das mulheres alforriadas em Vila Rica". Varia História, nº32, julho, 2004. ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana, 1750-1850. Dissertação de mestrado, PPGH, UFF, Niterói, 1994. ALMEIDA, Carla M. Carvalho de. Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social em Minas Colonial: 1750-1822.

riormente levadas para o interior das Minas, para uso na sede do nova diocese. Embora não haja especificação da origem do marfim usado para o fabrico das peças, a oficina onde foram manufaturados, o tamanho exato e os valores dos objetos, há duas importantes identificações no documento: a procedência e a forma de aquisição das peças. Estas foram adquiridas pelos clérigos em Portugal para a nova catedral, instalada na principal área mineradora do Brasil colonial. Seguramente, estamos tratando das primeiras peças em marfim que chegaram a Minas Gerais, no auge da mineração do ouro na América Portuguesa. A peça mais antiga identificada, até o momento, data de 1738 – trata-se de um crucifixo, que consta no inventário do capitão-mor João Soares de Miranda, morador na Vila Real de Nossa Senhora da Conceição de Sabará.¹³

O inventário do capitão-mor é parte de uma amostragem de oito inventários e testamentos referentes às Comarcas dos Rios da Velha e da Morte (1734-1784). Nestes inventários foram identificadas 22 peças em marfim, sendo a maioria destinada para decoração ou utensílio de luxo: crucifixos, Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora da Penha, crucifixos, bastões com cabos de marfim, almofariz, pentes, sinete e faca (Ver apêndice 1). Deve-se destacar que eram os nove pentes, avaliados em \$900, que pertenciam ao português João da Fonte Barros, que tinha loja e botica em Sabará. Portanto, um comércio de produtos de marfim existia no interior da província para atender aos gostos dos habitantes.

O grupo de proprietários dos referidos marfins era constituído pela maioria de homens portugueses, que morava na Comarca do Rio das Mortes, no sul da Capitania, nas vilas de São João del Rei e na Vila de São José Del Rei (Tiradentes), ou próximo a estas, na segunda metade do século XVIII. Neste período, a referida região abrigava uma população de portugueses mais numerosa que nas outras comarcas das Minas Gerais. Dos dez testadores e inventariados aqui incluídos, a maioria morava em São João del Rey. Apenas uma pessoa, o capitão-mor João Soares de Miranda, morava na Comarca do Rio das Velhas, no centro-norte da Capitania, na Vila de Nossa Senhora da Conceição do Sabará, área marcada muito mais fortemente pela presença de grande população composta de negros forros e livres e mestiçagens do que a Comarca do sul.

Outro aspecto observado é sobre o perfil econômico e social dos proprietários dos marfins. Eram oito homens e duas mulheres. Portanto, os homens brancos livres eram os principais proprietários dos objetos de marfim. Contudo, não representa a totalidade. Ex-escravos também utilizaram o marfim. Exemplo disso é o inventário da crioula forra, Caetana Maria dos Santos, moradora da vila Mariana, que declarou possuir "um par de brincos com seus olhos feitos de marfim Angola que pesam 3/4 e 4 vinténs com seus olhos de mosquito, que foram vistos e avaliados pelos ditos louvados na quantia de 1\$500". Além do referido brinco, a alforriada possuía outros valiosos bens: joias, uma mobília considerável, louças inglesas e indianas, muitas roupas e somente um escravo.¹⁴

Em virtude das evidências nos inventários pode-se afirmar que o marfim em Minas Gerais não era exclusivo a um grupo social, embora a predominância da circulação e posse se concentrasse nas camadas mais abastadas, formada por capitães-mores, clérigos, homens de negócios, boticários e lojistas, em sua maioria proprietária de escravos.

Enfim, os bens arrolados nos inventários das igrejas, bem como dos homens e mulheres livres e forras mostram que a demanda dos trabalhos em marfim era pelas se-

12, AEAM (Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana), Inventário, P-16, folha 5. Inventário dos Ornamentos e mais bens que vieram de Lisboa para esta Catedral de Mariana, dos quais o Tesoureiro-Mor dela João de Campos Lopes Torres tomou conta por entrega que deles lhes fez o Sacristão Mor Manoel Pereira de Pinho, a cuja arrecadação estavam: estando presente o Reverendo Dr. Provisor deste Bispado José de Andrade e Moraes. (Grifos nossos). Agradecimentos pela disponibilidade da fonte à Renata Romualdo Diório, pesquisadora de pós-doutorado dos projetos The Luso-African Ivories: Inventory, Written Sources, Material Culture and the History of Production, e "A circulação de marfim entre Portugal, Guiné, Angola e Minas (1700-1800)".

13, Casa Borba Gato-CBG Cartório do Primeiro Ofício-CPO Testamentos-TEST, código 02, f. 48-52v – Testamento do capitão-mor João Soares de Miranda. Sabará, 10/08/1738.

14, Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência (Casa do Pilar). Inventário post-mortem de Caetana Maria dos Santos. 1787. 2o Ofício. Códice 47, auto 518.

guintes tipologias: arte sacra, utensílios de luxo para casa e trabalho e joias. Dos objetos sacros, a maioria eram crucifixos, os quais, em geral, eram expostos na casa para cumprir duas funções – proteção espiritual e ostentação dos donos.

O comércio de marfim nas Correspondências Oficiais

O levantamento em outros arquivos e fundos documentais, como o Conselho Ultramarino, tem esclarecido sobre o aspecto do comércio das presas de elefantes que chegavam ao Brasil. Uma comunicação entre o conde de Sabugosa - Vasco Fernandes César de Menezes (vice-rei e Capitão Geral do Brasil) e o rei D. João V, registra que, em 1723, o conde confiscou nada menos que 1.243 dentes de marfim, no navio Rainha de Nantes, no porto da Bahia.¹⁵

Em outras correspondências enviadas pelo provedores da Fazenda Real de Angola, estão indicados as datas de partidas, os destinos, os nomes dos mestres e os nomes dos navios, no qual foram embarcados escravos e marfim para o Brasil, para os portos do Rio de Janeiro, Bahia, desde 1715 e se estende por todo o século XVIII.¹⁶ Também eram enviadas pontas de marfim do porto de Benguela para o Brasil.¹⁷

O que estes documentos revelam de novo é uma das rotas do marfim importado para o Brasil, que estava ligado à caça de elefantes no interior de Angola e Benguela. Como as presas chegavam in natura no Brasil, pode-se inferir que havia uma produção local de peças em marfim. Se esta hipótese for confirmada modifica-se o consenso entre historiadores e especialistas versados na arte sacra de que as peças em marfim no Brasil eram majoritariamente originárias da Índia.

Presumindo que havia uma produção local de peças marfim, coloca-se outra a questão – quem eram os escultores? A pesquisa de Iaci Iara Cordovil de Melo, que analisa os inventários das igrejas jesuítas no Pará, (séculos XVII e XVIII) encontrou naquela localidade presas de marfim e também peças sacras e utensílios de boticas. A autora faz também a menção a um indígena escultor, que teria sido escravo daqueles padres – o que sugere uma produção local das peças. As outras referências sobre a abertura de oficinas para a manufatura do marfim no Brasil, identificadas até o momento, são relativas ao século XIX para o Pará.¹⁸

A catalogação dos acervos

Além do rastreamento da cultura material nas fontes documentais, também está sendo feito o levantamento para catalogação e formação de banco de dados dos marfins em acervos de museus e igrejas do Estado de Minas Gerais.¹⁹ A partir deste banco de dados, será possível estabelecer uma proposta para uma política pública de preservação deste patrimônio artístico mineiro, bem como levar ao conhecimento do público.

Até o momento foram identificadas 68 peças em marfim, localizadas em 29 cidades²⁰ de Minas Gerais. Classificamos as peças em duas categorias – sacras e não-sacras. As sacras estão subdivididas em dois grupos: uso litúrgico e devocional. Das

15, Carta do vice-rei e capitão general do Brasil, conde de Sabugosa, Vasco Fernandes Cesar de Menezes ao rei (D. Joao V) informando sobre como procedeu com os 1243 dentes de marfim confiscados ao navio Rainha de Nantes. AHU – Bahia, cx 15, doc 23. AHU_ACL_CU_005, Cx 18, D. 1580. 1723, Outubro, 22, Bahia; Ofício de D. Francisco Inocência de Sousa Coutinho, governador de Angola, a Sebastiao Jose de Carvalho e Melo, conde de Oeiras, sobre o seguinte: envio de uma relação de marfim a ser remetido às Mesas da Inspeção dos Portos do Brasil; utilidade de fixação de escala da nau da Índia e à necessidade de mais gente para dar continuidade ao desenvolvimento de Angola. Insistia para que o substituíssem no governo. São Paulo de Assunção [Luanda], ANG 14 de julho de 1770. Coleção Alberto Lamago Cod.82.24. Ver também LUZIO, Jorge. As redes afro-asiáticas e suas interações culturais com os reinos ibéricos: marfins e mercadorias orientais no Brasil e no México - século XVIII. Disponível em Disponível em: http://www.academia.edu/6348799/A_s_redes_afro-asi%C3%A1ticas_e_suas_intera%C3%A7%C3%B5es_culturais_com_os_reinos_ib%C3%A9ricos_marfins_e_mercadorias_orientais_no_Brasil_e_n_o_M%C3%A9xico_s%C3%A9culo_XVIII. Acesso em 18/02/2015, às 15h: 58 min.

16, AHU - Angola, cx. 21, doc. 108. AHU_CU_001, Cx. 23, D. 2328; AHU-Angola, cx. 22, doc. 43 e 48. AHU_CU_001, Cx. 23, D. 2358; AHU-Angola, cx. 22, doc. 56 e 55. AHU_CU_001, Cx. 23, D. 2368; AHU-Angola, cx. 23, doc. 15 e 59. AHU_CU_001, Cx. 24, D. 2473; AHU-Angola, cx. 23, doc. 89. AHU_CU_001, Cx. 25, D. 2545; AHU-Angola, cx. 24, doc. 38. AHU_CU_001, Cx. 26, D. 2594; AHU-Angola, cx. 24, doc. 102 e 89. AHU_CU_001, Cx. 27, D. 2642, entre outros.

17. AHU-Angola, cx. 19, doc. 57. AHU_CU_001, Cx. 20, D. 2096; AHU-Angola, cx. 24, doc. 74; cx. 179, doc. 64. AHU_CU_001, Cx. 26, D. 2618; AHU_CU_001, Cx. 27, D. 2718; anexo: relação AHU-Angola, cx. 25, doc. 18. AHU_CU_001, Cx. 27, D. 2689; AHU-Angola, cx. 28, doc. 49. AHU_CU_001, Cx. 31, D. 2992; AHU-Angola, cx. 30, doc. 118. AHU_CU_001, Cx. 33, D. 3193; AHU-Angola, cx. 45, doc. 34. AHU_CU_001; AHU-Angola, cx. 24, doc. 74; cx. 179, doc. 64. AHU_CU_001, Cx. 26, D. 2618.

18. FUNDAÇÃO, BIBLIOTECA NACIONAL. Catálogos online Biblioteca Nacional. Referência: 03, 02, 005 n. 318; localização I29, 33, n. 054.

19, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN/MG, Museu Regional de São João Del Rei, reserva técnica da Superintendência de Museus e Artes Visuais Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais (SUMAV) e dados do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/ MG)

68 peças, 61 são sacras e 7 não-sacras. No subgrupo de peças sacras, há predominância da imaginária devocional, principalmente crucifixos, os quais totalizam 37 peças. Há 7 imagens marianas, nomeadamente, Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora da Purificação, Nossa Senhora da Soledade, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora do Pé da Cruz e de Santana Mestre; e 5 santos: Santo Antônio de Pádua, São Domingos, São João Evangelista e São Luís Rei da França.

As peças não-sacras foram subdivididas também em dois subgrupos: utensílios e decorativos. Dentre os utensílios predominaram - adaga, revólver, pena para escrever, cachimbo e espátula (para abertura de cartas). Apenas uma peça de uso decorativo, o caçador de borboleta. Pode-se seguramente inferir que as últimas peças citadas eram de propriedade de homens brancos, pois os negros não podiam usar arma branca ou de fogo; e a pena e a espátula de marfim eram objetos mais sofisticados, e provavelmente pertenciam aos clérigos ou administradores. Em relação aos santos e santas, a grande maioria era de culto devocional da população branca; apenas uma imaginária é de culto devocional negro, a Nossa Senhora do Rosário. Estas inferências se confirmam quando analisadas juntamente com os dados dos inventários. Deste pequeno levantamento pode-se concluir que, seguramente, a Igreja era um dos principais encomendadores da imaginária em marfim para Minas Gerais. Os marfins que constam nas coleções dos museus, em geral, foram doados pelas famílias mais abastadas da região.

A imaginária de marfim presente nos acervos em Minas Gerais está em fase de análise estilística. Por meio do cruzamento entre os acervos e as comparações formais, materiais e iconográficas obter-se-á uma análise mais acurada referente à procedência, ao fabrico e à iconografia das peças.

Considerações sobre a pesquisa em andamento

O que a documentação já levantada permite inferir sobre as formas sociais de circulação e usos simbólicos do marfim no mundo Atlântico? Quais as evidências relativas à fabricação, aquisição e utilização desses artefatos? Qual o perfil dos proprietários de peças feitas com marfim? O que revela a iconografia das peças – seriam indo-portuguesa ou luso-africanas ou luso-afro-brasileiras? As respostas ainda são relativas, pois a amostragem do conjunto documental ainda não é grande e as análises estão em andamento. De todo modo, os dados atuais são representativos. As peças em marfim que circularam no Brasil colonial eram importadas de Portugal e da Índia, bem como foram produzidas no Brasil. A importação do marfim in natura, da costa Atlântica africana, bem como da Índia, mostra que havia uma produção local da arte em marfim no Brasil, principalmente nas instituições administradas pelas ordens religiosas.

O perfil do proprietário das peças mostra os usos simbólicos do marfim na América Portuguesa. A igreja aparece como principal proprietária das peças sacras, e pode ter sido a principal fonte de demanda da arte em marfim. Grande parte dos objetos encontrados na atualidade estão em igrejas ou em museus, que adquiriram as peças das igrejas. Os inventários post-mortem mostram os homens brancos, como a maioria dos proprietários de marfim em Minas Gerais. Os usos simbólicos das peças decorativas e utensílios indicam que a posse do marfim era grande signo de distinção social. Prova disso é o inventário da afortunada forra que possuía apenas um escravo, mas tinha um valioso brinco de marfim de Angola.

Referências

20, Alvorada de Minas, Barão de Cocais, Barbacena, Belo Horizonte, Caete, Catas Altas, Conceição do Mato Dentro, Congonhas, Diamantina, Itabira, Itabirito, Itaverava, Lavras, Mariana, Matias Cardoso, Minas Novas, Nova Era, Nova Lima, Ouro Branco, Ouro Preto, Prados, Raposos, Sabara, Santa Bárbara, Serro, São Joao del Rei, Paracatu, Tiradentes e Uberaba.

AFONSO, Luís U. & HORTA, José da S. Olifantes afro-portugueses com cenas de caça/C. 1490- C.1540. ARTIS – Revista de História da Arte e Ciências do Patrimônio. Número 01, 2013. Disponível em: <http://luisurbanoafonso.weebly.com/uploads/2/6/8/6/26862325/pdf_artigo.pdf>. Acesso em 17/07/2015, às 06h35min.

ALMEIDA, Carla M. Carvalho de. Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social em Minas Colonial: 1750-1822.

FERREIRA, Reinaldo. O marfim e a imaginária. Arte do marfim: do sagrado e da história na Coleção Souza Lima do Museu Histórico Nacional. Rio de Janeiro: CCBB, 1993.

LEWKOWICZ, Ida. “Herança e relações familiares: os pretos forros nas Minas Gerais do século XVIII”. Revista Brasileira de História. V. 9, nº17, set.88/fev.89, p. 101-114;

LÚZIO, Jorge. As redes afro-asiáticas e suas interações culturais com os reinos ibéricos: marfins e mercadorias orientais no Brasil e no México - século XVIII. Disponível em Disponível em: http://www.academia.edu/6348799/As_redes_afroasi%C3%A1ticas_e_suas_intera%C3%A7%C3%B5es_culturais_com_os_reinos_ib%C3%A9ricos_marfins_e_mercadorias_orientais_no_Brasil_e_no_M%C3%A9xico_s%C3%A9culo_XVIII . Acesso em 18/02/2015, às 15h: 58 min.

LÚZIO, Jorge. Sagrado Marfim. O Império português na Índia e as relações intracoloniais Bahia e Goa, século XVII: iconografias, interfaces e circulações. Dissertação de mestrado em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, 2011.

MAIA, Pedro M. O Museu de Arte-Sacra. Universidade Federal da Bahia. São Paulo: Banco Safra, 1987.

MÓL, Cláudia Cristina. “Entre sedas e baetas: o vestuário das mulheres alforriadas em Vila Rica”. Varia História, nº32, julho, 2004.

MÓL, Claudia Cristina. Mulheres forras: cotidiano e cultura material em Vila Rica (1750-1800). Dissertação de Mestrado, FA-FICH/UFMG, Belo Horizonte, 2002.

PAIVA, Eduardo França. Escravidão e universo cultural na colônia – 1716-1789. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

PEREIRA, Ana Luiza de C. Viver nos trópicos com bens do Império: a circulação de pessoas e objectos no Império Português. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2010/D10A112.pdf>. Acesso em 19/02/2016, às 14h:23 min.

SANTOS, Lucila M. A sagração do Marfim. Coleção do Museu Histórico Nacional-IPHAN/RJ. Catálogo da Exposição na Pinacoteca do Estado de São Paulo. São Paulo, 2002.

SERRÃO, Vítor. As artes decorativas na colecção palaciana do 1º conde de Basto, D. Fernando de Castro em Évora no tempo dos Filipes. Artis [s2], n.2 - 2014, p.8-21.

Apêndice 1

Marfins nos inventários e testamentos nas Comarcas dos Rios da Velha e da Morte/Estado de Minas Gerais/Brasil 1734-1784

Arquivo do Museu do Ouro/Casa Borba Gato, Sabará-MG; Casa Borba Gato-CBG Cartório do Primeiro Ofício-CPO Testamentos-TEST, códice 02, f. 48-52v – Testamento do capitão-mor João Soares de Miranda. Sabará, 10/08/1738; IBRAM BG CPO-TEST, códice 08, f. 94v-101v – Testamento de Maria de Freytas. “Tapanhumacanga”, 06/08/1740; IBRAM Museu Regional de São João del Rei-MR Inventários-INV, caixa 52 – Inventário post-mortem de Anna Dias de Castilho. São João del Rei, 08/04/1743; IBRAM MR

Tipologia	Tamanho e preço	Origem	Datação	Proprietário	Morada do proprietário
Crucifixo em marfim	\$	n/d	1738	Joao Soares de Miranda	Sabará
N. Sra. da Conceição	1 palmo	n/d	1740	Maria de freytas	Serro Frio
Senhor Morto	1 palm	n/d	1740	Maria de freytas	Serro Frio
Objeto em marfim	n/d	n/d	1743	Anna Dias Castilho	São João Del Rey
Bastão com cabo de marfim	\$600	n/d	1784	Pe. Domingos Nunes Ferreyra	Rio de Janeiro
Senhor Crucificado em marfim	7\$200	n/d	1754	Bento Pinto de Magalhains	São Joao Del Rey
Nossa Senhora da Penha	1\$500	n/d	1754	Bento Pinto de Magalhains	São Joao Del Rey
Almofariz em marfim	n/d	n/d	1762	Joao da Fonte Barros	Borda do Campo
9 pentes em marfim	\$900	n/d	1762	Joao da Fonte Barros	Borda do Campo
Sinete de marfim	1\$500	n/d	1764	Felipe Franco Madureyra de Barbuda	São Joao Del Rey
Senhor Crucificado em Marfim	2\$400	n/d	1764	Baptista Pereira da Costa	Freguesia de Prados
2 objetos com cabo em marfim.	5\$200	n/d	1765	Joze Pereira da Costa Castelo Branco	São João Del Rey
1 sinete de marfim de prata	1\$500	n/d	1772	Bento de Faria Lopes	São João Del Rey
1 faca de marfim	\$300	n/d	1772	Bento de Faria Lopes	São João Del Rey

INV, caixa 85TEST, f. 7-10v – Inventário post-mortem do padre Domingos Nunes Ferreyra. São João del Rei, 1/11/1784; IBRAM MR INV, caixa 333 TEST, f. 21-29 – Inventário post-mortem de Bento Pinto de Magalhains. São João del Rei, 19/04/1766; IBRAM MR INV, caixa 30, f. 1-11v – Inventário post-mortem de João da Fonte Barros. Arraial da Borda do Campo, 30/05/1763; IBRAM MR INV, caixa 29, f. 1-5 – Inventário post-mortem de Felipe Franco Madureyra de Barbuda. Vila de São José del Rei, 13/02/1764; IBRAM MR INV, caixa 67, f. 1-7v – Inventário post-mortem de Baptista Pereira da Costa. Freguesia de Nossa Senhora da Conceição dos Prados, 10/09/1764.

Resenha

FROMONT, Cécile. *The Art of Conversion: Christian Visual Culture in the Kingdom of Kongo*. Chapel Hill: The University of Carolina Press, 2014. 293 páginas.



<http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v8i2.1765>

Rogéria Cristina Alves

Doutoranda em História Social da Cultura pela UFMG e Professora da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP/CEAD – UAB).

Email: rogeriaufmg@gmail.com



<https://orcid.org/0000-0001-9236-5514>

Recebido em: 23/12/2015 – Aceito em 04/04/2016

“*The Art of Conversion: Christian Visual Culture in the Kingdom of Kongo*”, publicado em 2014 e sem traduções para o português é uma pesquisa de fôlego. A autora, Cécile Fromont, é historiadora da arte e professora assistente de História da Arte na Universidade de Chicago. A pesquisa para o livro foi realizada em quatro continentes, nos quais a autora reuniu fontes históricas escritas, como livros, documentos manuscritos, relatos de viajantes; imagens, gravuras, aquarelas e outros objetos materiais que retratam o advento do cristianismo no reino do Congo. Dividida em cinco capítulos e ricamente ilustrada, a obra analisa um extenso período de tempo (séculos XV ao XIX) – o qual engloba transformações e movimentos históricos significativos na história do reino do Congo, tais como guerras civis e estrangeiras, o comércio Atlântico de escravos e a ascensão do colonialismo europeu durante o século XIX. Todas essas mudanças aconteceram paralelamente ao crescimento do cristianismo e ao consequente surgimento de novas formas de arte, concepções religiosas e práticas sociais, moldadas coletivamente, naquele espaço.

O ponto alto das análises elaboradas por Fromont encontra-se na mescla cultural identificada em representações de ritos e práticas católicas, nas quais existiram elementos próprios da dinâmica Atlântica. Nessa perspectiva, a autora estabelece a metodologia empregada em toda a obra: a construção de análises iconográfica e histórica, a partir de um conceito principal, nomeado pela pesquisadora de “espaços de correlação” – conceito amplo e exaustivamente trabalhado em todos os capítulos. A partir desse conceito o objetivo central do livro é construído: avalia-se a conversão ao cristianismo no reino do Congo e compreendem-se as interações e convergências próprias das culturas que se encontraram naquele reino.

A autora propõe uma análise que foge ao uso da linguagem da teoria pós-colonial. Os espaços de correlação são entendidos como criações culturais, tais como narrativas, obras de arte ou performances, que estão fora de um domínio específico. Nessas, podem se reunir ideias e formas radicalmente diferentes, que permitem ser confrontadas e, eventualmente, transformadas em partes integrantes de um novo sistema de pensamento e expressão.

O argumento central de Cécile Fromont é a ideia de que nos espaços de correlação, elemen-

tos culturais estrangeiros e locais fundiram-se, o que conferiu àquelas manifestações visuais, escritas e materiais, um tom peculiar e essencialmente ligado ao contexto histórico e cultural do reino do Congo. Para a autora, a conversão ao cristianismo naquele reino não foi uma situação desprovida de lutas de poder, conflitos e desigualdade. Mas, algumas vezes, estava associada à garantia e à aprovação do poder e da legitimidade. Basta lembrar que, a adoção do cristianismo como religião oficial daquele Estado foi uma questão interna, liderada pela própria elite do reino, a qual acordava com os estrangeiros, as ideias e formas que seriam introduzidas naquela sociedade. Toda a argumentação construída por Fromont baseia-se na ideia de que o domínio criativo oferecido pelo espaço de correlação concederia, por exemplo, a evolução do pensamento local e estrangeiro para uma única visão de mundo. Tal ferramenta analítica é aplicada a uma série de objetos concretos ou abstratos que estão caracterizados por paradigmas construídos histórica e culturalmente.

Fromont também destacou que a iconografia religiosa surgida no Congo cristão permitiu a criação e a utilização de objetos únicos, que possuíam um significado próprio para a população local, a exemplo dos crucifixos. Nessas representações, um diferente processo de mudança cultural esteve presente e abarcou o sincretismo, a apropriação e a inovação. Todavia, a autora observa que o produto dessas interações e embates, não forma meramente uma nova entidade, mas cria fortes e novas ligações entre os componentes originais. Deste modo, as marcas de um mundo em movimento ficaram impressas naquela cultura visual, que não deixou escapar, por exemplo, que a importação de tecidos e outros bens era comum e ajudava a compor uma paisagem cosmopolita no reino do Congo, em plena Idade Moderna.

O livro de Cécile Fromont analisa o impacto do cristianismo no Congo cristão como um fenômeno que ultrapassou, certamente, os limites daquela região e o entende como um elemento que alcançou as diferentes regiões do mundo atlântico. No Brasil colônia, por exemplo, a reunião de africanos, identificados como centro-africanos, em associações como as Irmandades, fez surgir eventos festivos, nos quais eram encenadas batalhas com espadas falsas – numa clara ligação com as tradições da elite cristã do Congo. Essas organizações e eventos, forjados no contexto da escravidão, permanecem até a atualidade, nas chamadas congadas ou congados – eventos nos quais as populações afro-descendentes prestam homenagens aos reis e rainhas eleitos pelo próprio grupo. Interessante observar que tais eventos encontraram ecos na Nova York dos séculos XVIII e XIX, em situações que homens e mulheres escravizados da cidade de Albany se organizavam em grupos, chamados de fraternidade, nos quais encenavam danças e batalhas – a exemplo dos sangamentos – rituais comuns no reino do Congo. Nesse sentido, Fromont dialoga com as produções historiográficas da chamada “História Atlântica” – ao redimensionar as análises propostas para um contexto cultural, social e econômico amplo e complexo.

O livro propala a percepção de que o universo visual, cultural e espiritual do Congo cristão possuiu um impacto muito além da região centro-africana onde emergiu. Tal universo foi transportado para o continente americano, através de homens e mulheres escravizados. Portanto, o advento do cristianismo no reino do Congo é compreendido para além de uma ocorrência histórica singular, é um fenômeno cujas influências ressoaram por toda a Idade Moderna Atlântica.

The Art of Conversion: Christian Visual Culture in the Kingdom of Kongo é indubitavelmente uma leitura necessária aos pesquisadores da História Atlântica - tão preconizada pela academia brasileira nos últimos tempos. Não obstante, também é uma obra de referência para pesquisadores da história do Congo, da história da arte e da iconografia cristã, produzidas na África Central.

Resenha

LARANJEIRA, Lia Dias. *O culto da Serpente no reino de Uidá: um estudo da literatura de viagem europeia, séculos XVII e XVIII*. Salvador: EdUFBA. 2015. 193p.

 <http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v8i2.1766>

Thiago Henrique Mota

Doutorando em História Social da Cultura pela Universidade Federal de Minas Gerais

Email: thiago.mota@ymail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-2204-4229>

Recebido em: 23/12/2015 – Aceito em 04/04/2016

Publicado em 2015, o livro em tela foi, originalmente, apresentado como dissertação de mestrado junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos da Universidade Federal da Bahia (UFBA), no ano de 2010. Sua autora, Lia Dias Laranjeira, graduou-se em Ciências Sociais na UFBA, onde também concluiu o mestrado. Atualmente, dedica-se ao doutorado em História na Universidade de São Paulo (USP). Fruto de investigações em fontes europeias para compreensão da história africana e resultado de investidas anteriores da autora na história africana, durante a graduação, o livro destaca-se pelo cuidado metodológico, que a possibilitou acessar informações que vão além da superfície textual. A análise da intertextualidade percorre toda a obra, marcada pelos diferentes lugares sociais ocupados pelos cronistas sob escrutínio, que influenciaram diretamente no sentido produzido dentro de seus textos, no tocante ao objeto central de interesse de Lia Laranjeira, que lhe nomeia o livro: *O culto da Serpente no reino de Uidá*.

Esta obra vem a somar com a expansão do campo de estudos africanos no Brasil, pois traz à tona a emancipação deste campo diante da historiografia centrada na escravidão atlântica bem como frente ao Império Português na África. Essas balizas temáticas da produção nacional, que marcam grande parte da produção brasileira sobre História da África, desde a expansão portuguesa, iniciada no século XV, às independências africanas, no terceiro quartel do século XX, são superadas por Laranjeira ao produzir sua análise a partir de quatro autores pouco comuns nas pesquisas brasileiras: o holandês Willem Bosman e os franceses Jean Barbot, Reynaud Des Marchais e Jean Baptiste Labat. Sua expressão também é marcada pelo recorte geográfico: Uidá, localizado na então Costa dos Escravos, que hoje corresponde à região do Togo, Benin e trechos da Nigéria. Pretendendo-se como um estudo da literatura europeia de viagem entre os séculos XVII e XVIII, o livro tampouco perde de vista o objeto relatado e não escorrega no risco de tornar-se um estudo da visão europeia sobre África. Antes, alimenta-se desta perspectiva para melhor observar e compreender o desenvolvimento, as práticas sociais, a dimensão religiosa e o papel das relações de gênero inseridas no culto a Dangbe, a serpente de Uidá.

No livro, a pesquisa encontra-se organizada em cinco seções. Parte da abordagem geral centra-se sobre Uidá na literatura de viagem europeia, passando por considerações sobre a documentação analisada até chegar ao objeto central. As três seções seguintes são dedicadas ao culto: a compreensão do papel da serpente nas práticas religiosas de Uidá é seguida das considerações dos cronistas sobre o uso prag-

mático da fé como forma de obter ganhos materiais, bem como as relações dos estrangeiros com os costumes daquele reino. Por fim, são analisadas as manifestações femininas na iniciação religiosa e seus impactos na estrutura social de Uidá. Toda abordagem é permeada pelo entendimento dos pertencimentos sociais dos cronistas analisados, cuidado essencial à produção de sentido: tanto a coerência interna dos textos quanto sua dimensão social está diretamente atrelada aos papéis desempenhados pelos autores, dimensão recorrente na análise de Laranjeira.

Rejeitadas no estudo da História Africana a partir dos anos 1960, as fontes europeias retornariam a este campo de estudos apenas a partir de meados dos anos 1980. Em 1987, Adam Jones e Beatrix Heintze apontaram a necessidade de rever o papel cabível aos documentos europeus para História Africana, em detrimento de desfazer-se deles sob a acusação de serem portadores de eurocentrismos.¹ Os autores citados chamavam a atenção dos pesquisadores para a emergência de filtros culturais, uma vez que os observadores (comerciantes, missionários, funcionários de burocracias régias e de companhias de comércio) percebiam as realidades africanas através de seus próprios referenciais e a produziam textualmente para consumo de seus pares. Assim, fazia-se necessário produzir ferramentas metodológicas que fizessem tais acervos úteis ao trabalho do historiador. Deste embate, surgiu a necessidade de se considerar o contexto social de referência do produtor da fonte, para que se pudesse analisar seus padrões na comparação indiretamente produzida com as sociedades africanas. Com estes cuidados, concluíam: não há problema no uso de fontes europeias para estudo do passado não-europeu. Paulatinamente, tal documentação passou a ser incorporada em pesquisas sobre África, com crescente cuidado por parte dos historiadores.

Lia Laranjeira leva adiante este projeto, ao construir suas análises sobre o culto a Dangbe a partir de três narrativas francesas e uma holandesa. São elas: *Descriptions des Côtes d'Afrique*, de Jean Barbot (1688); *Voyage de Guinée*, de Willem Bosman (1705), *Journal du Voyage de Guinée et Cayenne par le Chevalier Des Marchais Capitaine Comandant pour la Compagnie des Indes La frégate nome l'Expedition armé au heure de Grace. Enrichy de plusieurs cartes, plans, figures et observations utiles et curieux. Le Voyage comencé le 6 août 1724 et fini le 16 juin 1726*, de Reynaud Des Marchais (1726); e *Voyage du Chevalier Des Marchais en Guinée, iles voisines, et a Cayenne, fait en 1725, 1726, et 1727*, de Jean Baptiste Labat (1730). O estudo é marcado pela adesão à Análise do Discurso, ferramenta por meio da qual a autora aborda as narrativas a partir das “funções desempenhadas pelos viajantes enquanto produziam os relatos, seus respectivos locais de origem, religiões e histórias de vida, assim como os contextos de produção e o formato dos escritos”². Essas referências orientam-na na apreensão dos sentidos narrados.

Tal ferramenta metodológica exigiu de Lia Laranjeira cuidadoso trabalho na caracterização dos gêneros textuais correspondentes a suas fontes. Assim, ela escapa do conceito generalista de relato de viagem em favor de gêneros mais específicos e delimitados que, embora tratem de um referencial geográfico distante da comunidade de origem do autor e do público leitor – portanto, a viagem – não se resume a este elemento externo ao texto. Os gêneros memória, diário e escrita romanesca são utilizados para abarcar os textos analisados, dos quais a autora extrai informações, como a condição social do autor, seu grau de participação nos debates públicos e o desejo de verdade presente nas obras. A compreensão das intertextualidades presentes nas narrativas, apropriações entre os autores, reescritas e transformações nos discursos – sobretudo na relação entre o texto de Labat e Des Marchais – acrescenta grande mérito ao trabalho da autora.

No uso da Análise do Discurso, informação importante é aquela que destaca a dimensão do consumo dos textos na Europa de finais do século XVII e início do XVIII.

¹JONES, Adam; HEINTZE, Beatrix. Introduction. In.: Paideuma. vol. 33, 1987. p.04.

²LARANJEIRA, Lia Dias. O culto da Serpente no reino de Uidá: um estudo da literatura de viagem europeia, séculos XVII e XVIII. Salvador: EdUFBA. 2015, p.23

A autora é perspicaz na percepção do desejo de publicação quando da elaboração de alguns dos textos, o que condicionou o processo de seleção de informações a serem divulgadas; das múltiplas identidades possuídas pelos cronistas (religiosas, nacionais, ocupacionais), que influenciou diretamente na percepção que tiveram da realidade inscrita em seus textos; da familiaridade possuída com o objeto que descreveram (testemunhas oculares, narrador distanciado). Quanto ao público a quem os escritos se destinavam, a autora destaca a manutenção de sociabilidades através da escrita: a troca de correspondências entre Bosman e o médico e oficial holandês Daniel Harvart; o destinatário de Des Marchais, um padre da Academia Real de Ciências da França, possivelmente Jean-Baptiste Terrasson. As relações entre o lugar social do autor, os destinatários dos textos e os lugares ocupados por eles bem como os gêneros textuais escolhidos habilitam a autora na compreensão cuidadosa da documentação, apontando as intertextualidades, os diálogos com a comunidade de sentido dos autores e os filtros através dos quais o culto a Dangbe passa a ser analisado.

Nos estudos do discurso, Dominique Maingueneau e Helena Brandão são taxativos no que tange ao papel ativo desempenhado pelo leitor na produção textual, mormente no nível intradiscursivo, uma vez que o autor planeja e ajusta sua fala com vistas a este interlocutor³. Laranjeira está consciente desta influência, explicitada em sua análise da narrativa de Des Marchais que, embora produzida a partir de testemunho ocular, possivelmente teria sido manipulada de forma a adequar-se ao gosto de seus leitores⁴. Também evidencia que tal estratégia seria comum na escrita de Labat, que não visitou a região e limitou-se a reescrever relatos de outrem, tornando-os mais interessantes, curiosos e exóticos. A percepção da expansão da escrita e da leitura na Europa Moderna é um dado importante, uma vez que várias das fontes consultadas foram publicadas, rumo a um leitor que excede o destinatário inscrito nos textos. A publicação, portanto, desobriga os textos sobre sociedades e geografia africanas a circularem em circuitos reduzidos: como as narrativas jesuítas, fundamentalmente lidas pelos pares ou modificadas para acesso de leitores externos à ordem, seus apoiadores; ou como os memoriais para pedidos de mercês comuns no Império Português, cujo leitor imaginado era a administração régia. Em ambos os casos, a seleção do público leitor orientou a forma de abordagem e a escolha das informações prestadas. Essa constatação nos leva às questões: os textos analisados, sobretudo os publicados – e que pretendiam sê-lo já na escrita –, circularam além de seus destinatários? Quem seria este leitor ampliado? Quais relações ele teria com a escrita ou, noutras palavras, como ele a influenciaria? Questões instigantes.

Os cuidados tomados por Lia permitiram-na construir uma excelente dissertação, agora publicada, que traz à tona a centralidade do culto da serpente na organização social e política de Uidá, reino enclavado numa região de grande destaque no cenário do tráfico atlântico. A dimensão do mito de Dangbe e suas relações diretas com a política no Golfo do Benin são percebidas pela autora. Assim, a migração da serpente como parte fundadora do mito expressa a transferência de poder de Aladá a Uidá, quanto da independência deste último frente ao primeiro, na década de 1660. Dangbe converter-se-ia em índice de identidade em Uidá, bem como na principal divindade cultuada no reino emancipado, diretamente associada ao poder monárquico. Na análise de Laranjeira, portanto, a serpente corresponderia ao elo entre poder político e religiosidade, atuando fortemente na coerção social do reino. Tais conclusões seriam inexequíveis caso a metodologia adotada impossibilitasse a autora de despir as narrativas de seus referenciais europeus, nos quais a serpente figura como índice do pecado e os ritos de iniciação são vistos como bruxaria.

Alimentando-se das representações, mas superando-as como limite superior dos estudos sobre História Africana em fontes europeias, Lia Laranjeira descreve traços da

³MAINGUENEAU, Dominique. Novas tendências em análise do discurso. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP/Pontes Editores. 1997; BRANDÃO, H. H.. Introdução à análise do discurso. Campinas (SP): Editora da Unicamp. 2004.

⁴LARANJEIRA, op. cit., op. cit., p.120

organização social em Uidá, das cortes associadas ao poder político e das dimensões econômicas do culto à serpente. Da mesma forma, avança na compreensão do lugar social ocupado pelos comerciantes europeus naquelas terras, as restrições que lhes eram impostas e desconstrói, mais uma vez, a tese do predomínio europeu na África dos séculos XV-XVIII. O destaque às interdições às quais estes indivíduos estavam sujeitos e a obrigação de respeitarem as manifestações socioculturais locais caminha paralelamente à busca realizada por eles rumo à inserção comercial, controlada por potentados locais. Assim, nas narrativas estudadas, a pesquisadora aponta o reduzido proselitismo religioso holandês como estratégia mobilizada por Bosman rumo ao favorecimento do tráfico de Uidá com Holanda, frente às demais nações europeias, nomeadamente França e Portugal. Finalmente, o último capítulo é marcado pelas formas de empoderamento feminino presentes no culto a Dangbe, as implicações sociais decorrentes e suas relações com o tráfico atlântico. Novamente, é o desnudamento do olhar da alteridade que permite o aprofundamento da análise, superando o olhar dionisíaco e associação bíblica ao rito iniciático naquele trecho da costa africana.

O culto da Serpente no reino de Uidá traz, como destacado nesta resenha, o comprometimento metodológico da autora como um de seus pontos fortes, que o tornam recomendável à formação de novos pesquisadores. O livro teve lançamento na *I Jornada de Estudos sobre África Ocidental*, realizada na Universidade Federal de Minas Gerais, em outubro de 2015, e contribuiu com a exposição da verticalização da agenda de estudos sobre África realizados no Brasil através de especializações espaciais. Em expansão desde meados dos anos 1990 e, de forma intensa, a partir dos anos 2000, tal campo de estudos tem produzido pesquisas cujas contribuições lhe excedem os domínios, fortalecendo toda a área das Ciências Humanas brasileiras. O livro de Lia é fruto desta nova safra.